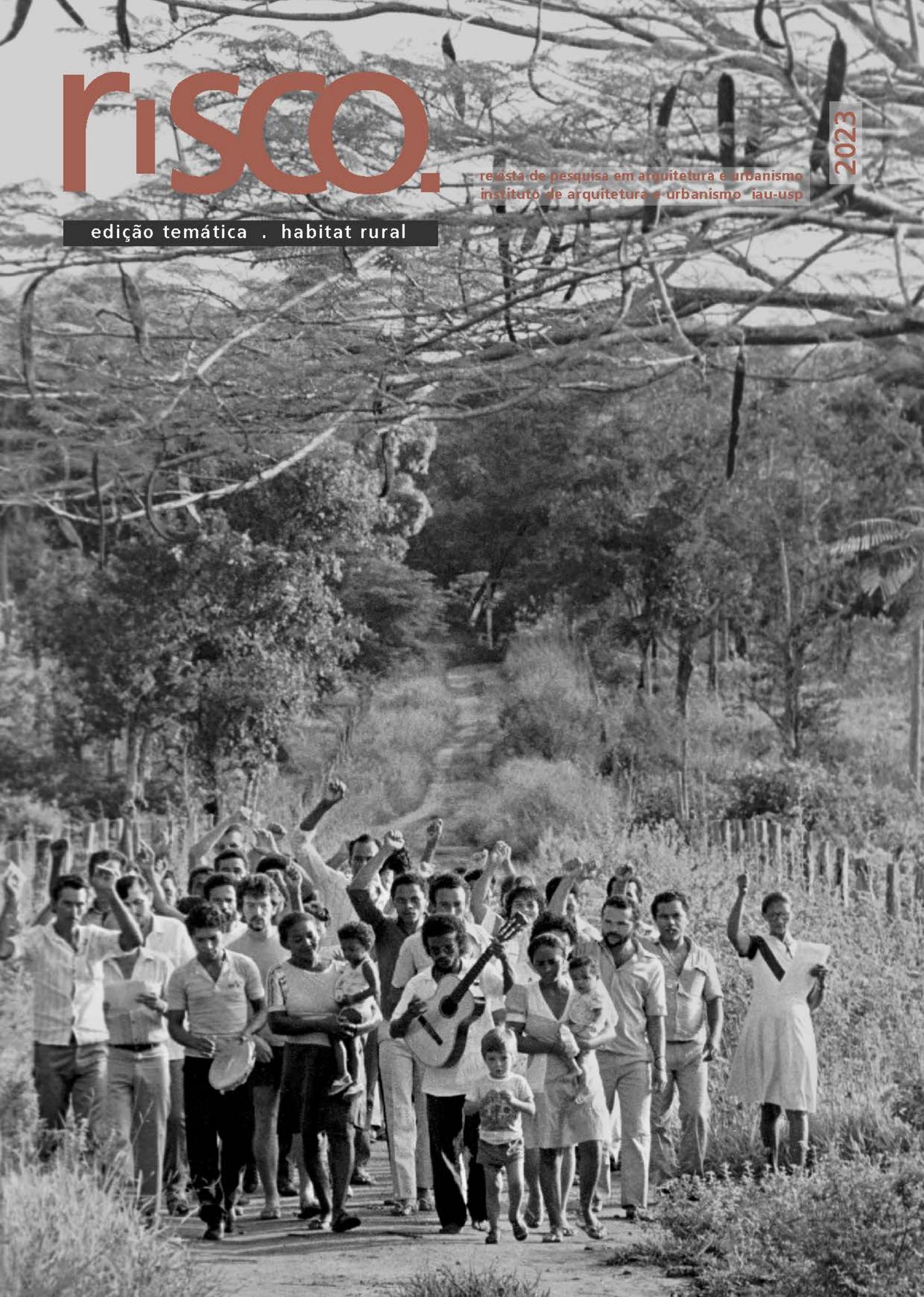


risco.

revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo
instituto de arquitetura e urbanismo iau-usp

2023

edição temática . habitat rural



Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo

Publicação Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP)

Volume_Ano v21_2023 - Edição Temática “Habitat Rural”

ISSN 1984-4506 (*on line*)

Periodicidade anual

Universidade de São Paulo Reitor: Prof. Titular Carlos Gilberto Carlotti Junior

Instituto de Arquitetura e Urbanismo Diretor: Prof. Associado Joubert José Lancha

Conselho Editorial Adauto Lúcio Cardoso (UFRJ,BR); Adrián Gorelik (UNQ,AR); Alberto Sato (UNAB,CL); Andrea Pane (UNINA,IT); Antonio Baptista Coelho (LNEC,PT); Arturo Almandoz (USB,VE); Aurelia Michel (Univ.Paris-Diderot,FR); Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (USP,BR); Carlos Alberto Ferreira Martins (USP,BR); Carlos Antônio Leite Brandão (UFMG,BR); Carlos Roberto Monteiro de Andrade (USP,BR); Claudia Costa Cabral (UFRG,BR); Daniele Vitale (Politecnico di Milano,IT); Fernando Luiz Lara (UT,US); Georges Dantas (UFRN,BR); Irã Taborda Dudeque (UTFPr,BR); Jaelson Bitran Trindade (IPHAN,BR); João Masao Kamita (PUCRio,BR); Joubert José Lancha (USP,BR); Manoel R. Alves (USP,BR); Miguel Buzzar (USP,BR) - As atribuições deste Conselho referem-se à gestão e execução da linha editorial da revista, à definição de aportes e temas, ao estabelecimento das seções, a decisões sobre os artigos a serem publicados, à definição dos pareceristas, das obras a serem objeto de resenhas e dos autores destas.

Editores Eulalia Portela Negrelos, Jeferson Cristiano Tavares

Projeto Gráfico David Sperling, José Eduardo Zanardi | **Produção e Editoração Eletrônica** José Eduardo Zanardi

Apoio Técnico Centro de Produção Digital (CPDig-IAU USP)

Colaboradores desta Edição Temática Akemi Ino, Anaïs Guéguen Perrin, Angel Stive Castañeda Rodríguez, Cecília Corrêa Lenzi, Fernanda Seleguim, João Marcos de Almeida Lopes, Júlia Zucoloto Borghi Hungaro, Kaya Lazarini, Mathilde Teixeira Col, Raíssa Tronollone Martin, Rodolfo José Viana Sertori

Editores desta Edição Temática João Marcos de Almeida Lopes, Cecília Corrêa Lenzi

Projeto Gráfico desta Edição Temática O projeto gráfico (capa + páginas internas de abertura dos artigos) foi elaborado e realizado especialmente para esta edição temática por José Eduardo Zanardi, com argumento de João Marcos de Almeida Lopes e Cecília Lenzi.

Capa desta Edição Temática A imagem que ilustra a capa desta edição temática “Habitat Rural” da Risco é de autoria de João Roberto Ripper, intitulada “Encontro de Comunidades Eclesiais de Base no município de Conceição do Araguaia, estado do Pará”.

Apoio A Revista Risco é apoiada pelo “Programa de Apoio às Publicações Científicas Periódicas da USP”

Bases Indexadas A Revista Risco encontra-se indexada na “Actualidad Iberoamericana”, “ARLA - Asociación de Revistas Latinoamericanas de Arquitectura”, “BASE - Bielefeld Academic Search Engine”, “DOAJ - Directory of Open Access Journals”, “SJIF – Scientific Journal Impact Factor”; “Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal”, e “MIAR - Matriz de Información para el Análisis de Revistas”.

Contato Instituto de Arquitetura e Urbanismo - IAU USP, Av. Trabalhador São-carlense n. 400, São Carlos SP, CEP 13566-590 - (16) 3373-9312 - risco@sc.usp.br

- _editorial**
- 1
Editorial
TERRA, POEIRA, ISOLAMENTO E SOLIDÃO:
Pode a não-cidade ensinar algo para a
Arquitetura e o Urbanismo?
 João Marcos de Almeida Lopes, Cecília Corrêa Lenzi
- _artigos e ensaios**
- 14
O Desenho do Possível: teoria e prática em Habitação
Social a partir do Campo
 Amadja Henrique Borges, Cecília Marilaine Rego de Medeiros
- 33
A extensão universitária do grupo Periférico e do
EMAU-CASAS da FAU-UnB na produção do habitat
rural: o caso do Pequeno William do MST em Planaltina – DF
 Liza Maria Souza de Andrade, Camila Maia Dias, Acácio
 Machado, Gustavina Alves da Silva, Natália da Silva Lemos
- 50
Nas margens e nos sonhos . Uma Escola Xavante na
Aldeia Etenhiritipá
 Maria de Lourdes Zuquim, Elizabeth Othon
- 71
El "pensar haciendo": experiencias contemporáneas de
obras realizadas por la Escuela de Valparaíso, Chile
 Andrés Garcez Alzamora, Paula Olmedo Latoja
- 91
MEVIR y la vivienda de la población en extrema
pobreza en el área rural: el programa "Emergencia
Habitacional Rural"
 Gonzalo Balarini Tejera
- 115
Intervenciones en el hábitat campesino: una lectura
crítica desde la perspectiva de tecnología social decolonial
 Noelia Cejas, Virginia Martinez Coenda
- 127
As mulheres rurais no contexto da luta pela terra e
habitação
 Karla Emmanuela Ribeiro Hora
- 144
"Faroeste paulista": a questão agrária e a produção do
habitat rural no Oeste do estado de São Paulo
 Akemi Ino, Angel Stive Castañeda Rodríguez, Anaís Guéguen
 Perrin, Mathilde Teixeira Col, Rodolfo José Viana Sertori, João
 Marcos de Almeida Lopes, Cecília Corrêa Lenzi, Fernanda Seleguim
- _transcrição**
- 170
Entrevista com Sérgio Ferro
 entrevistadores: João Marcos de Almeida Lopes,
 Cecília Corrêa Lenzi

editorial

Terra, Poeira, Isolamento e Solidão: pode a não-cidade ensinar algo para a Arquitetura e o Urbanismo?

João Marcos de Almeida Lopes
Cecília Corrêa Lenzi

Figura da página anterior (recorte): Seca no Nordeste brasileiro. Fonte: Autoria de J. R. Ripper. (imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Marx realizou pesquisas tão profundas sobre a Rússia que elas foram motivo de um divertido conflito entre ele e Engels. Segundo Paul Lafargue, Engels sempre dizia a Marx que 'queimaria com prazer as publicações sobre a agricultura russa que há tanto impedem você de terminar O Capital' (MUSTO, 2022, p.243)

A prevalência quase absoluta de “a questão urbana” é recorrente no âmbito da pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. Uma hegemonia temática que pouco abre espaço para outras abordagens, mesmo quando a aproximação se dá pelos estudos territoriais: mesmo ali, os objetos de investigação são vistos quase sempre do ponto de vista do urbano - nunca (ou muito raramente) do ponto de vista da não-cidade: do campo, das águas ou das florestas.

Diferentemente da Geografia¹ (e mesmo da Sociologia), no mundo dos estudos urbanos operado pela Arquitetura e Urbanismo o campo é invariavelmente visto como o ‘outro’ da cidade e distante de alguma problemática passível de se tratar com alguma convicção teórica. O mundo rural aparece não só e quase sempre associado à imagem de um mundo esparsamente habitado, lugar de caipiras pouco ilustrados e aparentemente avessos às benesses cosmopolitas, como determinado por uma dinâmica econômica regida pelas ordens urbanas (mesmo quando se trata do agronegócio ou da política de commodities). Em regime de vetor invertido, tratar-se-ia de um mundo condenado pelas marcas do arcaico, as quais resistiriam obstinadamente ao pleno usufruto das “maquinarias do conforto” (BÉGUIN, 1978), conquistadas pelo ‘progresso’ técnico e pela vida ‘civilizada’ nas cidades. Assim, o que poderia esse mundo, marcado pelo arcaísmo conservador e problemático, ensinar ou propor algo para a Arquitetura e o Urbanismo? Mais objetivamente: por que dedicar um número especial de uma revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo à divulgação e discussão de algumas reflexões e questões ligadas ao que vem sendo investigado, ensinado ou trabalhado, tanto no Brasil como em alguns países da América Latina, sobre a questão do campo?

Talvez por influência dos nossos novos e velhos teóricos dos estudos territoriais e urbanos, a cidade aparece invariavelmente com protagonismo hipertrofiado, mesmo se considerada no âmbito territorial: “A cidade é um território que organiza territórios”, como afirma o urbanista e geógrafo francês Marcel Roncayolo (RONCAYOLO, 1993). Mesmo entre os pensadores filiados à tradição marxista, a cidade é o lugar privilegiado para realização de um possível (e almejado) “avanço das forças produtivas”².

Contudo, não há como escapar ao fato de que o processo de urbanização não se deu e não se dá sem a interação dialética entre o campo e a cidade. Já na “Ideologia Alemã”, Marx e Engels advertem para este fato, quando afirmam que “a divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e [trabalho] espiritual” (MARX; ENGELS, 2007, p.35), e que “a

Notas 1 e 2 da página anterior:

1 Também disponível em Lindner (2019), Shanin (2017) e em Marx e Engels (2013) (os dois últimos trazem, inclusive, os quatro esboços que Marx rascunhou antes de chegar à versão definitiva, enviada à Vera em 8 de março de 1881). Também entre os anexos da edição do Livro I de “O Capital”, editado pela Boitempo, pode-se ver um excerto da carta, bem como a resposta enviada a Zasulich (MARX, 2013, p.848-849).

2 Veja-se, por exemplo, Paul Singer, no capítulo introdutório de seu clássico “Economia Política da Urbanização”, do começo dos anos 1970: “Deste modo, a cidade ficou sendo o lugar no qual se concentra não apenas o excedente alimentar produzido pelo campo, mas toda produção agrícola, a qual é comercializada, transformada industrialmente e, em parte, redistribuída ao campo a partir da cidade. [...] A divisão do trabalho entre campo e cidade sofreu, deste modo, uma transformação tão ampla que hoje já é legítimo se colocar a dúvida quanto à validade da distinção entre campo e cidade. Não é difícil prever uma situação em que a maioria da população ‘rural’, no sentido ecológico, se dedique a funções urbanas e que a prática da agricultura - mecanizada, automatizada, computadorizada - em nada se distinga das demais atividades urbanas”. (SINGER, 1995 [1973]). Já sabemos que não foi isso que aconteceu - e nem está perto de acontecer, como veremos neste número temático da *Risco*.

3 Veja-se, por exemplo, quando Marx realiza algumas digressões históricas para discutir o estabelecimento do capital comercial (MARX, 2017, p.367 a 381). Esse intercâmbio campo/cidade também aparece quando Marx discute as “condições pré-capitalistas” para o surgimento da usura e do capital portador de juros (MARX, 2017, p.653 a 672); ou ainda, quando discute a gênese da renda fundiária - momento em que a referência a tal intercâmbio aparece explicitamente: “Se, na Idade Média, o campo explorava politicamente a cidade em todos ... continua na próxima página ...

maior divisão entre trabalho material e espiritual é a separação entre cidade e campo” (idem, p.52). Apesar de, nesse momento (estamos falando de 1844), Marx e Engels considerarem que “a oposição entre cidade e campo começa com a passagem da barbárie à civilização, do tribalismo ao Estado, da localidade à nação”, identificando o mundo rural como lugar de “isolamento e solidão” - uma concepção que se atualizará mais adiante, como veremos -, ainda assim não negam a interdependência entre o campo e a cidade, mundos em que a relação entre indivíduos se dá sempre subsumida à divisão do trabalho entre a indústria urbana e a indústria rural e, sob certos aspectos, determinada pela separação entre capital e propriedade da terra (MARX; ENGELS, idem). Isso vai aparecer diversas vezes nas páginas de “O Capital”, reafirmando essa interação dialética incontornável entre opostos contraditórios.³

Entretanto, já perto do final da vida, desde meados dos anos 1870, Marx vinha investindo bastante tempo no “alargamento do campo temático” de sua atividade intelectual (NETTO, 2020, p.473) - interessando-se particularmente pela movimentação política na Rússia daquela época. Como comenta Teodor Shanin, professor das Universidades de Moscou e Manchester e autor de “Marx tardio e a via russa”, Marx começou a estudar russo entre 1870 e 1871, procurando “se aproximar diretamente das evidências e dos debates publicados naquele idioma. Em uma carta a Engels, sua mulher queixava-se da forma como ele se aplicava a essa nova tarefa: ‘ele começou a estudar russo como se fosse questão de vida ou morte’” (SHANIN, 2017, p.32).

Todavia, essa incursão para além do território europeu não se limitaria à Rússia dos tsares: Marx também se dedicou, neste mesmo período, ao estudo de diversas “formas arcaicas de organização comunitária” (MUSTO, 2022, p.248) através da leitura de alguns estudiosos contemporâneos seus - sociólogos, antropólogos e etnólogos, em particular: estudos sobre o declínio das formas ancestrais de vida social na Ásia, tratado pelo jurista e sociólogo Maksim Kovalevsky; sobre a Algéria pré-colonial e seus modos de produção coletiva, onde permaneceu um curto período de tempo, em tratamento, entre fevereiro e maio de 1882, anotando e comentando os estudos de diversos autores - de Kovalevsky, inclusive; e foi o mesmo Kovalevsky que trouxe para Marx, de uma visita sua aos Estados Unidos, o trabalho sobre as estruturas produtivas dos povos iroqueses, na América do Norte, estudadas pelo antropólogo Lewis H. Morgan. (NETTO, 2020, p.475; LINDNER, 2019). Tratava-se de “estudar os antropólogos de seu tempo, e à medida que o horizonte de sua reflexão ia constantemente para além da Europa” (MUSTO, 2022, p.248), também suas reflexões ampliavam-se para além das fronteiras do urbano europeu.⁴

De todo modo, particularmente, dentre estes autores, Marx havia dedicado especial atenção a Nikolai Tchernichevski - filósofo e escritor russo, precursor do populismo russo⁵, com cujos escritos Marx já tivera contato no final da década de 1860 - e com a leitura dos quais aproveitara para treinar sua incursão na língua eslava. Tchernichevski, ao tratar da propriedade comunitária da terra na Rússia - a *obshchina*⁶ -, afirmava-se plenamente convencido de que “o desenvolvimento da Rússia não podia ignorar as conquistas alcançadas na Europa ocidental”. Tal convicção era derivada de sua discordância com a intelectualidade aristocrática russa de sua época, a qual defendia a manutenção das estruturas coletivas de propriedade camponesa vigentes como conquista e peculiaridade dos povos eslavos. Para ele, “a *obshchina* só poderia contribuir para o início de uma nova fase de emancipação social do povo russo se ela

... continuação da nota 3 ...

os lugares em que o feudalismo não tivesse sido superado por algum desenvolvimento urbano excepcional, como na Itália, assim também a cidade explorava economicamente o campo, por toda parte e sem exceção, impondo-lhe seus preços monopólios, seu sistema de impostos, suas corporações, sua fraude comercial direta e sua usura" (MARX, 2017, p.861).

4 A discussão na Geografia dá-se num outro diapasão desde há bastante tempo. Apenas a título de exemplo, veja-se, por exemplo, o trabalho de Marta Inez Medeiros Marques, da Geografia da USP, "O conceito de espaço rural em questão". O texto é de 2002 (MARQUES, 2002).

5 Certo é que se tratava, "sobretudo para Marx", de um processo intelectual que envolvia "uma ruptura profunda com qualquer interpretação unilinear, evolucionista, 'etapista' e eurocêntrica do materialismo histórico". Segundo Löwy, "a partir de 1877, ele [Marx e Engels] sugerem, ainda que não de forma desenvolvida, uma perspectiva dialética policêntrica, que admite uma multiplicidade de formas de transformação histórica, e, sobretudo, a possibilidade que as revoluções sociais modernas comecem na periferia do sistema capitalista e não, como afirmavam alguns de seus escritos anteriores, no centro" (LÖWY, 2013 in MARX; ENGELS, 2013).

6 O *populismo russo* (*Narodnichestvo*) foi um movimento, surgido por volta dos anos 1870, que mobilizou militantes socialistas pertencentes às elites intelectuais russas, porém afinadas com as conquistas iluministas do centro europeu. Os *Narodniks* - ou populistas russos - defendiam, num primeiro momento, a construção de uma conjuntura revolucionária a partir das comunidades rurais daquele país, tendo como horizonte a democracia direta e o controle coletivo do poder. Defensores de uma espécie de 'socialismo agrário', os *Narodniks* buscaram se aproximar dos camponeses, pretendendo incutir neles as sementes da revolução ... continua na próxima página ...

se tornasse o embrião de uma nova organização econômica da sociedade, radicalmente diferente daquela preexistente". Essa premissa, segundo Musto, tem fundamento na filosofia alemã, particularmente no pensamento dialético concebido a partir de Hegel e Schelling, reverberando a noção de que um estágio superior pode, na forma, constituir a gênese de um novo processo de desenvolvimento político e social (MUSTO, 2022, p.246-247). Segundo Shanin, Marx teria ficado "muito impressionado com essa concepção". Segundo o autor, trata-se de uma inferência deduzir que Marx admitia a possibilidade de que, "dada a existência de um Ocidente avançado como uma precondição, a Rússia pudesse começar a partir de suas comunas rurais e chegar imediatamente ao socialismo" (SHANIN, 2017, p.86). No entanto, esta conjectura é bastante pertinente - se considerarmos o que viria adiante.

Quase exatamente dois anos antes de sua morte (viria a morrer em 14 de março de 1883), quando ainda se dedicava a leituras sobre a questão agrária na Rússia, Marx recebeu uma carta da militante populista Vera Ivanovna Zaslitch: nascida em 1849, Zaslitch forjara sua atuação revolucionária ainda como estudante em Petrogrado. Foi presa aos 20 anos por ser flagrada mantendo correspondência com o líder nihilista e anarquista Sergei Nechaev, promoveu atentados contra governantes, foi novamente presa e absolvida, exilou-se na Suíça e, juntamente com Georgi Plekhanov e Pavel Akselrod, criou o grupo Emancipação do Trabalho em 1883. Foi por este grupo encarregada de traduzir alguns trabalhos de Marx para o russo e, com seus integrantes, ajudou a criar o Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR). Mais adiante, aderiu, juntamente com Plekhanov, ao grupo menchevique que se opôs ao grupo bolchevique liderado por Lênin na condução da Revolução de 1917. Zaslitch viria a falecer em 1919 (SHANIN, 2017, p.254-255).

Como afirma Musto, esta correspondência levaria Marx a se aprofundar ainda mais no estudo das propriedades coletivas administradas pelas comunidades aldeãs russas, bem como suas formas coletivas de organização e distribuição da produção. Nesta carta, escrita em francês, Zaslitch apresentava para Marx uma questão para a qual atribuía condição de "vida ou morte" para os militantes russos - inclusive, "o destino pessoal dos socialistas revolucionários" naquele país. Considerando, a partir de Tchernichevski e do debate em torno da talvez necessária passagem por um estágio capitalista do modo de produção para atingir-se "a forma mais elevadas de relacionamento do homem com a terra" (MUSTO, 2022, p.247), a questão era relativamente simples:

a comuna rural, liberta das excessivas exigências do fisco, dos pagamentos à nobreza e da administração arbitrária, é capaz de se desenvolver na via socialista, ou de organizar, pouco a pouco, a sua produção e sua distribuição de produtos de forma coletivista. Nesse caso, os socialistas revolucionários devem dedicar todas as suas forças à libertação da comuna e ao seu desenvolvimento.

Se pelo contrário, a comuna estiver destinada a perecer, os socialistas, enquanto tais, têm apenas de se entregar ao cálculo mais ou menos exato de saber em quantas dezenas de anos a terra dos camponeses russos passará de suas mãos à da burguesia e em quantas centenas de anos, talvez, o capitalismo atingirá um desenvolvimento na Rússia semelhante ao da Europa ocidental. Os socialistas, então, terão de fazer propaganda apenas entre os trabalhadores das cidades, que serão continuamente submersos pelas massas de camponeses jogada, após a dissolução da comuna, nas

... continuação da nota 6 ...

social. Pretensões frustradas, perante o forte comportamento conservador, tributário das relações arcaicas profundamente enraizadas, os *Narodniks*, num certo momento, abandonaram estas expectativas e criaram, em 1876, o movimento Terra e Liberdade - que buscava articulação com os camponeses que agora se instalavam nas cidades e se tornavam proletários, com a libertação dos servos em 1861. (SHANIN, 2017; LÖWY, 2013 in MARX; ENGELS, 2013; além de diversos artigos dedicados ao registro histórico e discussão do *populismo russo* e à então denominada *intelligentsia russa*; sugere-se, para aprofundamento no assunto, uma busca por "*história do movimento populista russo*", por exemplo).

⁷ *Obshchina* (община - em russo, "comunidade" ou "comunitário") ou Mir (em russo: мир, literalmente: "sociedade" - um dos significados mais frequentes da palavra) ou ainda *Selskoye obshchestvo* (сельское общество - "comunidade rural", termo aceito como oficial) eram comunidades de camponeses, que se contrapunham a sítios individuais, ou *Khutors*, na Rússia Imperial. O termo deriva da palavra *общий, obshchiy* (comum). Ver <<https://shre.ink/2FzFz>> - acessado em 26 de julho de 2023.

ruas das grandes cidades em busca de um salário (MUSTO, 2022, p.249, citando a carta de Zaslitch⁷)

Em outras palavras, a questão era: se a tradicional propriedade comunal arrastava consigo aspectos das relações feudais de produção; se a operação dialética material e histórica pressupunha uma evolução em estágios para a superação das contradições rumo a dimensões mais elevadas da existência; e reconhecendo o esforço de Marx de construir suas concepções quanto ao processo materialista e dialético de emancipação social a partir da dialética hegeliana (de ponta cabeça, diga-se de passagem); Zaslitch perguntava se seria mesmo necessário primeiro a propriedade comunal transformar-se em propriedade privada para libertar-se de seus traços de feudalidade para, posteriormente, revolucionar-se na forma de propriedade coletiva em estágio superior.

Marx precisou de alguns rascunhos, até chegar a uma versão que melhor correspondesse às suas convicções naquele momento. A resposta enviada a Zaslitch não contempla toda a diversidade de questões pelas quais Marx passou ao elaborar os rascunhos. Mas a resposta dele é bastante clara: segundo Marx,

a análise apresentada n'O capital não oferece razões nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que fiz dessa questão, sobre a qual busquei os materiais em suas fontes originais, convenceu-me de que essa comuna é a alavanca [point d'appui] da regeneração social da Rússia; mas, para que ela possa funcionar como tal, seria necessário, primeiramente, eliminar as influências deletérias que a assaltam de todos os lados e, então, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo.

Mas o que nos parece fundamental - e que não aparece objetivamente na versão final da carta - é a noção de contemporaneidade sistêmica entre distintos contextos, históricos e espaciais. É bom lembrar que, em momento algum, Marx teria afirmado a necessidade de que a Rússia deveria atravessar o capitalismo como etapa incontornável para chegar ao socialismo - pelo contrário. Mas essa ideia colou-se-lhe por diversas razões e por conta de uma leitura enviesada, promovida por alguns críticos russos. Por outro lado, Marx também nunca afirmou ou se convenceu de que as comunas russas poderiam configurar "um lugar de emancipação mais evoluído do que as relações existentes no capitalismo" (MUSTO, 2022, p.269). Entretanto, num de seus rascunhos para a resposta a Zaslitch, Marx afirma que, teoricamente,

a 'comuna rural' russa pode, portanto, conservar-se, desenvolvendo sua base, a propriedade comum da terra, e eliminando o princípio da propriedade privada, igualmente implicado nela; ela pode tornar-se um ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna; ela pode trocar de pele sem precisar se suicidar; ela pode se apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade sem passar pelo regime capitalista. (MARX apud MUSTO, 2022, p.271)

Ora, a questão é o tempo, o lugar e o contexto histórico: se a Europa Ocidental demorou séculos para chegar à indústria mecânica, outros tantos séculos para introduzir os mecanismos de trocas (bancos, sociedades de crédito etc.), também a Rússia,

“contemporânea de uma cultura superior”, ligada “a um mercado mundial, no qual predomina a produção capitalista”, não iria deixar de se apropriar dos “resultados positivos desse modo de produção”. Ela estaria, portanto, “em condições de desenvolver e transformar a forma ainda arcaica de sua comuna rural em vez de destruí-la”. Assim, “os camponeses poderiam ‘incorporar as conquistas positivas realizadas pelo sistema capitalista sem passar por suas ‘forças caudinas’” (MARX; ENGELS, 2013, p.111; e MARX apud MUSTO, 2022, p.267-268). Em suma: renunciando as premissas do “desenvolvimento desigual e combinado”, as comunas rurais russas não deixavam de ser contemporâneas ao mundo industrializado europeu do século XIX, ao mesmo tempo que perpetuavam a tradição da posse comunitária da terra e da divisão comunal da produção. Logo, não se tratava de uma realidade isolada da outra.

Com essas palavras, fica claro, mais uma vez, que Marx não pensava de fato no modo ‘primitivo de produção cooperativa ou coletiva, [que fora] o resultado da fraqueza do indivíduo isolado’, mas sim no fruto da ‘socialização dos meios de produção’. A própria obshchina, como ele fez questão de notar, constituía ‘a forma mais moderna de um tipo arcaico’ de propriedade comunista que, por sua vez, havia ‘atravessado por toda uma série de evoluções’. (MUSTO, 2022, p.268)

É justamente por este meandro que queremos aproximar nossa reflexão: os trabalhadores e trabalhadoras dos campos, das águas e das florestas brasileiros não realizam seus modos de vida alheios ou isolados do Brasil urbanizado. Também a população cidadina não vive sem o concurso cotidiano do produto do trabalho desse mundo da não-cidade. Logo, não nos parece procedente descolar a realidade do campo daquela das cidades: elas são a mesma e uma só realidade histórica, revestida por uma nuvem de relações aparentemente desconexas que se reúnem sob o comando de um único modo de produção. Do mesmo modo que não existe, segundo Marx em sua crítica à formulação smithiana no capítulo 24 do Livro I d’O Capital, “uma tal acumulação primitiva”, também não nos parece pertinente afirmar a existência de uma formação social primitiva, arcaica e atemporal em essência.

Desse modo, as questões que nos colocamos para empreender essa edição da Revista Risco poderiam ser assim formuladas: seria possível atravessar relações capitalistas de produção com outras modalidades de organização do trabalho e dos trabalhadores? De outras relações entre indivíduos e a propriedade? Ofereceriam as relações de trabalho fora das cidades alguma alternativa de relações de produção? Os modos de vida, as formas de organização das comunidades de trabalhadores e trabalhadoras do campo, das águas e das florestas... como aprender com elas? Seria possível ‘evitar’ a reprodução do arcaico em novas modalidades de organização da produção?

#

De volta: o que nos leva a propor esse debate em meio aos arquitetos e urbanistas, numa revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo como a Risco? Parece-nos que, no coração de um contexto aparente e historicamente arcaico, é possível encontrarmos algumas experiências preciosas, formas de vida e de produção do espaço contra-hegemônicos, talvez argumentos importantes para, no mínimo, superarmos essa dicotomia entre campo e cidade - em boa medida derivada de uma insuficiência das atuais abordagens dos estudos urbanos e territoriais promovidos pela Arquitetura e Urbanismo. A pista, especulada por Marx nos seus rascunhos para a resposta à carta de

Vera, abre uma trilha para um ponderação que, a nosso ver, vai além da ideia largamente consolidada - com a ajuda do próprio Marx lá de 1844 e d'O Capital, acompanhado de Engels, diga-se de passagem - de que esses modos de vida considerados arcaicos, em sentido pejorativo, perpetuam entraves aos avanços práticos civilizacionais rumo a uma possível transformação social mais radical.

Podemos propor uma atualização e apropriação da pergunta de Vera: precisamos pôr por terra tudo o que camponeses, indígenas quilombolas, ribeirinhos etc. nos ensinam, para que todos eles se tornem operários, para então ser possível alguma reflexão mais radical em termos de transformação social - no campo, na cidade, nas florestas e nas águas?

Todos os trabalhos reunidos neste número temático sobre o Habitat Rural são atravessados por questões comuns - o questionamento, por exemplo, da premissa, bastante difundida entre arquitetos e urbanistas, segundo a qual tudo estaria tomado pela racionalidade urbana. Tais questões partem, contudo, de abordagens e contextos muito distintos. São trabalhos bastante diversos entre si, que tratam desde camponeses assentados da reforma agrária no interior paulista, da construção de uma escola num aldeamento Xavante, até estudantes de arquitetura pensando arquitetura no meio de uma área deserta no Chile ou trabalhando em assentamentos rurais no entorno de Brasília. Também a amplitude geográfica é significativa: ao percorrer a revista, o leitor passará por paisagens de Goiás, Mato Grosso, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Norte, além do Chile, Argentina e Uruguai.

Como era de se esperar, as paisagens descritas são majoritariamente rurais. Mas, além disso, outro aspecto em comum entre os textos nos parece fundamental destacar: todos os autores e autoras reunidos aqui possuem o fazer como matéria imediata de reflexão - a prática concreta da produção material de espaços. Seja pela atuação em canteiros de obras, seja pela abordagem etnográfica da pesquisa, ou ainda pela participação orgânica nos movimentos sociais rurais: neste conjunto de artigos, o processo produtivo do espaço construído ganha protagonismo central. Portanto, numa interessante junção de temas, abre-se aqui a oportunidade de estudar diversas faces e particularidades dos processos produtivos da habitação e do habitat, mas desta vez com o olhar voltado para além das áreas urbanas. São inúmeros os debates possíveis, todos eles atravessados por uma inegável relevância acadêmica e social - como ficará claro ao longo da leitura desta revista.

Os primeiros textos trazem relatos de diferentes práticas extensionistas, que aproximaram docentes e estudantes de arquitetura dos territórios não urbanos através de atividades práticas em canteiros de obra.

Iniciamos pela experiência do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH), sediado no Departamento de Arquitetura da UFRN em Natal. Este texto, assinado por Amadja Borges e Cecília Medeiros, vem cobrir uma importante lacuna a respeito da gênese da atuação de arquitetos junto a movimentos sociais rurais no Brasil, recuperando o percurso do Grupo que começa, em 1994 no Rio Grande do Norte, a forjar essa posição de braço técnico socialmente comprometido nos debates sobre reforma agrária. Registrando o processo permanente de construção do método do "desenho do possível", as autoras levantam reflexões que foram - e são - marcantes na busca pela autogestão na produção de habitação social no meio rural.

De forma similar, mas em outro momento histórico e atravessado por outras contradições, temos as reflexões sobre alguns trabalhos do grupo extensionista Periférico, de autoria de sua coordenadora, Liza Andrade. O grupo, que iniciou suas atividades em 2013, atua junto com o Escritório Modelo Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável (EMAU-CASAS), que por sua vez atua no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, em Brasília, desde 2002. Respeitando o protagonismo estudantil e comprometido com causas socioambientais, o CASAS avoluma significativamente o espaço de atuação das práticas de extensão universitária, tendo um grande número de trabalhos realizados até o momento, entre projetos habitacionais, urbanísticos, de equipamentos públicos, entre outros, no campo e na cidade. Especialmente no meio rural, o CASAS atua desde 2014 a partir de uma demanda de comunidades de assentamentos da região.

Também no caminho da extensão universitária junto a territórios rurais, temos um relato sobre o desenvolvimento de um projeto de escola infantil junto a uma aldeia Xavante, no Mato Grosso, realizado no contexto de uma parceria entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e a Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMT. Partindo da demanda concreta apresentada pela comunidade, Maria de Lourdes Zuquim e Elizabeth Othon, junto ao restante da equipe, mergulharam no modo de vida local e perceberam que o espaço da escola precisaria refletir, de forma direta, a cosmologia Xavante. A riqueza descritiva do texto encontra justificativa na fala do ancião Wabuá Xavante, entrevistado pelas autoras, segundo o qual “ninguém respeita aquilo que não conhece”. Ou seja, enquanto os territórios não urbanos ainda não fazem parte do currículo dos cursos de arquitetura Brasil afora - ou, parafraseando Wabuá Xavante, enquanto a história da arquitetura não for reescrita com base na vida e no conhecimento dessa enorme parcela da população brasileira - segue sendo fundamental termos acesso a descrições profundas destas não-cidades.

O relato da Escuela de Arquitectura y Diseño da PUC de Valparaíso, no Chile, complementa essa sequência de experiências extensionistas. São as atividades de extensão - que o autor do texto, Andrés Garcez, denomina de “pensar-fazer” - que guiam a Escola desde sua fundação, na década de 1970, numa trajetória incomum que insere os estudantes na prática da construção de edificações, seja nas viagens de campo pela América Latina, que eles chamam de “travessias”, seja nas próprias atividades direcionadas à reconstrução do país, que historicamente se faz necessária devido à suscetibilidade do Chile a grandes eventos climáticos e geológicos (terremotos, tsunamis e incêndios). Importante destacar que os trabalhos de “pensar-fazer” desta Escola ao longo de sua trajetória supera, ou mesmo ignora positivamente, as delimitações entre o rural e o urbano, para atuar em territórios que, urbanos ou rurais, se assemelham por outras características em comum, como as relações de vizinhança e a vinculação profunda com a natureza. Neste texto são apresentadas em detalhe algumas experiências no Chile e no Brasil, desenvolvidas pelos professores e estudantes da instituição a partir de 2010.

Ainda na América Latina, também temos a oportunidade de conhecer o trabalho realizado pelo MEVIR, uma entidade ligada ao governo uruguaio que atua junto às famílias rurais em situação de extrema pobreza e que tem, como finalidade prática, realizar obras e reformas nas moradias. O autor do texto, Gonzalo Balarini, esteve à frente da entidade até 2020, quando a eleição do atual presidente, Luis Lacalle Pou, levou o

país a uma guinada à direita, o que acabou modificando significativamente o trabalho da entidade a partir daí. Esta análise aponta alguns detalhes de uma nova estratégia que vinha sendo desenvolvida pelo MEVIR até então, que consistia na ampliação de sua atuação junto às famílias rurais, sobretudo na tentativa de oferecer no meio rural condições similares às usufruídas nas áreas urbanas. A entidade procurava avançar para além da mera construção de casas: adotando também outros aspectos próprios do habitat camponês, passaram a interpretar sua atuação como de construção do espaço doméstico do território rural. Esta revisão da atuação do MEVIR levou a uma profunda mudança na sua cultura institucional e viabilizou uma série de trabalhos interessantes junto à população, alguns dos quais são descritos no artigo.

Dialogando diretamente com os quatro artigos anteriores, as contribuições teóricas de Noelia Cejas e Virginia Martinez, do Grupo Interdisciplinar de Estudios sobre el Hábitat (GIEH), sediado em Córdoba, Argentina, iluminam o debate sobre as práticas universitárias e institucionais vinculadas à habitação e ao habitat nas áreas não urbanas na América Latina. Partindo da perspectiva teórica decolonial, as autoras explicitam o quanto a reprodução de dicotomias que associam, por exemplo, o rural ao atraso, acabam alimentando a lógica da exclusão à qual as populações camponesas já se encontram submetidas - e que se agravam, se reproduzidas no âmbito das políticas de Estado. Nesse sentido, as autoras promovem uma discussão crítica que tenta desvendar o que está por trás do discurso da erradicação da pobreza através do desenvolvimento - ponto que é também criticado por Gonzalo e enfrentado, na prática cotidiana, pelo MEVIR, como discute em seu artigo. Experiências como as vivenciadas e relatadas por Liza, Maria de Lourdes e Elizabeth, nas práticas extensionistas, ensaiam justamente uma resistência a esse discurso desenvolvimentista, evidenciando a potência da construção de práticas que prescrevem o esquema anacrônico do urbano como ideal de progresso. Afinal, ver encantamento no trabalho de assessoria técnica junto aos movimentos sociais rurais, como testemunham Amadja e Cecília, significa reconhecer que não há neutralidade nos aparatos tecnológicos - segundo formulação de Noelia e Virginia.

Numa complementação orgânica do debate travado por Noelia e Virginia, a profa. Karla Hora, da UFG, nos conduz ao tema do gênero no meio rural brasileiro, investigando sobre as conquistas originadas nas lutas protagonizadas por mulheres no âmbito das políticas habitacionais. Partindo de sua própria experiência como gestora de políticas públicas para mulheres no Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto em 2016, mas recriado a partir de 2023), Karla afere que a identificação das mulheres camponesas com a temática da habitação é imediata, pois sua falta - a falta de condições adequadas de moradia e saneamento - impacta diretamente as atividades reprodutivas e de cuidados - que ficam a cargo das mulheres, na esmagadora maioria dos casos. Assim, a autora destaca que a presença das mulheres nos fóruns de luta por habitação, dentro dos movimentos organizados no meio rural, proporciona uma contribuição qualificada, uma vez que imprime a vivência cotidiana camponesa na própria pauta de reivindicações a respeito da habitação. E isso se desdobra em críticas consistentes aos programas habitacionais rurais recentes, como no caso do Programa Nacional Habitação Rural (PNHR), operado no âmbito do Minha Casa Minha Vida (MCMV) - que também será objeto de análise do último artigo desta coletânea, de autoria do grupo HABIS. Karla enfatiza que, no esquema empreendido através do PNHR/MCMV, a casa era tomada como objeto em si - alienada do entorno imediato, do quintal produtivo e das infraestruturas disponíveis.

O artigo de autoria do grupo HABIS - Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade - acaba consolidando alguns dos diversos debates travados pelos demais textos desta edição temática. O grupo de pesquisa, sediado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, em São Carlos/SP, acumula um amplo histórico de atividades de extensão e assessoria técnica junto aos movimentos sociais rurais, cujas origens remontam aos anos 1990. A pesquisa que deu origem ao artigo que o grupo apresenta nesta edição aconteceu entre 2015 e 2018 e vale-se deste acúmulo: numa pausa da atuação como assessoria técnica, o grupo teceu um trabalho analítico no qual buscou entender como vinha ocorrendo a implementação do PNHR/MCMV pelo governo federal no estado de São Paulo naquele período. Os próprios achados de pesquisa conduziram a equipe ao Oeste Paulista - que acabou recebendo o apelido de "Faroeste Paulista" devido a sua gênese territorial turbulenta, com histórico de conflitos fundiários, violência, grilagens de terra e intensa atuação de movimentos sociais de luta por reforma agrária. Assim, o percurso metodológico descrito no artigo consolida a ideia que perseguiu a equipe por toda a pesquisa: a questão habitacional nas áreas rurais deve ser vista sempre no interior da questão agrária.

Por fim, por que motivo chamar o professor Sérgio Ferro para conversar sobre o assunto? O que as formulações teóricas e críticas de Sérgio Ferro sobre arquitetura e sua produção material tem a ver com o mundo da não-cidade?

É aqui que concluímos em forma de coda: a noção de "acumulação primitiva" de Adam Smith, já questionada por Marx em seu capítulo XXIV do Livro I d'O Capital, parece, cada vez mais, corresponder a uma "interpretação unilinear, evolucionista, 'etapista' e eurocêntrica do materialismo histórico", como adverte Michael Löwy (LÖWY in MARX, 2013b). Isto quer dizer que, para o "Marx tardio" (SHANIN, 2017) confirma-se a não existência de uma "acumulação primitiva" originária, localizada no espaço e no tempo para um processo determinado de acumulação - ele será sempre histórico, contextualizado geograficamente e permeado por práticas que se repõem no tempo e no espaço. Sabemos o quanto esta noção foi importante para Rosa Luxemburgo e o quanto ela é cara para David Harvey - que a atualizou como "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2014, p.121 e ss.)

Pois bem: foi este o ponto de partida proposto para iniciarmos o debate com Sérgio Ferro - a noção de "acumulação primitiva". Porém, mesmo que na interpretação de Harvey, essa noção foi, de início, incisivamente questionada pelo professor. Sua interpretação, baseada num profundo conhecimento dos textos de Marx e também nos estudos sobre os processos contemporâneos de acumulação do capital nos canteiros de obra, sugere que os processos de reprodução de capital e de acumulação "primitiva" estão fundidos desde o princípio - ou seja, são faces da mesma moeda, um não existiria sem o outro. Segundo Sérgio, "não há, portanto, ruptura: o que precedeu, depois vira efeito de seu próprio funcionamento". Assim, a reprodução do capital sempre foi e será viabilizada por capitais "primitivos", acumulados a partir do ingresso de muito trabalho - mal ou sequer remunerado.

Ora: assim como os processos de acumulação de capital por espoliação (mesmo que no sentido de Harvey) se reproduzem e são repostos cotidianamente nos canteiros de obras, aqui e em qualquer lugar do planeta, jungindo os trabalhadores braçais ali empregados, também nas estruturas de reprodução da vida fora das cidades, essa acumulação continua se dando, imensa parte das vezes, pela intensa espoliação

do trabalho camponês - análogo à escravidão, em diversos casos. Ainda que as interpretações teóricas a respeito da “acumulação primitiva” sejam distintas entre si, parece-nos que concordam no fato central: trata-se de processos de extração de trabalho humano baseados na violência e na ilegalidade, que não apenas participam da acumulação de capital, como lhe são fundamentais.

O debate que travamos com Sérgio Ferro confluiu justamente nesse ponto: como os processos de acumulação do capital baseados na violenta extração de mais-valor a partir do trabalho intensivo e mal remunerado perduram hoje na nossa sociedade? Nossa intenção era identificar pontes entre nossos estudos sobre o campesinato e os estudos sobre o trabalho nos canteiros de obra - este último, objeto profundamente estudado pelo professor Sérgio Ferro: tomávamos como referência sua particular animação com as formas não determinadas de trabalho coletivo nos mutirões habitacionais, enunciando e ‘ensaiando’ outras possíveis relações de produção. Em regime “desigual e combinado”, perguntávamos, para elaborar o roteiro de nossa conversa, o quanto não seria pertinente o investimento em alternativas de relações de produção, mesmo em contextos antagônicos e fora das cidades, funcionando como possibilidade de desafiar as ordens vigentes. Para além da crítica aguçada, esmiuçando passo a passo os mecanismos que aprofundam o imenso abismo que separam ricos e pobres, passamos também pelas considerações quanto a uma possível identificação, no coração do “arcaico”, lá no fundo, um germe de mudança - embaladas por, justamente, a correspondência entre Marx e Vera Ivanovna Zaslitch. Como disse o próprio Sérgio, na nossa conversa:

Gosto muito dos últimos textos de Marx, particularmente dos esboços e a carta final enviada a Vera Zaslitch, documentos a meu ver de grande importância para nós. Não somente pela posição que tomou finalmente, mas como consolo por podermos acompanhar suas hesitações e dúvidas, dividido entre a defesa de sua própria obra e os desafios de realidades que destoavam com elas: são encrencas que encontramos constantemente. Como sabem, Marx teve que concordar, apesar de um evidente mau humor, que seria absurdo que as comunidades rurais russas, onde havia tradicionalmente propriedade coletiva do solo e algumas práticas produtivas comunitárias, tivessem obrigatoriamente que passar pela revolução burguesa e que não tentassem passar diretamente para uma sociedade pelo menos socialista. Num trecho de um dos esboços ou da carta final, não me lembro mais, ele diz que é preciso não ter medo da palavra “arcaico” pois provavelmente a futura sociedade comunista seria uma espécie de retorno ao modelo de algumas sociedades arcaicas, com os aperfeiçoamentos que a evolução humana até então permitiria. (Sérgio Ferro, em entrevista publicada nesta edição)

#

Os números oficiais mais recentes apontam que 24% da população brasileira habita em áreas predominantemente rurais; são mais de 45 milhões de pessoas. Quanto aos municípios do país, 60,4% deles foram classificados também nesta tipologia (predominantemente rurais)⁸ (IBGE, 2017, p. 61). Além disso, a última atualização sobre a extensão das áreas urbanizadas do país soma 45.944,2 km², o qual corresponde a apenas 0,54% do território brasileiro⁹ (que conta, ao total, com mais de 8,5 milhões de km²).

⁸ Os dados que subsidiaram a referida análise do IBGE são do censo de 2010. Os critérios utilizados para elaboração desta nova tipologia de classificação dos municípios têm como fator principal a densidade demográfica – e não apenas a localização dos domicílios dentro ou fora dos perímetros urbanos, como anteriormente. Para maiores informações, consultar IBGE (2017).

⁹ Dados referentes ao ano de 2019, conforme publicação disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/8418#resultado>>, consulta em 28/06/2023.

Os estabelecimentos agropecuários classificados como “agricultura familiar” (cuja apreensão do que seja pode ser bastante ampla e, por vezes, problemática, mas com definição legal assentada pelo Decreto nº9.064, de 31 de maio de 2017) somam 77% de todos os estabelecimentos desse setor econômico. Esse ramo da atividade agropecuária conta com 67% de todo o pessoal ocupado, isto é, em torno de 10,1 milhões de pessoas. Paradoxalmente - mas compreensível -, a agricultura familiar ocupa apenas 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país. É dessa extensão de terra e desse contingente populacional que sai aproximadamente 70% do que vai para nossas mesas, cotidianamente - hortaliças, verduras e frutas (IBGE, 2017). Recentemente, em comentário publicado na Folha de São Paulo, o colunista Mauro Zafalon alerta para o fato de que, a partir de projeções do Ministério da Agricultura, “os produtores da agricultura familiar continuarão sendo os responsáveis por boa parte da produção de alimentos do país nos próximos 10 anos. Pelo menos 83% dos estabelecimentos de produção de horticultura estarão nas mãos deles, somando 60% do valor da produção” (ZAFALON, 25 de julho de 2023, Folha de São Paulo - “Agricultura familiar produzirá 17 milhões de toneladas de soja em 2033”)¹⁰.

¹⁰ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/2023/07/agricultura-familiar-produzira-17-milhoes-de-toneladas-de-soja-em-2033.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa>, visitado em 28 de julho de 2023.

Terra, poeira, isolamento e solidão... na verdade, designação que só se aplica a uma parte da não-cidade: às extensas monoculturas, às infinitas paisagens de pastagens, aos desertos de soja e milho, em boa medida responsáveis pelos perversos mecanismos de acumulação e concentração de renda hoje vigentes, aqui e em boa parte do planeta. Há, porém, uma grande parcela desse mundo da não-cidade habitado por camponeses, quilombolas, indígenas, povos ribeirinhos, faxinalenses etc. etc., que compõem uma imensa diversidade de existências que, com suas práticas produtivas e estratégias de vida podem nos ensinar o quão contraditórias, plurais e dialeticamente ricas podem ser as formas de produzir o espaço e o lugar da moradia - das quais promovemos um delimitado apanhado, registrado nas páginas desta edição temática da Revista Risco.

Agradecimento

As imagens complementares desta edição temática pertencem ao projeto “Imagens Humanas” - uma iniciativa do fotógrafo João Roberto Ripper que nasce da necessidade de colocar a fotografia a serviço dos direitos humanos e permitir que as populações menos favorecidas tenham o direito a ter as suas histórias contadas e as belezas dos seus fazeres mostrados. O acervo do banco de imagens pode ser acessado no site <<https://imagenshumanas.photoshelter.com/>>. Agradecemos a João Roberto Ripper a gentileza de ceder suas fotografias para a presente publicação.

Referências bibliográficas

- HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil, uma primeira aproximação. Brasília, DF: IBGE, 2017.
- LINDNER, Kolja (editor). Le dernier Marx. Toulouse: Éditions de l’Asymétrie, 2019.
- LÖWY, Michael. “Introdução: Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Luta de classes na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013, p.9/16.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. "O conceito de espaço rural em questão". In: Revista Terra Livre. São Paulo, Ano 18, n.19, p.95/112, julho/dez 2002 (disponível em <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/usorestrito/MARTA.pdf>).

MARX, Karl. O Capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. O Capital. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Lutas de classes na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUSTO, Marcello. Repensar Marx e os marxismos: guia para novas leituras. São Paulo: Boitempo, 2022.

NETTO, José Paulo. Karl Marx: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

RONCAYOLO, M. La ville et ses territoires, Ed. Gallimard Paris. 1993.

SHANIN, Teodor (editor). Marx tardio e a via russa: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SINGER, Paul. "O uso do solo urbano na economia capitalista". In: MARICATO, Ermínia. A produção capitalista da casa (e da cidade). São Paulo: Editora Alfa-Omega Ltda, 1982.

O Desenho do Possível: teoria e prática em habitação social a partir do campo

Amadja Henrique Borges
Cecília Marilaine Rego de Medeiros*

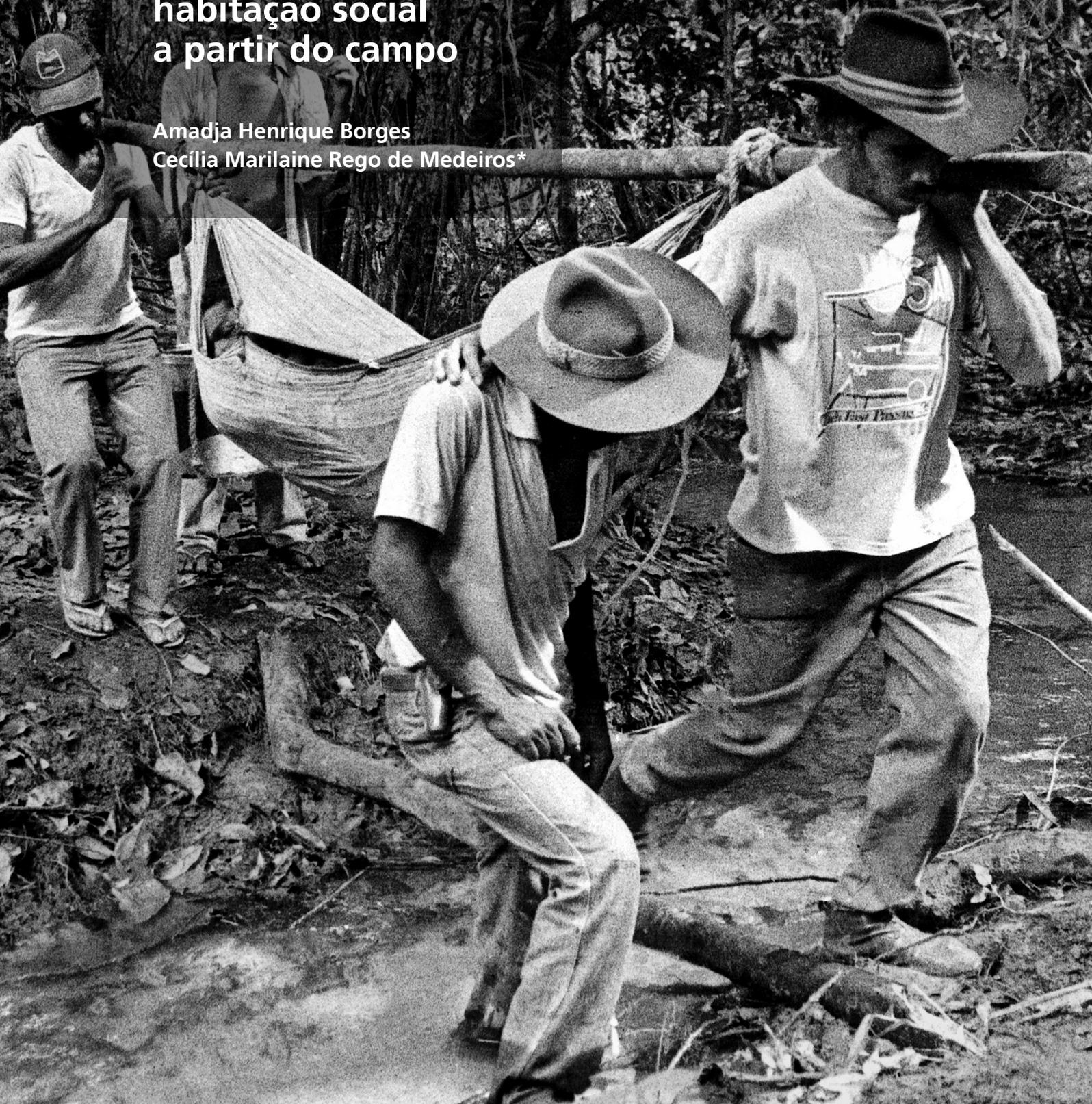


Figura da página anterior

(recorte): Posseiro assassinado em conflito por terra na floresta amazônica, estado do Pará. Fonte: A autoria de J. R. Ripper. (imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Resumo Este trabalho apresenta a construção dialógica do método O Desenho do Possível, do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH/UFRN), desde 1994, quando inicia a parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o órgão responsável pelo desenvolvimento dos assentamentos, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Descortinando possibilidades para a Habitação Social no Campo, tem como fio condutor conceitos defendidos pelos pensadores Henri Lefebvre e Paulo Freire. Reestruturado após a tese sobre o habitat do MST (BORGES, 2002), segue, então, suas produções teóricas e empíricas, como o acompanhamento de mutirões, em construções novas ou em situações de risco. Atualmente, incorpora a seus estudos o espaço para além da dicotomia rural-urbana.

Palavras-chave: habitação social no campo, GERAH, método.

El Dibujo de lo Posible: teoría y práctica de la vivienda social desde el campo

Resumen Este trabajo presenta la construcción dialógica del método *El Diseño de lo Posible*, del *Grupo de Estudio sobre Reforma Agraria y Hábitat* (GERAH/UFRN), desde 1994, cuando inicia la colaboración con el Movimiento de Los Trabajadores Rurales Sin Tierras (MST) y el órgano responsable por el desarrollo de asentamientos, el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (INCRA). Revela posibilidades de Vivienda Social en el Campo, teniendo como hilo conductor los conceptos defendidos por los pensadores Henri Lefebvre y Paulo Freire. Reestructurado a partir de la tesis sobre el hábitat del MST (BORGES, 2002), sigue sus producciones teóricas y empíricas, como el seguimiento de esfuerzos conjuntos, en nuevas construcciones o en situaciones de riesgo. Actualmente, incorpora a sus estudios el espacio más allá de la dicotomía rural-urbana.

Palabras clave: vivienda social del campo, GERAH, método.

The Design of the Possible: theory and practice in social housing from the countryside

Abstract This paper presents the dialoguing construction of the method *The Possible's Drawing*, from the Land Reform and Land Study's Group (GERAH/UFRN), since 1994, when it starts the association between the Landless Rural Workers Movement (MST) and the settlement development responsible organ, the National Institute of Colonization and Land Reform (INCRA), showing possibilities for rural social housing, using concepts defended by thinkers as Henri Lefebvre and Paulo Freire. Restructured after the MST habitat thesis (BORGES, 2002), follows its theoretical and empirical productions, as the attendance of mutual assistance, in new buildings and risky situations. Nowadays, it incorporates the space beyond the rural-urban dichotomy to its studies.

Keywords: rural land social housing, GERAH, method.

Introduzindo o Desenho do Possível e a formulação do GERAH

O *Desenho do Possível* apresenta a construção contínua de uma forma de pensar a habitação social a partir do campo, tendo como principais referências o filósofo francês Henri Lefebvre e o educador Paulo Freire. Retrata mudanças de direção de atividades-fins da Universidade – ensino, pesquisa e extensão – do Departamento de Arquitetura (DARQ/UFRN), rompendo barreiras para além da dicotomia rural-urbana. Esta mudança acontece após a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no RN, em 1992. Este relato trata da vivência e ações conjuntas entre a academia e o Movimento, aproximados pelo trabalho sindical e as possibilidades na troca de saberes.

O que teve início na solidariedade entre movimentos, solidificou-se nos encontros de interesse entre estes e as possibilidades que a participação do trabalho acadêmico pode viabilizar. Analisando os normativos governamentais, foram realizados trabalhos conjuntos, mesmo antes da promulgação, em dezembro de 2008, da Lei de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (LATHIS), com a finalidade de melhoria das condições de vida em espaços de habitar e trabalhar, como são os assentamentos rurais. Por outro lado, a troca de saberes com os movimentos, as parcerias criadas em alguns momentos com o INCRA, responsável pelos assentamentos por ele chamados de “Reforma Agrária” e outras organizações do campo, trouxe frutos compartilhados.

Multiplicaram-se, também, as parcerias com outras universidades, organizações governamentais e não governamentais, afirmando a importância de estudos e intervenções em espaços cada vez mais interdisciplinares, incorporando saberes, necessidades e costumes, até pouco tempo desconhecidos ou menos compreendidos pelos arquitetos e urbanistas.

Os caminhos abertos levaram os participantes das primeiras experiências à necessidade de maior aprofundamento da temática, o que justificou o direcionamento da tese sobre as tipologias dos habitats do MST (BORGES, 2002). A partir de suas constatações e recomendações, oficializa-se o Grupo de Estudos em de Reforma Agrária e Habitat (GERAH), já em 2002. O conhecimento do MST e de como se organiza a vida cotidiana nos seus acampamentos, ocupações e áreas de assentamentos, no RN e em SP, problematizaram o vivido de suas famílias, tornando-se parte de seu repertório.

Entre 2003 e 2013, a parceria atuou em várias frentes, destacando-se a realização conjunta do I Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação de Interesse Social no Campo, em 2006. Nele, participantes das universidades, do MST, de organizações governamentais e não governamentais, pela primeira vez debateram sobre as condições de vida da habitação social nos assentamentos do campo, seus habitats e áreas de produção.

* Amadja Henrique Borges é Arquiteta e Urbanista, Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-9606-2238>>. Cecília Marilaine Rego de Medeiros é Arquiteta e Urbanista, Doutoranda na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-5464-4299>>.

¹ Atualmente Divisão de Desenvolvimento e Consolidação do Projeto de Assentamento.

O panorama, naquele momento, estabelecia a produção de alimentos como responsabilidade da Diretoria de Assentamento¹ do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e de suas superintendências por estado. O parcelamento do solo, seus habitats e suas habitações eram e continuam considerados também como demandas de produção. As regras, procedimentos e normativos destinados a eles eram vagos, o que dificultavam suas compreensões, gerando conflitos e ficando dependentes de interpretações múltiplas entre movimentos e o INCRA. O resultado quase sempre eram construções fora das normas técnicas, problemas estruturais e falta de conforto ambiental. Havia conflitos e confrontos, mas também negociações e alguns entendimentos entre o órgão gestor, movimentos sociais e suas assessorias.

Com a incorporação da Caixa Econômica Federal (CEF), no RN, depois de 2008, sua forma de atuação e suas normas internas dificultaram que entidades organizadoras (movimentos e assessorias) compreendessem e seguissem as orientações técnicas da mesma. As negociações limitavam-se a reuniões burocráticas e, quase sempre, permeadas de decisões autoritárias. Isto gerou conflitos ainda maiores que com o INCRA pois este, ao “terceirizar” seu papel, diminuiu seu poder de decisão, ao qual os assentados já estavam adaptados. Após uma década de gestão de suas habitações, os movimentos do campo não se adaptaram à CEF e, no final de 2012, conseguiram o retorno da responsabilidade da construção das habitações dos assentados pelo INCRA².

² Mais dados sobre a temática a partir do INCRA, ver Cerqueira (2019).

Ao longo do seu percurso, o GERAH enfatizou e deu continuidade ao estudo teórico-metodológico, considerando a importância da relação teoria e prática, sem deixar de lado as especificidades de cada campo do conhecimento ou da práxis (BORGES, 2010). Portanto, sua produção acadêmica tem sido voltada tanto para a assessoria técnica ao habitat de interesse social para além da dicotomia rural-urbana, como para a produção do espaço e o habitat na obra de Henri Lefebvre (subgrupo GERAH-Lefebvre).

A produção do Grupo foi incorporando novas referências, técnicas e parâmetros, como, também, construindo caminhos para a formação de um curso de arquitetura e urbanismo para filhos de assentados, reivindicado pela comissão pedagógica do MST, desde o I Colóquio de 2006. Em 2015, recomeçaram as iniciativas para uma proposta comum, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Como este foi extinto em 2020, deixamos seu desenvolvimento para outro momento, nos focando neste artigo no papel social da universidade, em busca de uma Reforma Agrária e das possibilidades que o encantamento sobre o habitat do campo pode nela produzir, a partir de momentos do passado que alimentam o presente e o futuro.

O Encantamento com as possibilidades para o habitat do Campo

Quando se deu a oportunidade para os arquitetos e urbanistas chegarem ao mundo ainda desconhecido do campo e da Reforma Agrária, já mencionado, deu-se o encantamento no imaginário intelectual de gerações de professores e estudantes. Isso ocorreu nove anos após o final da Ditadura Militar (1964-1985). Para alguns, as histórias sobre as Ligas Camponesas (1955-1964), as Diretas Já (1984-5), a participação nas plenárias populares pró-Constituinte - que antecederam a Constituição de 1988, assim como a formação do MST no País (1984) e sua vinda para o RN (1992), constituíam a possibilidade de participarem da realidade, só representada nos livros de história, nos noticiários truncados dos jornais, ou nas conversas dos mais velhos.

Arrastavam-se nos anos que seguiram à promulgação da Constituição, a estruturação do estado para cumpri-la, enquanto os conflitos continuavam, tanto no campo como na cidade. Para o campo, cabia ao INCRA dar respostas concretas para a sua nova função: assentamentos para famílias sem-terra produzirem e viverem. Foi pensando na organização interna dos assentamentos nessas novas áreas, que a coordenação do Grupo buscou se agregar aos demais saberes, preparando caminhos para poder contribuir com avaliações e propostas referentes à arquitetura e urbanismo, ampliando fronteiras *mato adentro*.

A primeira área assessorada foi o Assentamento Zabelê (Touros/RN), com 334 famílias já pré-assentadas em duas agrovilas (habitat) em implantação (ver Figura 1). Na ocasião, havia um impasse: morar mais perto das áreas de trabalho ou da área comunitária? Fazer o terceiro habitat ou vencer, diariamente, cerca de 10 km (de ida e de volta) a pé, de carroça, de moto? A atração pela área comunitária não era somente o poço, a creche e a casa de farinha. Tinha sido lá o principal lugar da ocupação daquela propriedade, lendária no imaginário popular. A aproximação teve início enquanto objeto de estudo do 8º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo – CAU/UFRN, de pesquisa e de extensão de seus professores. Neste assentamento foram realizados estudos de planejamento e projetos, visitas e reuniões com a comunidade, suas lideranças e o INCRA. A partir do trabalho coletivo, foram feitas propostas, projetando alterações e complementos quanto ao parcelamento do solo, questões ambientais e de habitabilidade para seus habitats. Após vários debates, passaram a três (os habitats): Aracati, Cajá e Santo Antônio, nos municípios de Touros e Pureza-RN. Algumas das propostas do Grupo foram seguidas, com ou sem adaptações.

Figura 1: Primeira reunião de assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo ao MST pela UFRN, Assentamento Zabelê, 1994. Fonte: Acervo do GERAH.



O segundo assentamento assessorado foi o Santa Terezinha (João Câmara-RN), contemplando 89 famílias. A parceria com o Movimento e o INCRA teve continuidade e, neste assentamento, maior organicidade: foram asseguradas reuniões decisórias entre as partes, a partir das quais deveriam ser postas em prática. Inicialmente houve o consenso sobre a configuração de seus habitats. O MST propôs pequenos lotes de moradia e sua assessoria, uma vacaria coletiva, equipamentos sociais concentrados nas construções remanescentes, construções em solo-cimento. Os técnicos do INCRA desestimularam os assentados a utilizarem o solo-cimento e os projetos adequados ao número de moradores, seguindo o padrão-INCRA em alvenaria, porém com uma varanda maior. Além disso, não houve controle na demarcação de cada habitat.

Em 1996, para o Assentamento Terra, Trabalho e Liberdade (TTL), em Bento Fernandes-RN, teve seus três pequenos habitats demarcados de acordo com o projeto do Grupo, destacando-se o empenho da sua comissão dirigente do MST local. No mesmo ano, foram estudadas as características gerais de todos os assentamentos originários da luta do MST no RN (10) "*in loco*", quando as parcerias orientavam os assentados de cada área ainda em fase de pré-assentamento.

Essas experiências motivaram uma das professoras do Grupo à realização de doutorado em Arquitetura e Urbanismo, em 2002, na FAU-USP. Levava na bagagem suas inserções na temática para complementá-la nas terras onde o MST coordenava "o maior movimento do século XX" (GOHN, 1997). Na práxis, procurou caminhar no cotidiano dos movimentos sociais por moradia e de suas assessorias urbanas, na luta pela Reforma Urbana.

A referida tese, "MST: Habitats em movimento", trata da configuração espacial dos habitats dos assentamentos chamados de "reforma agrária", especificamente dos originários da luta do MST no RN e em SP (BORGES, 2002). A partir dela, o Grupo iniciou seu referencial teórico-metodológico e deu continuidade às suas investigações ora simultâneas, ora específicas, de ensino, extensão e pesquisa, construindo, pouco a pouco, o método "O Desenho do Possível".

A tese anteriormente referenciada teve uma escolha metodológica baseada, sobretudo, no desenvolvimento do método regressivo-progressivo para a área de estudos em habitação social no campo, especificamente para a compreensão do espaço construído e vivido (ver figura 2), da vida cotidiana e das políticas destinadas aos movimentos sociais no campo (BORGES, 2015; BORGES et al, 2016). Dirigindo-se, sobretudo, à tipologia dos habitats dos assentamentos chamados de "Reforma Agrária", foram indicados desdobramentos que consolidaram as ações do Grupo do DARQ, desde 1994. Dentre eles, destaca-se a importância em considerar a palavra de seus movimentos - dirigentes, assentados e lideranças - nas decisões de planejamento de seus habitats - das suas concepções, aos seus processos construtivos e gerenciadores - assim como as especificidades da habitação social do campo e a sua relação com o trabalho, os tempos e suas demais singularidades ambientais e culturais.

Nesse sentido, o método "O Desenho do Possível" cria parâmetros para o desenho e a construção de habitats de assentamentos rurais enquanto reflexo do vivido e das expectativas de organização do Movimento, mediante um processo de planejamento participativo. A práxis do Grupo pode ser melhor compreendida com a descrição das experiências de assessoria, relatadas nos próximos tópicos.

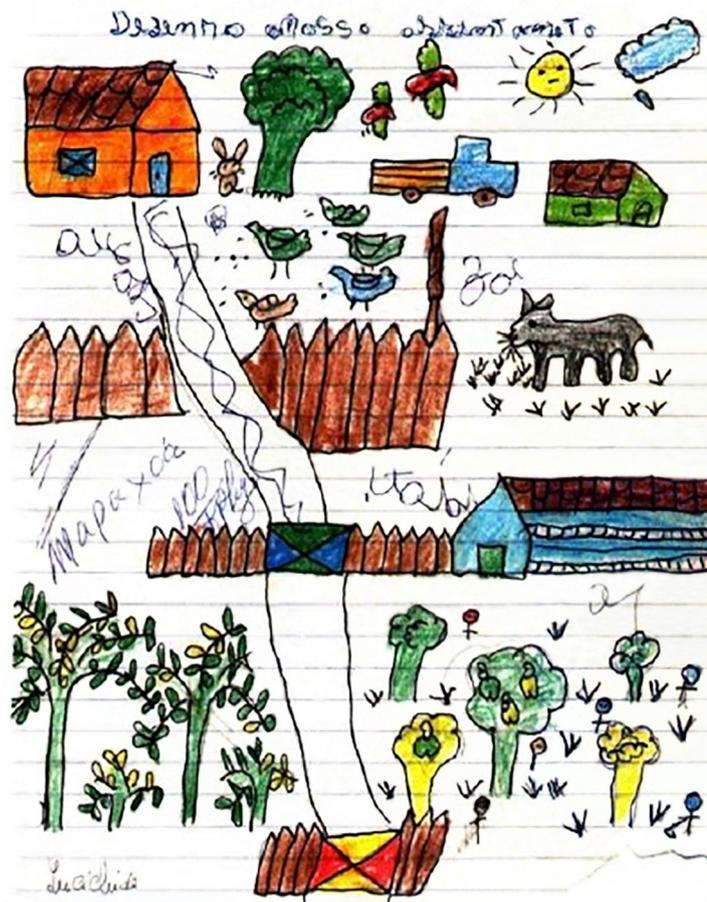


Figura 2: Assentamento Xoá-RN: Habitat concentrado Agrovila Xoá. Croquis de assentada de 14 anos, em janeiro de 1999. Fonte: Borges, 2002.

Reencontro com o campo e multiplicidade de perspectivas

2002 foi o ano de reestruturação da relação do DARQ com o campo, das articulações com a nova direção do MST no RN e suas demandas, e debates sobre as perspectivas teóricas e práticas da parceria. Na Universidade, o Grupo estudava o espaço do habitat, tanto na obra de Lefebvre, como no retorno à assessoria aos assentamentos do campo, na formação e envolvimento dos estudantes da pós-graduação e da graduação. Oficializa-se enquanto GERAH e, a partir de então, ampliaram-se os diálogos e vínculos com outros grupos de estudo, inicialmente da própria universidade.

As ações da assessoria no Assentamento Maria da Paz (João Câmara-RN) tiveram início ainda naquele ano, na fase do acampamento (2002), enquanto exercício para estudantes e acampados, realizando propostas preliminares para a área possível de ser desapropriada. Para tanto, utilizou-se das formas de habitat nos assentamentos propostos pelo MST naquele momento. A partir da imissão de posse da área, em 2003, o GERAH e o MST coordenaram o planejamento participativo da área oficial do Assentamento. A assessoria realizou-se em pesquisa-ação, incluindo o planejamento ambiental, com o apoio de vários especialistas, curso para pedreiros, além do acompanhamento frequente do mutirão de construção das habitações. Após a conclusão do espaço das habitações, a parceria de engenharia civil desenvolveu o esgotamento sanitário coletivo com reuso das águas residuais para fins de irrigação.

O Maria da Paz foi a primeira de uma série de experiências do reencontro do Grupo com o campo e suas parcerias. O estudo compartilhado com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) envolveu a concepção dialógica de espaços de produção agrária (MST/INCRA) com o seu desenvolvimento sustentável (com a participação do Grupo de Estudos de Práticas Educativas em Movimento (GPEM/UFRN) e de técnicos ambientais voluntários (PAULA, 2005), assim como o planejamento (GERAH/MST): desde o parcelamento do solo, desenho de seus habitats, sua demarcação e construção de suas habitações, em regime de mutirão assistido.

Entre 2003 e 2005, aconteceu o processo construtivo das habitações, iniciado com a adaptação de uma edificação existente para funcionamento do almoxarifado e oficinas de educação ambiental. Em seguida, com apoio do SENAR, o GERAH realizou o curso para pedreiros. Já o mutirão teve quatro contramestres (um por núcleo), pedreiros, ajudantes, responsáveis pelas compras e almoxarifado. Planejou-se experimentar o processo construtivo em *Linha de Balanço* e o sorteio ao final da construção das habitações (meados de 2005). No entanto, o primeiro foi sendo substituído pelo sistema em *etapas*, com equipes fixas por núcleos e, ao final, o mutirão adaptou-se, diante das possibilidades de seus participantes.

Quanto ao projeto da habitação, realizado com os assentados, foi apropriado até que fosse construído o primeiro exemplar: houve, então, descontentamento quanto ao tamanho da cozinha. Em assembleia observou-se que aquela era a opinião da maioria, solucionando o conflito a partir da incorporação da área de serviço à cozinha.

Figura 3: Momentos da assessoria do GERAH ao Assentamento Maria da Paz. Fonte: Acervo do GERAH.



Este conflito de saberes representa, por um lado, escolhas diante dos poucos recursos financeiros (R\$3.500,00, que o superintendente do RN conseguiu aumentar para R\$5.000,00) e o claro estranhamento do Grupo, ainda naquele momento, das necessidades das famílias do campo, apesar da concepção coletiva com oficinas, maquetes físicas, curso de pedreiro. Essa experiência serviu de reflexão para as seguintes.

Por outro lado, anos após a sua construção, o Grupo verificou em uma visita, que a parada de ônibus do Assentamento tinha a forma das suas habitações, demonstrando a apropriação das propostas construídas em conjunto.

No que se refere ao parcelamento do solo, procurou-se a interação entre os vários parâmetros ambientais, organizativos, urbanísticos e populares, buscando alternativas para a produção. Dessa forma, o projeto apresentava respostas às características do modo de vida das famílias do campo e das concepções políticas e organizativas do MST, com distribuição dos lotes de habitação e de produção conforme os núcleos de organização.

O trabalho de concepção das experiências deu-se de maneira participativa, envolvendo assentados e militantes em todos os momentos, sendo este assentamento a principal referência do INCRA, do MST e do método *O Desenho do Possível* (BORGES, 2006).

Em 2005 e 2006 foram, também, assessorados os assentamentos Quilombo dos Palmares (Macaíba-RN), Paulo Freire (Pureza-RN) e Resistência Potiguar I (Ceará-Mirim-RN). Neste último, o processo construtivo das habitações foi realizado em etapas, com equipes permanentes. Outra mudança foi a pré-definição de normativos técnicos pelo GERAH e o MST e pagamento de sua mão de obra, de acordo com a organização do processo. Quanto à sua concepção, seguiu o método participativo anterior, incorporando os projetos das equipes do assentamento. A partir de maquetes realizadas pelo GERAH dos projetos preliminares dos assentados, debatidos entre si, chegou-se à proposta da maioria, que traduzia o impacto das suas escolhas e a marca que representaria àquela comunidade. Esta percepção de projeto singular para cada assentamento, foi assimilada a partir de então, com muita força, nos assentamentos do RN que foram assessorados, em pelo menos uma de suas etapas, pelo GERAH.

No Paulo Freire (Pureza-RN) e no Quilombo do Palmares (Macaíba-RN), foram realizadas as mesmas técnicas quanto a seu planejamento, mas, no segundo, foram apresentadas diversas referências pois, a equipe de coordenação havia observado que os repertórios dos assentados eram restritos aos habitats do entorno, na maioria projetados por técnicos não especializados. Da mesma forma, suas referências de habitação reduziam-se às poucas variações do Padrão INCRA (ver Figura 5), de construção e conforto precários. Houve, então, progressos na qualidade das habitações e habitats a partir de então. No entanto, observava-se uma disputa dos construtores moradores dos assentamentos com a condução técnica da assessoria pois não queriam seguir as regras referentes à segurança de suas construções, desestabilizando a sua qualidade. Quando seus argumentos eram aceitos pelo INCRA, ou pelo Movimento, deixavam de requisitar a continuidade da assessoria. Observou-se, então, que no caso do Quilombo, não houve o mesmo controle técnico que as construções orientadas. Quanto ao Paulo Freire, o GERAH terminou sua participação com a entrega dos projetos assessorados,

orientando ao topógrafo do INCRA quando este quis mudar a forma do habitat na sua demarcação. Devido à falta de controle técnico, observou-se a diferença das construções dos assentamentos projetados com o GERAH e suas construções: com ou sem o acompanhamento de responsáveis técnicos.

Quanto às formas de cooperação nos seus processos construtivos, as dificuldades no campo eram maiores que nas experiências urbanas, uma vez que no campo escolhia-se os lotes de habitação desde o início. Como consequência, ao terminar sua habitação e a de seus próximos (cooperação entre amigos), o mutirante quase sempre era levado a limitar sua participação no trabalho coletivo. Como o MST trabalha na perspectiva de formação política de suas bases, incentivando o trabalho coletivo e o mutirão, houve uma interação entre o método *O Desenho do Possível* e alguns caminhos metodológicos do Movimento. No RN, antes da sua parceria com o GERAH, os mutirões por ele coordenados limitavam-se à compra coletiva de materiais ou o controle de seu armazenamento e, quando possível, um de seus dirigentes acompanhava o cotidiano da obra. No entanto, seus processos solidários nos momentos de acampamento, eram muito mais expressivos e poderiam inspirar, também, a construção dos seus assentamentos. Mas, como diz Ademar Bogo (2001), o acampamento é o momento da águia e o assentamento, da galinha, que passa a ciscar para tomar todo o milho para si.

No Assentamento Maísa (Mossoró-RN), maior do RN, com 19 mil hectares e 1.150 famílias, a atuação do Grupo aconteceu por meio de apoio técnico e metodológico à antiga Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Estado do RN (AESCA/MST). Esta entidade, através do convênio INCRA/SEBRAE/MST (2004-2005), efetivou a primeira experiência de assessoria técnica profissional em Arquitetura e Urbanismo em áreas de assentamento. Além deste, também foram contemplados outros do Oeste Potiguar, entre os quais o Terra Nossa (Mossoró-RN).

A efervescência de situações e a necessidade de se encontrar parceiros com os mesmos encantos, preocupações e vontade de contribuir com a habitação social do campo, suscitou a organização do primeiro Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação Social no Campo, pelo GERAH/UFRN e o MST-RN, com a parceria do INCRA e apoio da Secretaria de Assuntos Fundiários e Reforma Agrária (SEARA), que discutiu a temática junto aos agentes de órgãos responsáveis por ações no campo e de habitação social no campo e na cidade. Foram congregados mais de 100 participantes, sobretudo do MST, estudantes, professores, pesquisadores, agentes públicos, ONGs, outros movimentos sociais e demais interessados de várias partes do país. O evento foi realizado no Centro de Capacitação Patativa do Assaré (Ceará-Mirim-RN), escola de formação do MST no Estado. Na ocasião, a questão da habitação e da cidadania no campo puderam ser discutidas como partes de um todo. Como resultado, foi elaborada uma Carta que apontava linhas políticas gerais a serem atendidas pelos órgãos governamentais e os movimentos. Dentre os pontos considerados, os que dizem respeito especificamente à habitação tratavam, sobretudo, da ampliação dos créditos, chamando atenção para a necessidade de se atender elementos indispensáveis: assessoria técnica, infraestrutura para o habitat e metragem da habitação levando-se em consideração o tamanho da família. Este também foi um momento político importante para os participantes que cobraram ações das autoridades presentes do INCRA, parte das quais foram cumpridas logo depois do evento.



Figura 4 (topo): Momentos do I Colóquio Habitat e Cidadania (à esquerda, mística durante visita ao Assentamento Maria da Paz, e, à direita, visita ao mutirão no Resistência Potiguar 1). Fonte: Acervo do GERAH.

Figura 5 (embaixo): Assessoria para melhoria de habitações nos assentamentos (à esquerda, casa “padrão INCRA”, almoxarifado em casa de assentado contra-mestre ao centro e, à direita, construção de alpendre). Fonte: Acervo do GERAH.

Como consequência do Colóquio, a articulação entre os expoentes conhecidos e convidados, além dos que a eles se juntaram, foi fundamental para a compreensão do que acontecia em vários lugares do País, pois não havia políticas públicas acessíveis a todos. Concluiu-se que a produção de habitação nos assentamentos do campo, até o começo dos anos 2000 deu-se, principalmente, por meio de construtoras ou mutirões. Os escassos recursos destinados à construção dessas unidades, resultaram em habitações, em alguns casos incompletas, e que, após algum tempo apresentaram uma série de patologias construtivas.

Tendo em vista a generalização desses problemas, o INCRA, em 2005, através do crédito “Recuperação Materiais de Construção”, destinou recursos no valor de R\$3.000,00 para reforma e/ou ampliação das casas, perante apresentação de laudo técnico realizado por um profissional competente. Em 2007 esse valor aumentou para R\$5.000,00 e em 2008 o GERAH começou a atuar no projeto de melhoria habitacional de assentamentos já existentes, buscando sanar os problemas de ordem construtiva e projetual, através de uma equipe multidisciplinar que trabalhava paralelamente em diversos assentamentos. Novamente, foi necessário reconfigurar o método O Desenho do possível, buscando aplicá-lo à nova realidade de atuação dos profissionais de assessoria técnica do grupo³.

³ A respeito desse processo, ver Borges et al. (2016).

Em 2008, a direção do Movimento no RN, priorizou concorrer com as demandas, para o incremento do financiamento do INCRA, com a entrada de recursos financeiros oriundos do Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR). Este foi concebido pelo antigo Ministério das Cidades (MCidades) e gerido pela CEF. Naquele momento, as direções dos movimentos tentaram negociar para que o PNHR disponibilizasse meios para que pudessem enfrentar os novos desafios: contratações de técnicos e construtores especializados, transporte, orientações e consideração das especificidades do campo, assegurando mecanismos e ações de diálogo e flexibilidade.

O trunfo local para entrar na disputa entre as demais entidades organizadoras ligadas ao MST, foi a experiência acumulada com a assessoria do GERAH-UFRN. Por sua vez, o próprio movimento nacional concorria com os demais do País. Diante de vários projetos já realizados para concorrer, a sua direção local priorizou para a assessoria do GERAH a concepção, planejamento, construção ou melhoria de seus habitats e suas unidades habitacionais. Portanto, com a entrada da CEF e do MCidades, houve um redirecionamento da assessoria: finalizava, então, as etapas de acompanhamento no parcelamento para além do projeto da casa e de seu habitat, por um lado e, por outro, dispunha de aumento de recursos financeiros, esperando-se ganhar em qualidade na parceria pelo cumprimento do rigor técnico.

A partir do conhecimento de outras realidades no País, no entanto, observou-se que, nos estados em que os movimentos responsáveis tiveram menos recursos financeiros, ou parceiros que pudessem bancar os custos antes que fosse vencida cada etapa, a entrada no processo corria o risco de se tornar um *tiro no escuro* para os agentes e grupos sociais envolvidos. Inicialmente, a CEF só pagava todos os custos de uma etapa, depois de comprovar que o material planejado para ela já estava aplicado. O GERAH foi, então, convidado pela Direção do MST no RN para participar de uma reunião do movimento nacional com o Ministro Márcio Fortes de Almeida, do MCidades, quando argumentou contra tal medida e ela foi, então, revogada.

Este programa poderia ter gerado um salto de qualidade no atendimento a uma importante parcela da população brasileira. O seu foco perdeu-se nas disputas e falta de transparência, dificultando a generalização do acesso da maioria dos assentamentos às melhorias de condições de vida, respeitando-se o direito às diferenças. O novo gestor, a CEF, diante de um universo que não conhecia, utilizou-se de normas e penalidades baseados em experiências no urbano e, principalmente, com entidades organizadoras com capital de giro. No RN, os vários representantes dos assentamentos e dos movimentos, acostumados a grandes reuniões para resolver os impasses, tomaram ciência de que era muito difícil tentar mudar as decisões da CEF, pelo menos localmente. Mesmo com o apoio de outros parceiros, essas decisões eram, dificilmente, modificadas. Muitos dos embates criados, então, arrefeceram ou mesmo interromperam a continuidade do trabalho coletivo e as relações entre os demais parceiros.

Nos assentamentos planejados, quando a CEF demorava muitos meses para sua análise, aconteciam conflitos e seus assentados desistiam de seus processos. No RN, quando os projetos eram de autoria do GERAH, este liberava sua utilização, recomendando o seu acompanhamento técnico - o que não era, necessariamente, exigido pela gestão do INCRA ou da própria direção do Movimento. Para os referidos processos, raramente, os profissionais parceiros envolvidos foram remunerados ou contratados, como

acontece até hoje em contratos de risco, gerando constrangimento à coordenação da parceria GERAH/MST.

No caso dos assentamentos onde a maioria dos assentados havia sido contemplada com o financiamento conjunto INCRA/CEF (Bernardo Marim, em Pureza, e Roseli Nunes, em Ielmo Marinho), alguns assentados não puderam receber os recursos da CEF, em decorrência de pendências com financiamentos pretéritos⁴. Essas desigualdades também geraram conflitos internos e, como consequência, afetaram a dinâmica do processo coletivo.

Apesar da aprovação dos dois assentamentos supracitados, as especificidades dos normativos do novo agente exigiram a readaptação do método do Grupo. Os ajustes iniciaram com a obrigatoriedade de um trabalho social - formulado com o MST - para reforçar o envolvimento das famílias, através de cursos de mutirantes.

O mutirão de construção também sofreu adaptações durante o andamento das obras e adequação às necessidades técnicas e organizativas (configuração do canteiro, rearranjo entre etapas e equipes de construção) para minimizar os conflitos do processo. Com o cronograma da construção excedido, devido às paralisações e aos conflitos dos mutirantes com as regras e penalidades da CEF, o acompanhamento da assessoria técnica e do movimento tornou-se oneroso (MEDEIROS, 2013).

A partir da etapa de acabamento, o GERAH passou a acumular novos papéis no processo, por falta de recursos para as lideranças do Movimento e alguns colaboradores continuarem no acompanhamento do cotidiano das obras. Isso se dava porque os problemas se avolumavam por conflitos entre a CEF e os assentados e entre estes e os demais segmentos. Como consequência, as obras foram ficando cada dia mais

⁴ Sobre esses casos, ver Medeiros (2013).

Figura 6: Momentos (reuniões de planejamento nos assentamentos e etapas dos mutirões) da assessoria aos assentamentos Roseli Nunes e Bernardo Marim. Fonte: Acervo do GERAH.



lentas, o que diminuía os recursos para continuar pagando aos responsáveis técnicos e mestres de obras, que passavam a ir cada vez menos nos canteiros de obras. Como as entidades organizadoras não tinham mais combustível, quando podiam, iam de carona, mas não conseguiam mais atuar organicamente como gostariam. Como os professores e estudantes iam, semanalmente, aos assentamentos, após reunião com o MST e os grupos parceiros da UFRN, o GERAH passou a orientar ou acompanhar a construção das habitações e a mediar conflitos entre assentados, MST e CEF, que resultaram em diversas paralisações do processo e desmobilização dos grupos de trabalhos locais. Assim, o GERAH passou a exercer funções de *articulador social*, colaborando diretamente com o Movimento no RN, na busca por soluções e estratégias técnicas, organizativas e políticas.

Apesar da preocupação com as mudanças nos papéis de cada segmento, este novo papel do Grupo foi considerado como a estratégia possível para que as obras não parassem, os conflitos não piorassem ou que a falta de logística não impedisse às famílias de serem financiadas até o final do processo construtivo. Mesmo assim, pioraram, uma vez que a presença das direções dos movimentos não eram e não são substituíveis. Parte das conquistas foi assegurada, mas os gastos da Comissão de Compras do Bernardo Marim os impediu de receber a última parcela de financiamento da CEF e, além disso, o fato de alguns assentados do Roseli Nunes não terem finalizado a penúltima etapa da construção de suas casas, ou seguido os projetos na íntegra, também os impediu de receberem os recursos planejados. Talvez o possível não tenha sido finalizar as construções de suas casas, mas, ao final do processo, resolverem seus conflitos internos e aprenderem a trabalhar no coletivo, como no caso do Bernardo Marim. Quanto ao Roseli Nunes, que fora organizado em comissões com a participação de vários militantes do MST dentro do assentamento, a lentidão do processo com a CEF terminou minando as suas relações políticas e sociais. Seus próprios militantes sentiram a falta da presença da direção e se afastaram, voltando-se para a religião, desistindo da luta. Desistiram, inclusive, de dar continuidade ao projeto dos espaços livres, cujos recursos haviam sido conseguidos com um programa de extensão⁵. Estes foram destinados a outro projeto, apresentado a seguir.

5 O verso do reverso na construção do habitat do campo: gênero, participação e cidadania, financiado pelo PROEXT/MEC (2011-2012).

O GERAH executou, entre os anos de 2012 e 2014, um espaço público no Assentamento Rosário (Ceará Mirim-RN), articulado com o GEPEM e seus subgrupos de Ciências Sociais, discutindo ações de cidadania e a participação das várias associações daquele assentamento no projeto coletivo; e de Antropologia, levando às discussões sobre gênero e geração. Esta ação gerou a inserção, também, de instrutores em paisagismo e organização (professores do Assentamento), que repassavam para os demais assentados atividades semanais, tendo como fruto a apropriação de conhecimentos integrados (ver ANDRADE, et al, 2017).

Como desdobramento das ações do GERAH, o método *O Desenho do Possível* foi trabalhado em outras quatro intervenções na Comunidade Quilombola Moita Verde (Parnamirim-RN): (1) Enquanto colaborador do Grupo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo (GEAU), DARQ; (2) Desenvolvendo projetos de melhorias e reformas da comunidade quilombola e da sua vizinhança, com professores e estudantes de dois ateliês Integrados do 9º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN; (3) Com o trabalho final de graduação (TFG) sobre o habitat e o habitar em Moita Verde (ver AZEVEDO, 2019); e sua inclusão no (4) Projeto de Pesquisa do Grupo, a partir de 2019, Para além da dicotomia rural-urbana (PROPESQ/UFRN).



Figura 7: Momentos da assessoria para o projeto e execução de um espaço público, no Assentamento Rosário (mutirão com a participação dos jovens do assentamento, campo de futebol, praça e biblioteca) Fonte: Acervo do GERAH.

⁶ Coordenado então pelo Habis/ IAU/USP-São Carlos.

⁷ Coordenado então pelo Habis/ IAU/USP-São Carlos.

Quanto às questões teóricas e empíricas relativas ao habitat rural no País, o GERAH se articulou com o Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade – HABIS, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU/USP), com o Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável - CASAS, que funciona como o escritório modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB), e com a organização não governamental USINA – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, num interesse conjunto de debater sobre a política de habitação social e o habitat do campo, das águas e das florestas. Entre suas principais articulações têm-se os colóquios que aprofundaram e democratizaram essas questões com segmentos da sociedade a elas vinculadas. O primeiro desses, o Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação social no campo, já mencionado, foi o ponto de partida para a articulação entre vários profissionais e movimentos envolvidos com a temática, muitos dos quais engajados em outras entidades. Em 2011, ocorreu o II Colóquio⁶, na USP-São Carlos, e, em 2015, o III Colóquio⁷, em Brasília. Em outros momentos, com a colaboração do HABIS, o GERAH também desenvolveu o Projeto financiado pelo CNPq (2011/2014), “O Habitat do Campo”, sobre a temática e as articulações realizadas pelos dois grupos.

4. Produção versus obra ou perspectivas de futuro

“[...] minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história”. (FREIRE, 1996, p. 54)

Ao pautar Paulo Freire como um dos teóricos fundamentais na construção do GERAH, talvez não tenha sido dito o quanto ele esteve presente no cotidiano do grupo: a

partir de sua discípula e coordenadora do GEPEM, Marta M. C. A. Pernambuco, que debatia com o GERAH suas planilhas de orçamentos, organização das obras, definição de etapas de pagamento de mão de obra, entre outras apresentadas e discutidas à exaustão entre o MST, o INCRA e os assentados em diversos momentos. Sua obra inspirou a importância da troca de conhecimentos, no caso da produção da habitação social, na busca da autogestão. Os conflitos faziam parte do cotidiano e sem eles não haveria superações, planos b,c,d... Quanto a Lefebvre, faz-se importante enfatizar como se complementam em seus pressupostos dialéticos e marxistas. Para esse autor, o possível e o impossível caminham juntos. Assim, conhecendo o possível e o impossível, focando na transformação do impossível em possibilidade, orientando objetivos na direção de novas necessidades, é que atua o GERAH em sua parceria com o MST. Ou, como explica Oliveira (2011, p. 127),

Para imaginar o futuro, Lefebvre sugere levar o pensamento na direção de uma convergência realizada pela prática e não pela síntese. Este procedimento deve considerar os objetivos da ação política, no tempo, indo do possível (que existe naqueles momentos) ao impossível (que pode vir a se tornar possível); os elementos teóricos que vieram daquela prática política para prática urbana ordenados no decorrer da ação política, utilizados e dominados por essa ação; os elementos teóricos da filosofia norteando-a para outra perspectiva, em função da realidade a realizar; e, os elementos teóricos da arte enquanto elementos transformadores e de apropriação da vivência, do tempo, do espaço, do corpo e do desejo. (OLIVEIRA, 2011, p. 127)

Vimos que este momento de reconfiguração da política de habitação social do campo traz reflexões sobre as possibilidades de atuação do arquiteto e urbanista através da LATHIS. No terceiro e último Colóquio (2015), em Brasília, observou-se que os participantes envolvidos com as entidades representativas dos assentamentos do campo se abstiveram de apresentar alternativas ao programa vigente nas mesas redondas, provavelmente por considerarem que já se constituíam avanços em relação às políticas destinadas à "Reforma Agrária", com a chegada ao poder por seus aliados. Entre universidades, pesquisadores e assessorias - dentro ou fora do governo - não era muito diferente o constrangimento em criticar uma gestão progressista, o que significa que este encontro trouxe várias reflexões para todos.

Portanto, vê-se que este campo de estudo começa a se estruturar, mas tem, ainda, muito o que ser mudado até que a realidade se transforme, no âmbito das políticas e produção da habitação social no campo: se no I e II colóquios se criticava a gestão do INCRA, no III Colóquio viu-se que, na estrutura de um banco (CEF), a rigidez impossibilitava ainda mais o diálogo e as possibilidades de avançar na produção do habitat, para que pudesse ser apropriado por quem nele vivia. Mesmo havendo interesse em oferecer habitações sociais no campo, havia muitos problemas no seu método.

Nem sempre é fácil se fazer um trabalho coletivo de avaliação, na perspectiva de conceber uma obra, pois ela não é estática. Ela faz parte de um processo de troca de conhecimentos, é a cumplicidade da criatividade de uns com a necessidade de outros, de forma que uma (a criatividade) passe a ser a da outra (a necessidade), sobretudo, com parceiros que querem transformar este dia e esta noite, como reflete H. Lefebvre: "As estrelas só brilharão à noite, enquanto o homem não houver transformado este dia e esta noite" (1961, p. 348).

Se por um lado durante a 1ª gestão do INCRA, o órgão não tinha estrutura para trabalhar com habitação social e construção, além de toda a falta de recursos financeiros para remunerar os profissionais; por outro lado, durante a gestão da CEF, em vários estados, entre os quais o RN, a sua falta de métodos participativos para tratar com os movimentos sociais, desencadeou conflitos quase que generalizados entre os diversos agentes envolvidos. Estes resultaram na reivindicação, por parte dos movimentos, da retomada da gestão das construções das habitações para o INCRA, o que ocorreu posteriormente, em outubro de 2018 (ver CERQUEIRA, 2019).

Estudos sobre o trabalho de parcerias, como as descritas, são importantes para que os profissionais e movimentos envolvidos não se frustrem com a adversidade das condições de trabalho em habitação social. No entanto, se, de um lado, as políticas governamentais “permitem” as iniciativas dos movimentos e de seus parceiros, sem que lhes assegurem meios, do outro lado, as empresas da construção civil ocupam cada vez mais esse “nicho de mercado”. Para possibilitar a autogestão no processo de construção das moradias nos assentamentos do campo, não basta a parceria técnica. Reforça-se, portanto, a necessidade de um aparato de apoio diferenciado dado, até certo ponto, àqueles que estão em áreas urbanas.

A elaboração de estratégias para contornar os percalços encontrados ao longo do caminho adotado fazia parte da reflexão, quando as impossibilidades poderiam se transformar em possibilidades⁸. No entanto, essas possibilidades não contemplaram os profissionais de ATHIS e nem as entidades organizadoras que representavam os movimentos sociais. A forma de aplicação da LATHIS precisaria considerar essas diferentes realidades para alcançar, de fato, as famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, organizadas coletivamente, junto aos movimentos sociais, cooperativas e sindicatos, e não às assessorias técnicas dos governos municipais, estaduais ou federais.

⁸ Sobre possibilidades e impossibilidades, ver Lefebvre (1958, p. 243; e 1961, p. 340-357).

Referências bibliográficas

- ANDRADE, S. de A. E.; BORGES, A. H.; MEDEIROS, C. M. R. de; CERQUEIRA, M. C. T. de. Espaços livres públicos em assentamentos rurais: a experiência do Rosário. *Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*, v. 17, n. 17, 23 fev. 2017. p. 1-10. Disponível em <<https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/11756/10331>>. Acesso em: 06 fev. 2021.
- AZEVEDO, Beatriz S. B. de. *Habitat e habitar em Moita Verde: do vivido ao concebido em uma comunidade quilombola no RN*. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.
- BOGO, A. O MST e a cultura. (MST: Caderno de formação n. 34). 2a. ed. Veranópolis: ITERRA, 2001.
- BORGES, A. H. A moradia enquanto instrumento de aproximação entre as bandeiras de lutas dos movimentos do campo e da cidade. In LEAL, S. LACERDA, N. (org.) *Novos Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat: Olhares Cruzados Brasil-França*, org. Suely Leal, 415-434. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- _____. *MST: habitats em movimento: tipologias dos habitats dos assentamentos originários do MST nos estados de SP e RN*. (2002) Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____. O desenho do possível: A UFRN e o MST na construção de um projeto-referência de assentamento de reforma agrária. In: ANDRADE, I. A. L. de (org.). *Metodologia do trabalho*

social: a experiência da extensão universitária, org. Ilza Araújo Leão, 57-71. Natal: EDUFRN Editora da UFRN, 2006.

BORGES, A. H. Tipologias de habitats de assentamentos do MST em São Paulo e no Rio Grande do Norte. In: *Euro-ELECS Primeira Conferência Latino-americana e Europeia sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis*, 2015, Guimarães, Portugal. Anais do Euro Elecs 2015. Guimarães: EuroElecs 2015, 2015. v. 2. p. 853-862.

BORGES, A. H.; CERQUEIRA, M. C. T. de; MEDEIROS, C. M. R. de; ANDRADE, S. de A. e. A assistência técnica de arquitetura e urbanismo para além do espaço urbano: reforma e melhoria de habitações em assentamentos do MST e quilombola. In: *7º Seminário Mato-Grossense de habitação de interesse social: habitação e cidade: construindo consensos*, 2017, Cárceres, MT. Anais do 7º Seminário Mato-Grossense de habitação de interesse social: habitação e cidade: construindo consensos. Cárceres: Editora da UNEMAT, 2017. v. 1. p. 269-280.

_____. A construção coletiva de espaços livres públicos no Assentamento rural Rosário. In: *Euro-ELECS 2015 - Primeira Conferência Latino-americana e Europeia sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis*, 2015, Guimarães, Portugal. Anais do Euro-ELECS 2015. v. 2.

BORGES, A. H.; OLIVEIRA, M. S.; MEDEIROS, C. M. R. de; ANDRADE, S. A. e. *Apropriação do Habitat da Reforma Agrária no Brasil*. Norus - Novos Rumos Sociológicos, v. 4, p. 166-182, 2016.

BRASIL. Lei Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 dez. 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: 06 fev. 2021.

CERQUEIRA, M. C. T. de. *A Assistência Técnica nos Habitats do MST e o Papel do Arquiteto e Urbanista*. (2009) Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

_____. *Reconstruindo o desenho do habitat da Reforma Agrária: legado e possibilidades para o estado*. (2019) Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAUMONT, N. *Les pavillonnaires: étude psychologique d'un mode d'habitat*. Paris: L'Hamarttan, 2001.

INCRA/CRUB/UnB. *Relatório Final do I Censo da Reforma Agrária do Brasil*. Brasília, 1996.

LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne I*. Paris: L'Arche Éditeur, 1958.

_____. *Critique de la vie quotidienne II*. Paris: L'Arche Éditeur, 1961.

_____. *Critique de la vie quotidienne III*. Paris: L'Arche Éditeur, 1981.

_____. *Espace et politique*. 2ªed. Paris: Anthropos, 2000.

_____. *Du rural à'urbain*. Paris: Anthropos, 1970.

MEDEIROS, C. M. R. de. *Mutirão X Organicidade: Reflexões sobre os processos de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST no RN*. (2013) Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OLIVEIRA, C. S. de. *Henri Lefebvre: Possibilidades teórico-metodológicas para Arquitetura e urbanismo*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal, RN, 2011.

PAIVA, I. A. *Aprendizados da prática coletiva: assentados e militantes do MST*. 2003. Tese (2003) (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2003.

PAULA, H. P. *Educação e sustentabilidade: assentamento Maria da Paz – João Câmara/RN*. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

Recebido [Nov. 24, 2022]

Aprovado [Jun. 05, 2023]

A extensão universitária do grupo Periférico e do EMAU-CASAS da FAU-UnB na produção do habitat rural: o caso do Pequeno William do MST em Planaltina – DF

Liza Maria Souza de Andrade, Camila Maia Dias Silva, Acácio Machado Alves, Gustavina Alves da Silva, Natália da Silva Lemos*



Figura da página anterior (recorte): Trabalhadores rurais fazem manifestação em Brasília pela reforma agrária. Fonte: A autoria de J. R. Ripper. (Imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Resumo Considerando a pequena inserção da temática da produção do habitat no campo nos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil, o artigo traz um relato sobre os trabalhos extensionistas – percurso e método – relacionados à produção do habitat rural e à produção camponesa nos assentamentos da reforma agrária no DF, desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa “Periférico, trabalhos emergentes” e do EMAU/CASAS da FAU/UnB. Com foco no assentamento Pequeno William do MST, em Planaltina, os trabalhos relatados tratam do planejamento espacial e buscam valorizar o saber camponês, o protagonismo dos estudantes e o envolvimento da comunidade, ensaiando uma ecologia de saberes no campo.

Palavras-chave: habitação rural, espaços comunitários socioproductivos e agricultura.

La extensión universitaria del grupo Periférico y EMAU-CASAS de la FAU-UnB en la producción de hábitat rural: el caso del Pequeño William del MST en Planaltina – DF

Resumen Considerando la pequeña inserción del tema de la producción del hábitat en el campo en los cursos de arquitectura y urbanismo en Brasil, el artículo informa sobre los trabajos de extensión relacionados con la producción del hábitat rural y la producción campesina en los asentamientos de la reforma agraria del DF, desarrollados por el Grupo de investigación “Periférico, trabajos emergentes” y del EMAU/CASAS de la FAU/UnB, que integra la planificación espacial y el trabajo campesino, centrándose en el asentamiento Pequeno William del MST en Planaltina. Estas son obras que valoran el conocimiento campesino, el protagonismo de los estudiantes y la participación de la comunidad, experimentando una ecología del conocimiento en el campo.

Palabras clave: vivienda rural, espacios comunitarios socioproductivos y agricultura.

The university extension of the Periférico group and EMAU-CASAS of FAU-UnB in the production of rural habitat: the case of Pequeno William of the MST in Planaltina – DF

Abstract Considering the small insertion of the theme of habitat production in the countryside in architecture and urbanism courses in Brazil, the article reports on extension works related to rural habitat production and peasant production in the agrarian reform settlements of the DF, developed by Research Group “Periférico, trabalhos emergentes” and the EMAU/CASAS from FAU/UNB, which integrates space planning and peasant work, focusing on the MST’s Pequeno William settlement in Planaltina. These are works that value the peasant knowledge, the protagonism of the students and community involvement, aiming at the true ecology of knowledge in the countryside.

Keywords: rural housing, socio-productive community spaces and agriculture.

O artigo trata da produção do habitat rural, inclui o planejamento espacial e o trabalho camponês, a partir de experiências acumuladas nos trabalhos extensionistas realizados em assentamentos da reforma agrária do DF, desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa *Periférico, trabalho emergentes* e o Escritório Modelo *Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável* (EMAU/CASAS), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, tendo como foco o assentamento Pequeno William do MST. Tais experiências, realizadas no âmbito rural, envolvem projetos de pesquisa e extensão, articulados como trabalhos de conclusão de curso, na graduação e pós-graduação *lato sensu*, bem como na disciplina optativa *Prática em Escritório Modelo em Arquitetura e Urbanismo* (PEMAU) da FAU-UnB. Vinculadas ao EMAU/CASAS, estas iniciativas tornam-se relevantes, tendo em vista a pequena inserção da temática nos cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil.

A abordagem de análise surgiu a partir do *I Seminário Regional do Habitat Rural*, organizado pelo Grupo de Pesquisa Habis do IAU/USP, sobre a produção da habitação e do habitat nas áreas rurais brasileiras. A Mesa IV¹ do eixo temático *O habitat rural e a produção camponesa* tinha como objetivo explorar a vinculação entre o projeto de assentamento e a produção da agricultura camponesa, mais precisamente a interseção dessas esferas distintas – a do trabalho camponês e a do planejamento espacial. A ideia era debater com pesquisadores de outras regiões do Brasil suas experiências e reflexões acerca do tema.

Assim, foi lançada a questão: de que forma o projeto espacial pode colaborar para atenuar a submissão do campesinato ao capital na esfera da produção camponesa, seja coletiva ou unitária, uma vez que os arquitetos não dominam as dinâmicas relativas ao mundo do trabalho camponês? Nas cidades, os estudos sobre a produção do espaço estão avançados na relação entre as dinâmicas que configuram o espaço urbano e o mundo do trabalho, apesar de não serem tão integrados. No campo, ainda é necessário avançar quanto ao conhecimento e apropriação da realidade camponesa para que nas universidades os estudantes, os professores bem como os profissionais possam trabalhar de maneira mais adequada com o projeto espacial.

Nesta ocasião, a intenção do Grupo Habis foi construir uma reflexão sobre duas visões essencialmente diferentes. Na primeira, numa escala mais ampla, a organização espacial é considerada a dimensão territorial regional, discute se as políticas públicas do Estado no nível regional podem ou não reforçar a dependência do campesinato ao capital, no âmbito da produção da agricultura camponesa. Na segunda, a organização espacial é analisada na escala dos assentamentos rurais, faz uma reflexão se a ação localizada dos movimentos sociais no projeto espacial de assentamento influencia na criação de estratégias de produção camponesa menos atreladas ao grande capital.

Assim, a partir das reflexões do Grupo Habis sobre a produção do habitat e da agricultura camponesa, considerou-se no artigo as análises de diferentes aspectos que

* Liza Maria Souza de Andrade é Arquiteta e Urbanista, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-6624-4628>>. Camila Maia Dias Silva é Arquiteta e Urbanista, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-8854-0161>>. Acácio Machado Alves ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-8035-8747>>. Gustavina Alves da Silva é Graduada em Agroecologia, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-3013-7177>>. Natália da Silva Lemos é Arquiteta e Urbanista, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-6839-098X>>.



Figura 1: Territórios de Extensão do Grupo de Pesquisa Periférico, trabalhos emergentes em parceria com a Incubadora de Cooperativas Populares da FUP/UnB. Fonte: Liza Andrade.

Nota 1 da página anterior:

1 Com participação da professora Liza Maria Souza de Andrade, do Grupo Periférico da FAU/UnB.

2 Curso de especialização Reabilita (Reabilitação Sustentável Arquitetônica e Urbanística), integra o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, em nível de especialização Lato sensu na pós-graduação.

configuram o conceito de habitat rural: a questão agrária, o acesso à infraestrutura, os equipamentos e serviços, a habitação e a produção da agricultura camponesa.

O Grupo Periférico atua com pesquisa e extensão nos assentamentos da reforma agrária do MST na região de Planaltina no DF (Pequeno William e Oziel Alves) bem como nos territórios quilombolas do Estado de Goiás, o Quilombo Mesquita e o Engenho II nos Kalungas da Chapada dos Veadeiros. Além disso, atua em vários territórios do DF e entorno (Figura 1) com o desenvolvimento de pesquisas sobre temas periféricos e marginalizados nas grades curriculares dos cursos de arquitetura e urbanismo relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e a Reforma Agrária) integrados. Atua no formato de “pesquisa-ação” por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão “transdisciplinar” e “transescalar”, abrangendo movimentos populares, comunidades da periferia, entidades ambientalistas bem como comunidades camponesas e tradicionais.

Neste artigo, escolheu-se o estudo de caso do assentamento rural Pequeno William do MST localizado em Planaltina, tanto pelo volume de estudos desenvolvidos pelo Grupo Periférico (os quais incluem trabalhos de conclusão na graduação e pós-graduação), como pesquisas desenvolvidas pelos próprios camponeses no curso de especialização Reabilita da FAU/UnB², caracterizando assim, lembrando Santos (2011), um trabalho de “ecologia de saberes”.

Acreditando nas articulações complexas entre o campo e a cidade, nas articulações sociais que extrapolam os limites entre o urbano e o rural, o Periférico atua como assessoria técnica, envolvendo as comunidades, articulando ou agenciando associações e coletivos existentes, atuando no desenvolvimento de projetos de arquitetura e urbanismo de

habitação social no campo e na cidade, urbanismo participativo (planejamento do território, planos de bairro, planos de vila) em ocupações urbanas, contribuindo no processo de regularização fundiária, com estratégias de pedagogia urbana em escolas públicas para jovens e crianças, espaços socioprodutivos no campo, construção de cenários agroecológicos em assentamentos rurais, planejamento *afrrural*³ para territórios quilombolas, equipamentos comunitários e culturais, espaços públicos e parques urbanos, circuitos culturais, praças abandonadas, vias deterioradas e becos. Contabiliza-se aproximadamente mais de 40 trabalhos até o ano de 2022.

O grupo tem desenvolvido inovações em processos de ensino com metodologias ativas e de inclusão social, participando do desenvolvimento de tecnologias sociais com comunidades, sempre procurando uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar envolvendo outras áreas do conhecimento que compõem a promoção da saúde, a economia solidária e os direitos humanos. Estas experiências são vividas como uma construção social de forma a promover uma dupla troca de saberes: entre estudantes e comunidade, e entre esta e a universidade para atender aos problemas e identificar as potencialidades locais.

O Periférico trabalha em parceria com o Observatório de Tecnologia Social da América Latina e a Incubadora de Cooperativa Populares da FUP/UnB, ambos vinculados ao Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade (NPTCS⁴), liderado pelo professor Ricardo Toledo Neder, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM/UnB). O Núcleo tem em sua carta de princípios como marco sinalizador a noção de cidadania sociotécnica, assumindo que existe uma questão político-cognitiva, e ideológico-existencial vivida pelos mais diversos grupos e movimentos sociais, movimentos operários e sindicais, entre outros, diante da questão de democratização dos processos de mudança tecnológica para que os sujeitos possam incidir sobre a política científica e tecnológica⁵.

O artigo estruturou-se em duas partes. A primeira é um relato da experiência dos trabalhos de extensão sobre a produção do habitat rural do Grupo Periférico e do EMAU-CASAS nos assentamentos da reforma agrária do DF, abordando a evolução e as interconexões bem como o processo metodológico adotado pelo Grupo Periférico. A segunda trata dos diferentes aspectos que configuram o conceito de habitat rural no assentamento Pequeno William do MST: a questão agrária, o acesso à infraestrutura, os equipamentos e serviços, a habitação e a produção da agricultura camponesa.

A extensão universitária do Grupo Periférico integrada ao EMAU-CASAS nas áreas rurais do DF e entorno: percurso e método

O Projeto de Extensão de Ação Contínua (PEAC/DEX) *Periférico, trabalhos emergentes* da FAU/UnB teve início em 2013 com a experiência do primeiro trabalho final de graduação - de caráter extensionista. Sua institucionalização como PEAC deu-se apenas em 2016 e, como Grupo de Pesquisa registrado no CNPQ, em 2017.

A ideia de criar o grupo surgiu para atender uma grande demanda de projetos sociais que o escritório modelo de arquitetura e urbanismo – EMAU/CASAS da FAU/UnB não conseguia suprir, oferecendo oportunidade de dar continuidade a trabalhos que

³ Projeto de Diplomação “Planejamento Afrrural Quilombo Mesquita: escalas para preservação territorial e identitária” desenvolvido por Mariane Paulino. Este conceito Afrrural foi baseado no Projeto “Quilombos das Américas – Articulação de Comunidades Afrrurais”, projeto piloto com foco nas comunidades rurais de afrodescendentes da América Latina. <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=687&Itemid=60>.

⁴ <<http://npcts.unb.br/>>.

⁵ A alta interdependência entre tecnologia e definição das condições de exclusão e inclusão social passou a ser um dos elementos centrais caracterizador das pesquisas no campo dos Estudos (interdisciplinares) Ciência Tecnologia e Sociedade a partir dos anos 1970 na vertente latino-americana. Esta abordagem passou a ser denominada de Pensamento Latino-americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PLACTS).

passaram pelo escritório modelo, fortalecendo a política de extensão - a qual consiste no envolvimento com as comunidades e no protagonismo estudantil. Alguns estudantes conseguem bolsas para desenvolver seus trabalhos finais de graduação em Editais do Decanato de Extensão da UnB.

O EMAU-CASAS ligado à Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (FENEA) – atua desde 2002, foi institucionalizado em 2009 com dois PEACs, o PATUA e o ASAS. Vem desenvolvendo um papel importante no contexto da FAU/UnB como escritório modelo para a formação dos estudantes. O objetivo é garantir que cada vez mais alunos tenham formação política e contato com demandas reais de projetos de arquitetura com cunho social. Busca-se assim alguma resistência ao pensamento neoliberal, que predomina no campo da arquitetura e urbanismo, incluindo saberes populares no processo de pesquisa, subsidiando a elaboração de projetos, promovendo eventos, como pequenos mutirões.

A disciplina optativa de PEMAU é uma oportunidade de envolver estudantes da FAU/UnB, assim como os estudantes da pós-graduação em Estágio Docente e pesquisas afins nos territórios. Neste contexto, a coordenadora⁶ dos três PEACs procura fazer a parceria do Periférico com o CASAS.

⁶ A professora Liza Maria Souza de Andrade é coordenadora dos três Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEACs) Periférico, ASAS e PATUA, também é líder do Grupo de Pesquisa “Periférico, trabalhos emergentes” registrado no CNPq.

Os trabalhos de extensão no meio rural no EMAU/CASAS iniciaram-se em 2014 com a demanda do Movimento Rio São Bartolomeu Vivo, que trabalha com comunidades vulneráveis da referida bacia hidrográfica e visa a regeneração das margens dos córregos da região, bem como a busca de apoio para o processo de planejamento junto ao INCRA (Portaria nº 321/1997) nos moldes do Projeto de Assentamento Casulo. Buscava-se um modelo de assentamento com espaço compartilhado e descentralizado para atividades agroecológicas e agropecuárias economicamente viáveis aliadas ao desenvolvimento da comunidade.

Tinha como objetivo desenvolver o parcelamento do solo da Ecoagrovila Renascer, baseado no conceito de Ecovila e nos princípios de sustentabilidade para o desenho do lugar, introduzindo metodologias participativas e envolvendo estudantes e assentados do Movimento de Apoio à Trabalhadora e ao Trabalhador (MATR). Foram desenvolvidas quatro propostas para 40 e 50 famílias, de 2 a 2,5 hectares por lote, que buscavam conciliar a realidade concreta do assentamento à expectativa dos moradores, considerando as exigências do INCRA e do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

Nesse ínterim, o pré-assentamento da Ecoagrovila Renascer enfrentou disputas políticas internas relativas ao parcelamento da terra. No final de 2015, o trabalho foi paralisado devido a conflitos entre os pré-assentados e o INCRA, envolvendo a definição da lista dos futuros moradores e a quantidade de pessoas no assentamento, tendo em vista exigências do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), órgão ambiental do DF. Do grupo inicial com 120 famílias, 80 estavam ocupando a área naquele momento. Por exigência do INCRA, o grupo viu-se obrigado a reduzir ao máximo de 40 famílias, para garantir a permissão de ocupação da terra.

O planejamento do habitat permitiu discutir as possibilidades de compatibilizar a produção tradicional com alternativas mais sustentáveis de cultivo e manejo do solo.

Hoje, o trabalho realizado pelo CASAS, consolidado em forma de relatório técnico, é útil no processo de regularização fundiária junto ao INCRA e ao IBRAM.

A experiência permitiu que o CASAS contribuísse na organização do *III Colóquio Habitat e Cidadania: habitação no campo, nas águas e nas florestas* em 2015, realizado na UnB junto com o Grupo Habis do IAU/USP e o GERAH do DARQ/UFRN. No contexto deste evento, o resultado do trabalho foi apresentado sob o título *Da realidade ao sonho: uma tentativa de planejamento participativo do parcelamento do solo modelo Casulo/INCRA para a Ecoagrovila Renascer EMAU-CASAS/FAU/UnB*⁷. Permitiu também aos pesquisadores, estudantes e bolsistas do Proext 2015 conduzir uma pesquisa mais abrangente sobre os processos burocráticos de divisão de terras destinadas a assentamentos rurais e sobre o financiamento de unidades habitacionais de interesse social no campo pelo PNHR, sua relação de contraste com a realidade de concepção arquitetônica a partir de ecotécnicas (SATTler, 2007) presenciada nos assentamentos rurais em formação no Distrito Federal⁸.

As visitas de campo aos assentamentos Pequeno William, Colônia I e Oziel Alves III, todos do MST, desdobraram-se em constatações distintas acerca da opinião popular sobre os materiais e técnicas construtivas presentes nas unidades do PNHR, que contam com escassos recursos para uma produção adequada. No assentamento Pequeno William, foco deste artigo, quando os camponeses foram questionados se recorreriam ao PNHR para o financiamento habitacional, muitos relataram que não teriam seu modo de vida contemplado pelas unidades padrão do PNHR. Segundo alguns camponeses, a casa ideal deveria ser construída com tijolos de adobe produzidos no assentamento e contar com uma grande varanda “para ver passar o tempo” – expressão usada pelo Gaspar, líder do assentamento, falecido em 2018.

Com a falta de oportunidade de acesso ao recurso do PNHR, alguns moradores lançaram mão da autoconstrução – aplicando o saber autodidata de técnicas tradicionais muitas vezes aprendidas em família, nos lugares de origem, antes da chegada da construção civil industrializada⁹. Por outro lado, o assentamento rural da Fazenda Larga, implantado pela Secretaria do Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI), recebeu o financiamento do PNHR e as casas foram construídas em conformidade com os padrões construtivos vigentes (concreto armado e alvenaria), conforme previsto pelo programa. Algumas famílias relataram desconforto térmico dentro das unidades no primeiro assentamento ao receber casas do PNHR; outras queixaram do tamanho reduzido dos cômodos, o que demonstra a ausência de assistência técnica especializada às comunidades.

Contudo, alguns moradores continuam a utilizar a moradia antiga. Alguns relataram o desejo de aumentar a casa, a insatisfação quanto à falta da varanda e de cômodos conjugados, a ausência de espaço para o fogão a lenha, entre outros.

A partir de pesquisas e vivências em alguns territórios rurais do DF, o Grupo Periférico vislumbrou a possibilidade de desenvolver alguns projetos para o habitat no campo, em parceria com os camponeses, relacionando o planejamento espacial, a habitação, a infraestrutura e equipamentos e a agricultura camponesa, conforme o conceito de Adequação Sociotécnica (AST), apresentado a seguir.

⁷ Publicado na Revista Paranoá <<http://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/issue/view/400>> n. 17 (2016): Habitat no Campo, nas Águas e nas Florestas.

⁸ O artigo produzido pelos bolsistas em conjunto com os professores, denominado *Financiamento habitacional no campo: a sustentabilidade como problemática no desenvolvimento de edificações rurais*, foi escrito a partir dos resultados de pesquisa de campo, bem como de referenciais técnicos e metodológicos. Ele aponta as dificuldades encontradas pelas comunidades rurais no emprego de “ecoprodutos” e “ecotécnicas” na construção e financiamento de suas unidades habitacionais, destacando os processos burocráticos e técnicos envolvidos na aprovação de técnicas e materiais inovadores no âmbito do PNHR. Os requisitos mínimos, materiais e técnicas construtivas estabelecidos pelo Ministério das Cidades (e aprovados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil), no entanto, geralmente tendem a não corresponder às necessidades reais das famílias de assentamentos rurais interessadas em financiamento habitacional.

⁹ O artigo desenvolvido pela camponesa Gustavina Alves da Silva (SILVA et. al 2019) do assentamento Pequeno William no âmbito do curso Reabilita/PPG-FAU/UnB, detalhado adiante, trata das experiências em construções com uso de terra (bioconstrução), vivenciadas pelos moradores do assentamento, além das vantagens e desvantagens das técnicas adotadas.

A experimentação do método de processo de projeto para o habitat no campo com o conceito de Adequação Sociotécnica - AST no Trabalho Final de Graduação

¹⁰De acordo com Michel Thiollent (2015, p.20) corresponde a uma pesquisa social com base empírica realizada em associação com uma ação ou uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

¹¹O conceito de ecossistemas urbanos tem duas vertentes: uma que é adotada por pesquisadores do *Cary Institute of Ecosystems Study* dos EUA que abrange os componentes biológicos, físicos, sociais e do ambiente construído; outra, utilizada por pesquisadores da Espanha, entendida como “desenho social urbano”, como o desenho de espaços ambientais e dinâmicas para promover a auto-organização dos cidadãos, interação social dentro de comunidades e seus relacionamentos com o meio ambiente (para mais informações, ver: <<https://bit.ly/370lk1n>>).

A pesquisa-ação¹⁰ é uma modalidade de intervenção coletiva, inspirada nas técnicas de tomada de decisão, que associam atores e pesquisadores em procedimento conjunto de ação com vistas a modificar uma situação precisa. A pesquisa-ação demanda uma avaliação sistemática, fundamentada em uma percepção compartilhada da realidade, para promover a transformação.

Nos trabalhos do Periférico parte-se de demandas e vocações levantadas no processo de projeto por meio da análise do problema, levando-se em conta fatores como identidade local, saberes existentes, padrões espaciais e acontecimentos, de acordo com as dimensões da sustentabilidade social, cultural e emocional, econômica e ambiental. A ideia foi sistematizar os padrões, estabelecendo uma linguagem com a comunidade e, assim, aumentando a sua participação no processo, contribuindo com os códigos geradores, tendo como referência os padrões de Alexander et. al (1977) e dos ecossistemas urbanos de Andrade (2014)¹¹.

O grande desafio é não transformar a atividade extensionista em uma “invasão cultural” (FREIRE, 1969, p.149), impondo conteúdos que refletem uma visão de mundo em detrimento daqueles que passivamente a recebem (SANTOS, 2011). O Periférico procura trabalhar alinhado ao Pensamento Latino-Americano em Ciência Tecnologia e Sociedade (PLACTS, ver nota 5) e ao NPCTS UnB/CEAM (ver nota 4) na visão transdisciplinar, que promove a participação popular com outros saberes e permite convergências tanto epistemológicas como extracientíficas, ou seja, internas ou externas às grandes áreas da ciência, desde a tecnociência às ciências humanas (NEDER e MORAES, 2017, p.71). Os autores consideram a alta interdependência entre a tecnologia e as condições da vida socioeconômica e da organização política da atualidade. Caso as definições prévias no projeto tecnológico não prevejam as formas de inclusão social das pessoas, grupos e classes sociais, a tecnologia gera exclusão (NEDER e MORAES, 2017 p.99).

Este pensamento parte do princípio de que as práticas do interacionismo, proposto originalmente pela pedagogia freiriana, fazem parte da abordagem latino-americana da adequação sociotécnica, como se os sujeitos do conhecimento científico pudessem compartilhar seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados, gerando o conceito de “interacionismo pedagógico e sociotécnico” (NEDER, 2013).

O conceito de AST busca promover uma compatibilização entre o conhecimento científico e tecnológico, não apenas visando a questão técnico-econômica, mas englobando outros aspectos que envolvem as estratégias de sobrevivência do ser humano, identidade do sujeito sociotécnico e sua relação com a natureza, que constituem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade. Este conceito, na visão de Neder (2013), está baseado numa hermenêutica, entendida como o processo no qual o conhecimento só modifica a realidade quando as pessoas e grupos sociais o incorporam, e assim agem para alterar as condições de vida que hoje as impedem de realizar as transformações necessárias. O Periférico trabalha os códigos técnicos da AST com os sujeitos sociais organizados, utilizando-se dos padrões de Alexander et. al (1977) e de Andrade (2014).

O processo de projeto do Periférico é dividido em 5 etapas inter-relacionadas: (1) análise do contexto físico e social com envolvimento da população local de acordo com as dimensões da sustentabilidade; (2) elaboração e sistematização de padrões espaciais e de acontecimentos a partir das informações levantadas; (3) oficinas de participação, mapas mentais e afetivos e jogo dos padrões; (4) construção de cenários, propostas alternativas do estudo preliminar para tomada de decisão; (5) entrega do caderno técnico ilustrado.

¹² A partir deste trabalho, formou-se um grupo com os camponeses, estudantes e professoras, composto para participar do Concurso Latino-Americano de Ideias de Projetos para um Ambiente Construído Mais Sustentável *Comunidade Solidária, uma abordagem sistêmica*, promovido pela VI edição da Bienal José Lutzenberger no II Encontro Latino-Americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis (Euro-ELECS) em 2017. O projeto intitulado *Pequeno William: espaços socioprodutivos para uma nova ruralidade* obteve o 1º lugar da premiação do concurso na categoria estudante da Bienal. Sobre o projeto, ver: <<https://bit.ly/3rzZVp5>>.

¹³ O Café Mundial é uma estratégia de trabalho em grupo, criada em 1995, nos EUA. A ideia é que os integrantes do grupo construam interações, estimulados pela criatividade e pela exploração de temáticas relevantes.

Figura 2: Apresentação da etapa 4 – Propostas de Cenários. Fonte: Liza Andrade, 2017.

Como exemplo, a Figura 2 ilustra a etapa 4, na qual a estudante Camila Maia apresenta, parte de seu trabalho final de graduação *Espaços Socioprodutivos no Pequeno William*¹², propostas alternativas com cenários possíveis para o Assentamento Pequeno William do MST. Considerando os sujeitos sociotécnicos no território, estabeleceu-se uma confiança mútua entre a comunidade e a universidade.

No Pequeno William o diagnóstico das vocações do lugar ocorreu de forma participativa, desde a aproximação das famílias por meio de entrevistas e questionários, táticas de ação baseadas no cotidiano, apreendendo a temporalidade e os micro-acontecimentos, para convertê-los em elementos de diagnóstico – como a Oficina Pallet que ocorreu na Semana de Extensão da UnB, ministrada pelo professor Ivan do Valle em conjunto com alguns camponeses.

A elaboração do “design interativo” deu-se através da “linguagem de padrões” ou “códigos geradores”, que foram sistematizados no formato de cartas de baralho para que os membros da comunidade pudessem inseri-los na imagem de satélite do local, numa dinâmica tipo ‘café mundial’¹³, como um “jogo de padrões”. Posteriormente foi realizada uma oficina para apresentação de propostas alternativas de cenários, com apresentação de repertório fotográfico e desenho à mão livre, por fim, estas alternativas foram apresentadas como estudo preliminar para a escolha dos camponeses quanto ao caminho a ser detalhado. Com o trabalho de adequação sociotécnica os camponeses se apropriaram dessas soluções, que possibilitaram dar continuidade ao trabalho e formar parcerias em futuros projetos.



O projeto esteve condicionado pelos princípios de sustentabilidade, permacultura e participação, os quais regeram todos os processos de coleta de dados, escolha de padrões arquitetônicos, materiais, propostas e outros. Buscou-se entender e questionar como evoluem espaços e comunidade, situados no intervalo campo-cidade gerando contradições, contrastes e sobreposições em um sistema complexo e de rica interação. De acordo com os núcleos existentes no Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), desenvolvido pela EMATER junto com os camponeses, foram criados projetos para as 5 áreas de uso coletivo das famílias assentadas, para abrigar desde atividades de produção coletiva até atividades de formação e convivência, proporcionando maior interação entre os moradores.

No decorrer do percurso do projeto, entre observações, pesquisas e escutas de inúmeras histórias, apreendeu-se o que seria a espinha dorsal deste trabalho: o resgate da prática produtiva enquanto cultura e interação comunitária. Assim, definiu-se qual seria o objetivo dos espaços construídos: abrigar atividades produtivas permitindo o diálogo entre o saber tradicional e a necessidade de adequação às exigências sanitárias para a comercialização. Neste momento, a demanda por “projetos de agroindústrias” transforma-se na expectativa de espaços socioprodutivos, onde a atividade colaborativa ocupa o centro da discussão.

A partir deste trabalho, em 2018, foram desenvolvidos mais dois Trabalhos Finais de Graduação em outro assentamento do MST, o Oziel Alves. Em 2018, a estudante Raissa Gramacho desenvolveu o trabalho *Céu na terra: construindo cenários sustentáveis no Assentamento Oziel Alves III*, sobre infraestrutura ecológica e agroecologia. Em 2019, a estudante Monique Nogueira desenvolveu o trabalho *Território, Arquitetura e Alimentação: Cozinha-Escola As do Cerrado*, em parceria com a Incubadora de Cooperativas Populares FUP/NPCTS/CEAM/UnB, que trata da proposta de uma cozinha-escola para o coletivo de mulheres *As do Cerrado* – um espaço destinado ao processamento de produtos alimentícios para venda, oriundos da produção agroecológica das mulheres.

A produção do habitat e a produção camponesa no assentamento Pequeno William

O planejamento do assentamento rural Pequeno William

O assentamento rural Pequeno William¹⁴ é fruto da luta pela reforma agrária. Reúne famílias assentadas desde 2004 na área da antiga Fazenda Sálvia, após despejo da fazenda Toca da Raposa no DF. Depois de longa negociação, em 2010 a organização do MST contribuiu para que o INCRA instalasse as famílias em formato de acampamento. Em 2011, a Portaria nº 136/11 oficializou o assentamento como imóvel rural cedido para fins de reforma agrária. Do total de 60 famílias em 2004, apenas 22 foram assentadas pelo INCRA no Pequeno William (Figura 3) em 2011. Neste ano, segundo dados da EMATER, o assentamento abrigava cerca de 80 pessoas, sendo 22 titulares, que assinam o termo de concessão de uso. A comunidade mantém representação na Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Esperança (ASPRASES), responsável legal pelo processo de assentamento das famílias, pela intermediação de programas sociais e atores que intervêm no território do assentamento.

¹⁴ O nome do assentamento é uma homenagem a uma criança assentada que faleceu por intoxicação com água contaminada por agrotóxicos.

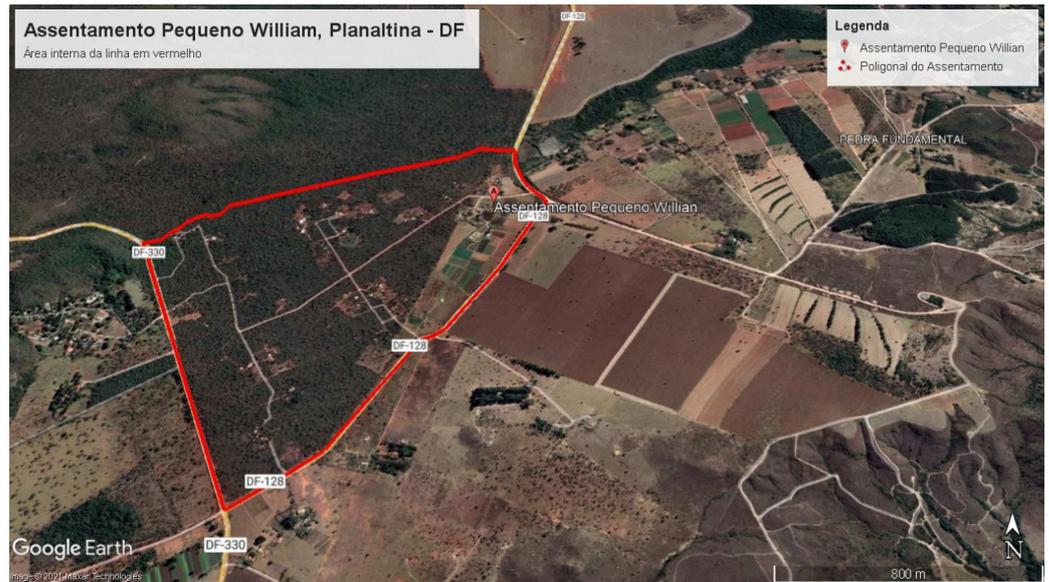


Figura 3: Vista aérea do espaço ocupado pelo Assentamento Pequeno William. Fonte: base Google Earth modificada por Gustavina Alves, 2017.

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) foi elaborado pela EMATER-DF em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e com os camponeses do Pequeno William, como parte dos serviços previstos no convênio firmado com o INCRA. O PDA articula as orientações para o desenvolvimento do assentamento, conforme propostas e desejos coletivos e, em nível técnico, traz um diagnóstico com análise do solo, dos recursos hídricos e da declividade. Apresenta ainda as especificações das atividades produtivas, desenvolvidas pelos moradores. Devido às fragilidades ambientais da área, são necessariamente atividades agroecológicas, envolvendo o cultivo de hortaliças, criação de galinhas e produção de ovos – todos orgânicos, provenientes de sistema agroflorestal. Também produzem artesanato de fibra de bananeira (previstos inicialmente por exigência à emissão da licença prévia). A produção é comercializada através do Programa de Aquisição da Alimentos (PAA).

O PDA foi encaminhado pelo INCRA ao IBRAM, para emissão do licenciamento ambiental – que ainda não foi concedido, impedindo muitas famílias de produzir e perfurar poços de captação de água. A proposta agroecológica e o baixo número de famílias estimularam a proposição de diversos projetos, com diferentes atores, com a finalidade de promover o desenvolvimento rural e a educação agrária e agroecológica. No Pequeno William, a proximidade com o IFB estimula visitas de alunos e oficinas de capacitação, construindo um forte vínculo de cooperação. A exploração do turismo rural e ambiental é um grande potencial local, concorrendo para a conservação do cerrado, sua fauna e flora, nos limites do assentamento e na integração com a APA do rio São Bartolomeu.

Configuração espacial e acesso à infraestrutura, equipamentos e serviços

É bastante comum, nos assentamentos de reforma agrária, a dispersão e a fragmentação das famílias – o que prejudica o desenvolvimento de setores como o de interação comunitária (juventude, cultura e educação). De forma geral, as lideranças procuram direcionar as comunidades na luta por formas de assentamento mais justas e estimulantes, mesmo após a distribuição das parcelas, buscando contornar os efeitos dessa dispersão. No processo de desenho espacial do Pequeno William, conforme proposto pelo INCRA, a nova implantação é mais dispersa e reduz as oportunidades de encontros nos espaços comunitários pela existência de espaços vazios e poucas opções de conexão. Com isso, a racionalização da infraestrutura também foi prejudicada, houve um aumento na distância entre as casas e nos gastos para distribuir luz, água e vias de acesso. As vias de acesso estão quase perpendiculares à topografia (despreza o relevo local e as condicionantes físicas), aceleram o escoamento das águas pluviais e prejudicam as habitações na parte mais baixa do assentamento.

Se por um lado, a configuração espacial das parcelas, em formas regulares, otimizou a produção, por outro lado resulta numa dinâmica de valorização desigual dos lotes, em virtude das diferentes condições para captação de água¹⁵ e diferentes possibilidades de plantio – o que constitui, portanto, uma fragilidade do assentamento.

Além disso, desde a versão original do PDA, em nenhum momento buscou-se a integração com a cidade de Planaltina – cuja expansão avança sobre a área rural, implicando em maior densidade populacional ou conflitos, com o estabelecimento de novas ruralidades¹⁶. No âmbito regional, devido à baixa cobertura do transporte público, o acesso aos equipamentos comunitários ofertados na zona rural é precário e difícil. O acesso à cidade de Planaltina, mesmo com forte demanda, também é precário. Esta é a principal justificativa do desejo dos jovens assentados em migrar para cidade: nela eles esperam ter mais acesso à saúde, educação e lazer.

Apesar de tudo, as relações dos assentados com o seu espaço conferem diferentes identidades em cada núcleo, constituindo um mosaico de interesses diversos pela vida e produção coletivas.

As habitações e a produção da agricultura camponesa

A longa espera dos assentados por uma política de provisão habitacional para assentamentos rurais acaba impondo níveis precários de moradia, submetendo as famílias a todo tipo de risco à saúde. A maioria das moradias são construídas com materiais descartados pelas áreas urbanas, como madeirites, compensados, lonas plásticas, telhas velhas, resto de forro de PVC e outros materiais encontrados em lixões nas periferias das cidades – como aparece na Figura 4 (à esquerda). Por outro lado, durante pesquisas do Grupo Periférico¹⁷, observou-se iniciativas de algumas famílias que utilizaram materiais naturais e técnicas de bioconstrução (como terra, bambu, cinza, capim, pedras, esterco animal e madeira, como é o

¹⁵ A captação de água ocorre como possível: através de cisternas artesanais, perfuração manual, em minas ou pela distribuição semanal por caminhão pipa da CAESB. As cisternas manuais são perfuradas com mão de obra local, muitas vezes sem segurança adequada e falta de análise qualitativa da água. Aqueles que possuem tal recurso como opção, filtram e consomem essa água, mas relatam que os níveis estão cada dia mais baixos.

¹⁶ Conforme Silva (2002), a partir da década de 1990, o termo trata da realidade resultante das dinâmicas econômicas e sociais relacionadas ao êxodo rural no Brasil pós anos 1950, motivado pela mecanização do campo e busca por oportunidades na indústria nacional instaladas no espaço urbano. O termo também trata da incorporação de atividades não agrícolas (prestação de serviços, turismo, lazer, indústrias etc.) que foram incorporadas como fontes de renda e modificaram a caracterização do espaço rural.

¹⁷ A construção coletiva do conhecimento empírico: práticas de bioconstrução no assentamento Pequeno William”, pesquisa desenvolvida por Gustavina Alves de Souza.



Figura 4: Imagens de habitações construídas no assentamento. Fonte: Camila Maia e Liza Andrade, 2017.

caso das construções feitas em taipa-de-mão, taipa de pilão, COB e hiperadobe, como na Figura 4, à direita).

No desenvolvimento da pesquisa no âmbito do curso Reabilita, por meio de técnicas de cartografia participativa, foram levantadas as soluções de bioconstrução e o impacto dessas práticas na vida familiar. O objetivo era identificar as características das moradias quanto aos padrões construtivos e materiais utilizados, o tamanho das residências, o número de membros da família, a escolaridade, os estados de origem e as idades dos titulares.

No segundo momento, através de entrevistas semiestruturadas seguidas de roda de conversa entre os assentados, os professores e os estudantes do IFB-Planaltina, deu-se sequência nos trabalhos, com o objetivo de verificar o conhecimento da comunidade em relação às técnicas de construção. Os resultados demonstraram que o tamanho das residências variava entre 27m² a 96m², com diferentes técnicas, materiais e motivos para o seu emprego. Dentre todas, foram observadas nove casas de compensado, uma casa de madeirite, uma casa de lona plástica e outras cinco casas em alvenaria. As demais foram construídas a partir de princípios de bioconstrução.

A produção agroecológica e orgânica está presente no assentamento. A Figura 5 (à esquerda) ilustra a produção em sistema de agrofloresta. Trata-se de uma produção extrativista de baixo custo e impacto ambiental, na qual são aproveitados os resíduos animais e vegetais da propriedade para a compostagem e aplicação nos plantios.

Trata-se de uma produção bastante variada. Ainda que em pequena escala, o assentamento consegue manter a criação de galinhas caipiras (carne e ovos), coelhos, suínos, caprinos, gansos e peixes, bem como o plantio de hortaliças, frutíferas, tubérculos, raízes, plantas medicinais e ornamentais.

Além da produção agropecuária, a produção artesanal empreendida pelas mulheres assentadas configura uma alternativa econômica complementar a renda familiar. Utilizam plantas, frutos e flores do cerrado como matéria prima, e comercializam os produtos nas feiras urbanas.



Figura 5: Agrofloresta e tanques para armazenamento de água para enfrentar os períodos de seca. Fonte: Camila Maia e Liza Andrade, 2017.

No entanto, no âmbito da produção camponesa ainda existem muitos desafios. A ausência de licenciamento ambiental é um dos maiores problemas, pois impede a implantação de projetos que contribuam na melhoria da qualidade da produção. Outro desafio é a situação de escassez hídrica, que atualmente afeta 77% das famílias. Alguns agricultores empregam espécies com maior resistência ao estresse hídrico. A maioria armazena água durante o período chuvoso como fonte de reuso para o período seco, através de técnicas como as ilustradas na Figura 5 (ao centro e à direita).

O escoamento da produção também sofre com a precariedade das vias internas. O baixo repasse de recursos financeiros acarreta a falta de infraestrutura básica à produção, como telas, abrigos para os animais, estruturas de irrigação, entre outras. A ausência atual de políticas assistenciais voltadas para a solução de problemas básicos – como a prevenção da fome ou de doenças, a violência e a exploração – promove a interferência de agentes externos, o que agrega relativa insegurança.

De todo modo, conforme relatado, parece evidente que o assentamento Pequeno William possui potencial produtivo e turístico relevante. Oferece importante interesse pedagógico, enquanto possibilidade de atuação acadêmica, localizada perto da pedra fundamental da capital federal na região de Planaltina-DF (8km), e próxima as cidades de Sobradinho-DF (12km), Paranoá (16km) e Brasília-DF (40km).

Considerações finais

Pela trajetória descrita, parece evidente que a produção acadêmica em torno da temática camponesa está diretamente vinculada à pauta da reforma agrária, pois toca no tema estrutural de viabilização e democratização do acesso à terra. A promoção da reforma agrária no Brasil enfrenta desafios históricos, socioeconômicos e políticos para combater o cenário de forte concentração fundiária. A reforma agrária representa a priorização da função social da propriedade rural dentro do sistema constitucional que rege o direito à propriedade, que prevê, como meio de sua efetivação, a desapropriação de grandes áreas improdutivas.

De acordo com o Artigo 186 da Constituição Federal Brasileira de 1988, a propriedade da terra está subordinada ao cumprimento de sua função social. Da mesma forma, o

Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964, art. 2º, parágrafo I) trata da questão, considerando que o acesso à terra para quem nela vive e trabalha é um direito do trabalhador rural e que promovê-la é obrigação do Estado. Segundo o Estatuto da Terra, a propriedade desempenha integralmente sua função social quando simultaneamente favorece o bem-estar dos trabalhadores que nela labutam; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais; observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho entre proprietários e camponeses (BRASIL, 1964).

Furtado (2011) afirma que a reforma agrária deve ter por objetivo principal dar à terra um fim social, promovendo a utilização racional e que beneficie a coletividade. Nesse contexto, a reforma agrária não pode ser entendida apenas como uma política de redistribuição de terras, pois se realizada isoladamente tende a não sanar os problemas ligados à sustentabilidade das famílias inseridas no campo.

Para além da questão social e ambiental, tradicionalmente abordada pela discussão da reforma agrária, existe um âmbito espacial pouco abordado, que analisa o espaço resultante das dinâmicas de concentração de terras. Atualmente se destina a maior quantidade de terras produtivas do país para a produção de commodities agrícolas, em sua maioria grãos destinados à exportação com produção de larga escala, em propriedades maiores que quatro módulos fiscais (área mínima do imóvel rural, cuja metragem é variável por município). Em contraponto, a menor parcela das terras é destinada à produção de alimentos para consumo humano no Brasil.

A incidência dessas dinâmicas impacta diretamente na configuração da paisagem rural e na conformação de uma dinâmica espacial que influencia a vida no campo: dificuldade de conectividade entre núcleos rurais, dificuldade de acesso à equipamentos públicos e comunitários, dificuldade de desenho e manutenção de corredores ambientais, menor ocorrência de variedade produtiva nas áreas de cultivo intensivo comprometendo a diversidade genética do meio ambiente, entre outros.

Por meio do relato de experiências do Grupo Periférico e do EMAU/CASAS da FAU/UnB na extensão universitária, este artigo procurou responder como os arquitetos podem colaborar nesse debate. Os trabalhos voltados a produção do habitat no meio rural, incluindo planejamento espacial, infraestrutura, espaços socioprodutivos integrados à produção camponesa, tanto na graduação, quanto na pós-graduação com o desenvolvimento de projetos de forma participativa e envolvimento da comunidade na produção do habitat, contribuem para fortalecer a luta nos conflitos agrários e a rede sociotécnica nos assentamentos rurais. No entanto, ressaltamos que a extensão universitária no meio rural requer a continuidade dos projetos, para que os estudantes compreendam as dinâmicas e a realidade camponesa, já que este conteúdo não integra os currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo.

Na FAU/UnB não existe disciplina na graduação sobre a produção do habitat no campo. Restam apenas as disciplinas optativas, através de iniciativas individuais, como a disciplina PEMAU/CASAS. Com a experiência dos camponeses no curso de especialização Reabilita/PPG-FAU/UnB, percebeu-se a importância dos cursos lato sensu, promovendo a “ecologia de saberes” (SANTOS, 2011). Neste sentido, o Grupo Periférico em parceria com a Incubadora de Cooperativa Populares, o NEA/CEAM/UnB¹⁸ da Faculdade de Agricultura e Medicina Veterinária (FAV), a Faculdade de Saúde

¹⁸ Núcleo de Agroecologia e Agricultura Orgânica da Faculdade de Agricultura e Medicina Veterinária (FAV).

¹⁹ Agrourbania é um neologismo que significa a junção da agricultura urbana e da cidadania. Trata-se de uma abordagem em construção desenvolvida por Ricardo Toledo Neder para o projeto Fundo Rotativo Solidário como tecnologia social para redes de mediadores/formadores territoriais de políticas integrativas trabalho, habitat e ambiente entre grupos sob risco social (vulnerabilidade socioambiental, subemprego/desemprego) no Distrito Federal. Edital 36/2018 CNPQ/MCTIC/MDS Tecnologia Social.

(FS), bem como a nucleação com a Residência AU+E da UFBA, propõem a Residência Multiprofissional CTS da UnB em Habitat, Agroecologia, Economia Solidária e Saúde Ecosistêmica que inicialmente atuará em alguns Territórios do DF e Entorno, nos quais os grupos atuam. Pretende-se envolver as famílias na criação de microprojetos vinculados as possibilidades de arranjos locais a partir de temáticas experimentais de tecnologia social: agrourbania¹⁹, saúde e saneamento; arte e design social; e urbanismo participativo, direito à cidade e trabalhos emergentes.

No âmbito da Universidade de Brasília existem outros docentes, de diferentes áreas do conhecimento, que trabalham projetos de extensão nos assentamentos citados. Com o objetivo de fortalecer as articulações no campo da educação básica, técnica e superior, a Universidade, os IFs e as agências de gestão da educação básica no DF, o MST (DF e Entorno), promoveram em 2019 o Encontro de Planejamento entre MST DF e Professores no Centro de Educação Popular e Agroecologia Gabriela Monteiro, localizado em Brazlândia – DF. Neste encontro planejou-se a construção de novos projetos de ensino, pesquisa e extensão que visam garantir o diálogo com os saberes populares e uma educação pública e ampla de qualidade com ênfase na liberdade disciplinar e no pensamento crítico e que busquem discutir a fundo os espaços educativos e sua função social no desenvolvimento da sociedade.

Referências bibliográficas

- ALEXANDER, Christopher; et al. (1977). *A Pattern Language: towns, buildings, construction*. New York: Oxford University Press.
- ANDRADE, Liza Maria Souza de. *Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem*. Tese de doutorado, FAU/UnB. Brasília, junho de 2014.
- ANDRADE, Liza; et al (2017). "Da realidade ao sonho": uma tentativa de planejamento participativo do parcelamento do solo para a Ecoagrovila Renascer desenvolvido pelo EMAU/CASAS/FAU/UnB. *Paranoá: Cadernos De Arquitetura E Urbanismo*, 17(17). <<https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.07>>.
- BRASIL. Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964. *Estatuto da Terra*. Diário Oficial da União, Brasília. 30 nov. 1964.
- CARMO, Verônica Rodrigues. *A desvalorização da dimensão subjetiva: a repetição nas políticas habitacionais rurais – O caso da Fazenda Larga*. In: FÓRUM HABITAR, 2015, Belo Horizonte, 2015.
- CASAS. *Ecoagrovila Renascer: desafios para a transformação do assentamento rural tradicional em comunidade ambiental e socialmente responsável: uma experiência de projeto participativo no Distrito Federal*. Edital PROEXT 2015-2016, FAU/UnB: Brasília, 2015.
- EMATER. PDA - Pequeno William. EMATER/DF: Brasília, 2013.
- JUNTARQ. *Compartilhar, crescer, construir*. Projeto de Diplomação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- FRANÇA, Caio Galvão de. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Assentamentos em debate*. Brasília: NEAD, 2005.300 p. pg. 18.
- GRUPO HABIS. *Caderno Amarelo - O encontro de famílias e assessores: organizando grupos para projetos de habitação rural*. UFSCar/HABIS: São Carlos, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira 8ª edição, 1985 (1ª edição, 1969).
- FURTADO, Celso. Dossiê Celso Furtado. *Cadernos do Desenvolvimento ano 6, n.º. 8*. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2011.
- GRAMACHO, Raissa. *Céu na Terra: construindo cenários sustentáveis*. Trabalho de Diplomação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília 2018.
- IICA. *Roteiro Mínimo comum para a elaboração de Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária*. PCT - INCRA/IICA: Brasília, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. *Censo Demográfico Brasileiro*.
- MAZZALA NETO, Wilson. *Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais*. Campinas, 2009.
- MAIA, Camila; et al. Comunidade solidária: espaços socioprodutivos para uma nova ruralidade no assentamento Pequeno William em Planaltina – DF. In: *III Euro-Elecs - Encontro Latino-Americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis*, Argentina 2019.
- MACHADO, A.; ANDRADE L. M. & MAIA, C. Injustiça social: as estratégias de sobrevivência hídrica utilizadas por moradores do assentamento Pequeno William em Planaltina-DF. In: *III Euro-Elecs - Encontro Latino-Americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis*, Argentina 2019.
- NEDER, Ricardo Toledo. CTS – Ciência Tecnologia Sociedade e a produção do conhecimento na sociedade. Brasília, Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina – UnB/Capes- Escola de Altos Estudos. *Caderno Primeiro Versão. Serie 1*. Construção Social da Tecnologia. Número 4, 2013.
- _____. *Interacionismo sociotécnico e cultura de resistência em políticas de incubação de cooperativas populares: sete dimensões estratégicas em ITCP como agência, como indicadores de avaliação Encontro Nordeste de Incubadoras de Economia Solidária*. In: “Democracia e economia solidária: impasses e oportunidades”. Juazeiro do Norte – Universidade Federal do Cariri, 2016.
- NEDER, R.T.; MORAES, R.A. *Para onde vai a universidade diante da política de ciência & tecnologia no Brasil*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- THEODORO, Julia Huff; et al (2017). Financiamento habitacional no campo: a sustentabilidade como problemática no desenvolvimento de edificações rurais. Caso do Distrito Federal. *Paranoá: Cadernos De Arquitetura E Urbanismo*, 17(17). <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n17.2016.10>
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade do século XXI*. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade – 3ª edição. Cortez, São Paulo, 2011.
- SATTLER, Miguel Aloysio. *Habitações de baixo custo mais sustentáveis: a casa alvorada e o centro experimental de tecnologias habitacionais sustentáveis*, Coleção Habitare/Finep, Porto Alegre, 2007.
- SILVA, G. A.; ANDRADE, L. M. & DIAS, C. M. Construção coletiva do conhecimento empírico: práticas de bioconstrução no assentamento Pequeno William. In: *III Euro-Elecs - Encontro Latino-Americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis*, Argentina 2019.
- SILVA, José Graziano da. *O novo rural brasileiro*. 2.ed. rev. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2002.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18º. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP*. Revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos-Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar, 2007. 62p.

Recebido [Nov. 04, 2022]

Aprovado [Ago. 25, 2023]

Nas margens e nos sonhos

Uma Escola Xavante na Aldeia Etenhiritipá

Maria de Lourdes Zuquim
Elizabeth Othon de Souza*



Figura da página anterior (re-corte): Terra Indígena Xakriabá, no município de São João das Missões, Norte de Minas Gerais. Fonte: A autoria de J. R. Ripper. (Imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Resumo Este texto é um relato do projeto de extensão “Espaços de brincar, de aprender e de ensinar: Uma Escola Xavante na Aldeia Etenhiritipá”. Apresenta o processo de desenvolvimento dos ensaios de projeto justaposto às vivências na Aldeia. Os caminhos percorridos nesta atividade foram traçados em estreita relação entre os indivíduos e lideranças da aldeia e o grupo de professores e alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, em parceria com o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Mato Grosso.

Palavras-chave: extensão universitária, escola infantil, Xavantes.

En las bordas y en los sueños . Una escuela Xavante en la aldea de Etenhiritipá

Resumen Este texto es un relato del proyecto de extensión universitaria “Espacios de juego, aprendizaje y enseñanza: Un escuela Xavante en Aldeia Etenhiritipá”. Presenta el proceso de desarrollo de los ensayos de diseño yuxtapuesto a las vivencias en el pueblo. Los caminos tomados en esta actividad fueron trazados en estrecha relación entre los individuos y líderes del pueblo y el grupo de profesores y estudiantes de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo, en alianza con el Departamento de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Mato Grosso.

Palabras clave: extensión universitaria, escuela infantil, Xavantes.

Through the edges and the dreams . A Xavante School in Etenhiritipá village

Abstract This text is a report of the extension project “Spaces for playing, learning and teaching: A Xavante School in Aldeia Etenhiritipá”. It presents the development process of the design tests overlapped to the experiences in the village. The paths taken in this activity were traced in close relationship between the individuals and leaders of the village and the group of teachers and students of the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of São Paulo, in partnership with the Department of Architecture and Urbanism of the Federal University of Mato Grosso.

Keywords: extension activities, children’s school, Xavantes.

“Então agora vamos sonhar bastante, e amanhã conversamos”

(Paulo Xavante, depoimento colhido em processo, 2018)

Este relato é sobre sonhos sonhados e partilhados com os Xavantes da Aldeia Etenhiritipá, muito antes dos acontecimentos aqui narrados. Não é um sonho onírico que acontece quando dormimos, mas um sonho enquanto busca disciplinada de orientações, prática percebida em diversos povos e culturas, como disse Ailton Krenak:

Para algumas pessoas, a ideia de sonhar é abdicar da realidade, é renunciar ao sentido prático da vida. Porém, também podemos encontrar quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos, nos quais pode buscar os cantos, a cura, a inspiração e mesmo a resolução de questões práticas que não consegue fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas como possibilidades. (KRENAK, 2019, p. 52)

Entre os povos que procuram nos sonhos orientação e aprendizado sobre a vida e sobre si mesmos, e os concebem como interação cotidiana com as pessoas e o mundo, encontram-se os Xavantes, povo de cultura Jê, autodenominados A'uwê Uptabi ou “Povo Verdadeiro”. Todos os dias, ao nascer e ao pôr do sol, o conselho tradicional se reúne em círculo no “Warã”,¹ para discutir os assuntos da aldeia e tomar decisões importantes para a coletividade. Na roda do nascer do sol são compartilhados os sonhos da noite que apoiam as decisões do dia que se inicia; na roda da noite, os membros do conselho compartilham os eventos do dia que passou e lançam as decisões do dia que virá.

Hoje são mais de 20 mil indivíduos Xavantes, em nove terras indígenas demarcadas e 165 aldeias, no leste e sudeste do estado de Mato Grosso, a maioria no vale do rio Araguaia. Dentre as 165 aldeias encontra-se a aldeia Etenhiritipá, localizada na região da Serra do Roncador e do Rio das Mortes. A aldeia Etenhiritipá é uma das 15 que compõem a Terra Indígena Pimentel Barbosa, a maior e mais bem preservada reserva Xavante do estado. Na aldeia Etenhiritipá atualmente vivem cerca de 600 indivíduos que lutam cotidianamente para preservar, permanecer em seu território e manter sua cultura tradicional.

* Maria de Lourdes Zuquim é Arquiteta e Urbanista, Professora e Pesquisadora da Universidade de São Paulo (NAPPLAC FAU-USP), ORCID <<http://orcid.org/0000-0002-1975-1539>>. Elizabeth Othon de Souza é Arquiteta e Urbanista, Pesquisadora Junior da Universidade de São Paulo (NAPPLAC FAU-USP), ORCID <<http://orcid.org/0000-0002-6703-3398>>.

Em 2016, o cacique Jurandir Siridiwê, presidente da Associação Xavante Etenhiritipá (AXE) entrou em contato com o Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente Construído (NAPPLAC) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP)². Neste encontro Jurandir Siridiwê começou nos contando seu sonho de construir uma nova escola de ensino infantil e fundamental. Este sonho imediatamente trouxe perguntas: como a arquitetura e urbanismo podem dialogar com os problemas enfrentados na aldeia? Qual o tipo de escola eles queriam? Como caminhar juntos na procura de respostas? Um grande desafio se apresentou para todos.



Figura 1: (i) Jovens A’uwê Uptabi durante ritual (2018); (ii) Dança cerimonial Xavante (2016). Fonte: Acervo NAPPLAC.

Notas 1 e 2 da página anterior:

¹ Warã é a palavra que denomina o conselho tradicional e o espaço central da aldeia. O conselho é formado pelos adultos da Aldeia.

² Os depoimentos e imagens captadas ao longo deste projeto foram autorizadas para uso pela Associação Xavante Etenhiritipá (AXE), conforme termo de consentimento livre e esclarecido e termo de autorização de imagem depositados no Acervo do Napplac.

³ Ao longo do projeto foi firmada parcerias com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias Indígenas (Tecnoíndia) e Laboratório de Tecnologia e Conforto Ambiental (LATECA) da Universidade Federal do Mato Grosso UFMT e com a Pesquisadora colaboradora do IEA-USP Fernanda Viegas Reichardt.

⁴ O projeto recebeu apoio financeiro da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – PRCEU/USP e FAU/USP através do edital de fomento a atividades acadêmicas da Diretoria. A UFMT, através da LATECA e Tecnoíndia, no apoio a realização da oficina de cerâmica armada.

Jurandir Siridiwê apresentou as alternativas que eles tinham, eram duas: a primeira, institucional, via melhorias pontuais no projeto padronizado da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT) e prefeituras de Canarana e Ribeirão Cascalheira; a segunda, desenvolver o projeto junto com universidades e Ongs³ que atuam na região. A segunda, logo nos encantou. Firmamos parceria para dar início aos estudos e ensaios projetuais de uma escola infantil Xavante, sonhada por eles, compartilhada conosco. Nasceu assim o projeto de extensão “Espaços de Brincar, de Aprender e de Ensinar: Uma Escola Xavante”,⁴ que envolveu professores, estudantes de pós-graduação e estudantes de graduação do curso de arquitetura e urbanismo.⁵

Trabalhamos entre os anos 2018 e 2019 em estreita relação com indivíduos da aldeia Etenhiritipá e suas lideranças, dialogando e trocando saberes para pensar uma escola específica para a Aldeia. Apoiados nos estudos do Projeto Político Pedagógico da Escola Samuel da EEIEB Samuel Sahutuwê, na literatura sobre o modo de vida e cultura material Xavante e nas vivências na aldeia, entramos no mundo A’uwê, para nós distante e desconhecido.

Paralelamente, estabelecemos parcerias com o Tecnoíndia/UFMT e LATECA/UFMT. A interlocução criada entre os grupos de pesquisa teve como primeiro resultado duas atividades na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMT: (i) Seminário Diálogos IV – Intercâmbios culturais: Arquitetura e Culturas Construtivas; (ii) Oficina de canteiro experimental e cerâmica armada realizada pelo Laboratório de Culturas Construtivas em parceria com o LCC.

Trabalhar com um povo que vive no meio do Cerrado mato-grossense foi uma experiência sem precedentes e sem referências. Para alguns dos estudantes foi a primeira vez que viajaram de avião e ultrapassaram as bordas da metrópole paulistana. Saímos da maior cidade da América Latina, de dentro dos corredores de concreto da nossa escola, e atravessamos o país para pisar na terra batida do Cerrado e conhecer os Xavantes.

Nota 5 da página anterior:

5 Coordenação: Prof^a Dr^a Maria de Lourdes Zuquim, Vice Coordenação: Msc. Elizabeth Othon de Souza (NAPPLAC/FAUUSP). Pesquisadores: Prof. Dr. Reginaldo Ronconi, Prof. Dr. José Eduardo Baravelli e Eng.^o Mecânico Fernando Palermo Simões (Laboratório de Culturas Construtivas CC/FAUUSP). Discentes (FAUUSP): Giovanna Strengari Nanci Fluminhan, Jefferson de Oliveira Santos, Leticia Macellari, Pedro Henrique Agnello Valenzuela, Vinícius Romano dos Santos.

6 Para saber mais sobre a bibliografia adotada no projeto ver ZUQUIM, et al., 2019.

7 Betto (2007).

Mergulhar na literatura Xavante¹, nos seus livros, artigos, vídeos e fotos, somou-se a experiência de pisar no chão e caminhar pela mata sob o sol escaldante com os habitantes da Etenhiritipá. Ainda que curto em relação ao tempo, foram os momentos mais importantes no caminhar do projeto de extensão.

“A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”⁷

Examinar os processos sociais particulares e seus correspondentes espaciais, relativos à produção e apropriação do espaço, é uma das questões que movimenta o grupo de pesquisadores do NAPPLAC. Nos últimos anos, algumas atividades de pesquisa e extensão percorreram caminhos entre as margens das cidades e os territórios rurais – quilombolas, caiçaras e indígenas. Este movimento nos aproximou do povo Xavante, desta vez às margens das margens até então não pisadas. O encontro entre a Universidade e Povo Xavante aconteceu com a expedição “Vivência Xavante”. Esta iniciativa partiu de uma ação cooperada entre a Associação Xavante de Etenhiritipá e Ambiental Expedições, estratégia adotada pelos Xavantes para protagonizar sua própria história, valorizar e divulgar sua cultura, preservar seu território e gerar renda para a comunidade.

Ao longo deste processo diversos sentimentos e indagações se movimentaram contraditoriamente. A vivência com o povo Xavante e seu território exigiu outros olhares e a tentativa de mobilizar outras categorias de interpretação deste grupo social – um grupo específico e singular, ao mesmo tempo diferente e igual (MARTINS, 1993), ou seja, nos exigiu um olhar ampliado e renovado sem deixar de lado o nosso lugar de arquiteto urbanista. A interação com o “outro” abriu espaços de transmissão de experiências nas formas inscritas no território, nas narrativas de suas histórias e tradições, ditas num outro tempo e num outro ritmo de fala e escuta, de contação de sonhos e de ausência de fala.

As principais, e mais intensas, interações foram com o Cacique Jurandir Siridiwê e Caimi Waiassé, diretor da escola. Jurandir Siridiwê contava lentamente a história da aldeia e do povo A’uwê Uptabi; nos seus relatos, seguia uma narrativa mesclada entre o cotidiano, mitos de origem e memória coletiva para voltar aos assuntos pertinentes à escola. As conversas se davam de pouco em pouco, em momentos inesperados e sem linearidade temporal, forma própria de comunicação do grupo.

As conversas partiam da vivência Xavante, do sentido que este encontro tinha para eles, do desejo de contar sua própria história como povo e como aldeia. A consciência de ser povo em transição cultural atravessava recorrentemente as conversas. Entrecortando as falas emergiram estratégias de resistência, entre elas, a de reescrever e contar sua própria história, a partir da memória coletiva, e confrontá-la com aquelas contadas nos livros escritos, que para eles não alcançam a história vivida dos seus ancestrais. Para eles, reescrever sua história é escrever o futuro, marcar sua existência e autodeterminação, em tempos de transição cultural, uma forma de se relacionar com o novo⁸. Segundo Wabuá Xavante, ancião A’uwê Uptabi: “Ninguém respeita aquilo que não conhece. Precisamos mostrar a força, a beleza da nossa cultura. Só assim, vão respeitar e admirar o que temos” (GOMES, 2018).

Por vezes, nas entrelinhas das conversas, ele trazia as expectativas que tinham conosco. Por sermos de uma Escola de Arquitetura e Urbanismo, o diálogo, vez ou outra,

8 Os Xavantes começaram a se fixar em aldeias pelos idos dos anos 1960. O lento processo de fixação territorial trouxe diversos problemas para as aldeias, especialmente os relacionados às áreas de saneamento, saúde, educação, além da pressão que sofrem sobre suas terras e recursos naturais.

caminhava para questões relativas à aldeia, falava dos desafios de saneamento, saúde, educação. Entre estas questões trazia-se novamente o tema da escola, que precisava de um novo espaço, já que a existente era precária, não oferecia espaços adequados e saudáveis para abrigar as atividades de ensino. Foi assim que entramos na aldeia Etenhiritipá e criamos os vínculos de confiança mútua, lentamente construídos desde o primeiro encontro.

Eu chamei vocês porque lá atrás (a escola da aldeia) era só uma construção, cozinha, refeitório pro visitante, mas como aumentou o desejo agora o desafio é vocês. [...] Os alunos lá da USP poderiam estagiar aqui. Ajudando em biologia, geografia, história, para ensino médio, entre eles, para ensino fundamental, inserir em informática. (Jurandir Siridivê, depoimento recolhido em processo, 2018)

A escola centralizou nossas conversas, que alternavam e mesclavam entre os modos de vida e cultura, transitando entre o atual e o ancestral, passando pelas lutas pelos direitos dos povos indígenas, e voltava para a escola e a educação infantil como parte do ser da vida Xavante. Percebemos que a educação indígena e o seu modo de vida estão intrinsecamente conectados, e que eles não separam a educação escolar do território, do cerrado, da cultura e da casa; mais, se referem à escola como o segundo espaço da família: “Ressalta-se que na mentalidade xavante, a escola é importante, pois os próprios indígenas, reconhecem que não vivem mais isolados, sem contatos com não índios” (SOUZA; SILVA, 2017, p. 157).

Esta percepção iluminou as contradições entre a escola pública padrão que poderia chegar à aldeia e a escola dos sonhos desejada. A escola padrão não leva em consideração a educação específica indígena em seus aspectos pedagógicos, bem como espaciais. De forma geral, a cultura da administração pública não se volta para projetos arquitetônicos específicos da escola indígena; a proposta é sempre aquela da repetição de projeto padrão independente do grupo social que a receberá. Nas palavras de Caimi Waiassé: “E aí é batizado, protocolado, tem um nome que vem da secretaria da educação, e já no início queria colocar um padrão”. (depoimento recolhido em processo, 2018).

Figura 2: (i) Escola da Aldeia Etenhiritipá construída em 2006; (ii) Turma de ensino infantil em aula no espaço em frente a escola (2016). Fonte: Acervo NAPPLAC.



Jurandir Siridiwê e Caimi Waiassé apontaram a necessidade de um projeto inovador da sonhada escola que deve abrigar e materializar o programa pedagógico específico, contemplando o modo de vida do povo Xavante, sua diversidade e cultura num espaço construído diferenciado.

Esse tipo estadual era pra ser construído aqui, e o Tio Paulo falou não, esse não é a maneira de ver o que é bom pra nós. E aí quando você for pra Canarana você poderia visitar a escola estadual padrão que é construído nos 143 municípios do estado do Mato Grosso. [...] Esse é o nosso dilema, basear numa escola diferencial, tudo que a sociedade almeja. (Jurandir Siridiwê, depoimento recolhido em processo, 2018)

Para eles, não resta dúvida de que a educação indígena deve ser bilíngue/multilíngue, intercultural e comunitária e implementada na perspectiva sociocultural e sociolinguística de cada povo.

(...) o ensino “copiado” da escola tradicional brasileira não é o mais adequado para a escola indígena. [...] Sua língua materna é chamada de aquém, a’uwen ou akwén, ainda é mantida e transmitida para as novas gerações. Atualmente, também usam a escola para essa vital retransmissão, visto que a escola é um grande meio de socializar. (SOUZA; SILVA, 2017, p. 154; 159)

Recorrentemente nos lembravam que a educação e criação das crianças Xavantes é de responsabilidade de todos os indivíduos da Aldeia, que ela não se limita ao espaço escolar, mas concilia as disciplinas obrigatórias com o modo de vida tradicional, suas histórias, seus mitos, o território da Aldeia e o bioma Cerrado. Ficamos inquietos e fomos buscar na literatura e nos trabalhos de campo alguns elementos para compreender a relação entre a criança, a educação e a cultura Xavante. Veremos, a seguir, alguns elementos que nos orientaram na compreensão dos princípios de uma educação específica indígena e sua diferenciação, a Warazu⁹.

⁹Estrangeiro ou não-indígena, na língua Xavante.

A fase de aprendizado não é ditada pela idade da criança ou adolescente, mas sim pela maturidade e pelas ações que o indivíduo é capaz de desenvolver em um certo momento, respeitando o tempo de aprendizagem individual e único de cada uma das crianças, ou seja, outros ritos.

Os Xavante não se preocupam em calcular a idade de seus filhos até que eles se tornem membros de uma classe de idade à qual pertencem. A partir daí o que importa são as suas idades relativas, ou seja, a classe de idade à qual pertencem. Na prática todo menino que aparenta ser bastante grande para estar como os membros da nova classe de idade e que se comporta de acordo pode ser incorporado a ela. (MAYBURY- LEWIS, 1984 p. 155)

O PPP, Projeto Político Pedagógico da Escola Samuel Sahutuwê, nos deu os fundamentos para nos aproximarmos da criança, do ensino, da cultura e do território da Aldeia Etenhiritipá. O documento foi elaborado em 2018 pelo corpo de professores da Escola Samuel Sahutuwê, a partir das diretrizes do Fórum Tsihorirã A’uwê Uptabi¹⁰, momento de debate entre representantes das terras indígenas Xavante e profissionais de educação que definiu diretrizes para subsidiar a política de educação indígena do estado como um todo.

¹⁰O Fórum Tsihorirã A’uwê Uptabi, surgiu em decorrência de uma reunião ordinária do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena – CEEI, em setembro de 2015.

Hoje não mais se discute se os índios têm ou não que ter escola, mas sim que tipo de escola. (GRUPIONI, 2016)

Este documento também ofereceu alguns elementos para compreender como os A'uwê Uptabi pensam a escola. Destacamos os principais aspectos que norteiam o PPP: (i) valorizar a identidade étnica e cultural das crianças e jovens; (ii) constituir um sujeito conhecedor da cultura e da organização social A'uwe Uptabi e da cultura global; (iii) considerar que a educação A'uwê Uptabi é transmitida de forma assistemática, o conhecimento é transmitido oralmente pelas famílias; (iv) a escola é uma ferramenta para conhecer nossos direitos de lutar e conquistar nossos espaços; e, (v) a escola é um instrumento político, pois possibilita a ler e escrever analisar o mundo do povo caucasiano e indígena.

Esse documento nos provocou a seguinte questão: como deve ser a materialidade desta escola? Como deve ser seu espaço físico? Como organizar espacialmente o projeto político pedagógico da escola? Quais são os materiais mais adequados? Qual é o tipo de construção?

O PPP afirmou que a escola é o lugar de toda a comunidade; além das atividades pedagógicas das crianças e jovens, abriga reuniões comunitárias, atendimento médico e odontológico, entre outras atividades cotidianas. Nos últimos anos a escola também ganhou outra função, a de receber os visitantes nos períodos de férias escolares, por meio do turismo comunitário. Esta atividade foi adotada recentemente como estratégia para compartilhar a vida e conhecimentos com jovens e adultos "warazu" e gerar renda que ajude a melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Outro apontamento sobre a escola é que ela deve responder materialmente e espacialmente, à estreita relação entre o Bioma Cerrado e o modo de vida Xavante, ou seja, uma orientação de um espaço "comum" que respeite o modo de vida Xavante no seu bioma:

A escola da Wederã é redonda, é circular, e foi o primeiro embate que a gente teve com a política do Mato Grosso, porque as escolas são já feitas pra serem construídas no modelo único, e a nossa não, é circular. (...) Como esses conhecimentos que vocês têm na universidade, foi construído ao longo de um tempo, e o conhecimento daqui podem estar casando, pra que quando vocês forem embora a independência continua. A gente depende, inter-relaciona, mas quanto mais independente pra certas questões eu acho que é muito interessante. (Severia Idioriê, Xavante e Karajá, professora da escola Samuel Sahutuwê, depoimento recolhido em processo, 2019)

Enfim, as vivências na Aldeia Etenhiritipá e a literatura mostraram que a Escola deve ser sonhada e projetada a partir da autodeterminação do povo A'uwê Uptabi. Esse caminhar conjunto nos despertou para pensar e sonhar com uma escola específica, tanto no aspecto pedagógico quanto no aspecto espacial e construtivo, com respeito ao modo de vida, as dinâmicas espaciais, as vontades e sonhos do povo Xavante sobre o futuro deste espaço importante para a sociedade da aldeia Etenhiritipá.

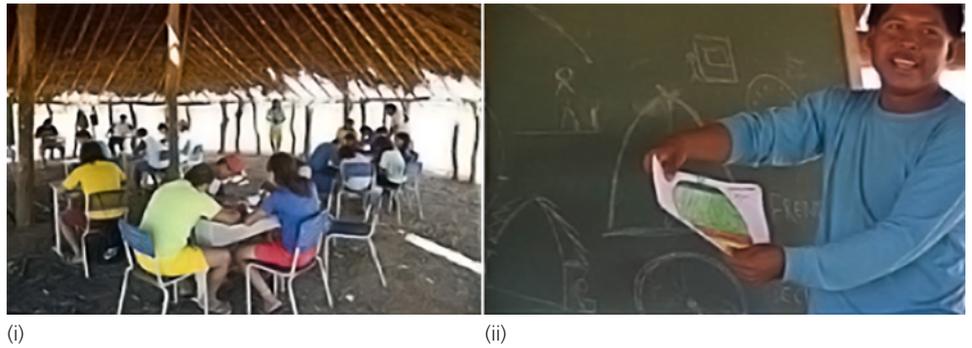


Figura 3 (topo): (i) Oficina “Escola dos Sonhos”; (ii) Professor apresenta seu desenho de escola dos sonhos. Fonte: Acervo NAPPLAC.

Figura 4: Desenho de José, 23 anos. Fonte: Acervo NAPPLAC.

Caminhando nas margens e nos sonhos

Durante uma das vivências, sentamos em roda com os professores, lideranças, crianças e anciãos para desenhar e falar sobre a escola dos sonhos de cada um. Nas trocas de palavras, buscou-se compreender o que seria uma escola Xavante no imaginário dos participantes da oficina. A atividade seguiu de forma espontânea, guiada pelos professores, que organizaram as carteiras em círculo e distribuíram o material. Contribuímos com algumas questões norteadoras, traduzidas pelo professor Eurico Xavante. Lançamos algumas perguntas para quebrar o gelo: O que é uma criança Xavante? Como seria a escola por dentro? Quantas salas deve ter? Onde ficarão as salas? E o lugar de brincar? Como deveria ser o espaço da conversa, as sombras? E as salas dos professores? Como imagina a porta de entrada da escola? E como entra o sol e o vento? O material vai ser de palha, concreto, madeira, tijolo?

Cada um ia até a frente do quadro, se apresentava com nome e idade, explicava o desenho na língua Xavante, e os que eram bilíngues faziam um resumo em português para entendermos. No geral, as explicações em português eram mais resumidas, mas os desenhos e gestos complementavam a comunicação. As falas eram permeadas com brincadeiras e risadas do grupo, principalmente quando apareciam ideias mais diferentes e ousadas. Nem sempre entendemos o motivo das risadas, mas rimos juntos.

De maneira geral, a forma circular prevaleceu nos desenhos, um desejo de preservar a tradição ao relembrar o formato da casa original. Os símbolos dos clãs (Owawã e Poreza'õno) apareceram em algumas fachadas da escola, como forma simbólica de garantir a representatividade dos dois clãs. A escolha dos materiais levantou debates mais intensos, enquanto alguns optaram pelos materiais comprados fora como concreto, vidro e tijolos, outros falaram de sustentabilidade e uso de materiais locais, como a madeira.

A diferença geracional foi um ponto que nos chamou a atenção: percebemos que os mais jovens sugeriram tipologias e materiais comuns em construções de fora da aldeia, provavelmente referências das escolas em que estudaram em Canarana e outras cidades vizinhas, enquanto os mais velhos reforçam a forma circular da Ri, com variações que vão desde o formato da gravata cerimonial¹¹ até a Ri com dois andares que mistura materiais locais (adobe e palha de piaçava) com tecnologia (placa solar).

¹¹ O colar tsõrebdzu é um adorno cerimonial típico dos A'uwê Uptabi, feito com algodão branco arrematado por um nó na frente e uma pena na nuca.

Os desejos manifestados sobre a escola ilustraram a importância deste espaço para a reprodução social, desde a importância da forma circular, o respeito pela cultura e pelos ancestrais, como elementos fundamentais da escola a ser construída. As percepções e experiências dos professores, alunos e lideranças trouxeram elementos mais sutis para compor a escola sonhada. Compreendemos como o espaço escolar se estende para além do espaço construído e se espraia para o território da aldeia, para os lugares de coleta, de pesca, de caça. Segundo Caimi: “Precisa sair, conhecer o território, conhecer o rio” (depoimento recolhido em processo, 2018).

As crianças têm aula na mata, no rio, no Warã, e circulam pelo Cerrado, onde aprendem a dinâmica de sobrevivência no bioma e no mundo dos Warazu. A educação é, acima de tudo, um elemento fundamental para a manutenção da cultura e reprodução social Xavante, onde se pode construir o futuro a partir da sabedoria ancestral.

A escola sonhada

Seguimos a ideia de “comunicação” como base para o pensamento conjunto sobre um objeto, neste caso a escola. Este posicionamento parte da “comunicação e intercomunicação dos sujeitos pensantes a propósito do pensado, e nunca através da extensão do pensado de um sujeito até o outro” (FREIRE, 2015, p. 87). Procuramos construir um “quadro comum” de significados entre os sujeitos que estariam pensando juntos.

Os estudos de referência projetual e a análise dos registros das vivências seguiram por diferentes escalas de compreensão, desde questões pedagógicas e didáticas até o dimensionamento das atividades escolares, processos construtivos e materiais, manutenção do espaço construído e implantação e condições climáticas, sempre à luz do modo de vida e cultura próprio.

O programa dimensional partiu das dimensões da casa tradicional Xavante. Para eles, a escola é uma casa com função específica. Seguimos a espacialidade da aldeia pelo gabarito de altura imitado aos das casas – 4 metros de altura – para não avançar sobre a paisagem. Na literatura¹² encontramos os elementos para validar o que foi visto na Aldeia: a Ri, com diâmetro de 7m e cobertura em forma ogival com altura do eixo central de 4,5 metros.

¹² Portocarrero (2010); Silva (1992).

Confrontamos as orientações de espaços escolares de educação infantil contidas no PPP da EEIEB Samuel Sahutuwêe e nas da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE. Cabe ressaltar que as orientações dadas pela FDE foram utilizadas criticamente, visto que os padrões espaciais estão orientados de forma homogênea do ambiente urbano.

Os trabalhos de campo nos mostraram peculiaridades da espacialidade Xavante. Como exemplo, a organização de cuidados mostra que os irmãos mais novos, fora de idade escolar, costumam acompanhar os mais velhos; portanto ao quantificar os lugares de estudo em uma sala de aula, deve-se prever que sempre terá mais crianças por perto que não são “da turma”.

Pensar nos espaços para sala de professores e diretoria é pensar no uso dos espaços e não no organograma do quadro de funcionários. A hierarquia pode existir no papel e nos trâmites administrativos, mas na escola as relações são colegiadas, não há uma figura centralizadora que decide tudo, bem como não há a necessidade de espaços segregados por hierarquia. Caimi Waiassé comentou que quando ele precisa de um lugar mais silencioso e iluminado para estudar, costuma usar a “casinha do mel”, um pequeno cômodo que foi construído para ser apoio de atividades de apicultura, não realizadas atualmente.

Chegamos à forma: uma casca modular de 10m por 10m, com altura de 4m no eixo central, dimensões que se aproximam da escala da casa tradicional Xavante. Essa casca abriga espaços que podem ser modificados internamente de acordo com a necessidade, como, por exemplo, divisórias leves com materiais e formas de fazer deles – a palha de piaçava e trançados com buriti.

Figura 5: Conhecendo a casa tradicional Xavante. Fonte: Arquivo NAPPLAC.



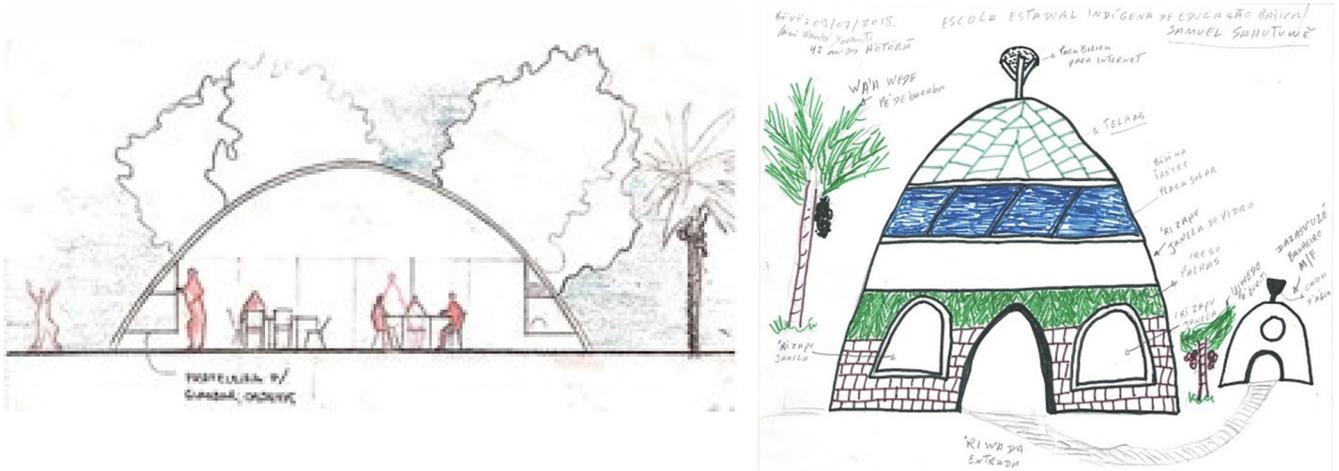


Figura 6: (i) Corte esquemático de módulo de sala de aula; (ii) Desenho de escola apresentado por Caimi, remete a Ri e mescla materiais tecnológicos, como a placa solar, e tradicionais, como a palha de buriti. Acervo NAPPLAC.

¹³ Indígenas de povos distintos costumam tratar uns aos outros pelo termo “parente”, como forma de reconhecimento enquanto indígenas, mesmo sem laço consanguíneo direto.

Os módulos abrigam diferentes atividades e se articulam ao redor de um pátio central, aberto ao Warã. São eles que distribuem o programa, ora agrupando atividades similares em um único bloco, ora recebendo uma única. Adota-se o módulo como elemento organizador do espaço construído, conforme segue: (i) pedagógico: 2 salas de aula com 35 m² úteis cada sala, e aproximadamente 20 alunos cada – são previstos 5 módulos pedagógicos; (ii) administrativo e laboratórios: uma ala, videoteca, ilha de edição e biblioteca, outra ala, secretaria, diretoria e professores organizadas separadamente ou integradas em único espaço para facilitar os cuidados com a escola; (iii) Multiuso – alojamento de visitantes (turismo comunitário, pesquisadores, “parentes”¹³ e outros) compartilhado com um espaço expositivo – este módulo se localiza próximo às áreas molhadas, sem compor o pátio central da escola; e, (iv) Áreas molhadas: banheiros, cozinha e refeitório, nas proximidades da caixa d’água.

– Sala de informática, videoteca, para passar uma imagem, cinema, auditório para passar o vídeo.

[...]

– A gente quer um arquivo pros trabalhos e um corredor para expor, a gente quer coletar, então para vocês é o tamanho do espaço.

[...]

– Bebedor.

[...]

– Cuidado no esgoto do banheiro pois estamos próximos de um aquífero.

(Trechos de falas dos professores, colhidos durante uma das vivências, 2018)

– A gente acredita que arquitetura alternativa é legal, seis meses de sol, e porque não usar telha para clarear e a noite usa luz.

[...]

– A gente acredita nessa maneira pelo espaço que a gente tem, que é calor, como a gente vai arejar? Ao invés de padrão tijolo.

(Trechos de falas dos professores, colhidos durante uma das vivências, 2018)

Os estudos das condições bioclimáticas buscaram compreender as dinâmicas do cerrado e suas duas estações: a seca e as chuvas. Na época da seca, durante o dia, as temperaturas são muito altas e a umidade é baixa; à noite vem o frio, e às vezes tempestades de areia. A época das chuvas muda a cada ano que passa, se intensifica em períodos mais concentrados no tempo, com mais intensidade e mais fortes. Na casa tradicional, o conforto térmico se dá pela construção com palha, o pé direito alto e vedos que permitem aberturas eventuais, contribuindo para o conforto térmico interno.¹⁴

¹⁴Para ampliar o repertório buscamos referências na obra de Severiano Porto (2016), tanto no uso dos materiais e nas estratégias de conforto adequadas ao clima brasileiro, neste caso para o bioma amazônico.

¹⁵As obras de Eládio Dieste alimentaram este percurso, tanto pelo uso da cerâmica armada em diferentes tipologias construtivas, como as abóbadas de dupla curvatura, abóbadas autoportantes uso da cerâmica armada em formas curvas (Cf. LINO, 2018).

¹⁶A proposta da abóbada se beneficia da experiência acumulada desde os anos 1960 pelo grupo Arquitetura Nova e o arquiteto Joan Villà na construção de equipamentos e moradia popular. (POMPÉIA, 2006).

A escolha dos materiais foi determinada pelo que as prefeituras locais teriam como possibilidade e disponibilidade para o projeto, lançando a ideia para futuras parcerias e doação dos materiais. Desta forma, os materiais escolhidos foram cimento, aço e blocos cerâmicos – materiais utilizados em larga escala no Brasil. Definido os materiais ficou a pergunta, qual o sistema construtivo possível para romper ciclo da tipologia da escola padrão? Apesar de contraditório o uso destes materiais, tão distante da cultura Xavante, seu uso possibilitaria explorar recursos formais e estruturais, dialógicos com as formas tradicionais, também responder ao problema da durabilidade tão almejada por eles¹⁵.

Definimos a cerâmica armada pela possibilidade de uso dos blocos cerâmicos em formas pouco convencionais¹⁶, e por permitir a participação de mão de obra local e por compatibilizar com esquadrias de madeira e divisórias e vedos de palha trançada.

Em uma das visitas de Jurandir Siridivê à FAUUSP discutimos esta proposta. Para que ele pudesse visualizar esta ideia, fomos até o canteiro-experimental da FAUUSP. Chegando ao LCC e ao canteiro experimental, Jurandir ficou inquieto com a paisagem repleta de torres, cúpulas e peças experimentadas. Ali, Jurandir conheceu uma edificação construída com tijolo e cimento de um jeito diferente. A abóbada de cerâmica armada do LCC logo foi associada por ele à amplitude da Ri, e imaginamos como seria uma sala de aula construída da mesma forma, arejada e ampla.

Figura 7: Registros da visita de Jurandir Siridivê ao NAPPLAC e LCC da FAUUSP em 2019. Fonte: Acervo NAPPLAC.



Para a implantação, usamos a imagem de satélite Google Earth (escala 1:100), consideramos as pré-existências, a escola atual, os caminhos para o rio e roças e suas conexões, o Warã, as casas e, principalmente, a localização da atual escola na aldeia para reafirmar sua centralidade

A escola faz parte da aldeia, não é coisa isolada. [...] Então que ela não seja uma coisa distante da cultura, que seja integrada na aldeia, faz parte das casas. A gente tava achando melhor assim, ela fazendo parte da nossa aldeia, então todos vão se responsabilizar de seus filhos, seus netos, sejam conduzidos pra outro espaço de educação. (Caimi Waiassé, depoimento colhido em processo, 2019)

Entrando na tridimensionalidade: experimentado os ensaios

A partir destes estudos, seguimos para a elaboração de instrumental para as oficinas de devolutiva na aldeia. Até então, trabalhávamos sobre textos, croquis, desenhos e esquemas gráficos no limite do papel, mas faltava algo para entendermos os volumes, formas e comportamento das estruturas. Demos um passo além e iniciamos os testes de feitura de maquetes no LCC utilizando as ferramentas de parametria e corte a laser.

Adotamos a “curva catenária” para a abóbada de cerâmica armada. Definimos a altura de 4 metros para a abóbada-casca dos módulos construtivos. Traçamos a catenária base no software Rhino e as volumetizamos¹⁷ para começar a entender a relação ergonômica do corpo, dos usos e do espaço construído, auxiliada por bonecos em escala humana.

¹⁷ Confeccionamos as maquetes iniciais e bonecos em escala humana em papel couro e papel kraft.

Figura 8: (i,ii e iii) Experimentos com maquetes de representação das abóbadas catenárias e escala humana utilizando diferentes materiais; (iv) Maquetes desmontáveis executadas com corte a laser em MDF. Acervo NAPPLAC.



Esta experimentação com diferentes materiais resultou em um instrumental para a realização das oficinas devolutivas. Fizemos dois tipos de maquetes desmontáveis do módulo construtivo inicial, na escala 1:100 para os estudos de implantação, e escala 1:25 para estudos de layout e mobiliário. Construímos as maquetes em MDF com peças cortadas a laser, com encaixes que permitiram flexibilidade dimensional e facilitaram o transporte até a aldeia.

Sonhamos com a construção de um modelo de cerâmica armada em escala 1:1, para pensar no canteiro de obras e entender o comportamento da estrutura. O desafio de fazê-lo na aldeia exigiria logística de que não dispúnhamos; veio então a ideia de fazer uma oficina de canteiro experimental no meio do caminho, na UFMT.

Uma parada no meio do caminho: Universidade Federal de Mato Grosso

A distância entre a FAUUSP e a aldeia Etenhiritipá é de quase 1.600 quilômetros, o trajeto entre um local e outro podendo levar até 48 horas. De São Paulo a Goiânia ou Cuiabá, o trajeto leva três horas de avião, depois mais dez horas de ônibus até Canarana, pequena cidade no Vale do Araguaia. De Canarana até a aldeia Etenhiritipá, mais três horas de estrada e 100 quilômetros até alcançar T.I. Pimentel Barbosa. Uma logística complexa e custosa, que nos demandou muita criatividade para conseguir que todo grupo chegasse até a aldeia.

Nossa jornada para a aldeia se iniciou por Cuiabá, na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A parada na UFMT tinha três motivações: a primeira, era casa do grupo de pesquisa TecnoÍndia, que há mais de duas décadas trabalha com a arquitetura indígena em Mato Grosso; lá poderíamos dialogar com os professores José Afonso Botura Portocarrero, a antropóloga Maria Fátima Roberto Machado e Dorcas Araújo, atual coordenadora do TecnoÍndia; a segunda razão era articular estratégias conjuntas para o projeto. Por fim, a parada foi motivada pelo desejo pessoal de uma das pesquisadoras do grupo, egressa da UFMT, de ampliar a interlocução sobre o habitat indígena e processos participativos com os estudantes de onde se formou.

As conversas com estes grupos de pesquisa se iniciaram meses antes deste encontro. Uma das propostas iniciais era a de realizar uma oficina de canteiro experimental com a técnica de cerâmica armada; logo os cuiabanos a ampliaram para realizarmos e debates sobre a questão indígena e nosso projeto em curso. Os dois eventos foram realizados nesse período.

O “Seminário Diálogos IV – Intercâmbios culturais: Arquitetura e Culturas Construtivas” se abriu para a comunidade acadêmica da UFMT. Apresentamos as propostas para professores, alunos, educadores e arquitetos indígenas pós-graduandos da UFMT. O evento mostrou a potência da extensão universitária e, a partir da escola da Etenhiritipá, dialogamos e debatemos. Fomos para além do projeto e entramos nas questões do ensino de AU e do preparo dos estudantes para atuar com povos culturalmente diferenciados, como os indígenas. Destes diálogos importantes contribuições para o projeto vieram à tona.



Figura 9: Oficina de canteiro experimental realizada na UFMT.
Fonte: Acervo NAPPLAC.

Na “oficina de canteiro experimental” pusemos a mão na massa. A oficina foi planejada e organizada pelo LCC-FAUUSP e orientada pelo professor José Baravelli. Erguemos uma abóbada em “curva catenária” em um pátio da Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia (FAET) da UFMT, junto com estudantes de arquitetura e urbanismo e de engenharia. Testamos o modelo construtivo proposto para a escola e ao mesmo tempo provocamos a criação de um canteiro experimental na UFMT.

Foi uma feliz convergência de forças. Um pedreiro da UFMT, servidores do laboratório de materiais da engenharia civil, pesquisadores do Laboratório de Tecnologia e Conforto Ambiental (Lateca), alunos e professores da FAUUSP, alunos da Arquitetura e Engenharia da UFMT, este último no âmbito da disciplina “Materiais e técnicas construtivas”, todos se encontraram, se integraram e congratularam durante três dias na construção da abóbada.

As duas abóbadas, pensadas para a aldeia e a construída na UFMT tinham semelhanças e diferenças sutis, à primeira vista. O professor Baravelli destaca estas semelhanças:

Parecidas na origem, na geometria e função hiperbólica e construídas com os materiais presentes na urbanização precária brasileira: blocos cerâmicos vazados unidos por argamassa de cimento, com reforço de barras de aço usuais em estribos de armaduras de concreto. (BARAVELLI, 2019)

As diferenças aparecem no contraste visual das medidas reais. A abóbada da UFMT tem três metros de altura e dois de largura; a projetada para aldeia Etenhiritipá tem quatro metros de altura e dez de largura. Embora esta diferença não seja significativa para a equação matemática, ela é para os diferentes grupos envolvidos.

Para os Xavante a resultante formal da catenária de cerâmica armada é parte de um sonho de uma escola sonhado por muitos. Para os estudantes uma experiência inédita, pois foi a primeira vez que entram em contato com os materiais, ferramentas e relações que até então só conheciam de livros ou visitas distantes a canteiros de obras convencionais. Por alguns dias reduzimos o distanciamento entre o trabalho intelectual e o trabalho manual.

Futuros profissionais de arquitetura e urbanismo puderam ver de perto o que estavam estudando sobre os materiais de construção, tocar nos materiais que viam nas fotos dos livros, olhar com os próprios olhos a força da gravidade atuando e colocando a pequena edificação de pé. Entre tijolos, baldes e argamassa os laços afetivos e acadêmicos entre estudantes paulistanos e cuiabanos se intensificaram. A catenária foi construída em meio a discussões, risadas, paradas para um refresco e tomando forma junto a outro sonho antigo: espalhar canteiros experimentais pelas escolas de arquitetura e urbanismo do Brasil.

A escola território e o território escola

De Cuiabá seguimos para Canarana. Lá vimos as ruas repletas de caminhões de grãos, diversos grupos de indígenas Xinguanos e Xavantes circulando pela cidade, porta de entrada para o Parque Nacional do Xingu. Na rodoviária, nossos anfitriões Xavante nos esperavam para nos levar à aldeia, na boleia de uma caminhonete junto com as malas e alimentos. O clima de aventura e ansiedade inquietava professores e alunos, os olhares e conversas se entrecortavam entre risadas enquanto contemplavam as paisagens do Cerrado. Na estrada, o horizonte monótono dos grandes campos de soja e milho contrastava com grandes massas de árvores retorcidas e empoeiradas da margem oposta. A paisagem só começa a mudar quando nos aproximamos da Terra Indígena Pimentel Barbosa.

Depois de horas adentro do cerrado preservado, adentrando a Terra Indígena Pimentel Barbosa pela estrada de terra e chegamos à aldeia Etenhiritipá, preparados para a oficina devolutiva e portando um arsenal arquitetônico: maquetes desmontáveis em diferentes escalas, mapas com imagens de satélite na escala da Aldeia e da escola, slides dos ensaios projetuais e construtivos, projetor, gravadores e câmeras fotográficas.

Ao pisar no chão da aldeia, nos demos conta de quanto tudo era diferente. Olhávamos deslumbrados para a imensidão do pátio central de terra batida – lugar do Warã, conversas, futebol e brincadeiras – e para as casas organizadas em semicírculo ao redor do pátio, que se voltava para o rio.

Ao chegar na escola, uma surpresa: a antiga escola de esteios de madeira e palha de buriti, que conhecíamos das outras vivências, tinha desmoronado, e em seu lugar outra fora construída. Após a queda da antiga escola, a prefeitura de Canarana forneceu material e mão de obra para a construção emergencial desta nova escola. A edificação

era diferente de tudo ao redor. Embora contasse com uma forma circular, que remete às casas tradicionais, com pilares de madeira rústicos e cobertura de trançado de palha feito pelas mulheres, ela materializava o enorme desrespeito do trato público com as comunidades indígenas, quer pela alvenaria sem acabamento, pelas instalações elétricas e hidráulicas, visivelmente improvisadas, ou pela sua altura, muito além das casas.

Nos alojamos em três salas de aula, penduramos nossas redes entre desenhos e escritos em A'uwê e português. No espaço central criamos nosso ambiente de trabalho. No fim do dia, as mulheres vinham nos levar para o banho no rio e indicavam o trajeto do banho dos homens.

Ao cair da noite, seguimos para o Warã, para o rito de apresentação. Fomos recebidos pelo ancião e outras lideranças em meio aos cantos Xavantes. Sentados em roda no centro do pátio sem iluminação, recebemos as boas-vindas traduzidas para o Português por Paulo Xavante. Fomos orientados a sonhar para as atividades do dia seguinte.

Ao amanhecer os membros da comunidade foram chegando pouco a pouco na escola. Como a maioria deles falava apenas a língua Xavante, Caimi Waiassé e Severiá Idioriê, professora da escola, se alternavam na tradução resumida para o português. Os desenhos, as maquetes e a cartografia logo se configuraram como instrumento de diálogo e cumpriram o papel de tradução.

Os homens ficaram dentro da escola, as mulheres espiando do lado de fora. Um por vez, manipulavam as maquetes e as movimentavam sobre a cartografia. Logo percebemos que eles tomavam para si a proposta, usavam as representações tridimensionais e gráficas para organizar a implantação da escola (escala 1:100). Não paravam de falar entre si e todos ao mesmo tempo, tudo em idioma Xavante e em meio a muitas risadas. Tentamos ler os seus gestos ao mesmo tempo em que ouvíamos as curtas traduções. O grupo das mulheres mexia na maquete da edificação (escala 1:25), Severiá as incentivava a distribuir os blocos de mobiliário nos módulos. Elas organizaram os blocos de diversas formas – os ambientes e o mobiliário. Parecia uma brincadeira, todas falavam e se escutavam ao mesmo tempo.

A certa altura, o ancião se pôs a observar uma representação humana, e todos ficaram em silêncio, na expectativa do que ele diria. Ele riu, e deu à figura o nome de “guerreiro protetor”. Todos riram juntos. Uma liderança associou o formato da gravata dos guerreiros A'uwê à curvatura da catenária, e colocou ritualisticamente sua gravata em cima da maquete. De novo todos aplaudiram em concordância e riram.

Os membros da comunidade se apropriaram muito rapidamente do instrumental técnico, usando-o para dialogar e comunicar. Em paralelo, nós ficamos mediando, capturando e registrando as trocas de saberes. Permanecemos espectadores, e eles donos do instrumental técnico, projetando sobre a cartografia “a escola dos sonhos”. Neste momento, literalmente nossos sonhos se encontraram.

A escola e o território da aldeia eram uma coisa única, pois sobre este instrumental eles lançaram várias perguntas: para onde a aldeia deveria crescer? Onde seria construída a próxima casa? Onde deveria ficar a escola? Por vezes os líderes saíam, desenhavam no chão e voltavam para registrar no mapa. Da mesma forma que os Xavante valorizam



Figura 10: Oficina de projeto coletivo na aldeia. Fonte: Acervo NAPPLAC.

¹⁸BARAVELLI, 2019.

o ato de sonhar e orientam o planejamento das caçadas pela projeção do que será concretizado,¹⁸ as maquetes e cartografia funcionaram como uma antecipação do edifício da escola, como maquetes-sonho. Desta forma, chegamos à implantação da escola e definições formais e estruturais dos blocos.

Na hora de ir embora, sentamos em roda pela última vez para planejar os próximos passos do projeto.

Referências bibliográficas

- BARAVELLI, J. E. "Passagens entre a mente e a matéria", in: ZUQUIM, Maria de Lourdes *et al. Espaços de brincar, de aprender e de ensinar: Uma Escola Xavante na Aldeia Etenhiritipá: Caderno de ensaios do projeto de cultura e extensão universitária.* São Paulo, 2019. 83 p. No Prelo.
- BETTO, Frei. *Elogio da conscientização.* ALAI, América Latina en Movimiento, 9 fev. /2007. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/node/119225>>. Acesso em: 17/03/2021
- CADERNOS do PROARQ, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Ano 1 (1997) n. 26, julho 2016.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. 127 p.
- GOMES, Tania Valeria. Tribo Xavante abre sua aldeia para visitantes interessados em aprender sobre a cultura indígena. *O Estado de São Paulo.* São Paulo, 13 jun. 2018. Viagem, p. 1-2. Disponível em: <https://viagem.estadao.com.br/noticias/geral,tribo-xavante-abre-sua-aldeia-para-visitantes-interessados-em-aprender-sobre-a-cultura-indigena,70002348000>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A educação escolar indígena no Brasil.* Povos Indígenas no Brasil - Instituto Socioambiental, [S. l.], p. 1-10, 1 jan. 2016. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/A_educ%C3%A7%C3%A3o_escolar_ind%C3%ADgena_no_Brasil. Acesso em: 30 out. 2019. GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A educação escolar indígena no Brasil.* Povos Indígenas no Brasil - Instituto Socioambiental, [S. l.], p. 1-10, 1 jan. 2016. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/A_educ%C3%A7%C3%A3o_escolar_ind%C3%ADgena_no_Brasil. Acesso em: 30 out. 2019.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LINO, S. F. *A obra de Eládio Dieste: flexibilidade e autonomia na produção arquitetônica.* São Paulo: 2008. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.096/142>>.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho.* São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- MAYBURY-LEWIS, David. *A Sociedade Xavante (Akwe shavante society, 1967).* Tradução: Aracy Lopes da Silva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984. [1967].
- POMPÉIA, R.A. *Os Laboratórios de Habitação no ensino da arquitetura: uma contribuição ao processo de formação do arquiteto.* Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PORTOCARRERO, J. A. B. *Tecnologia indígena em Mato Grosso: habitação.* Cuiabá Entrelinhas, 2010. ISBN 857992006X.
- SECAD, C. *Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola.* Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2007.

SILVA, Aracy Lopes da. Dois séculos e meio de história Xavante. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992.

SOUZA, V. F. D.; SILVA, P. R. D. A valorização da cultura Xavante na educação escolar de crianças indígenas na aldeia de São Marcos. *Revista Eletrônica Interdisciplinar: Univar*. V. 2 N. 18: 9 p. 2017.

WELCH, J. R. et al. *Na primeira margem do rio: território e ecologia do povo Xavante de Wedezé*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2013.

ZUQUIM, Maria de Lourdes et al. *Espaços de brincar, de aprender e de ensinar: Uma Escola Xavante na Aldeia Etenhiritipá*. Caderno de ensaios do projeto de cultura e extensão universitária. São Paulo, 2019. 83 p. No Prelo.

Referências audiovisuais

Recebido [Out. 31, 2022]

Aprovado [Nov. 02, 2023]

FAUUSP. Espaços de Brincar, Aprender e Ensinar: Uma Escola Xavante. Youtube, 04/03/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4nZTZM2r8IM>>. Acesso em: 23/04/2021.

El “pensar haciendo”: experiencias contemporáneas de obras realizadas por la Escuela de Valparaíso, Chile

Andrés Garcés Alzamora
Paula Olmedo Latoja*



Figura da página anterior

(recorte): Pescador no rio Araguaia, no estado do Pará. Fonte: Autorial de J. R. Ripper. (Imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Resumen La Escuela de Arquitectura y Diseño de la PUCV en Chile, fundada hace 70 años, postuló desde sus orígenes que la arquitectura debía estudiarse en las calles. Desde entonces, profesores y estudiantes han reunido su pensamiento académico y ejercicio profesional desde una perspectiva del “pensar haciendo”, diseñando y construyendo una arquitectura propia de cada lugar y sus gentes, observando el modo de habitar en América. Todo este legado ha sido posible gracias a la creación en 1952 del Instituto de Arquitectura; en 1971 de la Ciudad Abierta de Amereida; las Travesías en 1984; y desde al año 2006, con la creación del Departamento de Proyectos y Asistencia Técnica, donde se desarrollan proyectos públicos que generan retroalimentación, que han fortalecido la formación profesional de los estudiantes.

Palabras clave: arquitectura, pensar-haciendo, informalidad.

O “pensar fazendo”: experiências contemporâneas em obras conduzidas pela Escola de Valparaíso, Chile

Resumo A Escola de Arquitetura e Design da PUCV no Chile, fundada há 70 anos, postulou desde suas origens que a arquitetura deveria ser estudada nas ruas. Desde então, professores e alunos unem seu pensamento acadêmico e prática profissional a partir de uma perspectiva de “pensar fazendo”, projetando e construindo uma arquitetura específica para cada lugar e seu povo, observando o modo de viver na América. Todo esse legado foi possível graças à criação em 1952 do Instituto de Arquitetura; em 1971 da Cidade Aberta de Amereida; as Travessias em 1984; e desde 2006, com a criação do Departamento de Projetos e Assistência Técnica, onde são desenvolvidos projetos públicos que geram retroalimentação, que têm fortalecido a formação profissional dos alunos.

Palavras-chave: arquitetura, pensar-fazendo, informalidadel.

The “thinking while doing”: contemporary experiences on the building sites led by the Valparaíso School, Chile

Abstract The PUCV School of Architecture and Design in Chile, founded 70 years ago, postulated from its origins that architecture should be studied in the streets. Since then, professors and students unite their academic thinking and professional practice from a “thinking by doing” perspective, designing and building specific architecture for each place and its people, observing the way of life in Latin America. This entire legacy was made possible thanks to the creation of the Institute of Architecture in 1952; in 1971 from the Open City of Amereida; the Travessias in 1984; and since 2006, with the creation of the Projects and Technical Assistance Department, where public projects are developed that generate feedback, which have strengthened the professional training of students.

Keywords: architecture, thinking-doing, informality.

_La Escuela de Arquitectura y Diseño de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, en Chile, desde su fundación en 1952, tiene una larga trayectoria de participación en los procesos de construcción de obras, realizadas por profesores y estudiantes, en el contexto de viajes que realizan todos los años, llamados “las Travesías”, como también en los procesos de reconstrucción del país, debido a los eventos naturales, como terremotos y tsunamis, a los que constantemente los chilenos nos vemos afectados.

Esta trayectoria permite comprender este modo de pensar la arquitectura desde el hacer, lo que es el sello de esta Escuela y que da cuenta de un importante número de obras que se han construido en todo el continente, durante estos 70 años de trayectoria académica y profesional.

Desde sus orígenes, profesores y estudiantes de la Escuela de Valparaíso, demostraron su interés por sacar el aula a las calles de la ciudad, para observar los acontecimientos del espacio y, desde esta acción, configurar una propuesta académica¹ basada en la idea de que la arquitectura es: “La extensión orientada que da cabida a los actos humanos”¹.

Este modo de pensar ha tenido como fundamento la complejidad de integrar, a los oficios de la arquitectura y los diseños, una visión poética de la vida sostenida por poetas que han participado desde el origen de la Escuela, lo que es su más importante distinción y que ha sido transversal a todo su quehacer, hasta la actualidad.

Un ejemplo de esto son una serie de eventos que se han dado en estos 70 años de historia y que le han valido un importante reconocimiento mundial. Su participación en la reconstrucción de Iglesias del sur de Chile fruto del terremoto de 1960; las más de 300 Travesías que se han realizado desde 1984 hasta la actualidad, donde profesores y estudiantes parten a recorrer América, cada año, para regalar una obra a las comunidades que los acogen; la construcción de la Ciudad Abierta, fundada en 1970, en un campo de 270 ha, la que ha sido un espacio fecundo para la experimentación en arquitectura, diseño, arte, biología, música, danza y otros oficios y que fue creado desde una visión poética de América a través de un poema épico llamado Amereida. Todas experiencias de hacer y obrar que han conformado los fundamentos de la Escuela de Valparaíso, donde se conjuga el arte, arquitectura, poética y pedagogía.

Estas experiencias acumuladas por la Escuela, han permitido tener una visión empírica de la expresión socio-cultural y territorial que se da en ciudades y pueblos de América, que han conformado sus realidades materiales y su identidad, en muchos casos de manera espontánea, como ha sido el caso en Chile, de la ciudad de Valparaíso (ciudad no fundada), en el centro del país, o el pueblo de Chanco (con un ciclo vital deteriorado por la falta de una actividad productiva), al sur del país, o la comunidad Kawésqar de Puerto Edén, en la región de Magallanes, tal vez la localidad más recóndita del continente, emplazada en los canales australes del extremo sur de Chile.

* Andrés Garcés Alzamora es Arquitecto, Profesor Titular de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso - Chile, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-9593-5401>>. Paula Olmedo Latoja es Arquitecta, Colaboradora de la Escuela de Arquitectura y Diseño de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso - Chile.

Notas 1 y 2 (página anterior):

¹ El acto de observación, es uno de los fundamentos de la Escuela de Valparaíso y sustancial para la formación de los estudiantes. Consiste en salir a la ciudad a dibujar (a través de croquis que recogen lo esencial de lo que se observa) y realizar anotaciones que ponen en valor los acontecimientos que se desarrollan en el espacio, sea urbano, rural o natural.

² “La Arquitectura es la extensión orientada que da cabida a los actos humanos” definición propuesta por la Escuela de arquitectura en la exposición de los 20 años. https://wiki.ead.pucv.cl/Exposición_20_años_Escuela_de_Arquitectura_UCV.

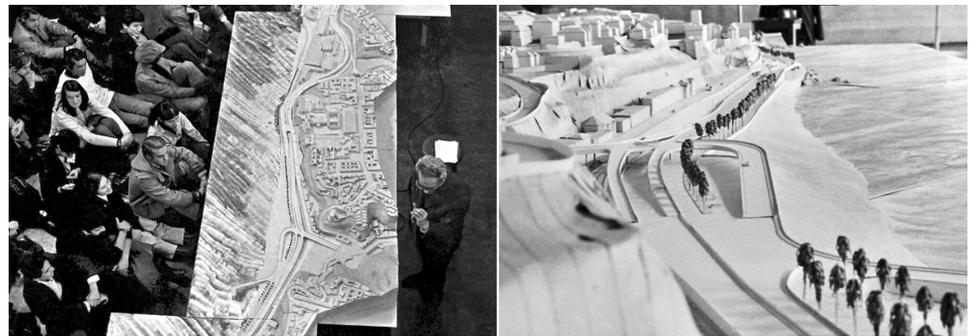
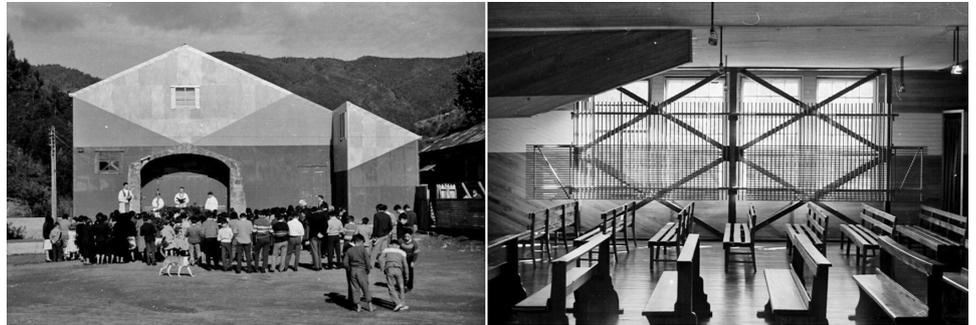


Figura 1: Reconstrucción Iglesia de Corral 1961 (Terremoto 1960). Fuente: Archivo José Vial Armstrong.

Figura 2: Proyecto concurso público para la Avenida del Mar (1969) borde costero de la ciudad de Valparaíso. Fuente: Archivo José Vial Armstrong.

Figura 3: Palacio Viejo (1981) y Cementerio (1982) en Ciudad Abierta de Amereida. Fuente: Archivo José Vial Armstrong.

Figura 4: Hospedería del Errante en Ciudad Abierta de Amereida. 2000. Fuente: Autor.



También en Brasil, las favelas de Manguinhos y Complexo de Alemão, en Río de Janeiro, la de Heliópolis en São Paulo, como también las experiencias en São Luis de Paraitinga, cerca del litoral norte de São Paulo o las comunidades mineras que habitan las laderas de Ouro Preto, en Minas Gerais, o la comunidad Quilombola de Campinhos da Independencia en Paraty y las comunidades de Porto do Capim, Conde y Jacumá en João Pessoa. Todas asociadas a la expresión de una naturaleza dinámica que revela permanentemente la fragilidad de la vida humana, las que están socioculturalmente distantes en gran medida al modelo de urbanismo occidental heredado por Europa, a través de la trama de damero implantada por las Leyes de Indias y que dio origen a la idea de urbanidad requerida para la fundación de sus ciudades.

Figura 5: Travesía San Ignacio de Huinay- región de Aysen-Chile (1991) y Travesía Aconcagua Juncal-Chile (1989). Fuente: Archivo histórico José Vial Armstrong.

Figura 6: Travesía São Luís de Paraitinga-Brasil (2010). Fuente: Autor, 2010.

A continuación se expondrán casos de experiencias realizadas en distintos contextos, en Chile y Brasil, a partir del año 2010, en ámbitos de las Travesías y en experiencias de cooperación técnica, con la participación de profesores y estudiantes a través de sus líneas de investigación, donde podemos encontrar algunos factores comunes que permitan tener una mirada de la complejidad con la cual deben ser abordados los proyectos de arquitectura, cuando se trabaja en territorios marginales o vulnerables a factores sociales, económicos, geográficos y culturales.



Resistencia a lo urbano: ruralidad y urbanismo en contradicción

Desde esta perspectiva y dadas las experiencias realizadas en las Travesías en favelas, comunidades de pescadores, quilombos y pueblos indígenas, al menos tres factores han sido relevantes para entender este modo de vida que se ha dado en ciudades como Valparaíso y otras de Latinoamérica:

1. **La apropiación espontánea del espacio “conquistada”** que conlleva el arraigo del conjunto familiar y comunitario, que desencadena nuevos modos de habitar, por ejemplo, en la vertical de los cerros de Valparaíso, a través de viviendas progresivas que se amplían descolgándose del cerro en la medida que el grupo familiar va aumentando; o la vida de núcleos familiares en el quilombo de Paraty, donde cada grupo se hace cargo de una dimensión sociocultural de la comunidad.
2. **La comprensión sociocultural y territorial del lugar**, a través del reconocimiento de estos factores, de los anhelos y significaciones de la comunidad, de su memoria, de sus oficios, de sus ritos ancestrales y cotidianos, que en el caso de Valparaíso se expresa dramáticamente por esta condición morfológica de ser un gran teatro que mira el mar, que actúa como fondo de escena de todos los acontecimientos de esta ciudad-puerto y que hoy se revalorizan por sus cualidades turísticas.
3. **La estructura morfológica del lugar** a través del reconocimiento de los valores hidrológicos, geográficos, topográficos, medio ambientales que conforman la territorialidad inmediata del lugar y que lo distinguen de otros lugares, puesto que le dan sentido a un modo de habitar único que se da ahí y solamente ahí. Como es el caso de la comunidad de Porto do Capim (Figura 12), junto al río y en un contexto patrimonial portuario que fue abandonado por la ciudad y que hoy requiere que se reconozca la presencia cultural de la comunidad de pescadores que le ha dado re-significación.

Una mirada general del contexto no-urbano en latinoamérica, Brasil y Chile

Los factores antes mencionados han sido desarrollados ampliamente por algunos urbanistas para la reconversión de espacios vulnerables en contextos de favela, tal como se puede apreciar en el trabajo de Jorge Jauregui³ para el programa Favela-Barrio, desarrollado extensamente en sus proyectos de Río de Janeiro en la década pasada y que fuera reemplazado por el programa Minha Casa Minha Vida⁴ y otros nuevos programas que no han estado exentos de polémica por la introducción de una fuerte perspectiva inmobiliaria habitacional-económica, que a juicio de expertos debilita la dimensión de transformación urbana integral que se esperaba de estas intervenciones. En Chile el Proyecto Elemental que dirige Alejandro Aravena, premio Pritzker 2016, contribuyó a poner en cuestión la relación del valor de la vivienda social con la calidad de esas viviendas, proponiendo una vivienda incremental que los propios beneficiarios pudiesen ampliar con el tiempo. Sin embargo, su propuesta demostró que alguien que postula a un subsidio habitacional difícilmente puede, en el tiempo, tener recursos para ampliar y mejorar sus condiciones de vida.

De igual manera, tenemos que considerar que la vida en “asentamientos informales” (término restringido para abordar esta realidad), aún cuando en los últimos años ha disminuido considerablemente, llegando, al 2015, aproximadamente el 25% promedio

³ Jorge Jauregui, Arquitecto argentino radicado en Río de Janeiro, que ha desarrollado un amplio trabajo profesional y teórico de Proyectos para el programa Favela Barrio.

⁴ El Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) fue un programa de vivienda federal brasileño creado en marzo de 2009 por el gobernador Luiz Inácio Lula da Silva.

⁵Segundo documento disponible en <https://habitat3.org/wp-content/uploads/22-Assentamentos-Informais_final.pdf>, acceso en 19/12/2022.

⁶Maiores informações, ver <<https://www.monumentos.gob.cl/monumentos/zonas-tipicas/area-historica-valparaiso>>, acesso em 19/12/2022 (N.E.).

de la población urbana de Latinoamérica⁵, sigue con cifras bastantes altas en ciudades como Lima donde se mantiene al 70%, en Río de Janeiro al 50%; lo que requiere ser abordado con urgencia desde una visión interdisciplinaria entre el Estado, la academia y la sociedad, y a largo plazo, ajeno a los intereses políticos cortoplacistas.

Por otra parte, se hace necesario comprender y cualificar el espacio urbano de ciudades como Valparaíso, a partir de las condiciones que conforman la vida en sus cerros, dadas por tipologías de habitabilidad que han sido determinantes en su condición de declaración de Patrimonio de la Humanidad⁶, por su compleja morfología y su cualidad sociocultural, donde se cruzan cotidianamente elementos de vida rural y vida urbana, que conviven y que requieren ser valorados en sus distintas capas de acción y no pasados a llevar o hacerlos desaparecer solo por tener ciertas características rurales. Para el Ministerio de Vivienda y Urbanismo todavía la definición de ruralidad significa todo aquel territorio que no es urbano, es decir, sin ninguna definición propia que ponga en valor sus cualidades.

Cabe considerar también que existen factores determinantes de la “informalidad” en cuanto resistencia, que se dan también en las ciudades y que dan cuenta de una existencia muy semejante a la vida rural: la fragilidad de los recursos económicos que obligan a familiares a agruparse para compartir los gastos, la movilidad familiar de miembros que deben trabajar en otras ciudades, la soberanía comunitaria que se defiende colectivamente frente a amenazas del sistema urbano, la construcción progresiva de viviendas realizadas por el mismo grupo familiar y conforme a los recursos y la apropiación orgánica del sitio en el que sus habitantes comprenden, porque lo habitan día a día, y un último factor, que muchas veces poco se aborda, es una “resistencia intrínseca a lo urbano” que puede ser entendida como una condición de arraigo al lugar con leyes propias y a todo lo ganado en un contexto de lucha constante, propios de los sistemas rizomáticos de los que habla Gilles Deleuze (2004). Se trata de una cultura de la habitabilidad y apropiación del territorio muy semejante en los pueblos latinoamericanos que requiere una reflexión más allá de lo meramente urbano-rural, formal-informal.

Pero un espacio de vida en comunidad, al parecer requiere institucionalizarse y no ser sólo una acción de un grupo de voluntarios. Se debe invertir en educación preventiva, aumentar la participación ciudadana y comunitaria, y fortalecer vínculos de las juntas vecinales poniendo el énfasis en los valores culturales de la comunidad, en sus ritos cotidianos y extraordinarios en las formas y valor que dan a su relación con la tierra, con el agua, en definitiva con la naturaleza en su conjunto.

El habitante de los cerros de Valparaíso, el de las Favelas de São Paulo y Río de Janeiro, el Quilombola de Paraty, o el pescador de Porto do Capim en João Pessoa, mediante una conquista de la condición topográfica de la pendiente, del borde de mar o de la mata atlántica, dieron origen a un modelo de vecindad, donde se tiene una relación profunda con la naturaleza y el territorio; con el mar y los cerros, una suerte de destinación al modo como lo vieron los griegos hace unos dos mil quinientos años, o como hoy lo siguen viendo algunos pueblos originarios de América. En Valparaíso, la vida de los cerros es con la levedad de posarse sobre sus laderas, donde la ciudad y sus edificaciones se vuelven a construir una y otra vez a pesar de sus catástrofes. En las favelas de Brasil, como indica Paola Berenstein Jacques (2001), la estética de sus calles y construcciones se percibe que nace del ginga⁷, de la danza, del movimiento de un andar que avanza y retrocede. En el quilombo de Paraty, la vida en comunidad se organiza en núcleos familiares siguiendo una trilha que avanza por la mata atlántica

⁷La ‘Ginga’ es un movimiento original del cuerpo humano propio de las tradiciones afrodescendientes como base de ritmo y armonía de la danza del capoeira.

y que ordena los grupos familiares a partir de cuidados comunitarios; una familia al cuidado de la iglesia, otra al cuidado de la huerta, la otra del camping, etc.

Contexto territorial en Chile y sus instrumentos de prevención de riesgos

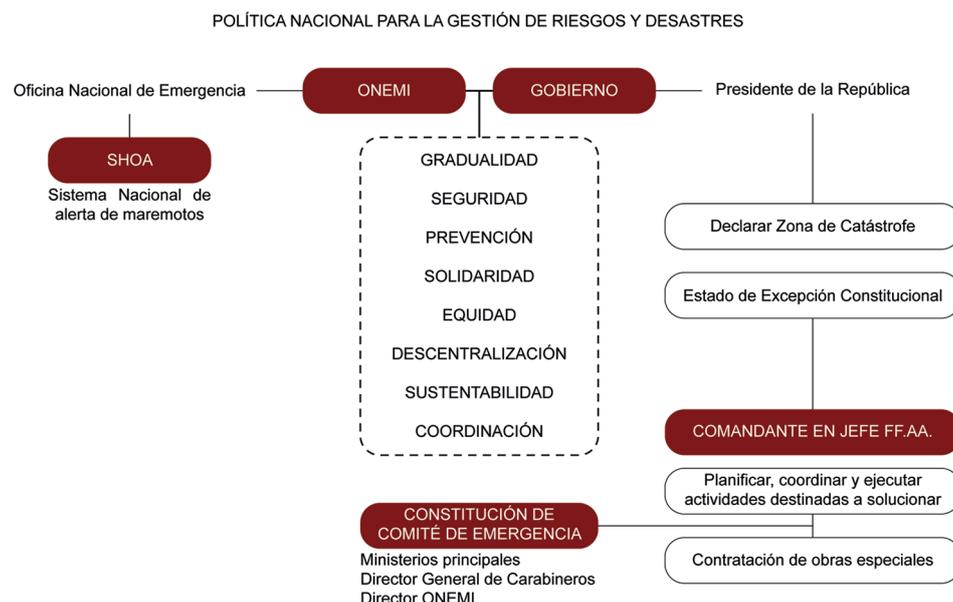
Chile es un país de erupciones volcánicas, terremotos, tsunamis e incendios. Está en la idiosincrasia de las culturas de los Andes a través del “cinturón de fuego”, fruto del encuentro de las placas tectónicas que lo conforman y que se ha visto muy expresado en los últimos 10 años por los terremotos del sur y del norte del país, el tsunami del 2010, asociado a estos, la erupción del volcán Chaitén y el Calbuco en el sur y la gran cantidad de incendios forestales en la zona centro y sur del país y que hoy se asocian directamente a factores de cambio climático. Esta condición multi-geográfica en la que nos emplazamos, requiere que se aborde el desafío de una planificación territorial nacional y regional en contextos de catástrofes.

Pero al día de hoy ¿cuál ha sido la Acción del Estado?, ¿cuáles han sido los protocolos que el Gobierno de Chile y de la Oficina Nacional de Emergencia del Ministerio del Interior (ONEMI) han implementado para abordar las catástrofes?.

En el año 2010 una comisión de Naciones Unidas estableció 75 recomendaciones y dentro de ellas la formulación de una Política Nacional de Gestión de Riesgos de Desastres, cuyos principios rectores son: gradualidad, seguridad, prevención, solidaridad, equidad, descentralización, sustentabilidad, coordinación, entre otros. El objetivo ha sido otorgar al Estado de Chile un instrumento o marco guía que permita desarrollar una gestión integral frente a los riesgos por desastres naturales, donde se articulen todos los sectores para la prevención, respuesta y recuperación de las condiciones de habitabilidad, dentro del marco del desarrollo sustentable⁸.

⁸ Disponible en <<http://www.onemi.cl/visor-chile-preparado>>, consulta en 25/10/2022.

Figura 7: Esquema Modelo de gestión Política Nacional para la Gestión de Riesgos y Desastres. Fuente: Autor, 2015.



En Chile, frente a la acción contra incendios, operan tres sistemas de protección claramente definidos. Las empresas forestales con carácter privado, la Corporación Nacional Forestal (CONAF) y el Cuerpo de Bomberos (los que, si bien con el tiempo, han logrado levantar información en distintos formatos), en la realidad no tienen una lógica de operatividad integrada que permita abordar coordinadamente frente a estos eventos y menos aún incorporar un programa de prevención a través de iniciativa de educación en distintas escalas.

Pero ¿qué ha sucedido con las catástrofes en Chile?. Han habido una serie de acciones resilientes, con capacidad para reinventarse a pesar de la adversidad y también acciones reincidentes, con comunidades rurales y urbanas que han preferido volver al mismo lugar de la catástrofe, aún cuando se les ha ofrecido una nueva oportunidad en un lugar más seguro.

La memoria en Chile es frágil y lo que prevalece es un arraigo con la tierra, con el lugar a donde siempre se quiere volver porque en él está una memoria más trascendente. Basta conocer el caso del pueblo de Chaitén con el volcán y los proyectos urbanos que fracasaron post-erupción. La fuerza de la naturaleza se volvió una catástrofe para la vida humana urbana y rural por la falta de legibilidad y comprensión de estos fenómenos vivos, transversales a la vida.

Caso 1: Reconstrucción Post Terremoto 2010 . Propuesta patrimonial de la localidad de Chanco

Proyecto de Cooperación Técnica Ead-PUCV . Terremoto 2010

Dada la magnitud de la catástrofe del 27 de febrero del 2010 y el nivel de daños en relación a las viviendas de arquitectura tradicional, el Ministerio de Vivienda y Urbanismo (MINVU), a través del Programa de Reconstrucción Nacional, implementó Planes de Regeneración Urbana Regional, los que permitieron abordar la reconstrucción desde una perspectiva armónica de localidades, cuyo carácter urbano e identidad podrían haberse visto afectados por las dinámicas propias de la reconstrucción y que requerían contar con instrumentos que reconocieran y protegieran su valor patrimonial como conjunto.

El Plan de Reconstrucción Patrimonial definió el modelo de gestión que estructuró todo el desarrollo de los proyectos en cuatro etapas.

1. Etapa 1: consistió en el proceso de inscripción y registro de damnificados, proceso a cargo de los Municipios de las comunas afectadas.
2. Etapa 2: se realizó la organización de la demanda por parte de la Entidad de Gestión Inmobiliaria Social (EGIS) junto con universidades, fundaciones, oficinas de arquitectura de todo el país, etc.
3. Etapa 3: se desarrollaron los proyectos técnicos de vivienda, trabajo en conjunto entre la comunidad y los equipos de profesionales, en donde participa la Escuela de Arquitectura y Diseño de la PUCV.
4. Etapa 4: el Servicio de Vivienda y Urbanismo de cada región (SERVIU), encargado de la asignación de los subsidios habitacionales, debía realizar la revisión y aprobación

de los proyectos de viviendas. Tratándose de áreas declaradas Zonas Típicas o Pintorescas, el Consejo de Monumentos Nacionales (CMN) también debía revisar y aprobar cada una de las propuestas.

El subsidio de reconstrucción tenía por objeto reconstruir los primeros 50m², con un costo al día de hoy de unos U\$25 mil, ampliables a U\$8 mil más como asignación patrimonial, con el compromiso de parte de los propietarios, que el resto de la edificación también se reconstruiría respetando los valores patrimoniales del conjunto.

El Departamento de Proyectos y Asistencia Técnica de la Escuela de Arquitectura y Diseño PUCV, por encargo del MINVU, trabajó en el desarrollo de la reconstrucción de 105 viviendas de la localidad de Chanco, ubicada en la costa de la región de Talca, a unos 350 km al sur de Santiago. Para esto fue necesario formar un equipo interdisciplinario de constructores, asistentes sociales y arquitectos, junto a los equipos del MINVU, que pudieran abordar esta emergencia con un alto grado de complejidad, dado que todas las viviendas se encontraban en sitio propio, lo que significaba que las tipologías a diseñar debían adaptarse a los terrenos existentes o al polígono del sitio, a veces en esquinas de calles o en el centro de sus manzanas.

Junto a esto, el estado de shock de las personas que vivían en estas construcciones, no permitía en muchos casos, hacer una recopilación fidedigna de los antecedentes de la vivienda; además, muchas familias no eran propietarios de las viviendas, en algunos casos antiguos inquilinos o allegados, que solo cuidaban antiguas casonas de principios de siglo XX o más antiguas, la mayoría en estados de decadencia y obsolescencia estructural, lo que demostraba que el ciclo de vida de toda la localidad había perdido su vigencia por la cual había surgido otrora en este territorio. A veces estos eventos naturales vienen a concluir de manera, tal vez acelerada y muy dramática

Figura 8: Plano Zona Típica de Chanco post 27-F. En rojo, ubicación de los 105 casos desarrollados por el Departamento de Proyectos e[ad] PUCV. Fuente: Autor, 2015.





Figura 9: Viviendas de la Zona Típica de Chanco proyectadas por el Departamento de Proyectos e[ad] PUCV. Fuente: Autor, 2015.

por cierto, un proceso obsolescencia que ya tenía un devenir programado, fruto de la falta de acciones humanas preventivas y que pusieran en valor el territorio, junto al patrimonio histórico del lugar.

Caso 2: Reconstrucción de Valparaíso por el mega-incendio en abril 2014

Valparaíso es una ciudad puerto no fundada, con casi 500 años de existencia, emplazada en una bahía con orientación norte cuya geografía es irregular: tiene al menos unas 50 quebradas y su equivalente en cerros. Gran parte de las viviendas están descolgándose por sus laderas y cimas, siendo este uno de sus principales atributos por el cual obtiene de la UNESCO, en el año 2003, su declaración de Patrimonio de la Humanidad, ratificado por la expresión intangible de su historia y sus habitantes, que se manifiesta más en sus acciones que en sus formas materiales o edificios. Se trata de una ciudad única en su conformación urbana no planificada.

Valparaíso es un gran teatro que se mira a sí mismo y que mira el mar. Su destinación está en ese mar y su habitar se da en la vertical de los cerros. Sus quebradas son parte de la trama del agua que responde a la estructura de los interfluvios de la cordillera de la costa. El viento predominante es el sur-oeste, el cual se filtró, para el incendio del año 2014, por las quebradas y alimentó - en un efecto de aceleración tipo chimenea - la voracidad de las llamas. El fuerte viento llegó a transformar un incendio de tipo forestal en uno de tipo estructural, lo que obligó a delimitar el área alta de los cerros como zona de alta vulnerabilidad.

En Valparaíso ha habido más de 48 incendios de grandes proporciones en toda su historia. Forestales y estructurales, y entre los más relevantes se encuentra el incendio del 12 al 16 de abril del 2014. Fue el incendio urbano más grande de la historia de Chile. Estuvo más de 48 horas activo y destruyó más de 2.900 viviendas (en 1242 lotes), donde murieron 15 personas y más de 12.500 damnificados, dejando un total de 3.478 viviendas afectadas y 2.765 viviendas irreparables, con un total de 1.042 ha afectadas, de las cuales 148 ha, fueron en el área urbana. El 43% de las viviendas estaba emplazada en zonas seguras, dentro del plan regulador comunal de la ciudad.

El incendio se inició en un fundo privado con características de asentamiento rural y abandonado que, para los tiempos que vivimos, en un contexto global de cambio climático, con niveles de humedad que han estado bajo el 30%, también nos permiten reflexionar de la responsabilidad que los privados tienen de estos bienes y la falta de fiscalización histórica que ha habido de parte de las autoridades, respecto de la actividad agrícola y forestal.

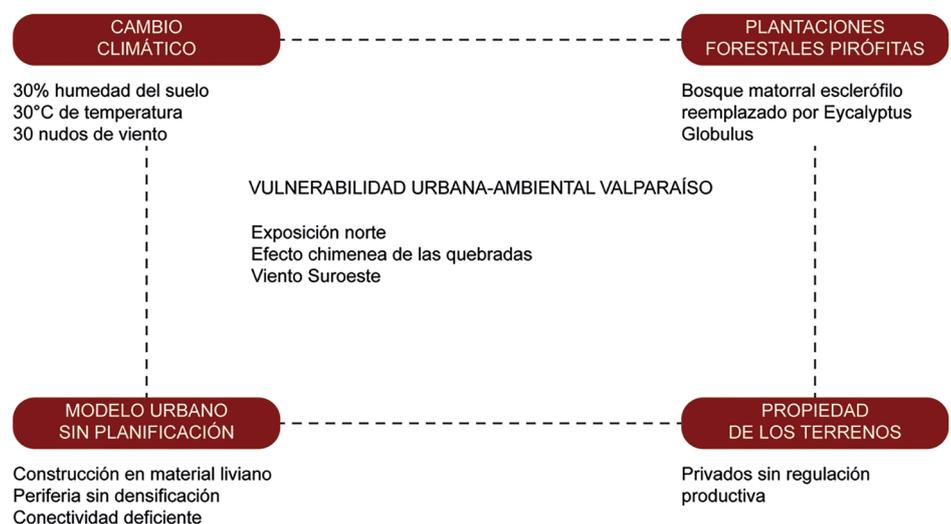
Bajo estos criterios productivos, el bosque nativo fue reemplazado por un bosque exótico de monocultivo de eucaliptos y pino insigne, de acuerdo a las políticas impulsadas como signo de progreso, por la dictadura de los años 1980. Producción forestal que tiene características altamente combustibles y muy consumidora de los recursos hídricos de las quebradas, pero que hace 40 años no constituían un aspecto importante de análisis.

Otro factor que aportó al incendio han sido los vertederos clandestinos que se han acumulado por décadas en las quebradas, asociados a un crecimiento de la ciudad que se han desarrollado sin una articulación institucional de los departamentos municipales. La actividad urbana ha desplazado rápidamente la actividad rural en la que se mantenían estos lugares, algunos vinculados a los cursos de agua de los fondos de quebrada que beneficiaban una producción agrícola de bajo impacto. La vulnerabilidad social, fruto de la carencia de infraestructura urbana pública de buena calidad, con índices de pobreza sobre el 16% y cesantía sobre el 32%⁹, con una deficiente estructura institucional, con un municipio quebrado económicamente hace muchos años y que no logra salir a flote por políticas y acciones confrontacionales entre una empresa privada que tributa muy poco a la ciudad y un municipio dividido o capturado por intereses políticos de turno.

Para la reconstrucción de Valparaíso, debido al mega-incendio del 2014, participaron unos 15.000 voluntarios que trabajaron en los cerros y a quienes se sumaron alrededor de 5.000 personas, que prestaron asistencia en los nueve albergues y centros de acopio oficiales y de organizaciones no gubernamentales o sin fines de lucro. Para esta reconstrucción habitacional se generaron medidas paliativas a través de un Plan de Inversiones 2014-2021 por US \$510 millones.

⁹Para auxiliar na leitura: "índices de pobreza acima de 16% e desemprego acima de 32%". Um pouco mais adiante - "salir a flote": literalmente, "vir à tona"; mas, no contexto, trata-se de um município que não conseguiu se estabelecer como tal (N.E.)

Figura 10: Esquema Vulnerabilidad urbana-ambiental en Valparaíso. Fuente: Autor, 2015.



El propósito institucional urbano fue generar iniciativas en diferentes escalas de intervención:

1. Ciudad, mejorando accesibilidad, transporte y seguridad.
2. Barrio/Cerro, con la reconversión urbana de los sectores.
3. Quebradas; Vivienda; generando subsidios y soluciones habitacionales específicas.

En cuanto a las etapas se hizo lo siguiente: en una primera etapa se otorgaron soluciones habitacionales transitorias a las familias a través de Subsidios de Arriendo, Subsidio de Acogida, instalación de Viviendas de Emergencia, proporcionando una ayuda económica de 1 millón de pesos (U\$ 1.500) por grupo familiar, inicialmente por el periodo de 6 meses, para que los grupos pudieran reorganizar sus vidas en este tiempo inmediato de transición.

En una segunda etapa se implementó un Plan de Reconstrucción definitivo. En el año 2015, a un año de la catástrofe se había avanzado un 77% de la reconstrucción de viviendas, pero más del 50% solo eran viviendas muy precarias y de emergencia¹⁰.

Proyecto de cooperación académica Ead-PUCV . El Incendio de Valparaíso, 2014

Frente a esta emergencia, la Escuela de Arquitectura y Diseño de la PUCV trabajó en distintas etapas del proceso de reconstrucción y en distintas dimensiones. Desde el primer día, los talleres completos de la Escuela, de primero a quinto año, subieron a los cerros a retirar los escombros de las viviendas quemadas, bajo un plan de trabajo

¹⁰Datos obtenidos del Informe Plan de Reconstrucción de Valparaíso de Diciembre 2015. Disponible en <<http://cdn.plataformaurbana.cl/wp-content/uploads/2016/01/informe-reconstruccion-observatorio-valparaiso.compressed.pdf>>, acceso em 16/12/2022.

Figura 11: Trabajo de reconstrucción de viviendas a cargo del Taller de Quinto Año de Arquitectura de la e[ad] PUCV en Cerro La Cruz. En blanco la situación anterior, y en color la situación después o en proceso de construcción. Valparaíso. Fuente: Autor, 2014.



muy coordinado y sujeto a la supervisión de todos los profesores. Luego se dio paso a la construcción de viviendas de emergencia que organizaciones, como un Techo para Chile, implementaron en el lugar con el apoyo de voluntarios que llegaban de todo el país.

Junto con eso, talleres de diseño especializados en el diseño de alimentación, implementaron un programa de apoyo para todos los equipos de trabajo que permanecían el día completo, lo cual significó alimentar a más de 300 personas, todos los días, durante 3 meses. Otros talleres de diseño, se dedicaron a recuperar dimensiones de la memoria local de los barrios, trabajando con las comunidades afectadas, documentos gráficos para el reconocimiento de sus valores históricos.

Una vez finalizada esta primera etapa, el Taller de 5to año de Arquitectura de la PUCV, a través de la donación de recursos (U\$80 mil) por parte de una fundación local, desarrolló a modo de laboratorio, el diseño de rehabilitación de 16 viviendas de emergencia que habían sido muy mal construidas por los voluntarios que actuaron en las primeras semanas post-incendio, que no tenían experiencia en construcción.

Toda esta realidad extraordinaria y compleja, daba cuenta de que en la emergencia se favoreció la cantidad por sobre la calidad técnica, generando graves problemas estructurales en las viviendas llamadas “medias aguas”; de redes eléctricas, sanitarias, de accesibilidad y aislación, muy difíciles de resolver posteriormente por los afectados, por el estado de shock en el que se encontraban y por la falta de capacidad técnica.

Este equipo de unos 30 estudiantes trabajó por más de 2 meses en el diseño de rehabilitación y posteriormente 2 meses más en la construcción, lo que permitió al taller controlar todo el proceso constructivo y también comprender la complejidad de vida en la que se encontraban las personas afectadas por el incendio, la vulnerabilidad en la que habían quedado y en la poca capacidad de respuesta de parte del gobierno para abordar los casos más críticos y por no contar con criterios locales que permitan a la región y sus comunas tomar medidas y propuestas que se acerquen a la realidad específica del lugar y sus gentes.

Caso 3: Tres Travesías a João Pessoa, Estado de Paraíba: Porto do Capim, Dedo de Deus y Praia do Amor

La escuela de arquitectura y diseño de la PUCV desde el año 1984, ha realizado más de 300 viajes por América, impulsados por la pregunta poética ¿qué significa ser americanos?¹¹. Esta pregunta ha llevado a que todos los profesores y estudiantes, todos los años de sus estudios, realizan estos viajes llamados Travesías, atravesando el continente, recorriendo rutas de más de 10 mil km de distancia, llegando a puntos recónditos, encontrándose con sus geografías, con las comunidades que habitan en ellas, observando sus acontecimientos cotidianos y extraordinarios como sus ritos y costumbres. Esto permitió que en los últimos 20 años varios de estos viajes concentraran sus estudios en aspectos socio-territoriales - los que han sido introducidos en las materias de talles y en la manera como son abordados los proyectos de sus estudiantes, integrando metodologías de evaluación social de proyectos que permitan comprender la importancia de la participación comunitaria al momento de diseñar.

¹¹ Esta pregunta se concreta en el poema de Amereida, poesía fundamental de la escuela de Arquitectura de Valparaíso, motor de las travesías por el continente americano, escrito por sus fundadores luego de realizar un primer viaje en 1965, y que luego el año 1967 se materializó en un libro. Maiores informações, ver <http://amereida.cl/Ciudad_Abierta>, consultar en 29/12/2022.

1. Travesía a Porto Do Capim, João Pessoa, 2016

¹²Trata-se do V Seminário Internacional Urbicentros 2016, realizado entre os dias 8 e 11 de novembro de 2016, em João Pessoa/PB. Esta edição do evento foi promovida pela Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba (PRAC/UFPB), coordenada pela Prof^a. Dr^a. Elisabetta Romano, e fez parte da programação do IV Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão desta universidade (N.E.).

El año 2016, junto con participar del Congreso Urbicentros 5¹², con una ponencia que mostrara las acciones del Departamento de Proyectos y Asistencia Técnica de la Escuela de Arquitectura y Diseño PUCV, con los estudiantes del Taller en el contexto de la Travesía, nos instalamos a trabajar junto con la comunidad de Porto do Capim, junto al río Paraíba, muy cerca del centro histórico de João Pessoa. Durante unos 10 días, desarrollamos proyectos para la revalorización de sus celebraciones que daban cuenta de la identidad patrimonial de la comunidad a través de una serie de festividades que se daban entre sus calles, en momentos cotidianos y extraordinarios del año.

Con la comunidad, los primeros tres días, nos dedicamos a recorrer el lugar, observando, dibujando, escuchando y conversando con las personas. Con ellos vimos que la mayor representación de su identidad se daba en la procesión de la Virgen de la Concepción, la que partía de la Iglesia y que culminaba en un recorrido en las embarcaciones de los pescadores, hasta llegar a una pequeña isla cercana a la desembocadura del río.

Fuimos al lugar un mes antes de la procesión, autorizados por la comunidad y realizamos un acto poético que diera cuenta del sentido de estar ahí, con todos y luego volvimos al caserío, para comenzar a diseñar en unas pequeñas instalaciones del lugar, que las dirigentes del “punto de cultura” nos facilitaron. Estuvimos 48 horas realizando maquetas y dibujos para presentarlos a los representantes para su aprobación y recomendaciones. Se trataba de construir una serie de estaciones para encontrarse, contemplar o participar de la procesión. No teníamos nada, muy poco presupuesto para construir, nada de materiales y solo algunas herramientas menores que nos permitieron llevarnos en el avión desde Valparaíso.

Figura 12: Travesía Pôrto do Capim (2016). Fuente: Autor, 2016.



Conversamos con la prefectura de João Pessoa y con la organización del Congreso para que nos facilitaran algunos materiales que pudimos comprar en las barracas del lugar. Y partimos, organizados en equipos de trabajo, para abordar la construcción de 4 estaciones de la procesión que recorría el lugar. Bancas, pavimentos, brincaderas, y una plataforma complementaria para el muelle existente desde donde se llevaba a la Virgen en su tramo por el río.

Fue un experiencia leve pero trascendente, tanto para las personas que en agradecimiento nos nombraron padrinos de la comunidad, como para cada uno de nosotros, profesores y estudiantes, de pudimos percibir un profundo sentido de pertenencia al lugar, expresado fuertemente en sus mujeres y niños, que lideraban gran parte de las acciones de lucha para defenderse de las especulaciones inmobiliarias y urbanísticas institucionales que la Ciudad estaba llevando adelante, lo que fue el sentido de realizar el Congreso en ese lugar y que claramente se veía expresado en esta vivencia.

2. Travesía Dedo de Deus, 2017

Así el taller de arquitectura conforma el tiempo del tercer trimestre del año para llevar adelante, durante 2 semanas, la realización de la Travesía en el nordeste de Brasil. invitados por jóvenes arquitectos que habían participado en la organización del Congreso Urbicentros del año anterior.

La localidad de Conde a unos 30 km al sur de João Pessoa, en el estado de Paraíba, cuenta con una administración de planificación urbana compuesta por jóvenes arquitectos con una tremenda energía para emprender nuevos procesos de participación donde las comunidades tienen un rol determinante. Comunidades que cuentan con una historia cultural muy significativa relacionada con la esclavitud afro-americana y que al saber de nuestra posible Travesía, hicieron todo lo posible para que este acontecer pudiese llevarse a cabo plenamente y así sucedió.

En realidad cuando hablamos de regalo, y de regalo de Travesía, caemos en la cuenta de que quien regala como quien recibe el regalo, se benefician mutuamente. En palabras portuguesas se produce una "troca" donde la travesía es un espacio-tiempo para trocar, para intercambiar, con el espacio, con el territorio, con las personas que habitan en él. En este sentido, la propia significación de regalo tiene un doble sentido, de dar y recibir algo que está en su naturaleza y que es implícito al gesto que se produce en ese acto. Desde esta perspectiva este acto de dar-recibir está entremedio y ambas partes lo viven cuando se produce el regalo.

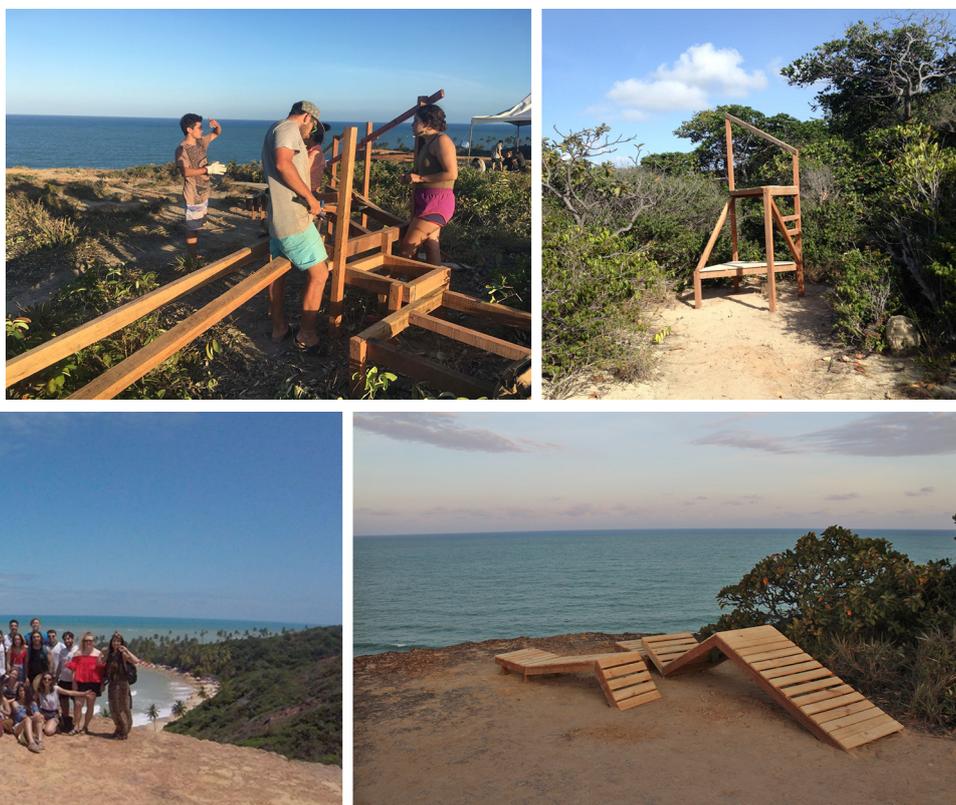
Tal vez la palabra "trocar" es más precisa que la palabra dar-recibir, puesto que la primera tiende a integrar esta doble condición del regalo, en cambio la acepción castellana, tiende a separar, quien da, no recibe y quien recibe no da. Así quien da se vuelve un benefactor y quien recibe y beneficiario. Dos entidades que actúan como contrapartes y distantes entre sí y que marcan las diferencias entre uno y otro.

La obra de Travesía consistió en diseñar y construir 7 miradores en los acantilados que forman una reserva ambiental y ecológica la cual estaba fuertemente degradada por las acciones del turismo que llegaba día a día al lugar para conseguir una bella foto del paisaje.

El proyecto consistía en realizar un recorrido que reconociera distintos valores del lugar, con miradores y lugares de descanso, que permitieran descomprimir la concentración de degradación que se daba en pocos lugares. Teniendo en cuenta los pocos recursos con los que contábamos, los estudiantes se distribuyeron en 7 grupos de trabajo en un recorrido de unos 500m de longitud por la cornisa de estos acantilados - obras muy leves, dando forma al gesto del lugar en relación con su extensión natural.

Lamentablemente, parte de la comunidad no comprendió la voluntad de la prefectura ni el impulso que querían dar estos gestos y las obras a menos de un mes de nuestra partida fueron quemadas por algún desconocido, lo cual vino a poner en cuestión la importancia de la apropiación que debe haber en el proceso de la obra con las personas que habitan el lugar y que lo sienten suyo.

Figura 13: Imágenes de la wiki ead-pucv. Fuente: <https://wiki.ead.pucv.cl/Taller_del_Programa_y_Forma_de_la_Edificación_3º_Trimestre_2017>.



3. Travesía las Caiçaras da Praia do Amor, 2018

Por tercer año consecutivo fuimos invitados nuevamente por el departamento de planificación de la prefectura de Conde para participar en un proceso de revalorización de una zona costera de la localidad de Jacumá.

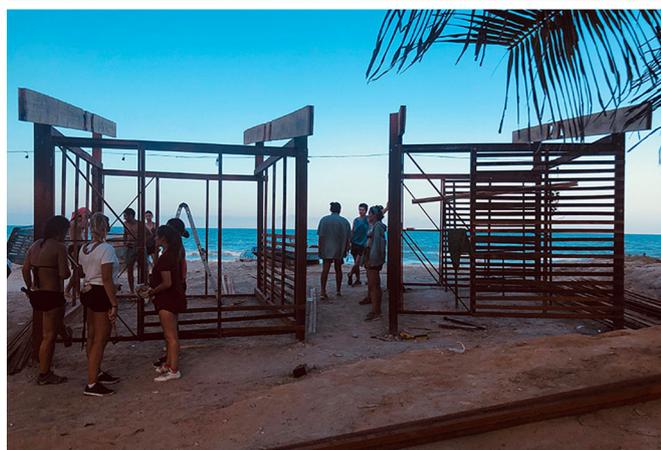
¹³ Segundo documento disponible en <https://habitat3.org/wp-content/uploads/22-Assentamentos-Informais_final.pdf>, acceso en 19/12/2022.

¹⁴ Disponible en <<http://www.onemi.cl/visor-chile-preparado>>, consulta en 25/10/2022.

Figura 14: Travesía Praia do Amor (2018). Fuente: Autores, Bruno Marambio, Andrés Garcés, 2018.

Junto con los profesores Bruno Marambio¹³ y Mónica Aprilanti¹⁴ y los estudiantes del taller Ciudad Teatro, Ead-PUCV, fuimos invitados por la prefectura liderada por Márcia de Figueiredo Lucena Lira, junto a los estudiantes de la Universidad Federal de Paraíba y las comunidades de pescadores, a realizar un estudio de diseño local para comprender la problemática medioambiental y socioeconómica de la zona costera y así poder dar respuesta de diseño.

El impacto que genera el turismo de masas y el incremento de los asentamientos informales en zonas de protección ambiental fueron las problemáticas que debíamos abordar. Con la finalidad de erradicar peligros relacionados a estos asentamientos



informales, las autoridades locales demandaron la demolición de las chozas en las playas de estas costas. Dado que esto comprometía la principal fuente de ingresos de la comunidad, así como su tradicional vida de varias generaciones en torno a la pesca, la Secretaría de Planificación de la Municipalidad de Conde inició una serie de encuentros locales entre autoridades y organizaciones comunitarias. Juntos encontraron una solución legal para su reconstrucción. Para la construcción del proyecto se sumaron pescadores, vecinos, deportistas y estudiantes. Para los que participaron nos dábamos cuenta de que la identidad cultural está relacionada al vínculo cultural que se hace entre las personas. Se construyeron nueve caiçaras de 3 x 6 metros que tomaban la línea de la playa con un estero. Fue un proyecto muy sencillo, que se levantó en doce días. Se trabajó principalmente con materiales sustentables, con los muros de madera y techumbres con planchas fabricadas a partir de plástico restituido.

El equipo viajó sin un diseño preexistente y solo con algunos materiales básicos para desarrollar maquetas de visualización rápida en la playa que presentaron a los pescadores. El diseño surgió de forma colaborativa, sin más burocracias - ¡ellos mismos nos lo aprobaron! - para luego adentrarnos de lleno en la construcción día y noche. Mientras, la prefectura nos colaboraba con alimentación, alojamiento y materiales. Fueron nueve construcciones en los ocho días que pudimos permanecer en el lugar, y culminó con un bello acto poético leído en portugués frente a toda la comunidad. El proyecto fue presentado por SEPLAN de la Municipalidad de Conde al comité editorial de la compilación “An Architecture Guide to the UN 17 Sustainable Development Goals”¹⁵, publicada en 2020. En ella se recogen proyectos arquitectónicos de todo el mundo, los cuales responden a los 17 objetivos comprometidos en 2015 por distintos líderes mundiales de las Naciones Unidas, que tienen por objetivo en 2030 disminuir la pobreza, erradicar la inequidad y frenar el cambio climático. Para la SEPLAN de Conde, fue un honor y un orgullo estar en el mapa mundial como una de las pocas experiencias de América Latina y el Caribe. Más que un proyecto arquitectónico, las caiçaras da Praia do amor simboliza un respeto por el lugar, el paisaje, el medio ambiente, a las personas y a la gestión pública.

¹⁵Compuesto por la Royal Danish Academy de Arquitectura y Diseño, la Conservation UIA Sustainable Development Goals Commission y UIA World Congress of Architects 2023. Disponible en <<https://royaldanishacademy.com/publications>>, consulta en 19/12/2022.

Conclusiones

Se han presentado casos que han sido desarrollados en procesos muy distintos, en cuanto complejidad institucional. El proceso en cada uno de los casos de reconstrucción - como el caso de la reconstrucción de Valparaíso - fue más lento de lo esperado - donde las soluciones de emergencia pasaron en muchos casos a ser soluciones definitivas debido a que el plan no consideraba factores legales irregulares que estaban consolidados en los terrenos.

El plan, dentro de sus mejoras, no tenía una visión urbanística. Las intervenciones fueron de carácter infraestructural, dándole prioridad a la solución técnica, sin considerar variables de habitabilidad fundamentales para consolidar la recuperación urbana de los barrios afectados. Algunos proyectos estructurales con el tiempo no se implementaron. La visión tras el plan pretendía ser integral, pero no lo fue en la práctica, pues funcionó parchando fragmentos sin comprender la totalidad. Así ha pasado con otras catástrofes y tiende a repetirse el modelo por la poca flexibilidad de la institución pública.

Se requiere de una transformación estructural de la institucionalidad que sea capaz de abordar la dimensión urbana como uno de los ejes fundamentales para medir la calidad de vida de las personas. La normativa actual no reconoce la complejidad urbana de ciudades como Valparaíso, en los procesos de planeamiento y urbanización, con normativas y ordenanzas que evitan considerar las complejidades topográficas. Por tanto, la solución ha sido prohibir la construcción en los fondos de quebradas y laderas, lo cual incide en la pérdida de arraigo y no se reconoce que Valparaíso fue poblado en las laderas de cerros. Basta ver las calles Carampangue y Urriola, quebradas ubicadas dentro del casco histórico-patrimonial de la ciudad. Claramente Valparaíso no puede adaptarse a modelos urbanos, pues es un caso excepcional.

Por otra parte la experiencia de las Travesías, realizadas por estudiantes y profesores de la Ead-PUCV, permite de manera muy comprimida y extraordinaria, observar los acontecimientos humanos y su relación con el territorio, y en poco tiempo, sin intermediarios, demostrar que a través de procesos de colaboración, Universidad, Instituciones públicas y privadas, y con la presencia permanente de las comunidades, llegar a soluciones leves, sin mucha pretensión arquitectónica, pero que dan cuenta de la importancia de dar-recibir, de compartir anhelos, de decir que lo realizado ha sido fruto de un esfuerzo colectivo, ganado, conquistado. Para las instituciones es muy necesario ver esto, y buscar maneras que permitan fortalecer estos procesos participativos, de lo contrario los proyectos corren el riesgo de una pronta obsolescencia.

Referencias bibliográficas

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mil Mesetas*. Capitalismo y esquizofrenia. Valencia: Pre-Textos, 2004.

GARCÉS, Andrés. MASNÚ, Magdalena. Travessia Porto do Capim. In: ROMANO, Elisabetta; BRASILEIRO, Flávio Tavares; COSTA, Francisco Xico; ROSSI, Pedro Freire de Oliveira; GONÇALVES, Regina Célia (org.). *Centralidade periféricas. Periferias centrais*. João Pessoa: Editorial UFPB, 2018.

GARCÉS, Andrés. *La Ciudad Teatro, el lugar de la escena y otros lugares*. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 2019.

JAUREGUI, Jorge. (s.f.). *Políticas Públicas para a estruturação socio-espacial do territorio*. Disponible en: <<http://www.jauregui.arq.br/politicas-publicas.html>>. Acceso en: 12 de Junio de 2019.

JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga*. A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Río de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

Recebido [Mar. 05, 2023]

Aprovado [Ago. 25, 2023]

MEVIR y la vivienda de la población en extrema pobreza en el área rural:

el programa "Emergencia Habitacional Rural"

Gonzalo Balarini Tejera*



Figura da página anterior:

Sr. Severino e sra. Ana Maria, moradores do Sítio Nossa Senhora da Conceição no município de Nazaré da Mata, no estado de Pernambuco. Fonte: Autoria de J. R. Ripper. (Imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Resumen En el artículo relatamos, con base en nuestra participación en la gestión precedente del instituto, una experiencia que desarrolló MEVIR-Dr. Alberto Gallinal Heber para el acceso a la vivienda de la población en extrema pobreza en el ámbito rural de Uruguay. Luego de una breve síntesis de los “Planes Integrales de Proyectos Locales” (PIPL), modalidad de intervención iniciada en 2015, se presenta la metodología que MEVIR diseñó para el Programa “Asentamientos Irregulares Rurales”. Indicamos las definiciones asumidas y se muestran tres casos, cada uno en un estado de avance diferente dentro del proceso a nuestro retiro en mayo 2020, donde se ensayó una respuesta con alta interinstitucionalidad. Las intervenciones fueron finalizadas en agosto de 2021 por la actual administración de MEVIR.

Palabras clave: asentamiento irregular, población dispersa, familia campesina.

MEVIR e as moradias de população que vive em extrema pobreza nas áreas rurais: o programa “Emergência Habitacional Rural”

Resumo Neste artigo, baseado em nossa participação na gestão anterior do instituto, descrevemos uma experiência desenvolvida pelo MEVIR-Dr. Alberto Gallinal Heber para o acesso à moradia da população que vive em extrema pobreza nas áreas rurais do Uruguai. Após um breve resumo dos “Planos Integrados para Projetos Locais” (PIPL), uma modalidade de intervenção iniciada em 2015, é apresentada a metodologia que MEVIR projetou para o Programa “Assentamentos Rurais Irregulares”. Indicamos as definições assumidas e mostramos três casos, cada um em um estado de progresso diferente dentro do processo até nosso desligamento em maio de 2020, onde uma resposta com alta interinstitucionalidade foi testada. As intervenções foram concluídas em agosto de 2021 pela atual administração da MEVIR.

Palavras-chave: assentamento irregular, população dispersa, família camponesa.

MEVIR and the housing of the population in extreme poverty in rural areas: the “Rural Housing Emergency” programme

Abstract In this article we report, based on our participation in the previous management of the institute, an experience developed by MEVIR-Dr. Alberto Gallinal Heber for the access to housing of the population living in extreme poverty in rural areas of Uruguay. After a brief summary of the “Integrated Plans for Local Projects” (PIPL), an intervention modality initiated in 2015, the methodology that MEVIR designed for the “Rural Irregular Settlements” Program is presented. We indicate the definitions assumed and show three cases, each one in a different state of progress within the process until our withdrawal in May 2020, where a response with high inter-institutionalism was tested. The interventions were completed in August 2021 by the current MEVIR administration.

Keywords: non-regular settlement, spread out population, peasant family.

_En esta oportunidad vamos a presentar lo que realizamos¹ en MEVIR para la atención de las familias en situación de extrema pobreza, dentro de la nueva modalidad de intervención iniciada en 2015 y diseñada para la actuación de MEVIR en el territorio y su ensamblaje con el sistema público de atención a la ruralidad en general, y particularmente con el de vivienda que llega al ámbito rural a través suyo. Con el cambio de gobierno, la administración que asumió en 2020 discontinuó la actuación en general, y particularmente el programa “Asentamientos Irregulares Rurales”, objeto de este artículo.

Antes de empezar, algunas precisiones. MEVIR es una persona pública de derecho privado, creada por la ley 13.640 del año 1967, con el objetivo de erradicar la vivienda insalubre rural. Es dirigido por una Comisión Honoraria presidida por el Director Nacional de Vivienda Rural del MVOT². MEVIR tiene básicamente tres fuentes de financiamiento: Fondo Nacional de Vivienda (57%), cuota de repago de los participantes (21%) y otros fondos públicos (22%) a través de devolución de impuestos y exoneración de tasas y contribuciones. Hasta final de 2020 ha entregado 38.433 soluciones habitacionales, siendo 6.083 solamente en el ejercicio 2015-2020. Estas soluciones se realizan en dos modalidades, ayuda mutua para los programas de vivienda nucleada y autoconstrucción asistida para las viviendas dispersas y construcciones productivas. MEVIR atiende familias con ingresos de hasta 60 UR (U\$S 1.854) y ha atendido familias con 3,75 integrantes promedio, con un ingreso per cápita de 6,9 UR (U\$S 167) mensuales.

A continuación de esta apretadísima presentación de MEVIR, parece oportuna también una brevísima contextualización de su fundación. Uruguay se encontraba en su primera crisis socio económica moderna cuando a influjo del cambio de gobierno, en 1960 se formó la Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico³. La CIDE produjo dos documentos fundamentales: el Estudio económico del Uruguay (1963), un diagnóstico global de la crisis que entonces afectaba a la situación económica y social del Uruguay y El Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social (1965-1974). En el segundo artículo citado hay un apartado dedicado a la problemática social en general, con una atención muy detallada sobre la vivienda y dentro de ella aparecen datos con todo el rigor que en ese momento se podía obtener sobre el problema de la vivienda rural. Este diagnóstico sobre la vivienda rural es el fundamento de la ya citada ley de creación de MEVIR-Dr. Alberto Gallinal Heber.

La otra aclaración es que lo presentado en éste artículo no es el resultado de una investigación académica, sino la muestra de la aplicación de una estrategia de intervención que recoge algunas recomendaciones de una investigación⁴ y sobre todo muchas reflexiones y observaciones políticas - tanto conceptuales como operativas - que hemos desarrollado para el diseño de la nueva modalidad de intervención. En este marco surge el Programa de atención a los “Asentamientos Irregulares Rurales” a partir de la combinación de las dos preocupaciones principales de nuestra administración: la

* Gonzalo Balarini Tejera é Arquitecto, professor adjunto de proyecto de arquitectura y urbanismo na Universidad de la República, Uruguay, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-0369-2159>>.

atención a las familias en extrema pobreza y la ampliación del accionar de MEVIR, a efectos de ofrecer en el ámbito rural la totalidad de las posibilidades que Uruguay ya ofrecía en áreas urbanas.

Por último, afirmar que siendo la reflexión sobre la vivienda seguramente la más desarrollada por la arquitectura a lo largo de la modernidad, sin embargo, no es fácil encontrar reflexión específica sobre “Vivienda Rural”; e, si las hay, son indudablemente e prácticamente insignificante frente a la reflexión existente sobre vivienda urbana. Esto ha llevado, desde mi punto de vista, a una trasposición acrítica de las reflexiones de un contexto, el urbano, hacia otro, el rural, agravado por inferir que el medio rural de alguna manera es similar al medio sub-urbano. Entonces:

Los cambios decisivos se producen cuando cambia nuestra mirada sobre las cosas. Eso mismo está ahora pasando en lo que podríamos llamar, tópica y provisoriamente, relaciones entre arquitectura y paisaje. (...) Se hace progresivamente evidente que el reparto de papeles entre lo artificial -lo construido-, esto es, la casa y la ciudad y su supuesto marco, lo dado- lo natural-, ha perdido su supuesta estabilidad. (BRU, 1998)

Por otra parte, de las muchas transformaciones que empezaron a operar en la segunda mitad del siglo XX y que siguen profundizándose, es imprescindible recordar una que tiene especial significación sobre las condiciones socio-territoriales del medio rural para aquellos sectores sociales en condición de pobreza. Para decirlo en una frase, la consolidación del proceso de globalización económico-productivo que ha llevado a la reestructuración productiva e institucional, a partir de los años setenta cuando Uruguay transita del modelo sustitutivo de importaciones hacia la apertura económica. En este sentido no hay más que observar lo sucedido en nuestra zona amplia de actuación con la aparición de la forestación, pero también todo lo sucedido con la producción de soja o la extranjerización no sólo de la tierra sino también de la industria derivada, por citar lo más evidente y aceptado por los distintos actores, sin ser por supuesto las únicas consecuencias.

Estas condiciones de contexto resultantes de una nueva mirada construida sobre una nueva territorialidad rural conforman la base sobre la que se sostiene nuestra nueva modalidad de intervención desde nuestro rol de constructor de “espacio doméstico” en territorio rural, como plataforma de construcción de Hábitat.

Estamos en el inicio de un nuevo ciclo de desarrollo territorial, cuyas reglas apenas se están conformando. La combinación de globalización, integración, revolución tecnológica, restauración productiva, reforma del estado y transformaciones culturales profundas configura un cuadro de altísima complejidad e incertidumbre.

Los efectos territoriales algunos de los cuales ya se advierten, son muy significativos, y conducen a una redefinición del potencial de desarrollo, la especialización productiva y la inserción global de las diversas regiones, microrregiones y áreas locales del país, en el marco de un Cono Sur que también se transforma en conjunto.⁵

La nueva modalidad de intervención

La cultura institucional MEVIR, entendida como la percepción común de los miembros de la organización, construyó “un sentido común operativo” que permitió la conducta y la repuesta apropiada a cada situación. Hasta 2005 este sentido común operativo estuvo restringido a la erradicación de la vivienda insalubre rural, y se concretó en la entrega de unidades de vivienda casi sin otra preocupación: dar una casa. Este objetivo simple y descontextualizado en el sentido más amplio del término, queda claro en las entregas de viviendas sin condiciones básicas de habitabilidad, agua, energía y/o saneamiento - que al día de hoy aún MEVIR no ha resuelto en su totalidad, y esto sin mencionar la cantidad que hay sin permisos obtenidos y, peor aún, varias viviendas sin contar con título de propiedad de los predios donde se asientan, entre otros múltiples problemas que estaban fuera del “sentido común operativo”.

Lo anterior repercutió en una organización centrada en la OBRA como valor máximo para la resolución de todas las demás dimensiones intervinientes en el accionar de MEVIR, particularmente grave en lo que refiere sobre todo a la dimensión socio-territorial implicada en cada intervención, pero también en la calidad urbano-arquitectónica de la producción y en la administración general de las diferentes obras.

Pasaron muchas instancias decisivas que no son el motivo de este artículo, y en este entendido no me voy a extender en cuestiones que hacen a la organización, administración, presupuesto, entre otras, que fueron necesarios para preparar a MEVIR para la nueva modalidad de intervención, Planes Integrales de Proyectos Locales (PIPL). Pero, no sería aceptable no mencionar aquellos hitos que fueron preparando el diseño de la modalidad que pusimos en práctica entre 2015 y 2020, profundizando, evaluando y ajustando.

En 2008, MEVIR a 41 años de su fundación, re-definió su misión y reconoció la dimensión socio territorial de su accionar. Esto fue enriqueciendo y complejizando el sentido común operativo que inició un cambio de cultura institucional, que habilitó lo esencial de la conceptualización de los PIPL.

En el marco de la Planificación Estratégica 2011, durante el año 2010, surgieron las primeras conclusiones sobre el accionar histórico de MEVIR. La principal de estas fue el reconocimiento que la vivienda, si bien mejora sustancialmente la calidad de vida, es insuficiente para salir de la situación de pobreza en otros aspectos. ¿Por qué entendemos tan importante este reconocimiento? Porque esta conclusión fue la que abrió lugar a una multiplicidad de dimensiones que en el proyecto histórico de MEVIR, no se consideraban con la importancia que tienen y en consecuencia debilitaban la complejidad que las intervenciones presentaban. Esto quedó rápidamente comprobado ya que el reconocimiento de la insuficiencia de la vivienda como factor para evitar la pobreza rural se acompañó de una agenda que introdujo como dimensiones estructurantes del accionar de MEVIR a: el problema de la tierra, la dimensión ambiental, los nuevos arreglos familiares y la innovación.

La “consigna” de la modalidad de intervención 2015-2020, “Planes Integrales de Proyectos Locales”, la podemos resumir en “asegurar a la población más vulnerable del medio rural, el derecho a la vivienda con horizonte en la calidad y sustentabilidad de la solución y haciendo un adecuado uso de los recursos destinados por la sociedad, de manera integrada con las políticas públicas dirigidas a esta población” (BALARINI, 2017, p. 9).

Para esto han sido varias las decisiones que en esos años tomamos, que apuntaron a diversificar las soluciones ofrecidas tanto desde el punto de vista físico, como socio-económico y jurídico, fortalecer el trabajo previo en la definición de los sitios de intervenciones y las características de éstas, en la elaboración de los proyectos y sus respectivas autorizaciones y el estudio de los aspirantes, la fijación de subsidios y sobre todo en la sostenibilidad de la familia. Por eso, se inició un proceso, donde MEVIR incorporó la atención a la relación que se establece con los beneficiarios luego de la entrega de la vivienda.

Por último, hay que destacar que el inicio de cada intervención estuvo enmarcado en las investigaciones que hizo MEVIR de su territorio de actuación – rural disperso y pequeñas localidades - desde la dimensión habitacional, cruzado con los índices de déficit habitacional (cuantitativo y cualitativo) y pobreza rural del Instituto Nacional de Estadística (INE), contrastando esto con los lineamientos de ordenamiento territorial departamental y nacional. Estos estudios previos se hicieron con una visión regional y microrregional que se presentaron públicamente a los demás actores territoriales donde se recibieron aportes y se construyeron las coordinaciones, colaboraciones y cooperaciones para el mejor desarrollo de las intervenciones y el mayor aprovechamiento de MEVIR en el territorio.

Los principales diferenciales de los Planes Integrales de Proyectos Locales se reparten en três: abriendo la intervención, buscando la inclusión e ampliando la respuesta.

Primeramente, buscamos integrar cada intervención en el conjunto de las de su región y en el total de intervenciones de MEVIR. Procedemos a la definición de las microrregiones destinatarias del accionar de MEVIR para el quinquenio con tiempo para su planificación y para las coordinaciones necesarias con los demás actores, para, de esta manera, potenciar la presencia institucional en el territorio.

En secuencia, la inclusión de aquellos “pobres” rurales a los que MEVIR no había llegado o había llegado escasamente, se jerarquizó y guió las decisiones sobre los demás objetivos. Asumir la inclusión como meta primera y última del accionar de MEVIR es lo que llevó a modificar la metodología de análisis social de los aspirantes y de estudio y fijación de subsidios, así como la ampliación de estos y también a ampliar las formas jurídico-notariales para habilitar más posibilidades para la población.

Por fin, ampliamos la respuesta a través del reconocimiento de las especificidades territoriales tanto en las modalidades productivas, en las características físicas y ambientales, y fundamentalmente en las características socio demográficas, que llevaron a la diversificación de los objetivos de las intervenciones de MEVIR. En este punto, podemos señalar que la tradicional atención de MEVIR focalizada en el déficit cuantitativo, se transformó en una atención centrada en el déficit cualitativo, incorporando una variada gama de soluciones hacia la recuperación y mejora, para un mayor aprovechamiento del capital social instalado en el territorio.

Dicho muy sintéticamente lo principal del ajuste realizado a la modalidad de intervención, entremos a la atención a las familias en situación de extrema pobreza, motivo de éste artículo.

Programa “Asentamientos Irregulares Rurales”

Dentro de las [pre]ocupaciones que definió MEVIR para el quinquenio 2015-2020 se encontraba la búsqueda de soluciones para, lo que provisoriamente y con el objetivo de poder referenciar esta problemática y su atención, con la que se da en territorio urbano, decidimos llamar “Asentamientos Irregulares Rurales”.

El acceso por parte de los sectores de nuestra población más pobres y con mayores vulnerabilidades a la vivienda social siempre ha sido dificultoso. Esto resulta cierto tanto para población urbana como rural, sin embargo esta última es invisibilizada, con bajos niveles de medición y registro, y muchas dificultades para su atención. Estos casos, que se estima en 1200 familias, son la versión actual de los históricamente reconocidos como rancheríos. Esos rancheríos fueron el motivo fundacional de MEVIR. Esta definición exige a MEVIR su atención, y hasta 2015 no se habían atendido.

En el entendido anterior, la emergencia habitacional que en nuestra área de actuación se manifiesta en los Asentamientos Irregulares Rurales impuso el mayor desafío institucional del quinquenio, y en este sentido obligó investigar una respuesta diferente a cualquiera de las que había ofrecido hasta ese momento -, independientemente del ajuste método(ideo)lógico que sobre los modos tradicionales de actuación desarrollamos en el período 2015-2020. Por esto MEVIR, siguiendo lineamientos generales de la política de vivienda definida para el quinquenio, diseñó una estrategia de abordaje que implicó la profundización máxima de la interinstitucionalidad, a través de su participación en las comisiones enfocadas en vivienda de las Mesas interinstitucionales de políticas sociales (MIPS) departamentales coordinadas por el Ministerio de Desarrollo Social (MIDES), con la participación de todos los actores institucionales del medio rural. En este marco se desarrolla una red de protección social para alcanzar el núcleo duro de la pobreza y exclusión, personas y familias de extrema vulnerabilidad a las que les resulta muy difícil acceder a los beneficios sin un acompañamiento adecuado. En MEVIR sabemos que no es posible pensar una solución habitacional para estas familias sin el acompañamiento en otros aspectos estructurales de la pobreza. El surgimiento de las MIPS, con su metodología interinstitucional y de proximidad, ofreció las condiciones favorables para compartir la intervención habitacional desde un enfoque integral.

Los principales desafíos de este formato de actuación de MEVIR son: aumento de la complejidad de la intervención, con la consiguiente ampliación de las articulaciones interinstitucionales necesarias para asegurar la sostenibilidad social de la intervención, que requerirá un acompañamiento más amplio y prolongado. Y, por otra parte, esta modalidad de intervención apuesta por el reconocimiento, aprovechamiento y valorización del valor agregado por las familias al territorio a través de su esfuerzo individual y colectivo.

Características principales de estos asentamientos

Según la dimensión que observemos, las cinco características principales de estos asentamientos se reparten en cuestiones jurídicas, productivas, físico-espaciales, ambientales y sociales.

Desde un punto de vista jurídico, observamos que, siendo ocupantes de la tierra desde hace 20, 30 o más años, “heredada” de su padre o abuelo, las familias no son propietarias; por lo que deben realizar la prescripción adquisitiva treintenaria o el estado expropiar la tierra y adjudicársela a las familias.

En lo que concierne a la producción, se destaca que lo que se produce en los predios es de subsistencia. Del punto de vista laboral, las familias trabajan en establecimientos agropecuarios de los alrededores en época de zafra.

Desde una perspectiva físico-espacial, las viviendas son extremadamente precarias y no cumplen en general con las necesidades básicas - y en algunos casos con ninguna necesidad. Falta de agua, saneamiento y en muchos casos de electricidad, dimensiones insuficiente para el número de habitantes, materialidad precaria sin mantenimiento, por mencionar lo principal.

Ambientalmente, la falta de agua y saneamiento, así como las pésimas condiciones de protección de la vivienda a la inclemencia del tiempo, obliga a las familias a ejercer una presión y consumo sobre su territorio que degrada el mismo.

Por fin, del punto de vista Social, las familias están altamente especializadas para la subsistencia en estas condiciones, por lo que frente al riesgo social de su relocalización, optamos por el riesgo económico de una inversión temporal. En el peor de los escenarios, en el entendido que la mejora de las condiciones que se consigue con la intervención de MEVIR, preparará mejor a la próxima generación para en tal caso dar el paso de emigrar.

Reflexiones sobre inclusión/exclusión en los planes tradicionales de MEVIR

A la hora de pensar en las causas de la exclusión de familias en las intervenciones tradicionales de MEVIR, se identifican tres momentos en los que surgen las barreras para el ingreso de las

familias en situación de pobreza extrema⁶. En primer lugar, existen familias asentadas en territorios con baja densidad de población, áreas rurales ubicadas lejos de centros poblados de relevancia, donde se presentan pocos casos o casos aislados de necesidad de vivienda (quienes habitan en viviendas insalubres o precarias, con problemas de materialidad, con servicio higiénico inadecuado o inexistencia del mismo, situaciones de hacinamiento, tenencia no segura, etc.), que generalmente están en el entorno de las 10 familias. Son situaciones que se veían relegadas de las prioridades de atención, ante las demandas y necesidades más numerosas de las localidades existentes o en desarrollo. Esta sería la exclusión por zona de residencia.

A su vez, definida la intervención en un territorio delimitado, MEVIR realiza la promoción de su intervención, abriendo las posibilidades a todas las familias que cumplan con los requisitos exigidos. Así, hay familias que hoy aún residiendo en una zona catalogada como prioritaria de atención, pero no cumplen con los requisitos excluyentes para ingresar al grupo de participantes seleccionados. Estos son, quienes no cumplen con los tres años de residencia exigidos, ya que sus condiciones de empleo le imponen cierta movilidad; quienes se encuentran próximos a la zona de intervención pero no entran en el radio del llamado; quienes no cuentan con ingresos que le permitan hacer frente a una cuota; quienes presentan problemas en cuanto a la titularidad de la tierra y quienes no están en condiciones de cumplir con las horas de ayuda mutua ya sea por motivos laborales, salud u otros. Asimismo existen situaciones aún más complejas, como familias excluidas del entramado social que no presentan, en principio, la capacidad para participar de un proceso grupal de ayuda mutua y acceder a una

vivienda propia con las implicancias que esto tiene sobre su organización familiar y convivencia con sus vecinos. Esta sería la exclusión por requisitos de ingreso.

Finalmente, hay un tercer momento de exclusión, una vez que se cuenta con el grupo de seleccionados. En el transcurso del período de obra, se dan situaciones de "bajas" de participantes por "renuncias" que corresponden a: imposibilidad de cumplir con las horas de ayuda mutua, cambios laborales, cambios familiares, entre otros motivos, o como "exclusión de obra" (no cumplimiento de las horas de ayuda mutua, comprobación de falsedad de dato, etc.)

Con el objetivo de superar esas barreras (debilidades) de la intervención y avanzar en la inclusión de éstas familias, especialmente aquellas en situación de pobreza extrema, se han adoptado diferentes medidas que se resumen a continuación.

La inclusión social: lineamiento de los Planes Integrales de Proyectos Locales

Si bien fueron varios los objetivos de la nueva modalidad de intervención a partir del año 2015, la inclusión de aquella población rural en situación de pobreza extrema estuvo jerarquizada y guió las decisiones sobre los demás objetivos.

Sin dudas esto exigió la readecuación de ciertos criterios institucionales, pero no puede pensarse en avances significativos, si no se logra una efectiva articulación con otras instituciones que aporten miradas y herramientas complementarias para la atención de situaciones de compleja diversidad. Se asume el concepto de equidad, entendiendo que las soluciones no pueden ser iguales para todos, si cada uno parte de una situación sustancialmente diferente.

A continuación, se mencionan las diferentes definiciones tomadas en esta dirección. Corresponde aclarar que las definiciones las podemos dividir en tres tipos. Las que correspondieron a la profundización o apertura de nuevas herramientas de interinstitucionalidad y las que correspondieron al ajuste metodológico realizado a la manera de intervenir. Éstas a su vez se dividen en dos: ajustes de alcance social y de orden físico que habilitaron el ingreso de las familias de extrema pobreza y posibilitaron una respuesta socio-arquitectónica adecuada a sus condiciones y posibilidades.

Dentro de las primeras tenemos:

- a. La firma de un Convenio con el Ministerio de Desarrollo Social (MIDES) mediante el cual MEVIR le facilita viviendas ya construidas para que sean ocupadas con familias que formen parte de alguno de los programas del MIDES (Uruguay Crece Contigo, Cercanías, PRONADIS7), o situaciones de violencia doméstica, entre otras, presentadas por las Oficinas Territoriales del MIDES, teniendo acompañamiento por parte de los equipos técnicos correspondientes. También existe la posibilidad de que MEVIR coordine con MIDES el seguimiento y acompañamiento a familias postulantes a los planes en obra de MEVIR y que se visualiza difícil su adaptación y permanencia en el grupo. Este convenio permite el acceso a una vivienda a familias en situación de pobreza extrema que de otra forma no hubieran podido participar en los programas (ingresos extremadamente bajos, escasa capacidad para el cumplimiento de horas de trabajo, dificultad de trabajar en grupo, etc.).

- b. La continuidad del Convenio con Banco de Previsión Social (BPS) firmado en 2009, similar al anterior, pero focalizado a jubilados/pensionistas con ingresos menores a 12 UR (U\$S 396,00).
- c. La firma del Convenio con la Dirección Nacional de Vivienda del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente (DINAVI-MVOTMA8) mediante el cual MEVIR es el ejecutor del programa de Emergencia Habitacional de dicha dirección en las localidades menores a 5000 habitantes y áreas rurales dispersas, permitiendo actuar en predios de familias sin titulación en regla, con soluciones parciales de vivienda y subsidiadas hasta el 100%. Se trata de familias en situación de emergencia habitacional.
- d. La firma de un Convenio con el Instituto Nacional de Colonización (INC). Con la firma de este convenio se profundizó la atención a colonos que MEVIR hacía, incorporando la atención a muchos de ellos mediante acuerdos de trabajo directamente con el Instituto y de esa manera, muchos colonos que anteriormente no podían cumplir con las exigencias para su atención, fueron incluidos.

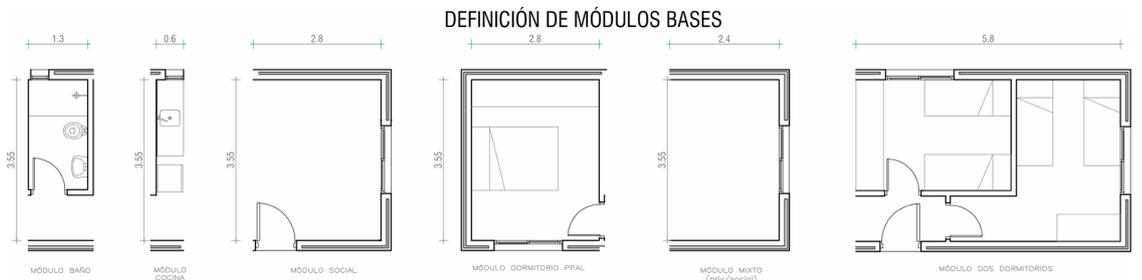
Como ya anotamos anteriormente, dentro del ajuste de la modalidad de intervención, hay dos grupos de definiciones, las que flexibilizaron las exigencias para la inclusión en los diferentes Planes Integrales de Proyectos Locales para la atención de las familias en situación de pobreza, que se detallan primero, y a continuación, la respuesta físico-espacial, a través del diseño de un mecanismo modular flexible y variable, que combinando una serie de módulos básicos completan y complementan la habitación con la que cuentan las familias.

- a. Los cambios de criterios de selección de los participantes, flexibilizando el ingreso a los planes y enfatizando la selección de situaciones de mayor vulneración. Para las intervenciones donde MEVIR aporta el suelo, existe un cupo de acuerdo a la disponibilidad del terreno existente, por lo cual del total de postulantes se selecciona a aquellos que se encuentren en peor situación relativa. Para ello, se cuenta con un sistema de puntaje de acuerdo a distintas variables que se modificaron en el año 2014, priorizando familias con menores ingresos, con mayor número de integrantes, con problemas de salud, con jefatura de hogar unipersonal, y/o ocupantes de viviendas en condiciones insalubres o precarias, entre otras.
- b. Los cambios en la política de subsidio, llegando a niveles más altos de subsidio. Se pasa del histórico subsidio al capital, a un subsidio a la cuota, donde el mismo se determina de acuerdo a los ingresos familiares y la cantidad de integrantes del hogar, y la cuota queda fijada por la capacidad de pago de la familia. El rango de subsidio va desde 0% a 100%. Esto permite incorporar familias con ingresos muy bajos, con una cuota subsidiada al 100%, revisable en el tiempo.
- c. La ampliación de las formas jurídico-notariales a emplear en los contratos, para habilitar más alternativas para la población, en especial aquellas en predios con tenencia irregular con posibilidades de regularización.

Estas medidas efectivamente acercaron la política habitacional a las familias más vulneradas del medio rural y constituyeron un cambio respecto a la población objetivo "tradicional" de MEVIR: familias asalariadas, con ingresos suficientes para pagar una cuota (subsidiada al 70%) y disponibilidad para realizar las horas de ayuda mutua exigidas.

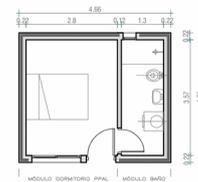
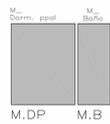
La respuesta arquitectónica

Esas nuevas condiciones de selección impusieron a MEVIR la necesaria definición de nuevas respuestas arquitectónicas.

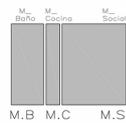


ALGUNAS COMBINACIONES POSIBLES BASADAS EN LAS NECESIDADES DE CADA NÚCLEO FAMILIAR

COMBINACIÓN 01
20.1m²



COMBINACIÓN 02
22.6m²



COMBINACIÓN 03
34.8m²



COMBINACIÓN 04
44.8m²



COMBINACIÓN 05
44.8m²



COMBINACIÓN 06
44.8m²

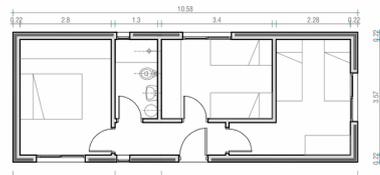


Figura 1: Módulos. Fuente: Acervo Mevir, 2019.

El abordaje inicial surgió de la consideración de diferentes dimensiones que se valorizan como patrimonio cultural (ambiental, paisajístico, geográfico, productivo) soporte de la población que lo construye. Se adquiere así una nueva y explícita dimensión socio-territorial en cuanto a sus capacidades instaladas y oportunidades que ofrece para la mejora de la calidad de vida de sus habitantes.

En el entendido anterior nos propusimos al trabajo, a través del reconocimiento del proyecto como herramienta para construir la respuesta físico-espacial a partir de la observación y el análisis de lo que encontramos en el territorio, entendido como la manifestación material de la cultura rural con la cual debemos interactuar.

La arquitectura está muy relacionada con lo específico. Pero lo que es interesante de la situación actual es que ahora tenemos la tecnología que nos permite producir individuos desde sistemas genéricos. (...) La naturaleza también evoluciona modelos y los diferencia geográficamente.

En la naturaleza hay formas más o menos estables de organización que evolucionan en el tiempo y el espacio, y que mutan cuando se desarrollan en ciertos ecosistemas. Entonces nos empezamos a interesar en la filogénesis como un modelo viable para estructurar esa forma de conocimiento arquitectónico. (FOA, 2002)

El habitar un paisaje diferente al urbano, implica entender las lógicas del territorio más que dotar de una vivienda a quien no tiene donde vivir. En ese entendido, es que pretendemos inducir a la utilización racional y operativa de la "parcela" como concepto sustitutivo al de educar para utilizar una vivienda (política predominante en este medio), en el entendido que existe un saber popular en el lugar que así lo avala, y el accionar de MEVIR pretendió su perfeccionamiento.

La política de diseñar "parcelas" en vez de viviendas urbanas descontextualizadas encuentra en diferentes experiencias, tanto locales como regionales, fundamento teórico suficiente. Las unidades espaciales, habitación/producción, a través de la opción de diseñar módulos que se agregan según las necesidades de la población de referencia, implican entender el habitar, ya no desde la vivienda como solución, sino de entender la lógica de la supervivencia de una población frágil, con recursos escasos en un medio adverso, para la cual la mayor y el mejor aprovechamiento de la parcela es prioritario.

Los sistemas dinámicos están esencialmente regulados por flujos y por fuerzas y/o potencialidades. Hay métodos sutiles de regulación de flujos y potencialidades.... Estos métodos deben estar adaptados a la específica naturaleza del proceso productivo. (EIGEN, M. et al, 1998)

La relación de la vivienda rural con su ambiente inmediato se da en términos de precariedad de servicios y de ninguna adecuación sanitaria. La situación puede enunciarse de la siguiente manera: no tienen red de energía eléctrica, tampoco saneamiento y el abastecimiento de agua se da por las cachimbas, aljibes o pozos existentes. En muchos casos recorren importantes distancias para llenar bidones de agua.

Se establecen relaciones específicas entre interior – exterior ya que se utilizan indistintamente los espacios interiores y los exteriores. La unidad de habitar es un conjunto de espacios acondicionados para distintas actividades que se dan entre

interior y exterior y entre habitación y producción, con huerta y cría de animales para consumo, elaboración de alimentos, etc. La lógica de instalación de la vivienda en el territorio establece un exterior de proximidad o "interior abierto" que se conforma mediante límites débiles (cercados livianos o vegetales, como monte de cañas, árboles frutales, etc., y alambrados. Es difícil en muchos casos establecer el carácter de los espacios entre los públicos y los privados, hay una interrelación muy fuerte entre estas dos categorías y también entre ellas y el espacio exterior.

Entre las habitaciones interiores y las construcciones exteriores (galpón, baño, huerta) y los intersticios que se generan entre ellas es como se desarrolla la vida cotidiana de las familias. Dada la pauta de actividades de los habitantes y sus hábitos, el espacio de la vivienda que no se destina a habitaciones es en la mayoría de los casos lugar de trabajo, de los cuales el más utilizado es evidentemente el "espacio cocina".

Los espacios intersticiales al exterior son los lugares dedicados también a las tareas y vivencias cotidianas de la familia, son espacios fundamentales sobre todo para los niños, son su espacio de colonización y juego.

LA INCLUSIÓN EFECTIVA: Sequeira, Paso de Arriera/Pueblo de los Santos y Puntas del Parao

Si bien se analiza a continuación cada uno de los programas mencionados, podemos adelantar que en términos generales, las zonas de Paso de Arriera/Pueblo de los Santos y Puntas del Parao (así como otros asentamientos rurales identificados en otras zonas del país) cuentan con algunas características, que describiremos a continuación.

Se trata de población en situación de aislamiento, sin medios para trasladarse, donde predominan los caminos vecinales en mal estado e inundables. Son familias con escasos ingresos, muchos de ellos provenientes de prestaciones sociales (asignaciones familiares, tarjeta alimentaria). En muchos casos se trata de hogares compuestos o extendidos, con elevada presencia de menores de edad. Las condiciones de vivienda que se presentan son de emergencia habitacional, piezas construidas de terrón, paja

Figura 2: Ubicación localidades.
Fuente: Acervo Mevir, 2019.



o chapa, o de materiales pesados en pésimo estado de conservación, a lo cual puede sumarse situaciones de hacinamiento. La tenencia de la tierra es en la mayoría de los casos irregular. No cuentan con electrificación ni acceso a agua potable, en algunos casos ni siquiera pozos artesanales en sus predios. El nivel de servicios es escaso o muy escasos, siendo la escuela rural la única institucionalidad presente. La capacidad organizativa local es baja o nula. Son zonas con población en descenso, aunque hay familias que permanecen por no tener otras alternativas. Además, hay otros factores de vulnerabilidad, como problemáticas de salud y situaciones de violencia intrafamiliar.

La situación de Sequeira es diferente en tanto se trata de una localidad conformada, con diversos servicios y relativamente buena conectividad. No obstante ello, se identificaron familias en situación de extrema pobreza, con características similares a las descritas más arriba (ocupación de predios fiscales, dispersión en la ubicación de las viviendas, construcciones insalubres o precarias, problemáticas familiares complejas).

A partir de las situaciones planteadas, se avanzó en la línea de “derribar barreras” e incluir familias en situación de pobreza extrema. Hablamos de población excluida en los tres niveles anteriormente mencionados (por residencia, por requisitos, por no permanencia en el proceso de obra) y que fue abordada con diferentes herramientas, alcanzando resultados satisfactorios que dejaron planteados nuevos desafíos.

Movimiento inicial para un abordaje inclusivo: PUEBLO SEQUEIRA

a. Antecedentes

Sequeira es una localidad de la zona sur del departamento de Artigas, ubicada sobre la ruta 4, a 77 kilómetros de la capital departamental. Cuenta con aproximadamente 1200 personas (con tendencia creciente 1996 877 hbs. y 2011 1149 hbs.) y un nivel de servicios básicos alto, accediendo casi la totalidad de la población al agua potable a través de la red de distribución de OSE9 y la energía eléctrica a través de UTE10.

Figura 3: Ubicación intervenciones Sequeira. Fuente: Acervo Mevir, 2019.



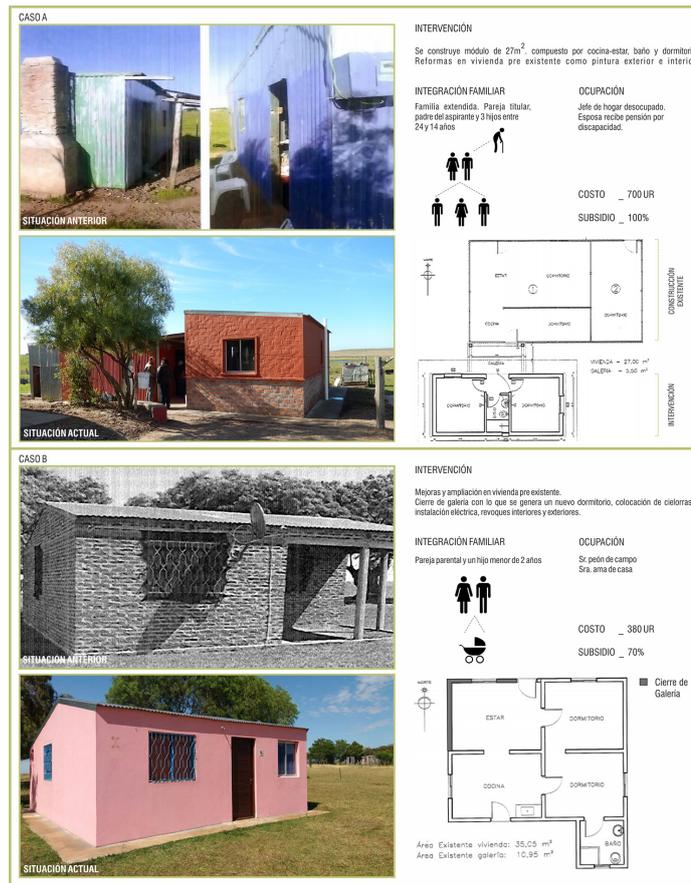


Figura 4: Caso Sequeira, Artigas. Fuente: Acervo Mevir, 2018.

También el nivel de servicios generales es alto (comisaría, policlínica, escuela, CAIF11, Liceo Rural, centro MEC12, oficina de OSE y UTE, club social y deportivo, salón comunal, radio comunitaria, diversos comercios). La principal actividad productiva de la zona es la ganadería mixta.

Se trata de una localidad donde se identificaron numerosas viviendas insalubres, al tiempo que la mayoría de los predios no tienen título de propiedad, por asentarse en tierra fiscal. MEVIR en tierra adquirida al Ministerio del Interior, realizó una primera intervención en el año 2008, con un núcleo de 23 viviendas y un salón comunal. En el año 2014 la institución arribó nuevamente a la zona, para realizar en primer lugar, la ampliación del núcleo de viviendas, 31 viviendas nuevas, y la construcción de un sistema de saneamiento convencional por redes, que se entregó en el año 2016.

b. La inclusión de familias en situación de pobreza extrema

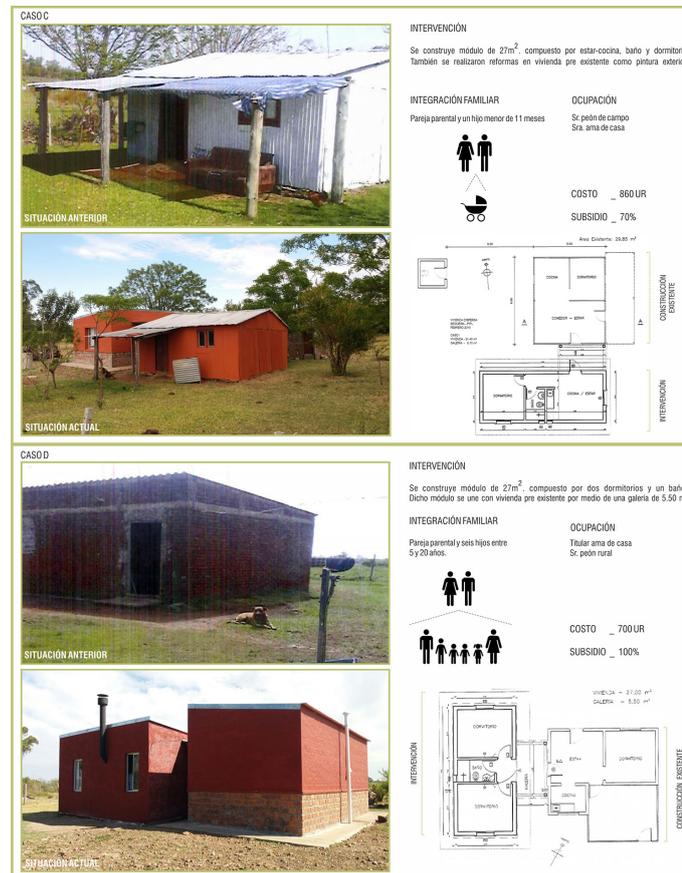
En el marco de ese Programa se identificaron 12 familias que demandaban intervención en su propio predio (refacción o construcción de vivienda nueva), todas ellas ocupando terreno fiscal. Dentro de las mismas se encontraban distintas situaciones, a las cuales se les dieron diferentes respuestas, de acuerdo a las necesidades y posibilidades. Las soluciones refirieron a módulos de baño y cocina, o baño, cocina y estar, o baño, cocina, estar y dormitorio, o baño y dormitorios, o alguna otra combinación según la necesidad de la familia. Estos hogares no se inscribieron para el núcleo que estaba en

construcción en ese momento, por distintos motivos, identificando en algunos casos la imposibilidad de pagar una cuota o cumplir con la cantidad de horas de ayuda mutua exigidas, o ambas y también por dificultades para integrarse a un proceso grupal, debido a las condiciones de exclusión social en las que se encontraban. Dentro de las familias mencionadas (12) se identifican dos subgrupos.

La flexibilización de los criterios aplicados hasta ese momento en MEVIR, así como la articulación interinstitucional para el abordaje de estas situaciones constituye un hito en el camino recorrido en cuanto a la inclusión de familias de pobreza extrema. Por un lado, la posibilidad de que técnicos del MIDES acompañaron a las familias, vinculándolos con los distintos programas y apoyando el proceso vivido durante el transcurso de la obra. Por otro lado, la ejecución a través de MEVIR de la modalidad "emergencia habitacional", programa de la DINAVI que no se había empleado hasta el momento en localidades menores a 5000 habitantes, permitiendo aplicar otros criterios a los usualmente utilizados por MEVIR.

Figura 5: Caso Sequeira, Artigas.
Fuente: Acervo Mevir, 2018.

Tabela 1: Elaboración UEMAI13, MEVIR 2019.



Subgrupo	Intervención	Dificultad identificada	Innovación
6 familias con posibilidades de pagar una cuota	Refacción de vivienda existente + Construcción de modulo	Predio sin titulación	Firma de un Vale. Subsidios parciales. Aporte de horas por parte de la familia

Luego de estas 12 primeras intervenciones, se realizaron 27 más, en los predios en los que habitan las familias, que incluyeron reformas, ampliaciones y/o módulos. Dentro de estas familias, también se encuentran situaciones de pobreza extrema: familias monoparentales con varios menores a cargo, viviendas insalubres, situaciones de discapacidad, ingresos compuestos únicamente por prestaciones sociales, exclusión de los espacios de integración, etc.

En definitiva, el total de intervenciones en el Plan Integral en la localidad en este período fue de 31 viviendas nuevas en suelo aportado por MEVIR y 39 intervenciones en predios donde habitan los participantes.

La intervención en Sequeira, la considero un avance sustancial en el accionar de MEVIR, llegando a familias en situación de pobreza extrema y exclusión, permitiendo que las mismas pudieran acceder a una solución habitacional, aportando horas de trabajo, pagando una cuota (con subsidios que llegan hasta el 100%) vinculándose con instituciones locales, y logrando dar un salto cualitativo en cuanto a su calidad de vida.

Figura 6: Conjunto de Viviendas MEVIR, Sequeira, Artigas. Fuente: Acervo Mevir, 2016.



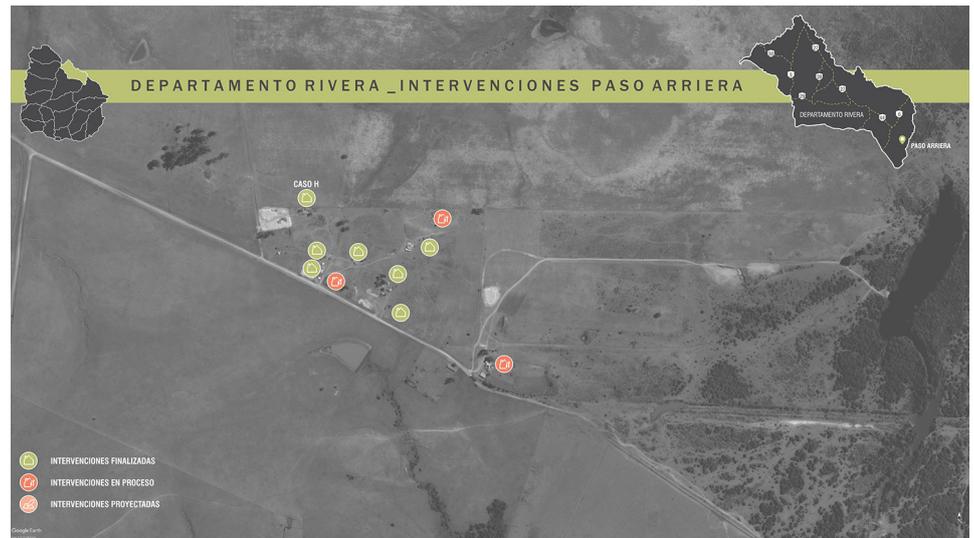


Figura 7: Ubicación casos Paso de Arriera, Rivera. Fuente: Acervo Mevir, 2019.

Un ejemplo de ruralidad aislada: PASO DE ARRIERA / PUEBLO DE LOS SANTOS

a. Antecedentes

En el marco de la Investigación Territorial del departamento de Rivera del año 2011, se detectaron en el sureste del mismo, dos agrupamientos de población en el área rural dispersa (9 y 8 familias), con situaciones de extrema pobreza y aislamiento.

La zona se encuentra a 40 kilómetros de Vichadero y a 80 kilómetros de Melo, sus ciudades de referencia. No hay ningún servicio de locomoción colectiva que ingrese, y los caminos se encuentran en mal estado, generándose situaciones de aislamiento por la crecida de cañadas y arroyos, luego de lluvias abundantes. Cuenta con dos escuelas, y un almacén, como únicos servicios presentes.

Se trata de una zona ganadera, donde algunos de los habitantes se emplean en las estancias, tanto de manera permanente como zafral. Las mujeres en general, son amas de casa, a excepción de las auxiliares de las dos escuelas. Asimismo, reciben transferencias en el marco de los programas del MIDES. Las viviendas están construidas de adobe, terrón, paja tejida, maderas en paredes, techos de quincha o chapa y pisos de tierra, en avanzado estado de deterioro, construidas sobre terrenos de los cuales no cuentan con la titularidad. La mayoría de las viviendas no cuentan con baño dentro de la misma existiendo tres casos que no cuentan con baño de ningún tipo. Finalmente, casi todas las viviendas carecen de agua.

Con el objetivo de dar solución a algunas de las problemáticas identificadas en Paso de Arriera/Pueblo de los Santos, en el año 2012 y en el marco del Convenio marco entre la Universidad de la República y MEVIR, se realizó un acuerdo específico para dar cumplimiento al proyecto “Abordaje interdisciplinario de familias rurales excluidas”.



Figura 8: Ubicación casos Pueblo de los Santos, Rivera. Fuente: Acervo Mevir, 2019.

Desde la Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio (SCEAM) y con la participación del Centro Universitario de Rivera (CUR) de la UDELAR, se coordinaron diversas actividades que abordaban seis grandes líneas de trabajo: Identidad local, organización y participación comunitaria, capacitación laboral, recursos naturales, salud y nutrición y hábitat. También se coordinó con el MIDES para las visitas a los hogares, la realización de las entrevistas domiciliarias, difusión de los programas existentes y coordinación para la atención de algunas situaciones particulares.

A partir del trabajo con la comunidad, se identificó como una de las principales problemáticas el acceso al agua potable, por lo cual se comenzó a trabajar en esta línea, articulando con Administración Nacional de Educación Pública (ANEP) y OSE. En el año 2014 se firmó un convenio con ANEP para la instalación de pozos de agua en los predios de las escuelas y un nuevo sistema de abastecimiento. En cuanto a OSE, se logró que la zona se incluyera dentro del Programa de pequeñas localidades de OSE.

Esta primera etapa de abordaje de la zona, concluyó en el 2015, con la Instalación del sistema de abastecimiento de agua complementario al existente en las escuelas.

b. La mejora de las viviendas existentes

Si bien se consideró un importante avance este primer abordaje de la zona, al dar cierre al proyecto quedó el convencimiento de que MEVIR debía ir más allá en la intervención, y considerar la problemática de vivienda, de manera de avanzar en el abordaje de la pobreza extrema.

De esta manera, en el marco del Plan Integral de Vichadero, se habilitó la inscripción de familias de Paso de Arriera / Pueblo de los Santos a las soluciones donde MEVIR aporta suelo en la localidad de Vichadero en una primera instancia, y el abordaje específico de esos parajes con intervenciones en los predios donde habitan las familias, en una segunda instancia.



Figura 9 (arriba): Casos Paso de Arriera, Rivera. Fuente: Acervo Mevir, 2019.

Figura 10 (abajo): Casos Pueblo de los Santos, Rivera. Fuente: Acervo Mevir, 2019.

Al entregar la dirección de MEVIR, había 5 intervenciones finalizadas, 1 en ejecución y 7 planificadas en Paso de Arriera/Pueblo de los Santos, llegando a un total de 13 familias atendidas mediante refacción de vivienda y/o módulos. Esta intervención la finalizó la nueva administración en el correr de 2020.

De este total, 5 familias contarán con una cuota subsidiada al 100%, formando parte del convenio con DINAVI a través del Programa de Emergencia Habitacional. Dentro de las intervenciones previstas, puede que existan otras familias en similar situación.

En definitiva, la posibilidad de intervenir en predios sin titularidad, con intervenciones alternativas a la vivienda tradicional, en el marco de un abordaje de la ruralidad aislada que necesariamente debe considerar las particularidades que se presentan, ha permitido dar soluciones a situaciones que hasta hace algunos años no entraban en el esquema de atención de MEVIR. En este sentido, las intervenciones en Paso de Arriera/Pueblo de los Santos, son un ejemplo del cambio de concepción institucional en cuanto al abordaje de las necesidades del medio rural, de la pobreza extrema, y de las potencialidades de la articulación interinstitucional.

La complementariedad del sistema público para abordar la vivienda. PUNTAS DEL PARAO

En el marco de la Investigación Territorial del departamento de Treinta y Tres también del año 2011, se detectó en el norte del mismo, limitando con el departamento de Cerro Largo, un agrupamiento de población (15 familias) caracterizado por la presencia de viviendas insalubres, con problemas de titularidad en los predios y situaciones de pobreza extrema.

Puntas del Parao se encuentra en Cerro Largo a 60 kilómetros de Melo, la capital departamental, y a 40 km de Fraile Muerto. No existe ninguna empresa de transporte que llegue a la localidad, los caminos se encuentran en mal estado y pueden darse situaciones de aislamiento en caso de lluvias prolongadas.

Las principales actividades laborales refieren al rubro agropecuario, existiendo en la zona productores familiares, trabajadores de estancias y forestales. También existen familias con ingresos provenientes de las transferencias del MIDES. Se observan viviendas de terrón, chapa, techo de paja, piso de tierra, y viviendas de mampostería en mal estado de conservación o con falta de servicios. La irregularidad en la tenencia de la tierra es una problemática presente.

La DINAVI había realizado una intervención que incluyó 10 familias en el marco del programa de Emergencia Habitacional, en coordinación con el MIDES en su estrategia de ruralidad. Además del trabajo realizado en distintos talleres para promover el conocimiento y el acceso a derechos sociales, y el apoyo para la creación de huertas, las familias recibieron una canasta de materiales y asesoramiento técnico por parte de Arquitecto y Trabajadora Social para la construcción de un módulo de dormitorio, baño y cocina-comedor.



Figura 11: Puntas del Parao, Treinta y Tres. Fuente: Acervo Mevir, 2018.

MEVIR apuntó a complementar la intervención realizada en la localidad, teniendo las siguientes líneas de acción:

- a) Intervenciones realizadas por DINAVI: Acondicionamiento / Regularización de la instalación eléctrica dentro de las construcciones y conexión con construcción existente. Posibilidad de mejora de envoltente, aislación y cielorraso en cubierta.
- b) Familias de la localidad que no pudieron ser atendidas por DINAVI en la primera etapa de la intervención: Refacciones o ampliaciones / módulos para 8 familias. El estudio socioeconómico de las familias será realizado por el MIDES.
- c) Familias radicadas en el Área Rural dispersa, cercana a Puntas del Parao. Se incluyeron 10 familias a atender, a partir de la derivación de la Mesa de Desarrollo Rural Coordinada por la departamental del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca de Treinta y Tres. Como ya se mencionó, en Puntas de Parao, MEVIR se suma a un proyecto iniciado por la Mesas Interinstitucional de Políticas Sociales coordinada por el MIDES, con la participación de DINAVI y a la cual también se suma el MGAP para dar solución a las familias radicadas en el área rural dispersa. Cabe mencionar que

la presencia de esta institucionalidad en un territorio alejado de la Ruta, con escaso número de habitantes, con baja capacidad de agruparse y generar demanda, poco visible ante la problemática urbana, muestra el avance en los lineamientos definidos de profundizar la territorialización de las políticas y de asegurar el ejercicio efectivo del derecho a una vivienda digna, para todos los individuos independientemente del lugar donde vivan y de las capacidades con las que cuenten.

Último comentario

Para concluir, corresponde un último comentario que refiere a la nueva modalidad de intervención. Los Planes Integrales de Proyectos Locales se enmarcan en la planificación regional que inició MEVIR en 2015, dando continuidad a las investigaciones territoriales departamentales realizadas entre 2010 y 2014. Estos se implantan a partir de la combinación de tres grandes programas de actuación, Planta Urbana, asentamiento irregulares rurales y MEVIR actualiza].

El Proyecto Local mantuvo la totalidad de los productos tradicionalmente ofrecidos por MEVIR tanto para área urbana como rural. Se ejecutan viviendas nuevas en suelo que urbaniza MEVIR o en suelo ya urbanizado propiedad de los participantes que atienden al déficit habitacional cuantitativo, así como refacciones y ampliaciones de viviendas existentes que atacan el déficit cualitativo. El objetivo urbano-territorial es de consolidar el sistema de localidades existente con la importancia que esto tiene para el ejercicio del derecho a la ciudad, conjuntamente con construcciones productivas y vivienda en el área rural dispersa.

La aplicación del Proyecto Local llevó al reconocimiento de la importancia del déficit cualitativo y la emergencia habitacional¹⁴. En este entendido, MEVIR diseñó dos programas focalizados en su atención. Uno, el programa comentado en este artículo sobre la atención a la emergencia habitacional a través del Programa Asentamientos Irregulares Rurales y otro complementario a las intervenciones en planta urbana que denominamos MEVIR actualiza]¹⁵.

MEVIR actualiza] es el programa con el que se pone a punto el stock de MEVIR en las diferentes localidades durante el desarrollo de los Proyectos Locales con el objetivo de recuperar las viviendas que por distinto motivo se encuentran abandonadas a efectos de su re-incorporación al stock activo de habitación, así como realizar las modificaciones necesarias en aquellas que se encuentran en uso y presentan deficiencias, para una mejor prestación de las mismas. Este programa también juega dentro de la atención al déficit habitacional cualitativo.

El juego coordinado de estos tres programas dentro de los planes Integrales, además de reconocer la complejidad de la respuesta habitacional, se complementa con la profundización de la actuación de MEVIR dentro de la interinstitucionalidad rural a través de una variada gama de convenios para la atención a las familias, y también para ofrecerse como “constructor” a otros organismos que brindan servicios [educación, salud, seguridad, etc.] en las diferentes localidades. Desde nuestro punto de vista, el mecanismo Proyecto Local ha transformado a MEVIR-Dr. Alberto Gallinal Heber en constructor de HÁBITAT.

No resta más que mencionar a quienes han colaborado conmigo en la elaboración de este artículo, no solo por agradecimiento, sino por acto de justicia. Lic. Y. Meseguez, Ec. Y. Aniotz, Arq. C. Sienra, Arq. M^a E. Delgado, Arq. C. Ayala y A/S A. Berdía. Por último un reconocimiento a los compañeros de CNH16, particularmente a la Presidenta de MEVIR 2015-2020 Dra. Cecilia Bianco, que son quienes acompañan el proceso aquí descripto y toman las decisiones necesarias para su desarrollo.

Referencias bibliográficas

- ABALOS, Iñaki. 2000: *La buena vida*. Visita guiada a las casas de la modernidad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2000.
- BALARINI, G. MEVIR, 50 años. Construyendo nuevas realidades. *Revista Vivienda Popular*, Montevideo, Número 29, pp. 6-19, Outubro de 2017.
- BRU, Eduard. *Nuevos Territorios/New Territories: Nuevos Paisajes/New Landscapes*. New Jersey: Lakewood, 1998.
- CASTORIADIS, C. *La institución imaginaria de la sociedad*. Editorial Tusquet, Barcelona, 1987.
- DINOT - *Dirección Nacional de Ordenamiento Territorial*. Estudio general para el diseño de las Directrices de Ordenamiento Territorial y Desarrollo del Uruguay. Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente, Uruguay, 1996, 128 pp.
- DOMÍNGUEZ, A. *Espacio agrario - globalización - desarrollo local ¿Una alternativa?* Facultad de Ciencias. S/P. Montevideo, 1998.
- EIGEN, M; WINKLER, R. *Laws of the Game: How the Principles of Nature Govern Chance*. Oxford: Princeton Science Library, 1998.
- GAUSA, Manuel. *Housing: nuevas alternativas, nuevos sistemas*. Barcelona: Editorial Actar, 1999.
- RIELLA, A. *Sociedad y territorio: las perspectivas de la equidad social y la cohesión territorial*. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), octubre de 2008.
- VEIGA, Danilo. *Desarrollo regional en el Uruguay: características y evolución reciente*. Montevideo: Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay, 1991.
- ZAERA-POLO, A.; MOUSSAVI, F. Código FOA 2000 Remix. *Revista 2G*, Barcelona, n. 16, p. 121-143, 2000.

Recebido [Nov. 15, 2022]

Aprovado [Ago. 25, 2023]

Intervenciones en el hábitat campesino: una lectura crítica desde la perspectiva de tecnología social decolonial

Noelia Cejas
Virginia Martínez Coenda*



Figura da página anterior (recorte): Indígenas da etnia Ashaninka, no município de Marechal Thaumaturgo, estado do Acre. Fonte: Autoria de J. R. Ripper. (Imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Resumen El objetivo de este artículo es aportar a la construcción de un marco teórico-conceptual orientado a la comprensión crítica del hábitat campesino. Metodológicamente, recuperamos algunos desarrollos teóricos de los estudios decoloniales para luego esbozar una conceptualización de tecnología social que tome los elementos fundamentales de esta perspectiva teórica. Dicha conceptualización está orientada a producir un dispositivo analítico que permita la lectura crítica de las intervenciones estatales en materia de hábitat rural-campesino. Su principal virtud es la de provocar la desnaturalización de tres asociaciones: entre “pobreza” y “erradicación”, entre “ruralidad” y “atraso” y entre “tecnología” y “neutralidad”. Desde allí, se propone aportar a la gestación de tecnologías expresamente políticas que antes que erradicar busquen recuperar saberes campesinos y que antes que modernizar busquen fortalecer sus modos de habitar.

Palabras clave: hábitat campesino, desarrollo, tecnología social.

Intervenções no habitat camponês: uma leitura crítica sob a perspectiva da tecnologia social decolonial

Resumo O objetivo deste artigo é contribuir para a construção de um quadro teórico-conceitual voltado para a compreensão crítica do habitat camponês. Metodologicamente, recuperamos alguns desenvolvimentos teóricos no campo dos estudos decoloniais para após traçar uma conceitualização de tecnologia social que leva os elementos fundamentais desta perspectiva teórica. Esta conceitualização visa produzir um dispositivo analítico que permita uma leitura crítica das intervenções do Estado no domínio do habitat rural-camponês. A sua principal virtude é provocar a desnaturalização de três associações: entre “pobreza” e “erradicação”, entre “ruralidade” e “atraso” e entre “tecnologia” e “neutralidade”. A partir daí, propõe-se contribuir para a gestação de tecnologias expressamente políticas que, ao invés de erradicar, buscam resgatar saberes camponeses e que, ao invés de modernizar, buscam fortalecer seus modos de viver.

Palavras-chave: habitat camponês, desenvolvimento, tecnologia social.

Interventions in the peasant habitat: a critical reading from the perspective of decolonial social technology

Abstract This article aims to contribute to constructing a theoretical-conceptual framework facing a critical understanding of the peasant habitat. Methodologically, we first retrieved some theoretical developments in the field of decolonial studies and, after that, we conceptualize a social technology that takes the fundamental elements of this theoretical perspective. This conceptualization aims to produce an analytical device that allows a critical reading of State interventions in the field of rural-peasant habitat. Its main virtue is to provoke the denaturalization of three associations: between “poverty” and “eradication”, between “rurality” and “backwardness” and between “technology” and “neutrality”. Thenceforth, we propose to contribute to the gestation of expressly political technologies that, instead of eradicating, seek to rescue peasant knowledge and, instead of modernizing, seek to strengthen their ways of living.

Keywords: peasant habitat, development, social technology.

El Grupo Interdisciplinar de Estudios sobre el Hábitat (GIEH)¹ constituye un equipo de investigación abocado al estudio de formas de habitar que resisten a las lógicas de neoliberalización contemporáneas. Sin embargo, comprendemos que el conjunto de dichas lógicas, que interpretamos como neoliberales, se inscribe en una genealogía más amplia, posible de ser leída desde los aportes del proyecto modernidad/colonialidad y de su perspectiva teórica: la decolonialidad. Entre otros aspectos, nos preguntamos por los devenires que motoriza el discurso del Desarrollo, cuya densidad política se afirma especialmente en aquello que Walter Mignolo (2003) llama “diferencia colonial”.

En definitiva, lo que la perspectiva decolonial propone es leer la historia a contrapelo de los relatos dominantes que plantean a la modernidad como una fase de la historia del mundo, posterior a la fase colonial. Como contrapunto, se propone la existencia de una matriz vincular que, lejos de agotarse con los procesos independentistas latinoamericanos que dieron fin al colonialismo formal, sobrevivió y se reafirma en el modelo civilizatorio moderno, en el cual es posible palpar expresiones ligadas a la idea de “desarrollo”. Arturo Escobar nos aporta mucho a la comprensión de las formas de producción del discurso sobre el desarrollo, sus dispositivos y tecnologías de inscripción en el territorio y con ello nos acercamos a las lógicas de intervención en los territorios campesinos de nuestra provincia, para estudiar la forma en que esa matriz vincular colonial se expresa concretamente.

En ese sentido, nos interesa pensar el hábitat campesino por fuera de la dicotomía urbanidad/ruralidad, pues sospechamos que constituye una trampa conceptual que no termina de explicar el imbricado palimpsesto de exclusiones que sufren estas comunidades. De manera tal que, en este texto, procuraremos señalar algunos de los elementos que creemos son los más significativos y constitutivos de esa lógica vincular de exclusión, ingresando a las discusiones sobre el desarrollo ofrecidas principalmente por el campo de los estudios decoloniales. Luego, presentaremos sucintamente la particular manera en que las políticas sociales de hábitat del Estado provincial de Córdoba (Argentina) se acerca a estas comunidades. Con estos elementos, nos proponemos conceptualizar sobre un enfoque de tecnología social capaz de discutir críticamente también en sus aspectos materiales más concretos y propiciar el fortalecimiento del hábitat campesino. Si bien no entra dentro del alcance de este artículo un análisis propiamente dicho de los casos de estudio con los que el grupo de investigación trabaja, realizaremos una breve presentación de los mismos ya que dan cuenta del contexto territorial de emergencia de nuestras reflexiones teóricas.

Grupo Interdisciplinar de Estudios sobre el Hábitat

El Grupo Interdisciplinar de Estudios sobre el Hábitat (GIEH) nació en el año 2017 en la ciudad de Córdoba (Argentina), aunque reúne investigadores e investigadoras de otras latitudes (otras ciudades de Argentina y una integrante de Uruguay). Su objeto

* Noelia Cejas es Licenciada en Comunicación Social, Investigadora Adjunta en Centro Experimental de la Vivienda Económica (CEVE-AVE-CONICET) - Argentina, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-9793-3031>>. Virginia Martínez Coenda es Licenciada en Administración, Becaria posdoctoral en Instituto de las Tecnologías (IT-FADU-Udelar) - Uruguay, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-0978-6364>>.



Figura 1: Casa de adobe. La Patria, Córdoba. Fuente: Fernando Vanoli, 2016.

Nota 1 da página anterior:

¹ Sitio web del grupo: <<https://sites.google.com/view/gieh/inicio>>.

² <<https://sites.google.com/view/redhar/inicio>>.

de estudio es el hábitat y, especialmente, nos interesa indagar sobre las formas de exclusión manifiestas en los territorios. Actualmente nos abocamos al estudio del hábitat campesino y, a partir de esta delimitación temática, conformamos la Red de Estudios sobre el Hábitat Rural en la que articulamos con otros grupos de investigación que tematizan sobre el mismo objeto².

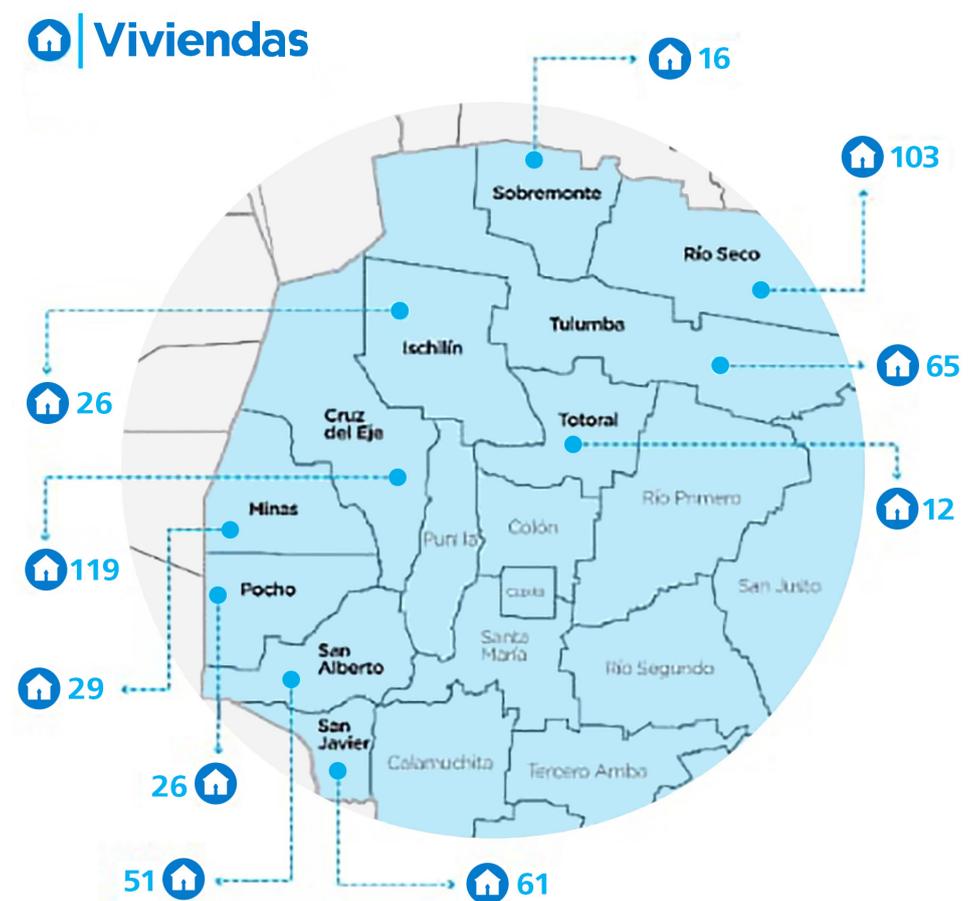
Dentro del amplio campo de estudios del hábitat, nos interesa situarnos en las preguntas en torno a los modos de habitar disidentes que existen en nuestras latitudes latinoamericanas y que resisten a ser definidos por la pretendida forma dominante de habitar el mundo: urbana, moderna, eficiente. No obstante, comprendemos que la pregunta por las disidencias lleva consigo, necesariamente, la voluntad de comprensión de los mecanismos de poder que intentan permanentemente disciplinarlas: no es posible entender (ni acompañar) la potencia de tales resistencias si no podemos dimensionar los dispositivos de poder a los que hacen frente.

De allí que, a la vez que trabajamos junto a comunidades campesinas, organizadas en iniciativas de investigación-acción, orientadas a reforzar sus estructuras organizativas, observando, preguntando, entrevistando, en fin, etnografiando sus prácticas de resistencia; estudiamos también los mecanismos e instrumentos estatales reguladores de dichas prácticas, las estrategias a partir de las cuales el agro-negocio va explotando y subsumiendo a sus intereses las experiencias campesinas tradicionales y las formas en las que el conocimiento científico presta complicidad tanto al Estado como al mercado en sus pretensiones disciplinadoras.

Provenientes de áreas de conocimiento diversas (filosofía, comunicación, economía, arquitectura, trabajo social, ciencias políticas), los/as integrantes del GIEH nos proponemos aportar a una construcción interdisciplinar e integral sobre el hábitat a partir de metodologías situadas (como respuesta a los abordajes descontextualizados), de territorialidades múltiples (como respuesta a los abordajes urbanocéntricos) y participativas (como respuesta a los abordajes transferencistas unidireccionales).

Actualmente, estamos estudiando la región provincial denominada noroeste de Córdoba, que abarca diez departamentos (alrededor de 46.000 km²) en los que habitan casi 400.000 personas. Allí, trabajamos junto a algunas comunidades campesinas organizadas, dedicadas principalmente a la ganadería de pequeña escala (ovina, bovina, caprina) y a la producción de derivados de lácteos, dulces, arropes, frutos y yuyos del monte. El entramado socio-productivo que articula estas pequeñas economías locales configura una producción eminentemente primaria, con algunas actividades de valor agregado. Estas actividades, suficientes para la subsistencia y para incorporarse a pequeñas redes de comercialización informal, se encuentran cada vez más amenazadas por el avance de la frontera agrícola y todo el esquema extractivista y eficientista que lo motoriza (MANDRINI, CEJAS Y BAZÁN, 2018; VANOLI Y CEJAS, 2022).

Figura 2: Cantidad de viviendas del Programa de Erradicación de la Vivienda Rancho del Gobierno de la Provincia de Córdoba al 2019. Fuente: Ex Ministerio del Interior, Obras Públicas y Vivienda de la Nación Argentina.



³ En los siguientes artículos sistematizamos y conceptualizamos algunos elementos nodales de dichos instrumentos: “Erradicación de ranchos ¿erradicación de saberes? Reflexiones sobre la región noroeste de la provincia de Córdoba, Argentina” (Mandrini, Cejas y Bazán, 2018); “La regulación del hábitat rural en Córdoba. Una lectura crítica del Plan de Sustitución de la Vivienda Rancho” (Sesma y Martínez Coenda, 2019); “Para descolonizar el hábitat rural: Un análisis de la matriz colonial de las políticas públicas habitacionales en Córdoba, Argentina” (Cejas, 2020).

⁴ En el año 1949, a través de un estudio sobre las estadísticas mundiales, la Organización de Naciones Unidas estimó que el ingreso per cápita de los ciudadanos estadounidenses era de 1453 dólares, mientras que, en Indonesia, por ejemplo, los ciudadanos presentaban ingresos per cápita de 25 dólares. La lectura de datos de esta índole hizo prever una posible inestabilidad mundial, a causa de las marcadas diferencias económicas, por lo que se impulsaron medidas que evitaran conflictos originados por tales circunstancias. En períodos históricos previos a la consolidación del sistema capitalista, la noción de pobreza estaba asociada mayormente a poblaciones nativas del –posteriormente denominado– tercer mundo. En esas sociedades tradicionales, las maneras de definir a la pobreza incluían nociones como frugalidad, comunidad, suficiencia, solidaridad, etc. Mientras que, en el sentido moderno, la pobreza se hace masiva ante la difusión de la economía de mercado. La institucionalización de esta perspectiva económica disuelve la mirada sobre los lazos comunitarios, enalteciendo las carencias de manera sistemática, en distintos planos materiales, tales como el acceso al agua, la tierra u otros recursos. Desde la lectura que propone el autor, a partir de la consolidación del capitalismo, se produce un discurso sobre la pobreza que, transformando simbólicamente a los sectores pobres en sectores susceptibles de recibir asistencia, se genera el escenario para justificar las prácticas intervencionistas y sus correlativos mecanismos de control (Escobar 2007, p.48-49).

En relación a los mecanismos de regulación estatal sobre el territorio, desde el año 2009, el gobierno de la provincia de Córdoba impulsa una política sanitario-habitacional llamada “Plan de Sustitución de Viviendas Precarias y Erradicación de Mal de Chagas” (PSVP) que tiene por objetivo principal contribuir a la erradicación del Chagas -que afecta principalmente a quienes habitan en zonas rurales- a partir de la sustitución de viviendas de adobe (usualmente llamada “vivienda-rancho”, en cuyos techos y muros puede anidar la vinchuca que es el principal vector de transmisión de la enfermedad) por viviendas de materiales industriales. A partir del año 2014, este plan se inserta en una política mayor denominada “Programa de Desarrollo del Noroeste Cordobés” (PDNC) que articula distintas iniciativas orientadas al desarrollo de dicho territorio, abarcando un amplio espectro de dimensiones, como servicios de agua y luz, caminos, viviendas, salud, educación, empleo, turismo y cultura. Tanto el PSVP como el PDNC son objeto de indagación de equipo³.

El hábitat campesino desde la perspectiva decolonial de la tecnología social

El discurso del desarrollo y su objeto de intervención: el tercero de los mundos

Arturo Escobar, en “La invención del tercer mundo” (2007) nos propone un andamiaje conceptual para comprender el proceso discursivo de construcción de la división entre primer y tercer mundo, a partir del discurso del desarrollo. Dicho brevemente, este discurso emerge en la coyuntura histórica de la segunda posguerra y se afianza, junto al modelo neoliberal, especialmente en las últimas décadas del siglo XX.

La producción discursiva del desarrollo se presenta como modelo económico y productivo, cuyos indicadores ejemplares son detentados por países autodenominados del primer mundo, susceptibles de ser reproducidos en el tercero. La determinación de tal orden geopolítico, fue un proceso cuyo origen histórico se sitúa entre los años cuarenta y cincuenta del siglo XX. Los protagonistas, en ese momento, conformaban el primer y el segundo mundo: el bloque occidental y el bloque soviético, respectivamente. Cada uno representaba, además, dos sistemas económico-políticos diferentes, el capitalismo y el socialismo, agrupándose en torno a las dos superpotencias de ese período histórico, Estados Unidos y la Unión Soviética, respectivamente. Fuera de los roles tristemente protagónicos de aquel periodo de guerra, puede decirse que se calificó de tercer mundo a todos los países que se situaban en la periferia de los dos bloques.

¿Cómo se instaló esa distinción y cuáles fueron sus implicancias? La construcción del discurso en torno al tercer mundo tiene todo que ver con el momento histórico en que se produce. Hasta fines de los años cuarenta, las tematizaciones referidas al conflicto social estaban ligadas a la segunda guerra mundial y la lucha contra el fascismo. Sin embargo, en ese marco histórico, la producción discursiva repara en nuevo escenario: los países que no habían ocupado un rol activo en la guerra, pero que podían ser objeto de cooptación ideológica. Así, dichas tematizaciones giraron hacia otras áreas sociales, como es la escasez económica del tercer mundo, medida a través de los índices de pobreza. Estos arrojaban que, para mediados de los años cincuenta, casi dos tercios de la población mundial vivían en condiciones de pobreza, en su mayoría asentada en África, Asia y Latinoamérica. Este desplazamiento en los tópicos discursivos es denominado por Escobar como “el descubrimiento de la pobreza” (ESCOBAR, 2007, p.48)⁴.

⁵El Plan Marshall fue un programa impulsado por EEUU, durante la presidencia de Truman, para la reconstrucción de los países de Europa Occidental que sufrían las consecuencias de la Segunda Guerra Mundial. Los países de Europa del este y de la URSS también fueron invitados, pero las exigencias que se proponían – someter su economía al control de EEUU hicieron inaceptable la propuesta. Asimismo, por detrás del refortalecimiento de las economías y territorios afectados, se encontraba otra razón de peso: evitar posibles avances del comunismo.

⁶'Point IV' fue el primer programa de asistencia técnica orientado a los denominados países en vías de desarrollo, procurando la transferencia de saberes y tecnologías en diversos campos, como agricultura, industria y salud. En 1949, el presidente de EEUU presentaba su política de ayuda al exterior, diciendo: "we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and skill to relieve suffering of these people. The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible" (extracto del discurso proferido el día 29 de febrero de 1949, publicado el día 30 de febrero de ese año en el boletín oficial del Departamento de Estado de Estados Unidos, p. 123)

A partir de la enfatización de estas diferencias, se fue constituyendo un orden político que establecía diferencias, planteaba límites y proponía acciones tendientes a la "erradicación" de la pobreza por medio del desarrollo (ESCOBAR, 2007, p.52). Conservemos este señalamiento, pues la asociación discursiva entre los términos "erradicación" y "pobreza", en sus variantes, es el sustento de muchas de las intervenciones regulatorias que podemos reconocer en el campo del hábitat. El sistema de representación que sustenta el discurso acerca del desarrollo, aunque postula metas de orden humanitario y de solidaridad, en la práctica implica nuevas estrategias de control sobre los territorios y sus pobladores.

Es destacable el sentido unilateral con que se sustenta la intervención en los llamados países tercermundistas, soportado por la presunta existencia de una sola vía correcta, la de los llamados países del primer mundo, cuya experiencia se presenta como ejemplar y transitable a través de la implementación de las herramientas apropiadas: ciencia, tecnología, con planificación o ayuda de organizaciones internacionales, entre otras. Subyace a esta perspectiva una interpretación instrumental y neutral de la ciencia y la tecnología, y su correlativa pretensión de validez universal. Vale entonces abordar cómo es que se constituyó la promesa de la ciencia y la tecnología, en el orden del discurso, como camino inexorable hacia el desarrollo.

Los sustratos del progreso: el saber científico-tecnológico

Hacia 1949, la implementación del Plan Marshall⁵ comenzaba a mostrar resultados positivos en Europa. Sin embargo, la política externa hacia los países "pobres" del mundo no sería la misma que, desde Estados Unidos, se había planificado para los países que se hallaban en proceso de recuperación tras el período de guerra. El programa Point IV⁶, presentado durante el mismo período que el Plan Marshall, se orientaba a incentivar el desarrollo económico en el largo plazo de los países del llamado tercer mundo. Para ello, se considera central el despliegue de la tecnología moderna y el capital, como fuerzas motrices del desarrollo (ESCOBAR, 2007). En ese marco, se produjeron acuerdos de cooperación internacional, financiando actividades de transferencia tecnológica, considerando que de esta manera se aceleraría el proceso.

Las transferencias de tecnología se convirtieron en un tipo de práctica inherente a los proyectos de desarrollo, bajo la perspectiva que toma a la tecnología como un elemento neutral, de potencial beneficio universal. Esto se asienta en la concepción de un modo de producción de conocimiento objetivo, donde el mundo de los hechos es explicado mediante estructuras, relaciones, procesos y leyes que le son subyacentes, sin que ningún juicio de valor intervenga en tal explicación (DAGNINO 2008, p.39). Se produce así la ilusión de un no-lugar de enunciación, el borramiento de las marcas espacio-temporales de producción y la instauración de la superioridad del logocentrismo occidental como la racionalidad capaz de ordenar el mundo (WALSH, 2007).

De manera central, lo que Escobar sostiene es que fueron las justificaciones en torno a la ciencia y la tecnología, presentadas como medio fértil para el progreso, las que desempeñaron un rol clave en el discurso sobre el desarrollo; un discurso que, además, aportó especialmente a la construcción del tercer mundo como

espacio de subalternidad. Conservemos entonces este aspecto también: la idea de erradicación de la pobreza, que señalamos antes, se operativiza en prácticas transferencistas estructuradas en dispositivos de intervención nutridos de tecnologías pretendidamente neutrales.

Identificamos así la perspectiva desde la cual operan los dispositivos de poder, a través de estrategias territoriales específicas (como puede ser un plan de reemplazo de la “vivienda rancho”), que incluyen renovadas formas de control, quizás más sutiles y refinadas, capaces de inhabilitar a los habitantes en la tarea de definir aquello que se constituye como “las soluciones”, tecnológicamente expresadas, que intervendrán en sus vidas. Este modo de colonialidad, como matriz relacional, lo entendemos como colonialidad tecnológica.

La dimensión temporal del desarrollo: la ruralidad como atraso

Para que tal operación de colonialidad tecnológica sea posible, el “proyecto del desarrollo” precisó marcar una línea abismal (SANTOS, 2010) que dividiera aquello que es preciso dejar, superar o sacrificar de aquello que es necesario y válido para progresar. Así, se estableció lo que Santos (2006) denominó como “monoculturas”, delineando las formas que asume ese deber ser del progreso en diferentes ámbitos: la del saber y del rigor (que postula que el único saber riguroso es el saber científico), la del tiempo lineal (que postula que la historia tiene un sentido único, una única dirección y que los países desarrollados constituyen modelos a seguir), la de la naturalización de las diferencias (que postula, bajo el nombre de las diferencias, la naturalidad de las desigualdades que operan en ellas), la de la escala dominante (que postula al universalismo como escala deseable, presentando a lo particular y lo local como irrelevante) y la del productivismo capitalista (que postula a la productividad y a la maximización de lucro como los únicos criterios económicos válidos).

A la luz del esquema analítico propuesto por Santos, es advertible que, en el discurso del desarrollo, la dicotomía urbanidad-ruralidad tiene el firme propósito de presentar a la ruralidad campesina de un lado de esa línea abismal: el no desarrollado. La urbanidad se impone así como un modelo aspiracional que dictamina los modos correctos y deseables de vivir. En los términos de esta lógica, dice Santos, “la modernidad occidental ha producido la no contemporaneidad de lo contemporáneo” (2010, p. 22), es decir, postula como pasado aquello que es indiscutiblemente parte del presente. Siguiendo con el razonamiento del autor, ese aparente pasado extemporáneo que parece estorbar en el presente, es significado como “el atraso”, asumiendo así la forma de lo residual, de aquello que ya no es más preciso ni deseable.

Esa residualidad va a manifestarse, por un lado, en el ámbito del conocimiento, abriendo paso a definiciones como la “ignorancia de la gente del campo” y, por el otro, en el ámbito de la producción, habilitando diagnósticos como la ineficiencia o la no competitividad de la economía campesina. Conservemos también este aspecto: desde los sentidos que produce el discurso del desarrollo, los conocimientos de los grupos campesinos son considerados “atrasados” y, como deriva, sus prácticas económicas son invisibilizadas y descalificadas.

Las tecnologías sociales en clave decolonial: herramientas para pensar el hábitat campesino

El enfoque desde el que Escobar comprende al desarrollo, inscripto en un período histórico y político, aborda especialmente al orden discursivo, mientras que la perspectiva de la tecnología social, constituye un corpus teórico que tiene el doble propósito de funcionar como aparato analítico y, al mismo tiempo, como herramientas para la planificación (DAGNINO, 2014; THOMAS, 2009), por lo que incluye una serie de elementos normativos y propositivos que operan como guías para la práctica. La sinergia entre ambos estudios posibilita un abordaje multidimensional de prácticas concretas que, para nuestro caso, se condensan en la problematización - en clave decolonial - de los procesos de producción de conocimiento orientados tanto al desarrollo de tecnología para el hábitat campesino como a su regulación.

En los subapartados anteriores, señalamos tres aspectos determinantes para los modos en los que actualmente - y de manera hegemónica - se define, regula e interviene el hábitat rural. Repasemos: por un lado, la doble asociación que produce el discurso del desarrollo, primero entre “el problema de la pobreza” y “la solución de la erradicación” y después entre “la ruralidad campesina” y “el atraso”. Por el otro, y como telón de fondo para tales operaciones discursivas, la perspectiva instrumental y lineal que concibe al saber científico como un tipo de conocimiento no ideológico, objetivo, desinteresado el cual es aplicado al desarrollo de soluciones tecnológicas neutrales, de validez potencialmente universal, para “erradicar la pobreza” y “modernizar al campesinado”.

Frente a este tipo de construcciones teóricas, con notables y directos efectos prácticos sobre la vida de las personas, la perspectiva de las tecnologías sociales, que recuperan las discusiones de las tecnologías apropiadas de los '70 y del constructivismo social de las tecnologías de los '80, ofrecen un contrapunto para pensar y actuar en el campo de los desarrollos tecnológicos, con el explícito propósito de dinamizar procesos de inclusión social (DAGNINO, 2014; THOMAS, 2009). Para ello, parte de un punto de consideración de fundamental importancia: lo tecnológico siempre es político. Desde allí, las tecnologías sociales atacan directo a la idea de “neutralidad de la tecnología”, lo cual les permite comenzar a desarticular la arquitectura tecnológica que, aunque mostrándose libre de pretensiones ideológicas, lo que efectivamente hace es sostener al discurso del desarrollo y, especialmente, a los intereses económicos y políticos de quienes se benefician de ese discurso.

Pensar las tecnologías con las que se interviene en el hábitat en esa trama de relaciones y discursividades globales es imprescindible para comprender el carácter social y político de la tecnología. Es decir, desentrañar el sentido de los discursos (particularmente el de los instrumentos de intervención estatal sobre el hábitat campesino) que aparentemente procuran ser un paliativo a las desigualdades materiales que sufren las poblaciones empobrecidas y que en verdad, muchas veces, vienen a sostener y garantizar la reproducción de ese orden injusto.

En el marco de lo que la perspectiva decolonial introduce, se puede pensar en una sub-dimensión de la colonialidad, la colonialidad de la tecnología (CEJAS, 2014). Si, desde los paradigmas heredados, se piensa a los artefactos técnicos como resultado

de una simple aplicación del saber experto, si se construye una definición instrumental-funcionalista desde la cual se concibe a los desarrollos tecnológicos como artefactos neutrales que podrían ser usados para el bien o para el mal según las intenciones de quien los emplea, se desdibuja la posibilidad de pensar la dimensión política de la misma. Y esto no se trata, sin más, de realizar un “trabajo detectivesco [...] para revelar [los] orígenes sociales, los dueños del poder detrás del caso particular del cambio tecnológico” (WINNER, 2008, p.58). En todo caso, la propuesta consiste en reconocer que en la tecnología se concretizan disposiciones de poder y autoridad, lo que podría interpretarse, desde la perspectiva de este trabajo, como un tipo de materialización de ciertos sentidos capaces de generar un campo de efectos posibles.

De allí que nos importa subrayar e insistir sobre la politicidad de la tecnología. En el prólogo del libro de Winner, “El reactor y la ballena”, Bustamante (2008) señala que las tecnologías nunca mejorarán la vida humana por el sólo hecho de estar allí, sino que se trataría en todo caso de reconocer las construcciones de sentido que se proyectan sobre ellas y el horizonte de interpretaciones posibles que habilitan. Así, la tecnología puede ser definida como un sistema de acciones en donde se plasman intereses sociales, económicos y políticos de aquellos que la diseñan, desarrollan, financian, usan y controlan. Lejos de ser neutrales, “nuestras tecnologías dan un contenido real al espacio de vida en que son aplicadas, incrementando ciertos fines, negando e incluso destruyendo otros” (WINNER, 1977, p. 38).

En este marco, proponemos pensar para estas discusiones en torno al hábitat rural campesino que, asumida su condición política y su crítica de la razón moderna, las definiciones tecnológicas con que se interviene esos territorios podrían ser oportunidad de visibilizar saberes nacidos en él, en las luchas de sus comunidades y no oportunidad de paliar efectos adversos de un modelo civilizatorio opresor. Para la construcción de un paradigma otro, Walter Mignolo plantea que es preciso pensar a partir y desde la diferencia colonial, definida por el autor como “las experiencias de quienes han sido objeto de inferiorización por parte de aquellos que, en medio de la empresa colonial, se consideran como superiores. (...) Se trata de lugares y experiencias que son constituidos como exterioridad a la modernidad (no modernos), en una lógica de negatividad (de inferiorización)” (2003, p. 39). En ese sentido, la idea no es “transformar la diferencia colonial en un ‘objeto de estudio’ estudiado desde la perspectiva epistémica de la modernidad, sino pensar desde el dolor de la diferencia colonial” (2003, p. 27).

Allí radica la potencia de la perspectiva de la tecnología social anudada a la crítica decolonial; en la posibilidad de que aquellos sujetos históricamente negados en las perspectivas hegemónicas de la innovación y los desarrollos tecnológicos sean comprendidos como lo que efectivamente son: sujetos posibles, y sobre todo deseables, de producción de tecnologías. Nos referimos específicamente a las comunidades campesinas que, en el marco de la teoría de las tecnologías sociales, desplazan del centro a la empresa capitalista tradicional, cuestionando el lugar ‘natural’ que el discurso del desarrollo produce para el mercado. Esta es la interpelación y la invitación que proponemos, tanto para investigadores/as implicados/as en desarrollar conocimiento orientado a tecnologías rurales (incluidas aquellas que configuran al hábitat rural, desde la vivienda hasta los sistemas de abastecimiento de agua), como para agentes y técnicos/as estatales dedicados/as a trabajar en esos territorios.



Figura 3: Chancaní, Córdoba.
Fuente: Fernando Vanoli, 2016.

Cierre

A partir de la articulación conceptual previamente desarrollada, es posible repensar la idea de inclusión social en el hábitat rural vía aplicación de tecnologías. Desde lo que llamamos el discurso del desarrollo, su definición de inclusión supone a un sujeto excluido, pobre y atrasado que es preciso incorporar a los beneficios del progreso. Pero, si para ser incorporado ese sujeto debe abandonar los rasgos propios y sus tradiciones, lo que parece quedar en evidencia es que el verdadero propósito de esa inclusión es despojar a esos sectores excluidos de sus herramientas de lucha, en definitiva, despolitizarlos. En ese sentido, coincidimos con Verónica Gago (2014) que, siguiendo a Butler, propone entender esa voluntad de despolitización como el reconocimiento del potencial destituyente que esos sectores tienen: “si esa desposesión o exclusión necesita ser producida es porque precisa oponerse y competir con una, llamémosle así, productividad política propia de aquello mismo que se quiere excluir” (GAGO, 2014, p. 288).

En cambio, desde el punto de vista que ofrece la relación decolonialidad-tecnologías sociales, la inclusión social (aun cuando pueda ser preciso repensar esa nominación) pasa a ser un proyecto de construcción material y simbólica de un mundo más justo. Allí, la pobreza no se define exclusivamente del lado (y “por culpa”) de los pobres, sino que se comprende como una expresión de la desigual distribución de las riquezas y compromete la mirada también sobre los grupos económicos concentrados y el modo de vida campesino (o lo que sobrevive de él) no representa el pasado de un futuro mejor, sino que, por el contrario, la esperanza para ese otro mundo posible.

Referencias bibliográficas

- BOLETÍN OFICIAL DEL DEPARTAMENTO DE ESTADO DE ESTADOS UNIDOS. 30 de febrero de 1949.
- CEJAS, Noelia. Para descolonizar el hábitat rural: Un análisis de la matriz colonial de las políticas públicas habitacionales en Córdoba, Argentina. *Revista Territorio*, 43, 2020.
- CEJAS, Noelia. *Procesos comunicacionales en prácticas de co-construcción de conocimiento*. Tesis doctoral. inedita. Doctorado en Estudios sociales de América Latina. UNC, 2014.
- DAGNINO, Renato. *Neutralidad da ciencia e determinismo tecnológico: um debate sobre a tecnociência*. Campinas: UNICAMP, 2008.
- DAGNINO, Renato. *Tecnologia Social. Contribuições conceituais e metodológicas*. Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del Tercer Mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: El perro y la rana, 2007.
- GAGO, Verónica. *La razón neoliberal. Economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014.
- MANDRINI, María Rosa, CEJAS, Noelia y BAZÁN, Agustina. Erradicación de ranchos ¿erradicación de saberes? Reflexiones sobre la región noroeste de la provincia de Córdoba, Argentina. En *Revista Anales de Arquitectura* n°48, Facultad de Arquitectura, UBA, p. 83-94, 2018.
- MIGNOLO, Walter. *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2003.
- SESMA, M. Inés y MARTÍNEZ COENDA, Virginia. La regulación del hábitat rural en Córdoba. Una lectura crítica del Plan de Sustitución de la Vivienda Rancho. *Rev/ISE*, 14, pp. 109-120, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Una epistemología del sur: la reivindicación del conocimiento y la emancipación social*. México: Siglo XXI. CLACSO, 2010.
- _____. *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- THOMAS, Hernán. Tecnologías para la inclusión social y políticas públicas en América Latina. *I Encuentro internacional de culturas científicas y alternativas tecnológicas*, Buenos Aires, Argentina, 2009.
- VANOLI, Fernando y CEJAS, Noelia. Una trampa moderna para el hábitat rural. Desarrollo y procesos de (des/re)territorialización en Córdoba, Argentina. *Revista Economía, Sociedad y Territorio*, 2022.
- WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. En *Nómadas* (26) pp. 102-113, 2007.
- WINNER, Langdon. *La ballena y el reactor*. Una búsqueda de los límites en la era de la alta tecnología. Barcelona: Gedisa, 2008.
- WINNER, Langdon. *Tecnología autónoma*. Barcelona: Gustavo Gili, 1977.

Recibido [Out. 27, 2022]

Aprovado [Jan. 02, 2023]

As mulheres rurais no contexto da luta pela terra e habitação

Karla Emmanuela Ribeiro Hora*



Figura da página anterior:

Indígenas da etnia Ashaninka, no município de Marechal Thaumaturgo, estado do Acre. Fonte: Autoria de J. R. Ripper. (Imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Resumo A participação das mulheres nas lutas sociais garantiu a constituição de um conjunto de políticas públicas e efetivou direitos sociais básicos e econômicos. Recentemente, a luta das mulheres rurais ampliou sua agenda, na defesa dos territórios e dos bens comuns. Essa noção abrange uma nova visão sobre a habitação rural, que dialoga com ações de saneamento e agroecologia. Considerando este contexto, este artigo aborda as conquistas das mulheres na luta pela terra no Brasil e explana os desafios para a construção da habitação rural em Goiás aliado ao protagonismo das mulheres. Mesmo num período de obscurantismo político e econômico, em termos de políticas públicas e inclusão social, a luta das mulheres rurais segue ativa.

Palavras-chave: mulheres rurais, políticas públicas, habitação.

Las mujeres rurales en el contexto de la lucha por la tierra y la vivienda

Resumo La participación de las mujeres en las luchas sociales aseguró la implementación de políticas públicas e implementó derechos sociales y económicos. Recientemente, la lucha de las mujeres rurales ha ampliado su agenda, en defensa de los territorios y los bienes comunes. Esta noción abarca una nueva visión sobre la vivienda rural, que dialoga con las acciones de saneamiento y agroecología. Desde este contexto, este artículo aborda los logros de las mujeres en la lucha por la tierra en Brasil y los desafíos para la construcción de viviendas rurales en Goiás. Incluso en un período de obscurantismo político y económico, en términos de políticas públicas e inclusión social, la lucha de las mujeres rurales sigue activa.

Palabras-clave: mujeres rurales, políticas públicas, viviendas.

Rural women in the context of the struggle for land and housing

Abstract The participation of women in social struggles ensured the implementation of public policies and implemented basic social and economic rights. Recently, the struggle of rural women has expanded its agenda, in defense of territories and common goods. This notion encompasses a new vision on rural housing, which dialogues with sanitation and agroecology actions. Considering this context, this article addresses the achievements of women in the struggle for land in Brazil and explains the challenges for the construction of rural housing in Goiás, together with the role of women. Even in a period of political and economic obscurantism, in terms of public policies and social inclusion, the struggle of rural women remains active.

Keywords: rural women, public policies, housing.

A população rural feminina, em 2015, totalizava por volta de 15 milhões de mulheres e representava cerca de 48% da população rural brasileira. É um número maior que a população da Bélgica (11,27 milhões de habitantes), Portugal (10,36 milhões de habitantes), Suécia (9,79 milhões de habitantes), Bolívia (10,87 milhões de habitantes) e Paraguai (6,69 milhões de habitantes) – para citar alguns. A maioria destas mulheres moravam e trabalhavam em pequenas unidades de produção familiares, incluindo os assentamentos de reforma agrária. Do total de estabelecimentos agropecuários identificados em 2017, cerca de 946 mil estavam sob gestão feminina, isto representava 18,7% do total. Considerando-se, apenas, os estabelecimentos da agricultura familiar, a gestão feminina alcançava 19,7% dos estabelecimentos (HORA; NOBRE; BUTTO, 2021).

As mulheres rurais estão representadas nas diferentes identidades que povoam o mundo rural brasileiro. São agricultoras familiares, assentadas de reforma agrária, camponesas, indígenas, quilombolas, extrativistas, pomeranas, ribeirinhas, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, caiçaras, ciganas etc. Embora numericamente presentes no meio rural, a contribuição social e econômica das mulheres para o desenvolvimento dos territórios rurais foi ocultada sob diferentes formas.

Visibilizar suas lutas e estratégias de existência, bem como, reivindicar direitos sociais básicos estão entre os objetivos de inúmeras organizações e movimentos sociais mistos de luta pela terra e dos movimentos específicos de mulheres rurais.

Em relação à luta pela terra, as mulheres estão presentes em organizações mistas, tais como, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (Contag), Confederação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contraf); Movimento de Atingidos por Barragens, Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento Camponês Popular (MCP), Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (APOINME), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) entre outras. Mas, a história delas também é revelada nas organizações específicas de mulheres que visam fortalecer o protagonismo das mulheres rurais e suas lutas. Destas organizações se destacam o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MMTR), Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e as organizações regionais e locais que atuam com os direitos das mulheres rurais, tais como a Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia, (Remera) e o Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia (MAMA).

Estas organizações se fazem presentes em diferentes redes de luta pelos direitos das mulheres, das quais, em nível nacional se destacam a Marcha das Margaridas, a Marcha Mundial de Mulheres e o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional

* Karla Emmanuela Ribeiro Hora é Arquiteta e Urbanista, Professora da Universidade Federal de Goiás, ORCID <<http://orcid.org/0000-0002-4410-3728>>

de Agroecologia (ANA). Este último tem ocupado espaços importantes na discussão e afirmação da relação direta entre mulheres e agroecologia. Essas redes permitem ações conjuntas que fortalecem a conquista de direitos e reivindicam condições de igualdade para as mulheres.

Nem sempre a participação das mulheres rurais nas lutas sociais do campo, das florestas e das águas foi visibilizada e valorizada. Mas as mulheres participam desde sempre das lutas sociais. Elas se encontram nas suas comunidades imbuídas de atividades relacionadas à produção e à reprodução social. Entretanto, os processos de desigualdades sociais de gênero não revelam a participação delas na produção (atividade econômica) como parte importante dos processos de auto sustentação da família e da sociedade. O trabalho das mulheres é ocultado de diferentes formas, primeiro, ao não se considerar as atividades realizadas por elas no âmbito do trabalho doméstico e dos cuidados e, segundo, ao valorar de forma diferente o trabalho executado por ela na produção em relação ao trabalho masculino (HERRERA, 2017).

A luta pela terra, a defesa pelos territórios e a busca por uma produção de alimentos saudáveis não ocorre sem a presença das mulheres. Elas lutam por sua existência e para serem reconhecidas e valorizadas enquanto sujeito social. Sua luta social perpassa diferentes aspectos do mundo da produção (economia) e da reprodução (cuidados e trabalho doméstico). Esferas que possuem uma linha tênue que as separa no dia a dia ao se considerar a produção para o autoconsumo e o sustento da família no meio rural; ou ainda, que não se limita ao mundo doméstico, mas que se amplia na jornada em defesa dos territórios, da água e da biodiversidade. As mulheres exercem atividades de manejo ambiental e ações de trocas e reprodução de sementes que garantem a variabilidade de espécies crioulas no campo. Ao mesmo tempo em que fazem isto, garantem a permanência de conhecimentos tradicionais no manejo de plantas medicinais e de receitas destinadas à alimentação saudável e ao aproveitamento de recursos locais. Esse tipo de prática cultural e produtiva coloca as mulheres rurais numa relação de proximidade e reciprocidade com o manejo agroecológico e ações de conservação ambiental. Elas se expressam pelos seus territórios quando se dedicam à reprodução das sementes ou manejo ambiental ao mesmo tempo em que este conhecimento ancestral se torna necessário para as práticas de medicina curandeira, de artesanato e produção extrativista. Estas ações garantem uma rede de solidariedade, trocas e proteção.

Os saberes ancestrais e as formas de repasse dos saberes locais e tradicionais têm nas mulheres um ponto de partida nas rodas de conversa de quintal, nos momentos de lavar as roupas, nos plantios coletivos, na hora de quebrar cocos, ou nas trocas de mudas e receitas. Elas se curvam coletivamente à experiência e aos saberes antigos, da mesma forma que se desafiam a novas descobertas.

Apesar disso, as mulheres rurais são caracterizadas pelo acesso limitado à terra; pela dificuldade de acesso aos créditos produtivos; por não receberem uma orientação técnica adequada; por serem responsáveis por unidades de produção em tamanho menor do que a dos homens; por desenvolverem atividades produtivas ao redor da casa (plantio de hortas, árvores frutíferas e criação de pequenos animais) que lhes permite cuidar, simultaneamente, da casa (trabalho doméstico) e dos cuidados (com crianças, idosos e pessoas deficientes) (FAO, 2017).

¹ Paulilo (2016), Brumer (2004), Esmeraldo (2011), Nobre (2012), Butto e Hora (2008; 2014), entre outras.

O trabalho das mulheres rurais nas comunidades é verificada em diferentes estudos¹ como uma ação necessária para a manutenção da vida em família e nos territórios. Contudo, ao mesmo tempo que se revela as atividades que as mulheres executam, também, se apresenta os mecanismos de reprodução das desigualdades de gênero que limitam a participação delas na esfera pública e econômica. No mundo econômico, o trabalho das mulheres segue invisibilizado e não valorizado. Nas políticas públicas, diferentes normativas ainda são obstáculos para a igualdade plena entre homens e mulheres. Na vida cotidiana, o preconceito e a discriminação de gênero ainda são práticas consuetudinárias que limitam a participação ativa das mulheres no mundo da produção, dificultam o seu acesso à terra e regulam o uso dos seus corpos e de seus desejos.

² Dados disponíveis em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_uso_tempo.html acesso em 28 de junho de 2019.

Esses obstáculos são analisados sob a divisão sexual do trabalho, a desvalorização das atividades executadas por elas e o baixo acesso a políticas públicas. A divisão sexual do trabalho doméstico acaba por refletir na participação limitada das mulheres na vida pública. Dados do Ipea, de 2015, para o meio rural, revelam que 47,6% dos homens com 10 anos ou mais realizam algum afazer doméstico, enquanto este percentual atinge 91,7% das mulheres. Essa ação ocupa 10,3 horas semanais dos homens, enquanto as mulheres se dedicam 25,2 horas² (IPEA, 2017). Isto significa mais tempo na esfera privada (casa) e menos tempo na esfera pública (em trabalhos geradores de renda monetária) pelas mulheres.

Esses fatores indicam o quão importante é a presença das mulheres nas lutas sociais. E elas se fazem presentes em diferentes espaços, seja no acampamento, no assentamento rural, no quilombo, na aldeia, na ocupação política, nas marchas políticas, nas reivindicações de rua, nos espaços de concertação e diálogo (como os Conselhos, Comitês, Grupos de Trabalho, Reuniões Técnicas) e na sua comunidade.

³ Sobre isto ver: Butto e Hora (2008), Butto e Hora (2014), Filipak (2017), Hora (2018).

Considerando esse contexto, esse texto versa sobre as conquistas oriundas das lutas protagonizadas pelas mulheres. Conquistas que foram institucionalizadas em políticas públicas, no período 2003-2015³ e que garantiram, dentre elas, o direito à terra e à moradia. Terra e moradia simbolizam dois aspectos importantes do mundo da produção e reprodução social. A Terra, como fator de produção e elemento de geração de trabalho e renda, representa o mundo econômico – a esfera pública; e a Moradia, vista como o Habitat e o Lar, sintetiza o universo da reprodução – o mundo privado, o lugar dos cuidados familiares e do trabalho doméstico. As mulheres rurais estão nos dois lugares e a linha divisória que os separa é vista apenas nos estudos de economia clássica que separa produção-reprodução. Essa linha de separação não existe no mundo concreto sob a perspectiva da economia feminista, conforme explicam Faria e Nobre (2002). O que existe são as diferentes manifestações das desigualdades sociais que subjagam o trabalho e a presença das mulheres na economia. A economia feminista tem se mostrado como uma perspectiva teórica diferenciada na qual produção-reprodução são ações necessárias para o desenvolvimento da humanidade. Portanto, há que se considerar e valorar de forma igual os dois tipos de trabalho. O fator monetário da produção não pode ser o elemento que hierarquiza e desvaloriza um trabalho em relação ao outro. E isto é o que vem ocorrendo com o trabalho das mulheres. Elas recebem cerca de 2/3 do valor do trabalho dos homens, simplesmente por serem mulheres (BUTTO; HORA, 2014) e este é o critério utilizado para que elas não tenham acesso aos bens de produção – terra e crédito (FAO, 2017)⁴.

⁴ Deere e León (2002), discutem os obstáculos de acesso à terra pelas mulheres analisando 12 estudos de casos em países da América Latina identificando. Dentre os principais mecanismos de transmissão da propriedade: a herança, os programas governamentais e o mercado; as mulheres estão em desvantagem nos três. No Brasil, as mudanças normativas garantindo o acesso igualitário à terra serão recentes, conforme se descreve neste artigo.

Paulilo, no artigo “Trabalho familiar, uma categoria esquecida de análise”, publicado originalmente em 2004, retoma a temática do trabalho para demonstrar a invisibilidade do trabalho executado pelas mulheres (PAULILO, 2016). O não reconhecimento da atividade laboral não se refere ao tipo de trabalho realizado, mas de quem executa. Neste ínterim demonstra-se que as atividades desempenhadas pelas mulheres que não auferem renda familiar e se encontram no mundo da reprodução social (trabalho doméstico) não é contabilizado na unidade de produção familiar e, quando ela executa alguma atividade que gera renda, este trabalho é visto como ‘ajuda’ e tem um valor pago menor em relação à força de trabalho masculina⁵. Logo, reconhecer-se como trabalhadora e não ajudante, foi uma ação necessária na luta das mulheres, como se verá a seguir.

⁵ Os artigos “O trabalho da mulher no meio rural” e “A mulher e a terra no Brejo Paraibano também são relevantes sobre o tema e estão disponíveis na coletânea, recentemente publicada, que reúne a produção acadêmica de Paulilo (PAULILO, 2016).

⁶ A autora trabalhou no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ocupando a função de consultora em políticas públicas nos anos de 2008-2009 e como Diretora de Mulheres entre outubro de 2012 a março de 2015. Antes disso, atuava na assessoria técnica de movimentos sociais na reforma agrária entre 2000-2008. Nesse período, contribuiu com a construção de metodologias para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) e em projetos de habitação rural em Goiás e no Brasil.

Por fim, este texto trata-se de uma síntese de várias reflexões produzidas, enquanto fui gestora de políticas públicas para mulheres rurais no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário⁶. Os aportes conceituais têm como origem os estudos clássicos sobre mulheres trabalhadoras rurais e gênero (PAULILO, 2016; BRUMER, 2004). Os registros das políticas públicas, resgatam as conquistas e reivindicações pautadas pelas organizações de mulheres durante o período de 2003-2015 (HORA, 2018). Neste ínterim, entre 2015-2022 retomei pesquisas e observações de campo sobre as mulheres rurais em Goiás articulando a habitação rural e o saneamento com a participação social das mulheres e a agroecologia. Assim, os dados empíricos são provenientes das pesquisas documentais e de campo e documentos. É sobre esses dois momentos, que se explanará a seguir.

As mulheres rurais, o acesso à terra e suas lutas

Em 2006, dados do Censo Agropecuário, revelaram que as mulheres respondiam por 12,7% de todos os estabelecimentos rurais, enquanto na agricultura familiar, elas representavam 13,7%. Os estabelecimentos sob sua direção, de forma geral, ocupavam 9,3% da área total dos estabelecimentos e possuíam uma área média de 12,4 ha (NOBRE, 2012). Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam uma mudança. A participação das mulheres na direção dos estabelecimentos aumentou para 18,7%. Além disso, o registro da codireção (direção conjunta entre homens e mulheres na situação de casamento ou união estável) nos estabelecimentos, revelou que estes representavam 20% dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários. (HORA; NOBRE; BUTTO, 2021).

Em termos de acesso à terra, na condição de proprietária, as mulheres são em menor número, em relação aos homens e fazem gestão de propriedades com menor área. Ao se considerar os mecanismos de posse da terra e sua garantia jurídica, o direito igualitário à terra deu-se muito recentemente na América Latina, Caribe, Ásia e África. Dados da Organização das Nações Unidas coletados em diferentes anos entre 2002-2012 indicam que, países como Peru e Jamaica, as mulheres respondem por 30,8% e 30,2% das propriedades rurais, enquanto em países como Guatemala, Belize, Porto Rico elas são 7,8%, 8,1% e 8,9% respectivamente (FAO, 2017).

No Brasil, a obrigatoriedade da titulação conjunta para fins de reforma agrária foi inserida na Constituição Federal de 1988. Na experiência brasileira, por exemplo, as alterações na sistemática de classificação dos beneficiários da reforma agrária e a

preferência dada às mulheres solteiras com filhos, associada à obrigatoriedade da titulação conjunta para homens e mulheres em caso de casamento ou união estável, mudou o perfil de participação das mulheres assentadas em relação ao acesso à terra. Segundo Hora (2018), tais alterações, elevaram de 23% para 75% a participação de mulheres titulares incluindo situação de matrimônio e união estável e de 13% para 24% o total de mulheres titulares solteiras chefes de família entre 2003 e 2014.

A luta das mulheres tem-se pautado por alterações nos marcos legais que, até então, lhes negavam direitos básicos. Transformar os marcos normativos e garantir a efetividade de políticas públicas e o reconhecimento de sua condição como um sujeito de direito tornou-se fundamental para a igualdade de gênero no meio rural.

Essas mudanças normativas só foram possíveis porque as mulheres se organizaram para reivindicar seus direitos e pressionar o Estado Brasileiro na execução de políticas com igualdade de gênero. A falta de acesso a políticas públicas, incluindo assistência social, crédito e terra, também era creditada à falta de documentação das mulheres rurais. Sem documentos, elas não eram consideradas cidadãs pelo estado de direito. Esta foi, uma das primeiras bandeiras de lutas das mulheres rurais, organizadas no âmbito da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), em 1997 (ESMERALDO, 2011). Ter documento, reconhecer-se como trabalhadora e ter direitos compôs as pautas iniciais de lutas das mulheres rurais.

A luta pelo direito à terra levou a mudanças nas ações dos movimentos de mulheres rurais desde a Constituição Federal, que exigia direitos sociais básicos (documentação e assistência social), incorporando direitos econômicos (terra, crédito, assistência técnica e comercialização) até à defesa de seus territórios e bens comuns (água e a sociobiodiversidade). Essa alteração foi acompanhada de estratégias de resistência nos territórios que se ancoraram tanto na produção agroecológica quanto nos instrumentos de mapeamento e reflexão crítica sobre os diferentes trabalhos executados na unidade de produção e o uso do tempo pelos diferentes sujeitos sociais na família. Se, de um lado, as mulheres ampliaram suas pautas na luta pela terra, de outro, a defesa dos seus territórios seguiu se expressando na perspectiva da economia feminista, da economia solidária e, mais recentemente, da ecologia política.

As diferentes redes de organizações de mulheres rurais, tais como a Via Campesina e a Marcha das Margaridas, incorporaram diferentes campos do feminismo. Ao falarem em feminismos, emergiram a ideia de um feminismo popular camponês e um feminismo ecológico (ecofeminismo)⁷. Sob essas perspectivas, as mulheres rurais lutam contra o patriarcado, o capitalismo e enfrentam todas as formas de violência, racismo e xenofobias. Assim, não só revelam os mecanismos de reprodução das desigualdades de gênero, como também, atuam para a proteção dos bens comuns (terra, territórios, água e natureza) e pela divisão justa do trabalho doméstico e dos cuidados.

A noção do 'trabalho' não se restringe à atividade econômica e geradora de renda. Mas há um sentido do 'trabalho' como atividade transformadora do cotidiano, presente tanto no trabalho doméstico quanto na ação de cuidados. Essa noção de trabalho extrapola a esfera privada e encontra-se na esfera pública, na produção do bem viver e na defesa dos bens comuns. Trata-se de uma noção de 'trabalho' que emancipa a própria noção de 'ser mulher' e se encontra com uma perspectiva de interação com a

⁷O feminismo ecológico, nascido na década de 1970, articula o debate sobre desigualdades de gênero com o campo teórico que estuda a crise ambiental. As duas opressões (de gênero e da natureza) afetam a vida das mulheres. Um outro aspecto do ecofeminismo é o reconhecimento de um outro tipo de saber, não científico e não acadêmico, que tem intrínseca relação com os elementos da natureza. Sobre isto ver: Shiva (1995); Puleo (2011); Triana (2016).

natureza na produção agroecológica a partir do ecofeminismo. Assim, a agroecologia transforma a noção de ‘trabalho’ ao relacionar produção-reprodução-natureza nas pautas recentes das organizações de mulheres.

Assim, a defesa da natureza e dos territórios é visto, não só na luta pela terra, mas também na luta pela produção agroecológica (SILIPRANDI, 2015; GT MUJERES DE LA ANA, 2015). A agroecologia tem sido pautada por muitas organizações como uma perspectiva contra hegemônica ao modelo de produção vigente. Portanto, a agroecologia não se trata somente da produção orgânica, mas também, de uma ação política (HILLENKAMP; NOBRE, 2018).

Essa agenda se constrói nas redes de organizações de mulheres. Exemplifica isso a sistematização de experiências agroecológicas das mulheres a partir da ação do GT de Mulheres da ANA. Esta ação permitiu visibilizar a produção agroecológica dos grupos de mulheres e os diferentes trabalhos a que estão submetidas (MORONHAS; SCHOTTZ; CARDOSO, 2014). Efeito similar tem ocorrido com o projeto ‘Cadernetas Agroecológicas’, também protagonizado pelo GT de Mulheres da ANA. Ações em redes como estas contribuem para problematizar as categorias clássicas do ‘trabalho familiar’ que escondem as hierarquias e desigualdade de gênero, bem como, se apresentam como ferramentas de auto-organização das mulheres rurais.

A perspectiva agroecológica também se faz presente na luta pelos territórios. Exemplifica isto, a luta das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu ao reivindicar a promulgação da Lei do Babaçu Livre em nível federal (DE ARAÚJO JÚNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014) ou na luta pelo direito ao território da Chapada Apodi protagonizadas pelas organizações de mulheres no Rio Grande do Norte e Região Nordeste contra o Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi (FONSÊCA JÚNIOR; BRASIL, 2015). São lutas que se refletem nos sistemas de produção e na busca por autonomia das mulheres.

O reconhecimento do papel das mulheres na produção agroecológica segue a trilha de reivindicações das feministas rurais, expressa na Marcha das Margaridas, em 2011, e nas últimas edições do Encontro Nacional de Agroecologia, com o lema “sem feminismo não há agroecologia” (GT DE MUJERES DE LA ANA, 2015). Suas reivindicações resultaram em políticas públicas a exemplo da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica em 2012⁸ e 2013⁹ respectivamente e na valorização dos seus fazeres. Programas de apoio à produção agroecológica contaram com o protagonismo das mulheres rurais (MOLINA; HORA, 2013). Para Guetat (2014), as mulheres rurais conseguiram aliar uma ação de valorização de seus saberes e práticas produtivas por meio da agroecologia e transformaram-na numa ação política em defesa da natureza e contra o patriarcado. Portanto, há uma nova conotação na luta pela terra e pelos territórios sob a perspectiva das mulheres rurais que passa pela defesa da agroecologia.

Se os territórios agroecológicos dão um novo sentido para a luta social das mulheres, a luta pela água e pelo bem viver também fazem parte deste universo. Nas agendas de lutas das mulheres a produção dos quintais revelam uma nova dimensão do trabalho na família e na propriedade além de atribuir uma relação de extensão da moradia. Nesse contexto, o habitar supera a casa como construção e abraça o território do entorno [quintal], o que é produzido logo após a varanda, estabelecendo um novo sentido ao fazer doméstico e à produção.

⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm> acesso em 20abril2018>.

⁹ Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/site-mda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixar.pdf>, acesso em 20abril2018.

Os programas convencionais de moradia não percebem esta dimensão social da casa rural e do habitat. Mas, na prática, não há como dissociar a construção do habitat de elementos essenciais para sua própria construção, tais como a água e as estratégias de produção e permanência da população no meio rural.

Ainda que de forma fragmentada, é possível perceber iniciativas de políticas públicas que dialogaram com os afazeres domésticos, a habitação e a produção ao redor da casa. Talvez a mais emblemática e simbólica tenha sido o Programa “1 milhão de cisternas” (P1MC) e o Programa “Segunda Água” (P1+2). Ambos são fruto da ação da Articulação do Semiárido (ASA) que, direta e indiretamente, dialogou com atividades desempenhadas pelas mulheres.

Na ausência da água para consumo humano no meio rural, as mulheres e crianças tendem a ser responsabilizadas pela busca deste recurso como uma condição de sobrevivência. Assim, ter água nas casas e nos quintais, possibilita melhorar a qualidade de vida das mulheres e de suas famílias, atuando também, com a redução do esforço físico para a busca deste bem natural. O acesso à água está diretamente associado à qualidade do habitat construído. O material de estudo da Marcha das Margaridas de 2015 menciona os dois elementos (casa e água) como ações importantes para a promoção da autonomia das mulheres. Lembremos que, no Brasil, 24,1% dos domicílios rurais ainda não possuíam sistemas de abastecimento de água adequado para o consumo humano em 2016 (IPEA, 2017).

A produção dos quintais torna-se, assim, um tema de relevância, seja por estar ao lado da casa, seja por ser uma atividade feminina. Mas perceber esta relação entre as políticas de promoção da igualdade de gênero, moradia e produção ainda é um desafio. Políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), chegaram a atuar com recortes de gênero, fomentando o ingresso das mulheres. Ações como esta, contribuíram para dar visibilidade aos quintais produtivos. A produção, antes destinada ao autoconsumo, passou a ser reorganizada para acesso ao PAA e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse ‘quintal’ possibilitou, assim, a melhoria de renda na família e teve, em muitos momentos, as mulheres como protagonistas.

Habitação rural em Goiás¹⁰: uma luta por política pública e uma luta das mulheres

No período entre 2003-2015 houve um esforço conjunto do governo Lula-Dilma em promover políticas públicas específicas para as populações do campo, das florestas e das águas. As políticas operadas no âmbito do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário em prol da agricultura familiar, definida no âmbito na Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, permitiram atuar com ações de promoção ao desenvolvimento agrícola, orientação técnica, financiamento agrícola, comercialização (GRISA; SCHNEIDER, 2015), promoção da igualdade de gênero (HORA; BUTTO, 2014; HORA, 2018) e do etnodesenvolvimento (CERQUEIRA et al, 2015), entre outras. Apesar da execução de políticas de desenvolvimento rural sustentável em prol da agricultura familiar no período recente, o rural ainda é visto por muitos como um lugar da precariedade e da ausência de serviços públicos e infraestrutura.

¹⁰Parte desse texto é fruto de reflexões oriundas do projeto de extensão “Habitar no Campo” executado em parceria com o Movimento Camponês Popular (MCP) Fragmentos dele foram disponibilizados para o Projeto “Habitar no Campo”, utilizado como material de formação. O projeto foi desenvolvido entre 09/05/2018 a 31/12/2019, e teve por objetivo apoiar a execução do Programa Moradia Camponesa por meio da produção de estudos preliminares de arquitetura, propostas de saneamento rural e atividades de formação. Um dos produtos gerados foi um Guia de orientação para construção da habitação nas propriedades rurais, denominado “Habitar o Campo: um pequeno guia para começar sua obra”. O público alvo eram 242 agricultores familiares beneficiados como programa de habitação rural. O Guia, no formato impresso, foi apresentado na Feira Agro Centro-Oeste da Agricultura Familiar, em Goiânia, em 01 de junho de 2019. Outro produto foi a publicação “Habitar no Campo: experiências e reflexões” de 2019, utilizado como material de formação, disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/770/o/HABITAR_O_CAMPO_reflexoes_e_experiencias.pdf?1591619717>, acesso em 23 de out 2022.

No âmbito da questão agrária, a questão da moradia deu-se de forma secundarizada, dado a necessidade do bem primário: o acesso à terra e ao território. Apenas em períodos recentes é que a temática passou a ser estruturada na agenda de luta dos movimentos sociais, apontando a necessidade de uma política pública estruturante de habitação rural. Exemplifica isto os projetos pilotos de habitação rural em 2004, ainda no governo Lula.

A temática da habitação aparecia de forma pontual nas demandas dos movimentos. E, na pauta da Marcha das Margaridas, em 2015, por exemplo, foi proposto um alinhamento entre as políticas de Assistência Técnica voltada para apoio aos quintais produtivos ancorada aos programas de habitação e apoio à agricultura urbana e periurbana. A articulação da moradia rural com os quintais produtivos chegou a ser uma demanda de segmentos específicos de mulheres para as políticas públicas de desenvolvimento rural. Entretanto, o que se viu foi uma política de construção de casas por meio de linhas específicas de subsídio e financiamento, sem interação com outros programas.

Em termos de programas infraestruturais, mais especificamente destinados à produção de moradia no meio rural, as demandas resultaram na constituição do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) até o Programa Minha Casa e Minha Vida Rural (SACHO; HORA, 2017). Entretanto, sejam os Programas institucionalizados seja a produção da habitação rural, ambos estiveram envoltos a diferentes críticas, face à sua especificidade e complexidade. Muitas dessas críticas, abrangeram os mecanismos de financiamento, ausência de assistência técnica e não articulação com outras políticas públicas (HABIS, 2011) e foram alvo de reflexões nos três Colóquios Habitat e Cidadania ocorridos em 2006, em Natal; 2011, em São Carlos e, em 2015 em Brasília (LOPES; LENZI; BORGES, 2016).

Quando se retoma o programa “Minha Casa Minha Vida Rural” (MCMV Rural), é possível ver limites na sua execução. O financiamento se apresenta como um limite (THEODORO et al, 2016). Em 2016, o MCMV Rural financiava entre 34,2 e 36 mil reais para famílias com renda bruta familiar anual de 17mil (LENZI, 2017) e 86 mil reais para famílias com renda bruta mensal de 1,8mil¹¹. Verifica-se, também, a dificuldade de operacionalização pelos agentes envolvidos o que, frequentemente, não atendiam de forma satisfatória a população rural (SACHO; PINTO; HORA, 2017; HORA et al., 2018).

A moradia foi tomada como um objeto em si, e sua execução, muitas vezes, não se relacionava com o entorno imediato da casa: o quintal e as condições de infraestrutura existente (saneamento, estradas, eletrificação e outros). Os beneficiários, também, participavam muito pouco, incluindo as mulheres. Estas, nem sempre eram ouvidas pelos técnicos e gestores da política pública. Embora os Colóquios Habitat e Cidadania, tenham revelado experiências de projetos de habitação rural construídos de forma coletiva e demandados pelos movimentos do campo, das florestas e das águas, os seus resultados ainda são difusos, pouco debatidos e pouco analisados. Isto inclui, uma análise num contexto de integração de políticas públicas e sob a perspectiva da igualdade de gênero.

No Estado de Goiás, a moradia rural foi executada a partir de ações pontuais nos projetos de assentamentos rurais [utilizando o crédito moradia] ou em programas pontuais do Governo do Estado. O registro, mais recente, de um programa a ser implementado e coordenado nacionalmente como política pública deu-se na execução de um projeto

¹¹Valores definidos nas Portarias Interministeriais do Ministério das Cidades: Portaria Interministerial nº 97 e nº 99, publicados no Diário Oficial da União de 31/03/2016 (nº 61, Seção 1, pág. 52-53).

piloto no assentamento rural Dom Fernando, no município de Itaberaí, entre 2004 e 2005, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em parceria com o extinto Ministério das Cidades. Ao visitar os assentamentos rurais em Goiás, é possível perceber, de forma geral, diferentes situações que perpassam desde a ausência de uma estrutura adequada para a moradia até as baixas condições de habitabilidade. Muitos desses problemas estão relacionados à ausência de recursos destinados à construção ou à edificação de casas sem uma assessoria técnica adequada.

Ademais, muitas das dificuldades para construção do habitat do campo, de um lado, se devem à baixa condição de trafegabilidade das estradas, à inexistência de fontes de água e energia, baixa oferta de mão de obra especializada, ausência de projetos de arquitetura e engenharia de qualidade, ao custo de transporte de materiais de construção, entre outros; o que, por vezes, resultam na construção de moradias de baixa qualidade. Por outro lado, as experiências de construção mais exitosas contaram com a participação ativa das lideranças locais e, em muitos casos, das mulheres rurais. Nesses casos de sucesso, o projeto da casa esteve associado a outros aspectos da vida cotidiana, tais como: ações de fortalecimento da produção, acesso à água e infraestrutura e organização social¹².

Com a estruturação do PNHR e, posteriormente, o MCMV Rural, diferentes organizações sociais passaram a construir a moradia rural em Goiás, com destaque para as entidades sindicais de trabalhadores rurais, como a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Goiás (Fetaeg) e Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Go) e para o Movimento Camponês Popular (MCP).

A execução da habitação rural, cujo objetivo seria a melhoria das condições de vida da população rural é algo complexo. Os recursos destinados a esta política pública nem sempre dialogam com as demandas locais, que envolvem o tamanho da habitação; a especificidade do programa de necessidades de cada casa (presença de fogão a lenha; necessidade de varandas e banheiros externos; tamanho da família; relação entre as atividades domésticas e a produção etc.), o tamanho da família, as condições do terreno, a disponibilidade de mão de obra especializada etc. Ademais, sua execução, propriamente dita, fica dependente do grau de organização e articulação dos movimentos sindicais e sociais do campo, cuja agenda principal é de reivindicação de políticas públicas e não de construção de casas. Assim, há que se considerar os muitos casos de fragilidade na oferta de uma assessoria técnica adequada já que, o recurso financeiro destinado a esta ação é reduzido. Na maioria das vezes, para facilitar a construção de uma casa, o que se vê é a execução de um projeto tipo-padrão e uma imposição para o uso de soluções técnicas e tecnológicas já aplicadas no meio urbano, descurando das especificidades da família e do meio rural (SACHO; HORA; MIAZA, 2018).

Apesar das dificuldades, a organização e luta social é a que garante o acesso à moradia. Em termos nacionais, informações disponíveis do Governo Federal indicavam a contratação de cerca de 140 mil unidades pelo MCMV Rural até 2014. Destas, 4.044 unidades localizavam-se em 108 municípios em Goiás¹³. Além disso, a execução do PMCMV contava com mais de 30 entidades organizadoras atuando nos municípios selecionados, muitas destas eram associações ou sindicatos rurais. Dentre essas entidades organizadoras, se encontrava o Movimento Camponês Popular (MCP), executando o Programa Moradia Camponesa (PMC)

¹²Registros obtidos durante a pesquisa “Mulheres do cerrado: gênero e recursos hídricos em assentamentos de reforma agrária em Goiás: Habitabilidade e recursos hídricos em áreas rurais sob perspectiva de gênero” executada entre 2011-2012, em assentamentos rurais de Goiás.

¹³Dados sistematizados a partir do Portal: <<http://dados.gov.br/dataset/minha-casa-minha-vida>>, acesso em 23 de junho de 2019.

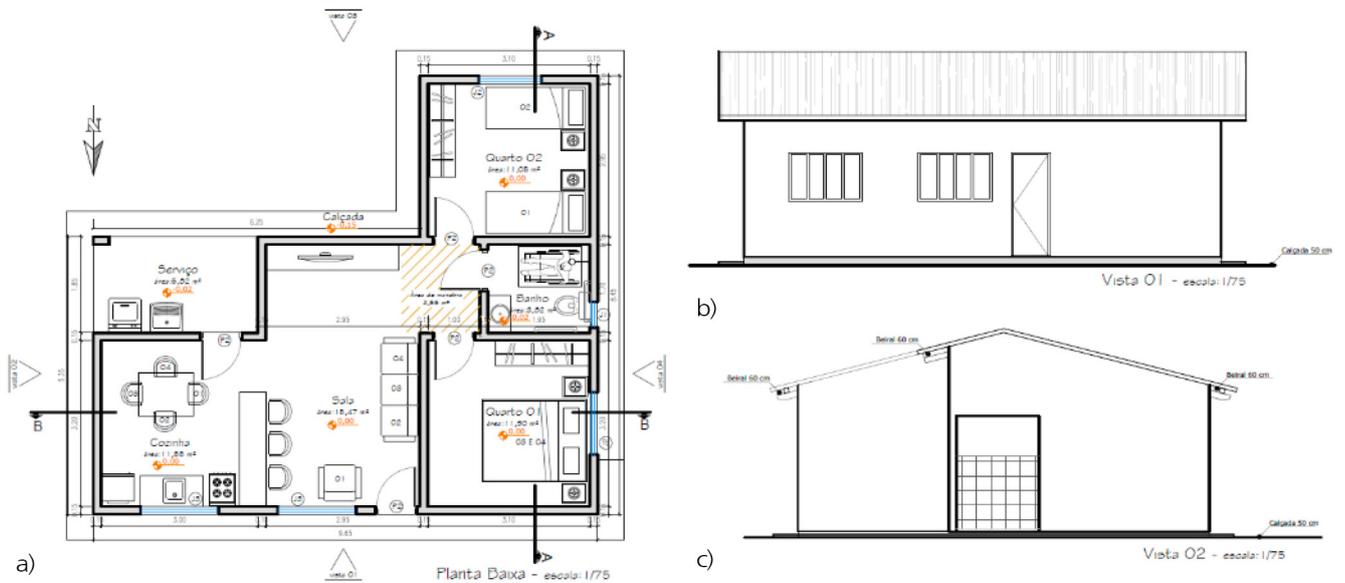


Figura 1: Projeto de Moradia executado pelo MCP. (a) Planta Baixa; (b) Vista frontal; (c) Vista Lateral. Fonte: MCP, 2018.

O PMC foi considerado uma das experiências mais exitosas de execução de unidades habitacionais rurais em Goiás. Em operação desde 2008, ele foi responsável pela execução de moradias em quatro etapas. Na primeira etapa foram entregues 323 unidades, na segunda, 600 unidades, na terceira, foram contratadas 814 e na quarta etapa mais 242 unidades contratadas, segundo o MCP. Um dos marcos desta experiência é a participação das mulheres camponesas, a discussão dos aspectos tecnológicos em saneamento e a mobilização social (SACHO, 2017; HORA et al, 2018). As ações coordenadas pelo MCP levaram à conquista do Prêmio Caixa Melhores Práticas de Gestão, em 2017, tendo sido reconhecido internacionalmente pela ONU-Habitat¹⁴ O projeto premiado tratava-se de uma unidade habitacional com cerca de 80m² construído por meio de mutirão assistido. Entretanto, nas etapas posteriores, o projeto foi alterando, a fim de atender regramentos da CAIXA e planilha financeira. Os últimos projetos, em execução em 2018-2019 contam com 62m² de área construída (Figura 1).

O Movimento Popular Camponês é um movimento social misto, que organiza agricultores e agricultoras familiares tradicionais. É uma organização que, em Goiás, tem muitas mulheres atuando na liderança local e estadual. Esse protagonismo feminino se reflete na organização e estruturação da moradia camponesa, no qual as mulheres possuem um papel ativo. O protagonismo das mulheres se destaca desde o processo de luta pelo acesso à política pública até a articulação para a operacionalização do programa junto aos beneficiários.

Muitas das ações das mulheres do Movimento Camponês Popular são reveladas nas lutas de rua ou nos grandes marcos de lutas coletivas, como o #8M (8 de Março) e as ações de mobilização de luta pela terra no mês de abril. Para Alves e Costa (2012) a identificação das mulheres do MCP com a temática da habitação é imediata, uma vez que os homens estão preocupados com os grandes roçados, enquanto os

¹⁴ Notícia divulgada em: <<http://www.goias.gov.br/noticias/23455-programa-habitacional-rural-de-goias-e-reconhecido-internacionalmente-pela-onu-habitat.html>>, acesso em 23 de junho de 2019.

temas dos cuidados e dos afazeres domésticos ficam com elas. Assim, a falta de moradia ou a condição precária da moradia rural afeta diretamente as mulheres e seus filhos. O acesso ao crédito produtivo garante, muitas vezes, estruturas de produção melhores, tais como, o potreiro e a granja; mas a melhoria da habitação só é possível com política pública adequada. Muitas vezes, o estábulo está melhor estruturado do que a casa e isto afeta a autoestima e a condição das mulheres rurais. A ação das mulheres no MCP em relação à moradia visa dar protagonismo para as mulheres se apresentarem enquanto sujeito de direitos na luta pela terra. A moradia adquire uma nova estratégia de permanência no meio rural e tem nas mulheres um sujeito social fundamental para sua qualificação. Na Figura 2 é possível ver um exemplo de moradia antes e depois da ação do MCP.

A agenda de moradia do MCP se amplia, assim, para além da construção da casa, e envolve a discussão por igualdade de gênero e passa a problematizar os diferentes tipos de trabalhos executados na unidade de produção familiar. Para além da construção da casa, o Programa Moradia Camponesa abre uma agenda de discussão sobre as condições de acesso à água e esgotamento sanitário, abrindo uma possibilidade para adoção de soluções de esgotamento sanitário com execução de tecnologias sociais em saneamento. Esta agenda, ainda que preliminar, conta com a construção de biodigestores e círculos de bananeira, ampliando a discussão sobre a habitação e se aproximando do debate sobre agroecologia.

Há que se considerar que ações de produção e a participação das mulheres no MCP tem como centralidade a reprodução das sementes crioulas. Essa perspectiva do trabalho nos roçados, aliado à discussão que se coloca sobre a habitação, aproxima a proposta do Programa Moradia Camponesa aos debates em curso pelas mulheres rurais. No âmbito do projeto de extensão 'Habitar o Campo', em 2018, foi solicitado aos beneficiários da moradia camponesa que fizessem um registro do que seria o local de construção da casa. Os desenhos elaborados pelas mulheres apresentavam a moradia e seu entorno (Figura 3), simbolizando a importância da casa com a produção (quintal) destinado ao autoconsumo.

Figura 2: (a) Casa antes do MCP; (b) Casa construída sob a coordenação do MCP. Fonte: MCP, s/d.

a)



b)



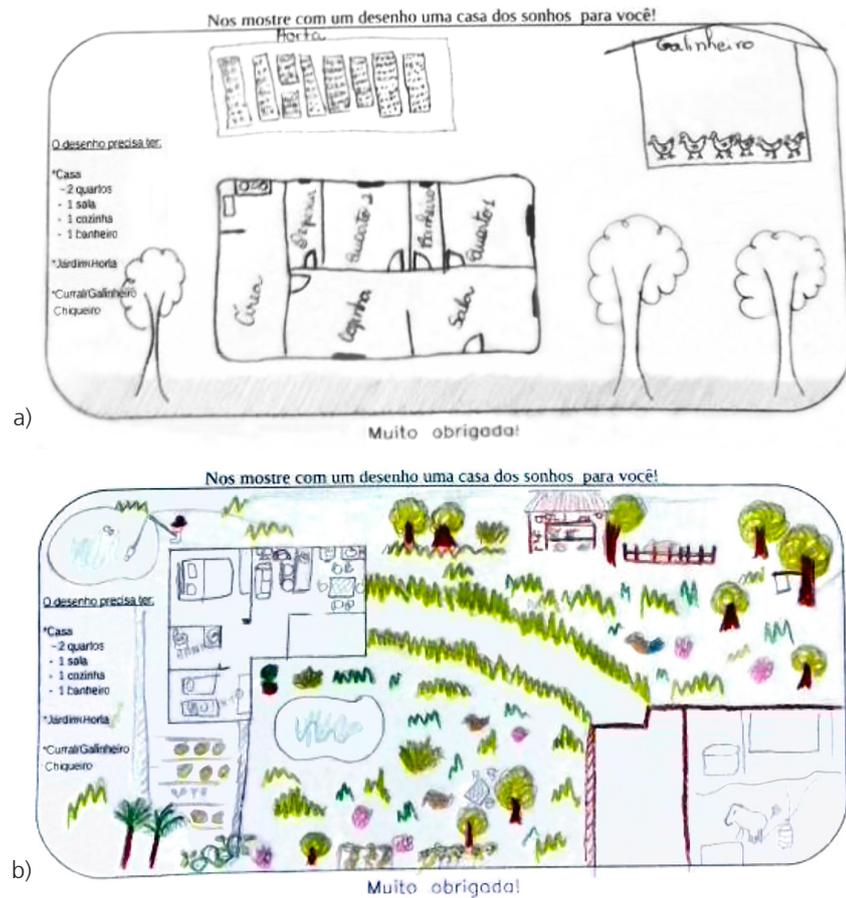


Figura 3: Fichas de registro sobre como a pessoa queria a casa. (a) Casa 1 ; (b) Casa 2. Fonte: Pesquisa de Campo / Projeto Habitar no Campo, 2018.

A temática da moradia está na agenda de outros movimentos sociais do campo em Goiás. Tanto o MST, quanto a Fetaeg e a Fetraf têm protagonizado iniciativas de construção de moradia que dialogam com tecnologias sociais em saneamento. Porém os desafios ainda são inúmeros e perpassam desde o protagonismo das organizações sociais, especialização de mão de obra e acesso a recursos financeiros. A iniciativa do MCP enfrenta os mesmos desafios, mas, certamente, um dos diferenciais é a integração da agenda da moradia com a luta das mulheres.

Considerações Finais

A luta pela terra tem se efetivado sob uma agenda de defesa dos bens comuns, que envolve os territórios, a água e a sociobiodiversidade. Essa luta, em grande parte, protagonizada pelas mulheres, encontra na agroecologia uma perspectiva política de afirmação da relação de interdependência entre produção e reprodução social. Além disso, possibilita revelar os processos de desigualdade de gênero no meio rural ao mesmo tempo em que apresenta uma agenda em defesa da vida e da natureza. A discussão sobre a habitação rural não pode ocorrer fora deste contexto. O habitat rural singulariza um conjunto complexo de relações sociais no qual a casa é muito mais que um abrigo; ela é luta social e é, também, defesa dos territórios e defesa de um modo de produção contra-hegemônico. Em Goiás, a experiência do Movimento Camponês Popular, ainda que em escala diferente da luta das mulheres em nível nacional, revela a importância da integração de políticas públicas e direitos nos territórios. Essa experiência apresenta o protagonismo das mulheres e vê a habitação como um elemento de luta e de garantia de direitos sociais básicos.

Referências bibliográficas

- ALVES, Sandra A.; COSTA, Carmem L. Resistir na terra: a luta pela moradia camponesa no Movimento Camponês Popular – MCP. *Anais do XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária*. Uberlândia-MG, 2012.
- BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*. Volume 12 (1) - janeiro-abril. Florianópolis, 2004, pg. 205-227.
- BUTTO, Andrea; HORA, Karla. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: *MDA/NEAD, Mulheres na Reforma Agrária*. Brasília: MDA, 2008, pg.19-38.
- CERQUEIRA, Edmilton (org). *Povos e comunidades tradicionais e o Ano Internacional da Agricultura Familiar*. Brasília: MDA, 2015.
- DE ARAÚJO JÚNIOR, Miguel Etinger; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos da Cunha. A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão. Sequência: *Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, v. 35, n. 68, p. 129-158, jun. 2014.
- DEERE, Carmem Diana; LÉON, Magdalena. 2003. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. *Revista Dossiê Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez, pp. 100-153
- ESMERALDO, Gema Galgani. Mulher rural no Brasil: Estratégias para o reconhecimento de ofícios e ação política. In *Revista Latinoamericana Pacarina n. 2*, Mendoza/Argentina: Fundación Rescoldo, 2011, pg. 122-138.
- FAO. *Atlas de las mujeres rurales: al tiempo de la vida e de los hechos*. NOBRE, Miriam; HORA, Karla E. R. (orgs). Santiago – Chile: 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i7916s.pdf>>. Acesso 24/06/2019.
- FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org). *Economia Feminista*. São Paulo: SOF, 2002.
- FILIPAK, Alexandra. *Políticas públicas para mulheres rurais no brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos*. Tese. Marília-SP: UNESP, 2017.
- FONSÊCA JÚNIOR, Gilmar; BRASIL, Jaqueline D. de O. A resistência das mulheres ao “Projeto da Morte”: uma análise acerca da possível autonomia feminina da Chapada do Apodi/RN. *Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas* - Universidade Federal da Paraíba nº 01 - Ano 2015. p. 166-187. DOI: 10.18351/2179-7137/ged.2015n1p166-187
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (orgs). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- GT DE MUJERES DE LA ANA. La construcción de una agenda feminista en la agroecología. In Nobre M.; Faria, N.; Moreno, R. (orgs.) *Las mujeres em la construcción de la economía solidaria y la agroecología*. São Paulo: SOF, 2015.
- GUETAT-BERNAD, Hélène. A agricultura familiar e o desafio do gênero França-Brasil. In ASSIS, G. de O.; MINELLA, L. S.; FUNCK, S. B. *Entrelugares e Mobilidade: Desafios Feministas*. Tubarão-SC: Ed. Copiart, 2014. Volume 3, pg. 269-288
- HABIS. II COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA - *Habitação Social no Campo*. São Carlos, 2011. Mimeog.
- HERRERA, Karolyna M. *Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress. Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2017.
- HILLENKAMP, Isabelle; NOBRE, Miriam. Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social. In *Temáticas*, Campinas, 26, (52): 167-194, ago/dez. 2018

- HORA, Karla E. R.; MOLINA, Carolina. Mulheres rurais e as políticas Públicas de apoio à produção Agroecológica e de base Sustentável. In BRAVO, A. S.; ANGELIM, R. (orgs) *Mujeres e Medio Ambiente: Feminismo y Agroecologia*. Espanha: Punto Rojo Libros, 2013.
- HORA, Karla E. R. UBUNTU: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016. In *Revista Okara*. Dossiê Michel Temer e a Questão Agrária. Vol. 12, N. 2 (2018), pg. 434-466
- HORA; Karla E. R.; BUTTO, Andrea. Políticas Públicas para mulheres rurais no contexto dos territórios da cidadania. In BUTTO et al (orgs.). *Mulheres Rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.
- HORA; Karla E.R; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. *As mulheres no Censo Agropecuário 2017*. Brasília/DF - São Paulo/SP: ABRA/Friedrich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17954-20210816.pdf>> acesso em 23 out 2022>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário, 2017: Dados Preliminares*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>, acesso em 10 de fevereiro de 2019.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. Plataforma on-line. Dados 1995-2015. Brasília: IPEA, 2017.
- LENZI, Cecília C. *A habitação camponesa do Programa MCMV*. Dissertação Mestrado. São Carlos: PPG-AU/USP, 2017
- LOPES, João Marcos de Almeida; LENZI, Cecília Corrêa; BORGES, Amadja Henrique. O Habitat da “Não Cidade” como um problema para a Arquitetura e Urbanismo. In *Revista Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*. Dossiê Habitat no Campo, nas Águas e nas Florestas. n. 17, 2016.
- MARONHAS, Maitê; SCHOTTZ, Vanessa; CARDOSO, Elizabeth. Agroecologia, trabalho e mulheres: Um olhar a partir da Economia Feminista. In *Anais do 18º REDOR*, Recife – PE, 2014.
- NOBRE, Miriam. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. In BUTTO, A.; DANTAS, I.; HORA, K. (orgs.). *As mulheres nas estatísticas agropecuárias: experiências em países do Sul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. p. 41-118.
- PAULILO, Maria Ignez. *Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Ed UFSC, 2016.
- PULEO, Alicia H. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. ed. Cátedra, Madrid, 2011.
- ROVER, OSCAR JOSÉ; MUNARINI, PAULO ROBERTO. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. *Revista Katál. Pesquisa Aplicada*. V. 13, n. 2, p. 260-269. Florianópolis, 2010.
- SACHO, S. D.; MIZIARA, F.; HORA, K. E. Novas demandas aos movimentos camponeses: saneamento rural no Programa Moradia Camponesa. In *Anais do 56º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER*. Brasília: SOBER, 2018. v. 1. p. 1-15
- SACHO, S. D; PINTO, W.; HORA, K. E. R. A trajetória das políticas públicas de saneamento rural no Brasil. In: *Anais do 47 Congresso Nacional da Assemae*. Campinas, p. 1245-1253, 2017.
- SACHO, Sara D.; HORA, Karla E. R. Desafios para o saneamento rural no programa moradia camponesa em Silvânia e Vianópolis no estado de Goiás. In *Congresso da ABES*. Campinas, 2017.
- SHIVA, Vandana. *Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo*, trad. Instituto del Tercer Mundo de Montevideo (Uruguay), Madrid, *Cuadernos inacabados* 18, ed. Horas, 1995;
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, José Francisco Graziano. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

THEODORO, Julia Huff et al. Financiamento Habitacional no Campo: a sustentabilidade como problemática no desenvolvimento de edificações rurais. Caso do Distrito Federal. In *Revista Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo*. Dossiê Habitat no Campo, nas Águas e nas Florestas. n. 17, 2016.

Recebido [Out. 27, 2022]

Aprovado [Jan. 02, 2023]

TRIANA, Diana P. Éticas ecofeministas: la comunidad de la vida. *Cuadernos de Filosofía Latinoamericana*, Vol. 37, no. 116, 2016- pg. 117-131

“Faroeste paulista”: a questão agrária e a produção do habitat rural no Oeste do estado de São Paulo

Akemi Ino, Angel Stive Castañeda Rodriguez,
Anaís Guéguen Perrin, Mathilde Teixeira Col,
Rodolfo José Viana Sertori, João Marcos de Almeida Lopes,
Cecília Corrêa Lenzi, Fernanda Seleguim*



Figura da página anterior

(recorte): Trabalhadores capinam nova plantação de cana-de-açúcar na usina São Francisco, no município de Sertãozinho, estado de São Paulo. Fonte: Autoria de J. R. Ripper. (Imagem acrescentada pelos editores desta edição temática ao presente artigo)

Resumo Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa, cujo objetivo inicial foi analisar a produção do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) em três assentamentos rurais paulistas. Seu desenrolar, contudo, direcionou o tratamento teórico do problema habitacional para uma concepção ampliada do habitat camponês. Partindo da hipótese de que a questão da habitação rural está vinculada à questão agrária, os conflitos entranhados na produção desses assentamentos permitiram a elaboração de três diagnósticos, os quais, além de confirmarem a pertinência da temática para o nosso campo científico, também orientaram o trabalho analítico. As conclusões indicam que as condições de violência, reproduzidas pelo enfrentamento entre o agronegócio e os camponeses, reeditam e repõem aspectos que nos sugerem identificarmos, ali, um verdadeiro faroeste paulista.

Palavras-chave: política habitacional, reforma agrária, habitação rural.

“Lejano Oeste Paulista”: la cuestión agraria y la producción del hábitat rural en el oeste del estado de São Paulo

Resumen Este artículo presenta los resultados de una investigación, cuyo objetivo inicial fue analizar la producción del PNHR en tres asentamientos rurales del estado de São Paulo. Su desarrollo, sin embargo, orientó teóricamente el problema de la vivienda hacia una perspectiva integral del hábitat campesino. Basado en la hipótesis de que la problemática de la vivienda rural está vinculada a la cuestión agraria, los conflictos incorporados en la producción de estos asentamientos permitieron la elaboración de tres diagnósticos, que se constituyen en temas para nuestro campo científico además de estructurar este trabajo. Las conclusiones indican que las condiciones de violencia, reproducidas por la confrontación entre el agronegocio y la población campesina, reintroducen y repiten aspectos que sugieren la existencia de lo que llamamos el Lejano Oeste de São Paulo.

Palabras clave: política de vivienda, reforma agrária, vivienda rural.

“Wild West of São Paulo”: the agrarian question and the production of rural habitat in the west of the state of São Paulo

Abstract This article presents the results of a research, whose initial objective was to analyze the production of the PNHR in three rural settlements in the state of São Paulo. Its development, however, directed the theoretical treatment of the housing problem to an expanded perspective of the rural habitat. Based on the hypothesis that the rural housing problem integrates the agrarian question, the conflicts present in the production of these rural settlements allowed us to the elaboration of three diagnoses. These diagnoses constitute themselves as themes for our scientific field and structure this work. The conclusions indicates that the conditions of violence, reproduced by the confrontation between agribusiness and the peasant population, reintroduce and repeat aspects that suggest the existence of what we call the Far West of São Paulo.

Keywords: housing policy, land reform, rural housing.

A questão agrária no “faroeste paulista”

Não foi o acaso que orientou nossa atenção para o extremo Oeste do estado de São Paulo. Foi lá que, nos assentamentos de reforma agrária instalados nos então denominados “terrenos desconhecidos” (FELICIANO, 2009, p. 218), dava-se início, em 2015, à implementação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), uma das modalidades do extinto Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

De acordo com a divisão regional utilizada pela Caixa Econômica Federal (CEF), principal agente financeiro do PNHR, o Oeste Paulista abrange as Regiões Administrativas de Araçatuba e Presidente Prudente. Na primeira, está localizado o município de Mirandópolis, onde se encontra o assentamento rural Florestan Fernandes. Na segunda, localizam-se os assentamentos rurais Boa Esperança, no município de Pacaembu, e o Dona Carmem, situado na divisa entre os municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio. Até o final de 2016, as duas regiões concentravam o maior número de assentamentos rurais (42 na região de Araçatuba e 115 na região de Presidente Prudente) e de famílias assentadas (3.657 e 6.116 famílias, respectivamente) do estado de São Paulo¹.

Ao mesmo tempo, as terras do Oeste Paulista já haviam se transformado em áreas privilegiadas para a expansão produtiva do setor sucroenergético no estado. Favorecida pela ampla captação de recursos públicos, promovida a partir de 2003 e 2005, o setor sucroenergético também se beneficiava por sua inserção no mercado de capitais, bem como com a criação de joint ventures (fusões ou associações de risco compartilhado) com empresas estrangeiras.

Ao redor dos três primeiros assentamentos rurais do estado atendidos pelo PNHR – os quais viriam a se tornar os estudos de caso dessa pesquisa² – as plantações de cana e as usinas sucroenergéticas anunciavam a solidez da política agroexportadora mundializada³ e, em paralelo, reafirmavam que as disputas pela propriedade da terra na região ainda estavam longe de serem resolvidas.

Não é de hoje que essa região do estado de São Paulo – que estamos chamando de “faroeste paulista” – escancara uma das faces mais violentas da questão agrária brasileira. Imbricado nos conflitos contemporâneos entre assentados e usineiros, subjaz o complexo histórico da luta pela terra no Pontal do Paranapanema – que abrange quase a totalidade dos municípios que conformam a Região Administrativa de Presidente Prudente. De certa forma ignorada pela maioria dos especialistas em cidades (os arquitetos e urbanistas), a história do Pontal é marcada pela extrema violência e pela ilegalidade, implicando na expropriação de formas de vida e dos meios de reprodução de indígenas e camponeses há mais de 150 anos. A Lei de Terras, que em 1850 proibiu a transferência de terras devolutas por outro título que não o da compra, foi o que impulsionou a confusão dominial das terras do Pontal, segundo

* Akemi Ino, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-5362-4242>>. Angel Stive Castañeda Rodríguez, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-3849-4301>>. Anaïs Guéguen Perrin, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-9238-482X>>. Mathilde Teixeira Col, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-9054-9798>>. Rodolfo José Viana Sertori, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-5143-1167>>. João Marcos de Almeida Lopes, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-9999-2473>>. Cecília Corrêa Lenzi, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-4023-7005>>. Fernanda Seleguim, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-6575-2164>>.

Notas 1, 2 e 3 da página anterior:

1 A pesquisa considerou os assentamentos federais, administrados pelo INCRA e criados no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e também os assentamentos estaduais, cuja administração é de responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

2 Conforme apresentaremos no terceiro tópico.

3 Ver Oliveira (2016).

4 Uma perspectiva completa sobre a questão agrária no Pontal do Paranapanema pode ser obtida no documentário “O Pontal do Paranapanema”, dirigido por Chico Guariba e produzido pela Ecofalante em 2005, com duração de 52 minutos.

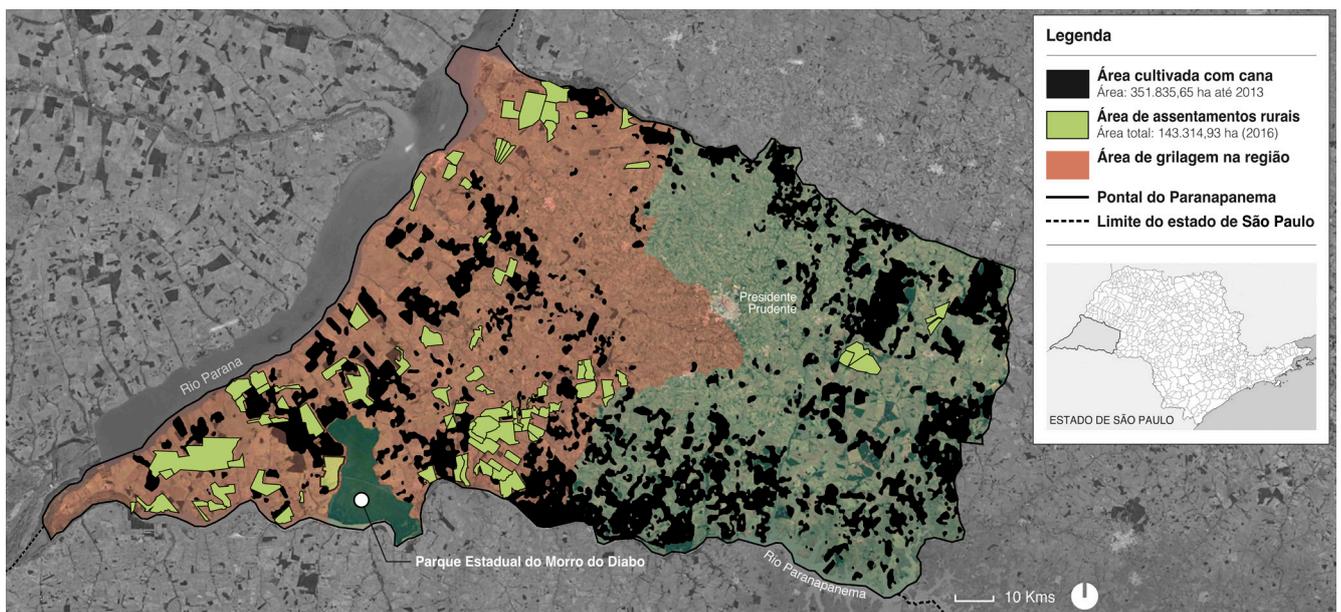
5 Para a elaboração do mapa, consultamos: Feliciano, 2009, p. 239; CANASAT/INPE e INCRA.

Figura 1: A origem da grilagem no Pontal do Paranapanema. Fonte: Elaboração dos autores, 2016⁵.

Feliciano (2009, p. 224). Como resultado, também nessa região do país promoveu-se uma intensa corrida pela titulação dos extensos latifúndios ali instalados de forma irregular. Dentre as diversas estratégias para legalizar o registro dominial das terras devolutas na região do Pontal, a grilagem – e não a compra – foi a principal delas (FELICIANO, 2009, p. 228). Dentre os principais grilos originários, estão as fazendas de Pirapó-Santo Anastácio, Três Ilhas, Cuiabá e Ribeirão Claro. Na Figura 1 é possível termos a dimensão do contexto agrário da região, assim como a localização do que restou do Parque Estadual do Morro do Diabo, evidenciando a magnitude da antiga área de grilagem e aquela ocupada atualmente pela produção canvieira (Figura 1)⁴.

Conforme analisa Carlos Feliciano (2009), “décadas foram dedicadas ao aperfeiçoamento de técnicas e estratégias de grilagem de terras” no Pontal, fazendo com que a região “se configurasse (...) em um emaranhado de títulos e escrituras sem nenhum amparo legal” (2009, p. 223). Assim, o Pontal testemunhou o crescimento das articulações políticas em torno das disputas fundiárias, tanto por parte dos movimentos sociais, quanto das forças conservadoras. No cerne destes embates por representatividade, os grileiros da região, aliados a outros latifundiários do país, criaram a União Democrática Ruralista (UDR), em 1984, como resposta às desapropriações de terras promovidas pelo Estado, para fins de reforma agrária, como lembra Fernandes (1999, p. 58).

A partir daquele momento, os conflitos fundiários no Pontal passaram a adquirir visibilidade, sobretudo devido às ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e às mobilizações sociais pela redemocratização do país. Com a derrota do movimento das Diretas Já e a instauração do pacto conciliatório da Nova República – que reativou a confluência estrutural entre terra e capital –, o governo de José Sarney lança, em 1985, o primeiro Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a promessa de assentar 1,4 milhão de famílias e desapropriar 43 milhões de hectares de terras griladas ou improdutivas. Porém, uma fração insignificante (1,5%) desta meta foi alcançada.



O cenário não se alteraria ao longo dos governos posteriores. Pelo contrário, a luta pela terra se acirraria. Os mandatos de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República foram marcados pela repressão policial e a criminalização dos movimentos sociais: foi durante o seu governo que eclodiram dois dos maiores conflitos no campo, o massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, e o de Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996. No período de 1990 a 2000, Fernandes e Ramalho (2001, p. 241) mostraram que a territorialização das lutas na região do Pontal totalizou 336 ocupações de terras, abrangendo quase 100 mil hectares de terras griladas e envolvendo aproximadamente 18 mil famílias. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, em 2003, ainda que sob o novo arranjo dos acordos políticos e em terreno aparentemente propício a uma segunda versão do PNRA, o número de famílias assentadas sofreu progressiva redução ao longo dos anos⁶.

⁶ Para dados completos sobre os números da reforma agrária entre o governo Sarney e o segundo governo Dilma, consultar Oliveira (2015).

Diante deste cenário, muito do que será apresentado neste artigo carrega o peso do conflito de um passado não tão distante. Um passado que, a despeito de nossa dificuldade de interpretá-lo no seu tempo presente, já anunciava o agora. A *necropolítica* (MBEMBE, 2018) do latifúndio, impasse estrutural e irreparável de nossa história, permanece, na análise de Safatle (2019), como um dos eixos estruturadores de funcionamento econômico e político do país. E se os conflitos que marcaram a memória do Oeste Paulista foram atenuados, de alguma forma, com projetos de reforma agrária na região, a questão agrária brasileira assume hoje a sua expressão mais dramática. O que temos presenciado é a combinação de medidas de austeridade, que submetem os povos do campo, das águas e florestas à própria sorte. Para completar, testemunhamos uma persistente pandemia mundial, uma crise no sistema de saúde pública, que se alastrou por territórios isolados e pelo interior dos estados, dizimando indígenas, quilombolas e ameaçando incluir uma importante parcela de camponeses na irrefreável curva em ascensão de infectados e mortos pelo novo coronavírus.

Contexto da pesquisa, objetivos e eixos de análise

Um habitat, de maneira nenhuma pode ser resumido a um abrigo. (...) Habitat supõe outras conexões com o lugar onde você está estabelecido. (...) A sua ecologia, o seu ecossistema. (...) Porque, senão, não faz muita diferença sair debaixo de uma lona para ir debaixo de um telhado de amianto ou de concreto, porque você não escolheu o lugar onde você quer ficar, mas alguém escolheu por você. (Ailton Krenak, Brasília, maio de 2015)

⁷ Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq (nº do processo: 461728/2014-1) no âmbito do Edital Universal, com duração entre 2015 e 2018, intitulado “Produção do PNHR nos assentamentos rurais do estado de São Paulo: inserção territorial e avaliação arquitetônica, construtiva e tecnológica”. Foi coordenado pela profa. Akemi Ino e desenvolvido pelos autores deste artigo. Também contou com a colaboração da Profa. Lúcia Zanin Shimbo, do IAU/USP, e dos estudantes Caio de Souza, Elia Alagarda, Esaiy Valdenebro e Lizeth Montilla.

Desenvolvida entre janeiro de 2015 e junho de 2018, a pesquisa⁷ que deu origem a este artigo integra um conjunto de trabalhos coordenados pelo Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS), vinculado ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, campus de São Carlos. Desde os anos 2000, o HABIS vem dedicando esforços para contribuir com análises e prestação de serviços de assessoria técnica para produção habitacional em assentamentos de reforma agrária, especificamente no estado de São Paulo. No início desse projeto de pesquisa, seu objetivo principal era analisar o processo de projeto e produção do PNHR/MCMV nos assentamentos rurais da região Oeste do estado de São Paulo. Porém, os pesquisadores acabaram ampliando o espectro de análise, assumindo a habitação como um dos elementos fundamentais e constitutivos do habitat camponês.

A compreensão do *habitat* camponês, a partir de uma noção mais abrangente, deveu-se, em grande parte, à percepção das complexidades e contradições da questão agrária em sua própria raiz. Afinal, constatamos que a *questão agrária* consistia não somente em um fenômeno contextual em escala regional, ou mesmo conjuntural, alheio às dinâmicas do campesinato; mais do que isto: tratava-se de um impasse estrutural, indissociado do problema habitacional nas áreas rurais. Por ser um assunto atípico no conjunto das pesquisas da Arquitetura e do Urbanismo e, particularmente, nas análises sobre a produção da habitação social no Brasil, foi necessário estabelecermos um diálogo com teóricos de outras áreas do conhecimento, na tentativa de compreendermos como as relações de propriedade se manifestam como conflitos imanentes à produção da habitação e do habitat camponês. Forjada no movimento histórico do próprio capital, a questão agrária brasileira, bem como sua (violenta) expressão no Oeste Paulista, nos mostrou que as disputas fundiárias, além de ocorrerem sob múltiplas formas, também se configuram como um conflito permanente nesses assentamentos. Conflito esse que é ativado tanto pelo Estado, quanto por setores capitalistas presentes na vida cotidiana dos assentados.

Dessa forma, perguntávamos até que ponto uma análise restrita aos arranjos institucionais e operacionais do PNHR/MCMV nos assentamentos rurais do Oeste Paulista seria suficiente para desvelar o que de fato estaria em jogo, no que diz respeito às contradições atuais da reforma agrária e aos processos de reprodução social dos camponeses, refletidos nos processos de produção da habitação e do habitat. Parecia-nos que, afinal, na base de todos aqueles problemas concretos que emanavam dos canteiros de obra que estudávamos, o programa habitacional em questão era apenas o reflexo de um imbricamento histórico mais profundo e estrutural entre *terra, trabalho e capital*.

Com isso, os objetivos da nossa pesquisa de campo, que antes estavam restritos ao PNHR/MCMV, também adotaram uma perspectiva ampliada da questão da habitação nos assentamentos rurais, orientados pela concepção de habitat camponês. A partir de três estratégias principais (idas a campo, entrevistas e pesquisas documentais⁸), foram incorporados aos objetivos específicos da pesquisa: (1) os processos de luta pela terra; (2) os efeitos da fragmentação das políticas e dos programas sociais destinados aos assentados; (3) as condições de inserção dos camponeses aos núcleos urbanos e seu acesso aos serviços e equipamentos públicos; (4) as contradições presentes na estrutura gerencial e produtiva do PNHR e seus efeitos nas etapas de projeto e obra e; (5) a combinação de relações capitalistas e não capitalistas de produção, promovida pelo Estado (capitalista), seja na produção da agricultura camponesa, seja na produção habitacional.

Essa reformulação nos levou à adoção de quatro eixos de análise centrais. No primeiro deles, baseado no histórico da *questão agrária no Oeste Paulista*, procuramos compreender os processos que originaram os três assentamentos rurais analisados, levando em conta as etapas de espacialização (as ocupações de terra) e territorialização (o processo de conquista e ressignificação do território), juntamente com os efeitos da expansão do setor sucroenergético na região.

Apesar de os municípios do Oeste Paulista abrigarem projetos de assentamentos de reforma agrária em seus perímetros administrativos, esta não era uma garantia de que os assentados teriam acesso a *infraestruturas, serviços e equipamentos*

⁸ Para a coleta e organização de dados, mobilizamos alguns instrumentos usados nas pesquisas de campo das ciências sociais aplicadas, como: roteiros específicos para as entrevistas junto aos assentados, servidores públicos, representantes empresariais, movimentos e sindicatos e equipe técnica e social; registros fotográficos e cadernos de campo; mapas dos assentamentos e plantas arquitetônicas de cada contrato do PNHR; além de consultas e leituras a uma extensa base de documentos obtidos junto ao INCRA, ao ITESP, às empresas responsáveis pelo gerenciamento das obras e às instituições do governo federal – por meio do sistema online de acesso à informação.

públicos – tema do segundo eixo de análise. As disputas históricas pelo território capitalista na região colocaram limites evidentes não apenas para a reforma agrária, como também para o planejamento territorial. Justamente porque, como veremos, os programas de acesso à terra e de oferta de créditos para a produção não iriam interromper os conflitos fundiários vivenciados pelos assentados e, tampouco, garantir seu acesso ao habitat.

Se é verdade que os assentados da reforma agrária, enquanto camponeses, acabam submetidos a formas de expropriação mais exacerbadas do que sob outras formas contemporâneas de exploração do trabalho, a pesquisa viria demonstrar que ambas as relações se apresentam de forma combinada: seja no processo de conquista da terra, seja no processo construtivo das unidades habitacionais e, inclusive, no processo de *produção da agricultura camponesa* – tema do terceiro eixo de análise. Por meio do diagnóstico de diferentes contextos produtivos, procuramos entender a cadeia de produção da agricultura camponesa, abrangendo as etapas de pré-produção, produção e comercialização, tanto na escala dos lotes, quanto no âmbito de duas associações de produtores, incluídas em nossas análises.

Os entraves para a cidadania camponesa podem ser compreendidos como uma expressão política da luta de classes, da qual emergem contradições ainda mais profundas quando analisada a partir dos *programas, projetos e da produção habitacional* – aspectos referentes ao quarto e último eixo de análise. Considerando o fato de que o arranjo orçamentário e operacional do PNHR parecia corroborar a desvalorização do projeto e da produção da habitação, buscamos também, na análise dos contratos, identificar e compreender os processos de submissão dos assentados a uma condição de trabalhadores superexplorados nos canteiros de obras.

A questão agrária no Oeste Paulista – os três assentamentos analisados

⁹ A localização desse assentamento, assim como dos outros dois estudados nesta pesquisa, está indicada na Figura 2.

O assentamento Florestan Fernandes⁹ está situado no município de Mirandópolis, e os primeiros procedimentos legais para sua regularização, no âmbito da reforma agrária, datam de 2001, quando a antiga Fazenda Retiro, com cerca de 2.900 hectares, foi classificada como latifúndio improdutivo. O período entre a ocupação da terra, em 2001, e a emissão da posse provisória, em 2011, foi marcado por constantes tentativas de reintegração de posse pelos antigos proprietários. O projeto do assentamento, de 2013, previa a instalação de 210 famílias. Em 2014, dois contratos foram assinados no âmbito do PNHR, cujos objetos eram a construção de 144 casas.

Já o início da disputa fundiária que deu origem ao assentamento Dona Carmem, localizado na divisa entre os municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, ocorreu em 2004. A ocupação foi organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e envolveu cerca de 90 famílias. A antiga Fazenda São Sebastião, com 1.245 hectares, foi desapropriada em 2007. O projeto de assentamento ocorreu em duas etapas: a primeira, em 2009, contemplando 140 famílias; e a segunda, em 2012, contemplando 44 famílias. No total, o parcelamento previu a divisão da antiga fazenda em 184 lotes. Neste caso, os dois contratos do PNHR abrangeram 37 unidades habitacionais.

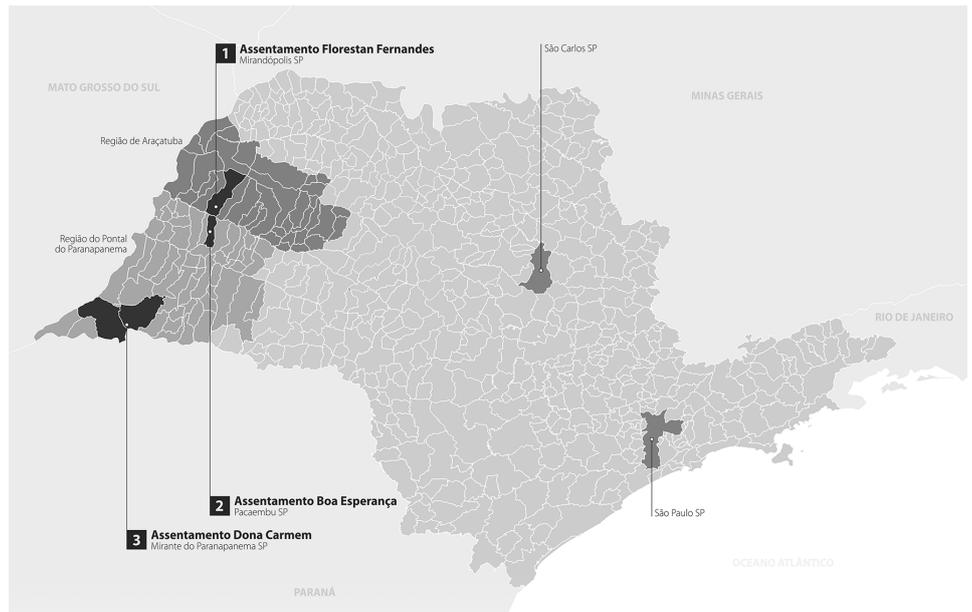


Figura 2: Localização dos assentamentos analisados em relação à sede da pesquisa (São Carlos) e à capital do estado de SP. Fonte: Elaboração dos autores, 2019.

Por fim, também foi objeto da pesquisa o assentamento Boa Esperança, que se localiza no município de Pacaembu. Esse assentamento se diferencia dos demais por não se tratar de um projeto de reforma agrária *stricto sensu*. Neste caso, a aquisição da terra ocorreu por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). O assentamento foi criado em 2007 e possui apenas 224 hectares (o menor dentre os três), e está dividido em 40 lotes. Em 2014, 26 famílias firmaram contrato com a Caixa e assim acessaram o PNHR.

Como relacionar o processo histórico que originou os assentamentos analisados e o processo de territorialização do setor sucroenergético na região? Afinal, a hegemonia do “mar de cana” na paisagem do Oeste Paulista impunha-se de forma indiscutível. Foi esta a pergunta que guiou o desenvolvimento do primeiro eixo, o qual trouxe definitivamente a questão agrária para o interior da pesquisa.

Com o objetivo de compreender as disputas territoriais engendradas pela evidente presença do grande capital, a equipe inicialmente identificou a localização das usinas sucroenergéticas, além de mobilizar os dados relativos ao crescimento das áreas destinadas à plantação de cana de açúcar no período entre 2003 e 2013 na região. No Pontal do Paranapanema, a superfície destinada ao cultivo de cana em 2003 era de em torno de 71.000 hectares e, em 2013, essa área havia praticamente quintuplicado. Quanto ao número de usinas, passou de uma a seis, no mesmo período.

Neste contexto de territorialização do setor sucroenergético, comparamos a superfície total destinada à cultura da cana e aquelas destinadas à reforma agrária. Este trabalho, que incluiu a elaboração de mapas nas escalas regional e municipal, nos permitiu verificar:

- a. a flagrante diferença entre as superfícies totais destinadas aos projetos de reforma agrária e aquelas destinadas à produção canavieira;
- b. a superposição de áreas cultivadas de cana em lotes de assentamentos da reforma agrária, o que indica possíveis arrendamentos, promovidos por usinas vizinhas, de terras reformadas;
- c. uma redução significativa na criação de novos assentamentos na região frente a um acelerado aumento das áreas incorporadas à produção de cana de açúcar e;
- d. por fim, uma constatação óbvia mas nem sempre evidenciada: o Estado privilegia o setor econômico representado pelo agronegócio em detrimento de uma efetiva política nacional de reforma agrária.

No caso dos três assentamentos analisados, pudemos ver claramente que os camponeses assentados e os agentes da produção sucroenergética protagonizam o conflito territorial. A proximidade entre a monocultura de cana de açúcar e a produção da agricultura camponesa implica em graves interações – sempre prejudiciais para os mais fracos – a começar, por exemplo, pela prática de pulverização aérea de agrotóxicos e adubos químicos, uma técnica de imunização agrícola cujos resíduos podem ser encontrados num raio de até 30 quilômetros. Como consequência dessa prática, temos uma violência crônica e silenciosa à saúde dos camponeses; e, também, uma barreira à produção camponesa naquela região, seja pela redução de sua qualidade e quantidade, seja pela dificuldade imposta à produção de alimentos orgânicos.

A proximidade dos lotes das famílias camponesas às plantações de cana exerce também outras formas de pressão. Até pouco tempo atrás era comum o emprego do fogo antes da colheita da cana, o qual muitas vezes se alastrava aos lotes dos assentados, colocando em risco suas produções, sua saúde e o conjunto de edificações presentes no assentamento. Esta prática foi oficialmente proibida no estado de São Paulo a partir de 2016, mas há evidências de que segue, ainda assim, sendo realizada.

A inserção territorial cidadã dos “sem-cidade”

Seria pertinente pensarmos numa “cidade da reforma agrária”? Como desenvolver uma reflexão que parte justamente da não-cidade para vislumbrar uma possível “cidadania” camponesa? Questões como estas, formuladas por Lopes (2002) – tendo como contexto a proposta de criação da “primeira cidade da reforma agrária do Brasil”, dentro do assentamento Ireno Alves dos Santos, no Paraná¹⁰ –, não somente seguem atuais, como também estimularam o desenvolvimento desta pesquisa. E, sobretudo, contribuíram para o delineamento deste segundo eixo, cujo tema central foi a inserção territorial dos camponeses que habitam os três assentamentos.

A concepção daquela possível “cidade da reforma agrária”, segundo Lopes (2002), não tinha como evitar o questionamento e até mesmo a resignificação dos conceitos de cidade, urbanidade e cidadania. Afinal, esta outra “cidade” deveria surgir de seu próprio *dorso* – a “não-cidade” –, numa postura que precisaria ousar ir ainda além da dura disputa pelo território. A não-cidade, portanto, surgiria como uma expressão política que não se opunha necessariamente ao urbano, mas à racionalidade *perpetrada pelo urbano* - isto é, a concepção neoliberal e hegemônica que tem estruturado os processos de urbanização das cidades brasileiras.

¹⁰Em 1996, o MST promoveu a ocupação de um grande latifúndio na região de Cantuquiriguaçu, no Centro-Oeste paranaense, a Fazenda Giacometti-Marodin (hoje Araupel). Conquistados em torno de 17mil hectares naquele momento - dos mais de 90mil reunidos pela fazenda - a ideia do MST era construir uma “cidade da reforma agrária” sobre as ruínas de uma antiga vila barrageira, construída e mantida às margens do rio Iguazu, entre o final de 1970 e primeira metade dos 1980, para abrigar os trabalhadores empregados na construção da barragem de Salto Santiago. Por ali passaram mais de 13mil pessoas, ao longo da curta existência da vila, equipada com escolas, mercados, rodoviária, cinema, clubes etc. Toda aquela instalação foi desmobilizada da noite para o dia, a população foi dispersada e restou, tomada pelo mato, toda a infraestrutura ali implantada. Para assessorar a construção da “cidade da reforma agrária”, o MST contou com a assessoria da USINA - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, que é uma ONG paulistana que trabalha no acompanhamento e desenvolvimento de projetos e obras junto a movimentos sociais organizados, da qual dois dos autores são associados, tendo sido um deles o responsável pela coordenação desse trabalho de assessoria. Uma descrição detalhada da experiência pode ser encontrada em Lopes, 2002.

Com base nesta perspectiva, um dos objetivos da pesquisa foi delinear um panorama que aferisse a viabilidade dos assentamentos estudados frente a existência e o acesso (ou não) aos meios de vida mínimos para a reprodução social dos camponeses. Procuramos, assim, abordar as condições de inserção territorial desde a perspectiva da efetivação do direito à cidadania na área rural – o que chamamos de *inserção cidadã*. Para a elaboração deste diagnóstico, foram determinadas três relações centrais que buscavam verificar a viabilidade destes habitats rurais: a *reprodução social*, a *produção camponesa* e a *vida coletiva*.

A classificação dos meios de vida nessas três relações foi feita com o intuito de experimentar, como recurso metodológico, estratégias de mapeamento e diagnóstico, a partir de algumas ferramentas do planejamento espacial e territorial. Procuramos demonstrar que a *urbanização do território* não precisa ser o único caminho para a garantia da cidadania aos habitantes da não-cidade.

No que se refere à reprodução social, verificamos as condições materiais e necessárias à vida doméstica dos camponeses. Neste contexto, o diagnóstico contemplou: a disponibilidade de água potável, energia (elétrica ou renováveis), saneamento básico e coleta de lixo; as condições de moradia, habitabilidade e salubridade; o direito à soberania alimentar e o acesso a eletrodomésticos usados na conservação de alimentos; o acesso às áreas comerciais; a oferta de equipamentos e serviços de saúde, bem como de atenção e cuidado às famílias (sobretudo às crianças, mulheres, aos idosos e portadores de necessidades especiais e doenças crônicas¹¹); a disponibilidade de serviços de emergência; e o distanciamento de áreas poluídas ou perigosas.

Com relação à *produção camponesa*, identificamos a disponibilidade dos meios materiais e sociais para o trabalho camponês. Dessa forma, avaliamos a segurança da posse da terra e seu pleno direito de usufruto. Alguns aspectos específicos deste levantamento incluem: os processos de desapropriação ou aquisição das antigas fazendas, com destaque para o risco de perda do lote em caso de inadimplência dos beneficiários; a qualidade do solo (considerando os procedimentos de correção da fertilidade); o fornecimento de água para irrigação e energia para o uso de maquinários, considerando também os recursos (públicos ou das próprias famílias) para a instalação destas infraestruturas básicas; a existência de equipamentos específicos para o armazenamento individual e/ou associado da produção; o acesso aos programas sociais destinados à aquisição de mudas, sementes e de alimentos para sua comercialização e distribuição; as condições de escoamento da produção (tendo em vista a qualidade das estradas e suas conexões com as malhas viárias); a existência de áreas comerciais específicas à produção camponesa e à construção civil, bem como sua proximidade com os assentamentos; a distância entre os assentamentos e as áreas destinadas à produção canavieira; a oferta e eficiência dos serviços de emergência (como corpo de bombeiros e resgate) e; por fim, a disponibilidade de unidades de formação profissional na região, assim como o acesso a serviços de assessoria técnica.

Finalmente, com relação à *vida coletiva* – ou seja, para além do atendimento às condições mínimas de vida doméstica e de trabalho – procuramos compreender a efetividade do acesso aos meios que configuram a vida cotidiana e compartilhada nos assentamentos. Dessa forma, analisamos: a mobilidade rural-urbana dos assentados e sua relação com a oferta de transporte público que, por sua vez, está atrelada à qualidade das estradas internas aos assentamentos; a existência de serviços de assistência social, unidades

¹¹Nossa pesquisa não incluiu a disponibilidade de serviços públicos para o tratamento de usuários e/ou dependentes de álcool e outras drogas, bem como de atenção aos casos de violência doméstica e contra a mulher.



Figura 3: Mapeamento das infraestruturas no assentamento Dona Carmem (Mirante do Paranapanema/Teodoro Sampaio). Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

de formação técnica e/ou superior, creches e escolas de ensino fundamental, médio e de jovens e adultos; a criação de áreas de convívio social, incluindo as sedes dos assentamentos, os equipamentos de lazer, formação política e esportes, os eventos e as atividades culturais, os templos religiosos e os pontos comerciais.

Na escala local (Figura 3), o objetivo do mapeamento foi demonstrar a existência, a localização e o funcionamento (ou não) dos poços e reservatórios de água para o uso doméstico ou para a produção, as condições das estradas dos assentamentos e a oferta de transporte público – tanto de ônibus escolares, quanto de linhas de ônibus para o conjunto dos assentados.

Na escala municipal, mapeamos o acesso dos assentados aos serviços e equipamentos públicos mais distantes, como escolas de ensino infantil, fundamental ou médio, hospitais e os equipamentos de cultura ou lazer, justamente por estarem localizados em outros assentamentos ou nos núcleos urbanos dos municípios. A síntese deste mapeamento deu origem a uma tabela (Figura 4), que relaciona cada item à frequência de uso e aos diferentes graus de acessibilidade (boa, aceitável ou insuficiente). Para tanto, consideramos: o tipo de locomoção (a pé, de bicicleta, por veículos particulares ou por transporte público), sua disponibilidade ou não, e seu respectivo tempo de



Figura 4: Inserção territorial do assentamento Florestan Fernandes (Mirandópolis). Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

¹²A análise, que partiu dos dados obtidos em campo, teve como referência os seguintes documentos: Relatório Brasileiro para a Habitat III, da Organização das Nações Unidas (2016); Ferramenta de Avaliação de Inserção Urbana, elaborada pelo Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade), da FAU/USP; e em algumas orientações disponibilizadas pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP Brasil). Há que se destacar que, apesar desses documentos conterem propostas progressistas, entendemos que não consideram a complexidade dos conflitos fundiários e das dinâmicas de apropriação territorial, que seriam indispensáveis para recolocar a questão agrária enquanto uma das peças indissociáveis da questão urbana - e, acima de tudo, enquanto tema indispensável para o planejamento territorial do habitat nas áreas rurais.

deslocamento, levando-se em conta a distância entre cada um dos assentamentos e a localização de cada serviço e/ou equipamento¹².

É quase previsível que a característica que atravessou toda esta análise foi a *carência*. As condições mínimas para manutenção da vida doméstica, do trabalho camponês e da vida coletiva nos três assentamentos são precariamente satisfeitas e, na maior parte das vezes, contam com soluções individuais promovidas pelos assentados, inclusive com recursos próprios.

Um aspecto importante, evidenciado pelo diagnóstico da inserção territorial, diz respeito às dificuldades impostas ao que chamamos de *inserção cidadã* das famílias assentadas. Estes entraves decorrem da ausência de um planejamento territorial que integrasse as áreas urbanas e rurais, seja pela oferta descentralizada de serviços públicos, seja pela garantia do pleno acesso aos serviços e equipamentos localizados nos núcleos urbanos. Durante o período da pesquisa, dos quatro municípios analisados, apenas Mirandópolis dispunha de um Plano Diretor – o qual, contudo, não exercia quaisquer efeitos significativos para os habitantes das áreas rurais. A maior parte dos equipamentos e serviços, que dizem respeito à dimensão da vida coletiva dos assentados, está presente apenas nas sedes dos municípios mais próximos. A ausência de creches nos assentamentos submete as mulheres assentadas a uma condição de superexploração análoga à das trabalhadoras urbanas mais pobres. Essas mulheres têm que se desdobrar entre o trabalho doméstico, o cuidado dos filhos e o cultivo da terra, enquanto seus maridos ou companheiros passam a semana fora do assentamento, trabalhando como pedreiros. Tampouco verificamos a presença de escolas, postos de saúde, farmácias populares ou áreas comerciais nos três assentamentos.

O núcleo urbano de Mirandópolis, que concentra os equipamentos e serviços do município, está a 29 quilômetros de distância do assentamento Florestan Fernandes. A prefeitura não disponibiliza linhas de transporte público para seus habitantes (sejam eles moradores das áreas urbanas ou rurais). Além disso, a longa distância que separa o assentamento da área urbana tornava inviável o uso de bicicletas, sobretudo para os idosos. Assim, as caronas entre os assentados acabavam sendo o meio de transporte mais recorrente, atendendo àqueles que não possuíam automóveis. No caso de incêndios, como já ocorreu no assentamento, quando a usina Raízen praticava a queima da cana, os bombeiros são acionados em Andradina (município localizado a 80 quilômetros de Mirandópolis), cujo trajeto até o assentamento demora mais de uma hora. Do mesmo modo, outras emergências, como as que demandam ambulâncias, precisam ser socorridas com o auxílio dos serviços prestados por outros municípios vizinhos¹³.

¹³Ver: Ino et al., 2011.

A inserção territorial do assentamento Boa Esperança possui uma configuração similar, com a diferença de que o núcleo urbano de Pacaembu está a 11 quilômetros de distância do assentamento. Mesmo assim, a mobilidade rural-urbana é um entrave à inserção cidadã dos assentados, já que o município não dispõe de linhas de ônibus, sujeitando os moradores ao uso de bicicletas ou à dependência de caronas. Se a distância entre os assentamentos e os centros urbanos se configura como um dos principais critérios de avaliação de sua inserção territorial, os dois casos mencionados podem ser considerados como modelos de cidade baseados nos binômios “centro e periferia” e “urbano e rural”, relegando os trabalhadores mais pobres e os assentados a uma condição de vulnerabilidade e subcidadania, como já apontado pelo arquiteto Pedro Arantes em 2011.

¹⁴Até dezembro de 2017, o município de Teodoro Sampaio possuía 21 assentamentos de reforma agrária homologados pelo INCRA, abrigando 880 famílias.

O assentamento Dona Carmen difere dos anteriores quanto à sua inserção territorial. Apesar de estar localizado a 44 quilômetros do núcleo urbano de Mirante do Paranapanema, município ao qual oficialmente pertence (e onde estão o hospital municipal, a maternidade e as escolas), o assentamento dista 1,5 quilômetros da sede municipal de Teodoro Sampaio¹⁴, facilitando o acesso dos assentados a um conjunto maior de serviços e equipamentos neste município vizinho. Além disso, o assentamento integra uma rede de outros assentamentos próximos, localizados a pouco mais de 15 quilômetros de distância, como: Novo Paraíso (17 km); Antônio Conselheiro (16 km), onde há um posto de saúde do Programa “Estratégia Saúde da Família”, incluindo atendimentos domiciliares e; Che Guevara (16 km), onde há uma escola de ensino fundamental, médio e supletivo, frequentada por crianças e jovens dos assentamentos da região, inclusive do Dona Carmem e, também, uma unidade de saúde do Programa “Estratégia Saúde da Família”, incluindo atendimentos domiciliares.

O número expressivo de assentamentos rurais em Mirante do Paranapanema é consequência da luta organizada de camponeses sem-terra, que conseguiram redirecionar as terras griladas da região para projetos de reforma agrária. Este processo de territorialização da reforma agrária, que ainda hoje segue ameaçado pela territorialização do setor sucroenergético, nos permite duas observações: i) a garantia da inserção territorial cidadã dos assentamentos rurais e de seus camponeses, imbricada nos contextos e efeitos regionais da questão agrária brasileira, também irá depender da força e organização política dos movimentos sociais de luta pela terra; ii) se é no processo de espacialização da reforma agrária, ou seja, durante as ocupações e os acampamentos, que também são concebidos os projetos de assentamentos rurais, a descentralização das infraestruturas, dos equipamentos e serviços, sobretudo nos municípios que possuem um grande número de assentamentos e camponeses, pode ser uma importante indicador para o planejamento territorial integrado.

Se as diretrizes e ferramentas do planejamento territorial integrado não ignorarem as diferentes morfologias e dinâmicas regionais, municipais e locais, o traçado das conexões entre assentamentos, ou entre os assentamentos e os núcleos urbanos, poderá favorecer uma inserção territorial cidadã dos camponeses, rompendo com seu isolamento territorial, inclusive no interior dos próprios assentamentos. Ao colocarmos em debate as perspectivas de subversão da lógica “centro e periferia”, as infraestruturas, vegetações, os corpos hídricos, as estradas e características topográficas pré-existentes nas antigas fazendas desapropriadas poderão orientar as etapas de projeto dos assentamentos, tendo em vista:

- a. um desenho mais heterogêneo dos lotes, e não necessariamente perpendicular às vias internas das glebas;
- b. as possibilidades de compartilhar as sedes das fazendas reformadas, sem ignorar sua importância e o aproveitamento das infraestruturas que lá possam existir, propondo uma distribuição equilibrada dos equipamentos de uso compartilhado;
- c. um arranjo articulado e integrado entre as áreas produtivas, os diversos serviços necessários para a reprodução social dos camponeses (como equipamentos para conservar e armazenar alimentos e insumos) e as unidades habitacionais, proporcionando maior qualidade de vida, preservando-se as áreas de proteção e dinamizando os diferentes ciclos produtivos;

- d. o planejamento do traçado das estradas internas, de modo a favorecer uma diversidade de fluxos e mobilidades no interior dos assentamentos, priorizando e preservando, por exemplo, sinalizações onde necessárias; abrigos nos pontos de ônibus, qualidade no trajeto dos ônibus escolares, escoamento da produção dos camponeses, redução de impactos sonoros e a privacidade das áreas habitacionais, entre outros;
- e. o projeto e a instalação de sistemas não convencionais de geração de energia, captação de águas pluviais e saneamento. Para as famílias que acessaram o PNHR, estava previsto o sistema fossa-sumidouro, cujo funcionamento só aconteceria após a finalização do contrato habitacional.

Retratos da agricultura camponesa

Assim como nas áreas urbanas, onde as dinâmicas relacionadas ao mundo do trabalho são centrais nos estudos críticos a respeito da produção do território, da mesma forma, para nossa pesquisa, o trabalho camponês adquiriu importante protagonismo. Afinal, como veremos, suas particularidades frente às formas urbanas de trabalho aportam contribuições centrais para a compreensão das dinâmicas que constituem o habitat camponês.

São diversas as produções acadêmicas e literárias que nos ajudam a delinear e ilustrar este universo que, para muitos de nós – estudiosos das cidades –, acaba sendo em grande parte inexistente ou desconhecido. Dentre as principais referências que dão suporte a essas interpretações sobre o trabalho camponês, podemos citar, de um lado, os autores clássicos que aprofundaram o olhar para as práticas camponesas no século XX ao redor do mundo, como Alexander Chayanov, Eric Wolf e Teodor Shanin, e de outro, aqueles que focaram no estudo da questão agrária e do campesinato no Brasil – cujas especificidades enriquecem e matizam a teoria agrária mundial –, como José de Souza Martins, Margarida Maria Moura e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre tantos outros.

O que os autores possuem em comum, e que nos interessa acrescentar a este debate, é a compreensão de que o campesinato se configura na nossa sociedade enquanto unidade de classe. Esta afirmação engendra uma série de desdobramentos, os quais não nos cabe desenvolver aqui de forma aprofundada. O importante a ser destacado aqui é a relevância desse posicionamento teórico, que é também prático e político, e que teve rebatimento direto sobre a estrutura metodológica da própria pesquisa. Ou seja, só teve sentido dedicar um tempo significativo do trabalho de campo e dos estudos teóricos sobre o universo do trabalho camponês – cuja síntese apresentaremos a seguir – porque compreendemos que o campesinato *não está fadado ao desaparecimento*.

Em outros termos, podemos afirmar que não seria relevante nos debruçarmos sobre as especificidades do trabalho e do habitat camponês da forma como o fizemos, se tivéssemos como pressuposto que o destino final daqueles que habitam as áreas rurais fosse a definitiva proletarização nas periferias das cidades, ou sua transformação em pequenos empresários rurais. Se a realidade é complexa e contraditória, também nos parece claro que “os processos sociais que viabilizam a existência do camponês

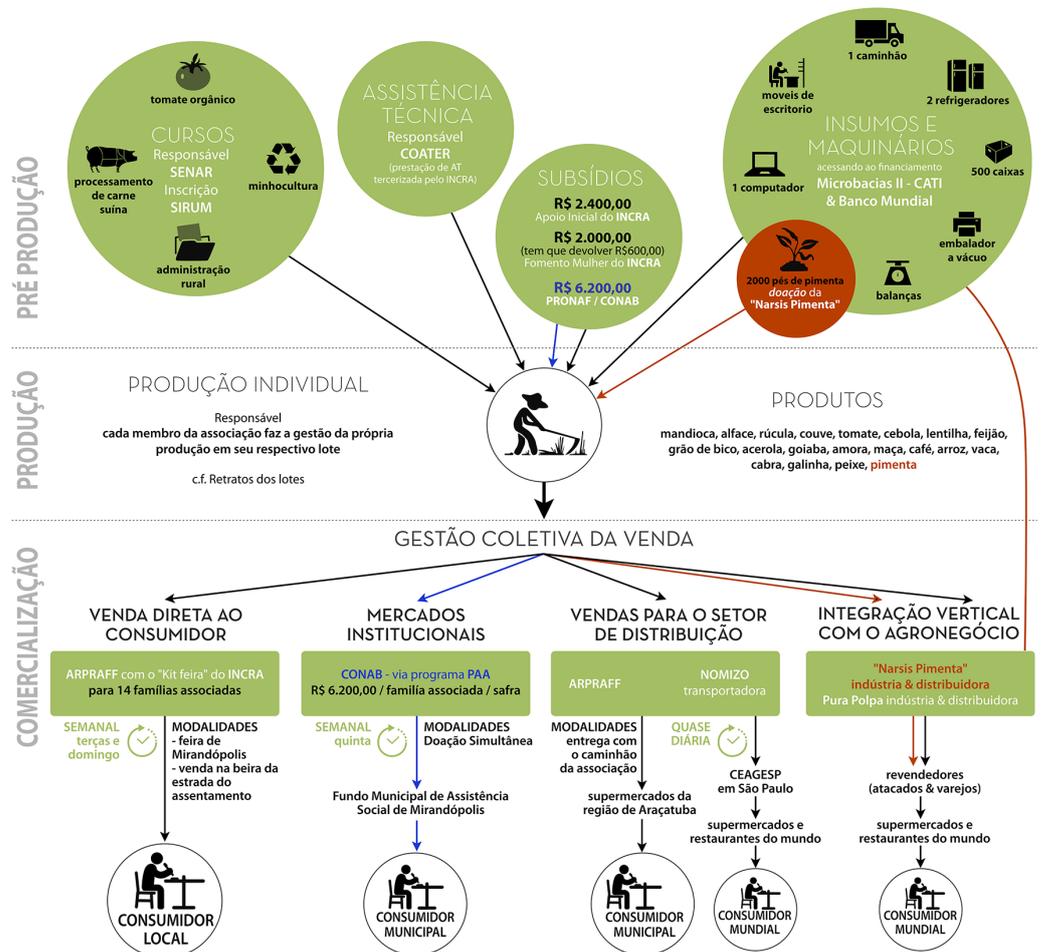
¹⁵ Para um aprofundamento neste tema, sugerimos a abordagem de Bombardi (2003), segundo a qual o fim do campesinato pode ser interpretado enquanto construção ideológica e colonialista.

têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção” (MOURA, 1986, p. 17)¹⁵.

Assim, este terceiro eixo da pesquisa procurou compreender os nexos entre as condições geradas pelo projeto de assentamento e a consolidação do trabalho e da agricultura camponesa nas realidades estudadas. Em diálogo direto com os autores mencionados, uma das categorias centrais para esta reflexão foi a *submissão do campesinato ao capital* em seus diversos níveis e formas – seja de seu trabalho, seja de sua renda. De que maneiras o campesinato se vincula aos processos hegemônicos de produção de valor, e como isso se desdobra nos projetos de assentamento, destacando os entraves de um ponto de vista espacial, organizacional e ambiental: eis o cerne do que buscávamos neste eixo.

Para isso, organizamos a coleta de dados em dois grandes grupos: de um lado, as iniciativas de produção associada e cooperativada, na escala do assentamento (Figura 5), e de outro as condições de produção camponesa na unidade familiar, na escala do lote. Nestes dois grupos, procuramos avaliar os circuitos de comercialização da produção, assim como os contextos materiais e imateriais de produção, buscando aferir o grau de vinculação daqueles camponeses aos processos hegemônicos de produção de valor.

Figura 5: Esquema das iniciativas de produção coletiva nos casos estudados. Fonte: Elaboração dos autores, 2018.



Quanto aos diferentes canais de comercialização da produção, buscamos mapeá-los dentro de quatro categorias, que apresentamos a partir da ordem crescente de submissão do campesinato aos processos hegemônicos: (a) venda direta ao consumidor; (b) participação nos mercados institucionais; (c) venda para o setor de distribuição; e (d) integração vertical junto às empresas agropecuárias.

A venda direta ao consumidor – ou em circuito curto –, que é o canal de venda que atribui à família camponesa o maior controle da comercialização da sua produção (venda nos mercados e feiras locais, por exemplo), foi a menos relatada pelas associações entrevistadas. Ainda assim, podemos destacar o projeto “Kit Feira”, mobilizado pelo INCRA junto a uma das associações entrevistadas. Os demais canais de comercialização foram citados com maior frequência. A venda aos mercados institucionais, como escolas, hospitais e creches, estabelecida por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), se por um lado proporciona uma renda fixa para o grupo de agricultores, por outro lado também os insere num esquema de dependência e vulnerabilidade. A venda aos distribuidores também foi citada reiteradamente: segundo casos relatados, é realizada por intermédio de uma transportadora estadual, que adquire parte da produção dos associados, redistribuindo-a para a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Por fim, verificamos também alguns casos de integração vertical com grandes empresas, como uma produção e distribuição de polpas de frutas, e uma revendedora de pimentas. Esses casos exemplificam um nível muito alto de vinculação do campesinato com as dinâmicas exigidas pelas empresas, inclusive na fase de pré-produção. No caso da produção de pimentas, o controle do processo começou nas mudas, que foram entregues às famílias no início da vigência do contrato. Ou seja, uma vez estabelecida a relação, o camponês se encontra refém de um círculo vicioso de difícil saída. A consequência para os agricultores é, portanto, a dependência do mercado mundial e para os consumidores a perda de qualidade e rastreabilidade dos produtos.

Quanto à análise sobre os contextos materiais e imateriais de produção, avaliamos as condições de produção da unidade familiar na escala do lote, em cinco contextos. No primeiro deles, o *contexto natural*, avaliamos se o lote corresponde às necessidades dos assentados e se a produção é diversificada. Os aspectos avaliados foram: a presença de corpos hídricos no lote, a fertilidade do solo, a diversidade de mercadorias produzidas pela família e a incidência de contaminação da produção provocada, em grande medida, pela pulverização dos agrotóxicos, aplicados nas plantações de cana que circundam os assentamentos.

No segundo contexto, que chamamos de *contexto humano*, procuramos verificar se os assentados têm as condições físicas necessárias para conduzir as tarefas que aquela produção exige, assim como se dispõem dos conhecimentos (populares ou especializados) sobre a produção agrícola. Para isso, buscamos identificar: se mais de cinquenta por cento dos membros do grupo familiar tem capacidade ou condições para trabalhar na terra; se os assentados tiveram acesso a cursos de formação técnica e/ou se já possuíam experiência com a produção agrícola; se contavam com a disponibilidade de assistência técnica periódica e; se havia a participação de trabalhadores externos ao grupo familiar.

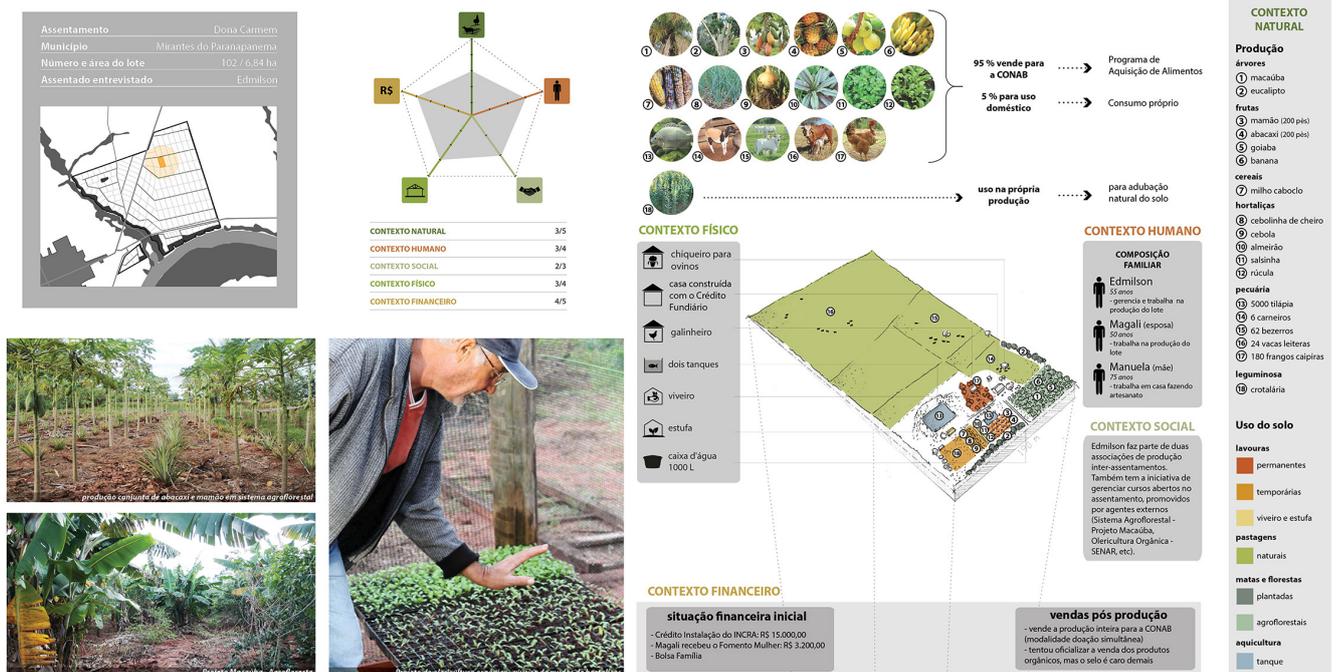
Quanto ao *contexto social*, verificamos se havia organizações coletivas ou autônomas para a produção dentro do assentamento. Dessa forma, analisamos se os assentados integram uma associação ou cooperativa de produtores; se a associação ou cooperativa estava localizada no próprio assentamento e; se havia trocas de trabalho ou serviços entre os assentados, como a ajuda mútua ou a parceria. Neste caso, também nos interessou verificar se os assentados rendeiros pagavam a renda da terra em trabalho, dinheiro ou produto.

Com o contexto físico, o quarto analisado, verificamos se as condições da habitação e dos maquinários de produção atendiam às necessidades cotidianas das famílias. Portanto, procuramos compreender se os assentados contavam com a disponibilidade de infraestruturas e maquinários específicos para a produção e se a unidade produtiva era servida por sistemas de abastecimento de água e fornecimento de energia.

Por fim, no último contexto analisado, o *financeiro*, analisamos se as famílias apresentavam alguma autonomia econômica que lhes garantia o direito à reprodução social. Ou seja: se a família possuía reservas financeiras; se contavam com apoios financeiros provenientes de políticas ou programas sociais; se haviam contraído dívidas junto às agências financeiras; se os ganhos obtidos com a comercialização de suas mercadorias eram suficientes para garantir sua reprodução social e; se a comercialização da produção ocorria por meio de canais diretos – ou seja, se os próprios assentados tinham o poder de decidir com quem e de que forma iriam comercializar suas mercadorias.

As informações referentes a cada um desses cinco contextos foram reunidas em diagramas pentagonais (Figuras 6 e 7). Combinados entre si, esses contextos nos ajudaram a compreender de que modo as diferentes unidades produtivas analisadas se relacionavam com as infraestruturas e os equipamentos disponíveis nos assentamentos,

Figura 6: Retrato do lote, a partir dos cinco contextos. Fonte: Elaboração dos autores, 2018.



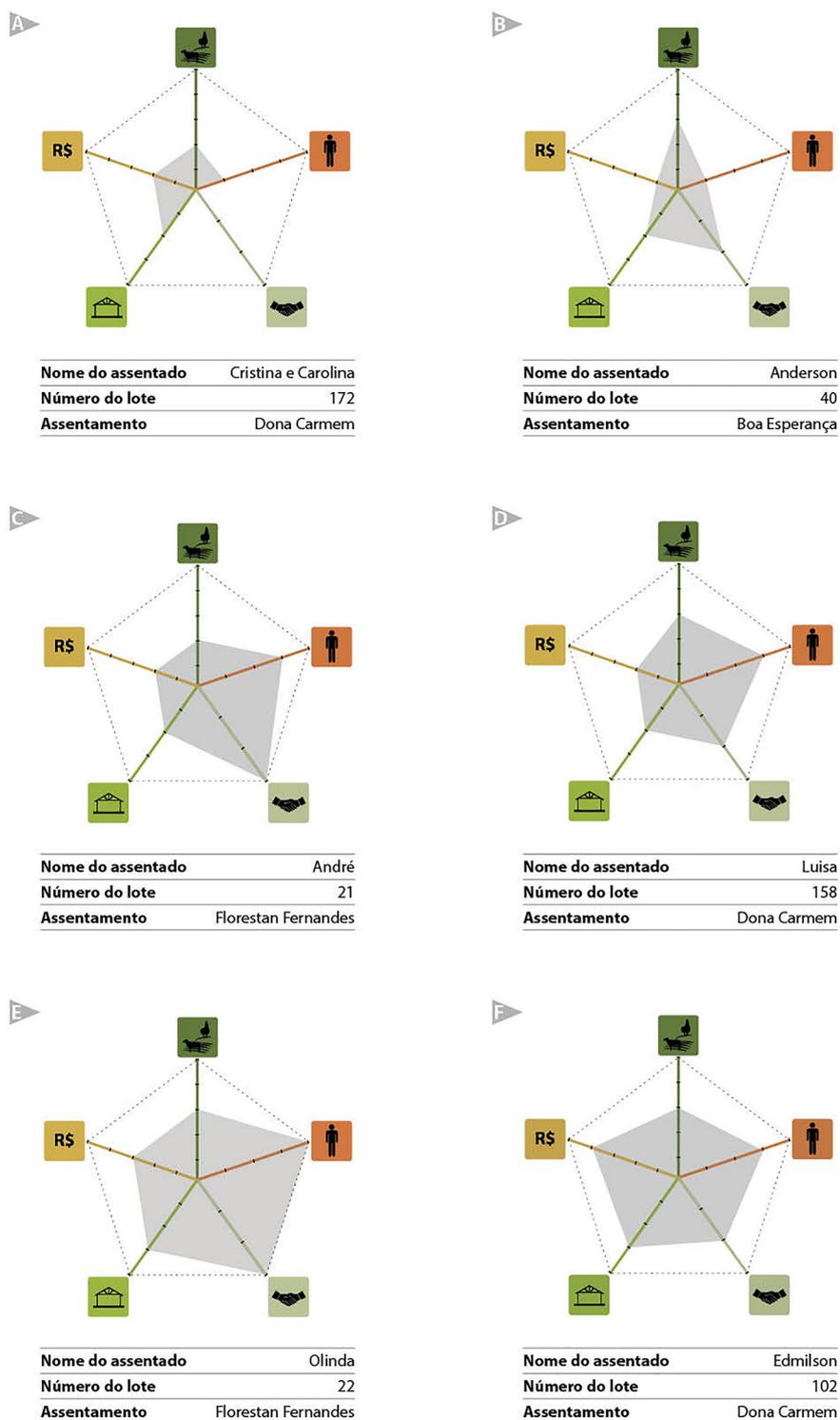


Figura 7: Retrato dos seis lotes estudados com base nos cinco contextos. Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

com a presença do setor sucroenergético nas regiões analisadas e, também, com a unidade habitacional. Esses diagramas, resultantes dessa combinação, nos permitiu representar e entender os fatores que contribuem ou limitam a reprodução social dos camponeses do Oeste Paulista¹⁶.

¹⁶Esta metodologia partiu da abordagem sugerida por Jean-Michel Sourisau (2012), e foi adaptada para a estrutura teórico-metodológica da pesquisa.

Não seria impreciso afirmar, em poucas palavras, que um dos principais resultados demonstrados por esses diagramas esteve relacionado à precariedade de condições de produção e à prevalência de disparidades entre os lotes analisados. Dessa forma, é facilmente identificável a baixa coesão social e a persistência de dificuldades de organização em grupos produtivos, em parte induzidas pelos parcelamentos dos lotes dos assentamentos. É evidente também uma ausência expressiva de equipamentos e serviços de infraestrutura coletiva, dedicados à produção. A proximidade direta com a produção intensiva de cana de açúcar e a implantação territorial dos assentamentos em solos fracos e frágeis, também se demonstrou como agravantes à produção familiar. No que se refere à produção camponesa, a dificuldade de acesso aos diversos canais de comercialização provocou uma dependência e subordinação dos assentados e de suas organizações produtivas ao Estado ou às empresas de integração (agronegócio).

No entanto, esta seria uma abordagem fragmentada mais imediata da realidade. Para aprofundarmos a análise, nos parece pertinente considerar como estes aspectos se relacionam e se articulam entre si. No contexto da produção associada, nos perguntamos até que ponto a busca por autonomia é possível. Nos quatro canais de comercialização, como visto anteriormente, são poucos os mecanismos que contribuem para uma operação articulada, combinada entre os produtores familiares. Na escala familiar, ou seja, nos lotes, os cinco contextos que orientaram os levantamentos realizados – que resultaram nos gráficos pentagonais apresentados mais adiante, considerando os seis lotes estudados – nos deram um panorama das disparidades encontradas. O que percebemos foi uma sensível condição de ‘viração’ – cada família trabalha por e para si, sem quaisquer modelos, projetos ou planos comuns, que articulem as diversas estruturas produtivas familiares.

Os gráficos demonstraram realidades muito distintas entre si e perceptivelmente instáveis, ou seja, que oscilam de acordo com as diferentes conjunturas sociais e políticas. Pode-se inferir, talvez, que tal diversidade seja resultado de um protagonismo muito diversificado, em que o empreendedorismo particular de cada família acaba se estabelecendo como a única alternativa de sobrevivência da agricultura familiar. Este protagonismo dependerá, em boa medida, da disponibilidade de recursos próprios, capacidade de poupança, contatos, relações privadas etc. Mesmo quando articulada com as instâncias coletivas de organização, distribuição e comercialização da produção, prevalece a lógica fragmentada dos mecanismos de divisão do trabalho – e da produção, numa larga escala. Nessa conjuntura (e comparando com a ação dessas instâncias organizativas em outras regiões do país), tais organizações acabam contribuindo pouco para a articulação da produção familiar. Não existem diretrizes minimamente consolidadas para produzir alguma equalização e distribuição equitativa de recursos (técnicos, humanos, financeiros etc.). Na falta, quem dá a diretriz é o mercado: são os grandes conglomerados do agronegócio que acabam absorvendo o que se produz nos lotes, definindo a política de preços e, em última instância, a dinâmica da política agrária para aquela região.

A produção do PNHR nos três assentamentos estudados

A história da produção habitacional nas áreas rurais brasileiras, subsidiada com recursos públicos, está marcada pela ausência de isonomia frente aos programas de habitação social nas áreas urbanas, especialmente no que se refere ao volume de recursos aplicados. Conforme já apontado em trabalhos e debates anteriores¹⁷, esta diferença de valores é absolutamente injustificável do ponto de vista do projeto arquitetônico, das características geográficas e morfológicas dos territórios rurais, assim como do processo construtivo. A essa diferença, soma-se ainda a inadequação das estruturas orçamentárias e gerenciais de tais programas à realidade dos povos rurais, cujas diversidades culturais, sociais, econômicas e construtivas ainda são pouco conhecidas, tanto pelos agentes responsáveis por sua operacionalização, quanto por arquitetos e engenheiros que assumem os trabalhos de assessoria técnica.

Nesse sentido, parece-nos razoável afirmar que nunca, na história brasileira, os povos do campo, das águas e das florestas puderam contar com um programa habitacional que atendesse adequadamente às suas demandas por moradia. O caso específico dos assentados da reforma agrária escreve um capítulo à parte nessa história habitacional.

Antes do PNHR, o acesso à moradia pelos assentados ocorria quase que exclusivamente por meio do Crédito Instalação, do INCRA. Lançado em 1985 e gerenciado por agrônomos e técnicos agrícolas, os subsídios disponibilizados para que os assentados construíssem suas próprias moradias, a partir de 2002¹⁸, estavam divididos em duas modalidades: a) aquisição de materiais para construção e; b) aquisição de materiais para recuperação, reforma e ampliação. Até 2008, o valor concedido para cada assentado, na primeira modalidade, era de R\$ 5 mil, reajustados posteriormente para R\$ 15 mil, em 2009 e R\$ 25 mil, em 2012. Já o valor referente à segunda modalidade, no mesmo período, era de R\$ 3 mil inicialmente, passando para R\$ 5 mil, em 2009, e R\$ 8 mil, em 2012.

Em fevereiro de 2013, após o governo federal definir que a produção habitacional nos assentamentos rurais passaria a ser administrada pelo extinto Ministério das Cidades – e não mais pelo também extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – os assentados foram incluídos como possíveis beneficiários do PNHR. Desde a primeira fase do MCMV, o programa já contemplava os trabalhadores rurais, pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, maricultores, piscicultores, além de quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais¹⁹. Tal expediente emaranhava as famílias num intrincado cipoal burocrático, submetendo-as a sistemáticas de comprovação de renda e propriedade – típicas de trabalhadores assalariados urbanos –, comprovação de capacidade de produção, de acesso a créditos anteriores, comprovação de regularidade fiscal e comercial etc.

Durante a pesquisa, constatamos que muitos assentados não conseguiram acessar os recursos do programa por outros dois motivos específicos. O primeiro deles estava relacionado ao fato de algumas famílias já terem acessado outros programas habitacionais na área urbana dos municípios. O segundo dizia respeito às famílias que possuíam a escritura de imóveis próprios (ou casa ou lote, urbano ou rural). Importante destacar, porém, que não nos parece justificável, em nenhuma dessas situações, a exclusão dessas famílias do PNHR, pois nenhuma delas é um indicador de que sua demanda ou seu déficit habitacional estava resolvido. Além disso, o programa evidenciou que a “casa na cidade” (a despeito de possíveis precariedades relacionadas à localização,

¹⁷Citamos aqui os registros das três edições já realizadas do Colóquio Habitat e Cidadania, assim como Rodríguez (2016 e 2020), Lenzi (2017), Sertori (2019) e Lopes, Borges e Lenzi (2015).

¹⁸Ver: Silva, 2014, p. 74.

¹⁹Ver: Cartilha do PNHR, 2013, p. 01.

baixa qualidade arquitetônica e construtiva e endividamentos) não resolve a demanda habitacional no assentamento. Principalmente porque, no lote, essa demanda deflagra também a busca pelo direito à terra e à habitação por outros membros do grupo familiar – como os filhos dos assentados que, contrariando o destino de tentarem a vida na cidade, preferiam viver no campo.

Nessa etapa da pesquisa, o trabalho de campo fez saltar aos olhos diversos elementos de uma incompatibilidade entre os requisitos do programa habitacional e o modo de vida das famílias contempladas, sob diversos aspectos. Assim, para aprofundarmos nossa compreensão acerca desta percepção, a estrutura metodológica confrontou duas etapas: o de *projeto concebido* e o de *projeto executado*. Esta organização auxiliou tanto na condução do trabalho de campo quanto do processo de análise, justamente por diferenciar os momentos de cada contrato – como um *antes, durante* e *depois* –, os processos construtivos e, principalmente, os agentes que participaram do seu gerenciamento.

Os aspectos relacionados ao *projeto concebido* estiveram referidos às etapas iniciais de concepção e desenho das unidades habitacionais, considerando as normativas do programa e a participação das famílias, das Entidades Organizadoras e das empresas (no caso, escritórios de arquitetura e engenharia). Na prática, esta etapa consistiu basicamente em contemplar o quadro de especificações mínimas estabelecidas pela Caixa na elaboração das peças técnicas a serem aprovadas em cada contrato – o que acabou por legitimar o padrão urbano do programa MCMV nos assentamentos. Por outro lado, os aspectos relacionados ao *projeto executado* incluíram os arranjos estabelecidos para o processo construtivo das unidades habitacionais, evidenciando uma série de articulações e conflitos entre as empresas, as Entidades e as famílias.

Um dos aspectos marcantes que pudemos constatar foi a inadequação do *projeto concebido*, no que diz respeito à organização espacial das unidades, cujas proporções mostraram-se inapropriadas e sem correspondência com a realidade das famílias. É senso comum que a varanda e a cozinha exercem um papel central na vida cotidiana e produtiva dos camponeses. No entanto, estes ambientes foram suprimidos ou subdimensionados – enquanto a sala, por sua vez, teve sua área privilegiada (Figura 08). Outra evidência com relação à inadequação dos projetos foi verificada por algumas reformas ou ampliações realizadas pelas famílias, durante o processo construtivo, as quais contemplaram, em grande parte, a ausência das varandas.

A análise dos projetos arquitetônicos também nos permitiu constatar a presença de certa rigidez estrutural e espacial, em alguns contratos, o que dificultava as ampliações futuras. Percebemos também que a implantação das casas nos lotes não levou em consideração, necessariamente, os critérios de conforto térmico ou o desejo das famílias, mas sim o limite de comprimento do cabo de energia que conecta a unidade ao padrão de entrada.

Quanto aos aspectos do *projeto executado*, analisamos os estudos de caso sob três perspectivas centrais. Em primeiro lugar, é fundamental destacar que os canteiros de obras em assentamento rurais distinguem-se pela *grande distância entre as casas*, o que acaba por dificultar a distribuição dos materiais de obra e da organização do trabalho em canteiros dispersos. Identificamos diferentes estratégias utilizadas pelos

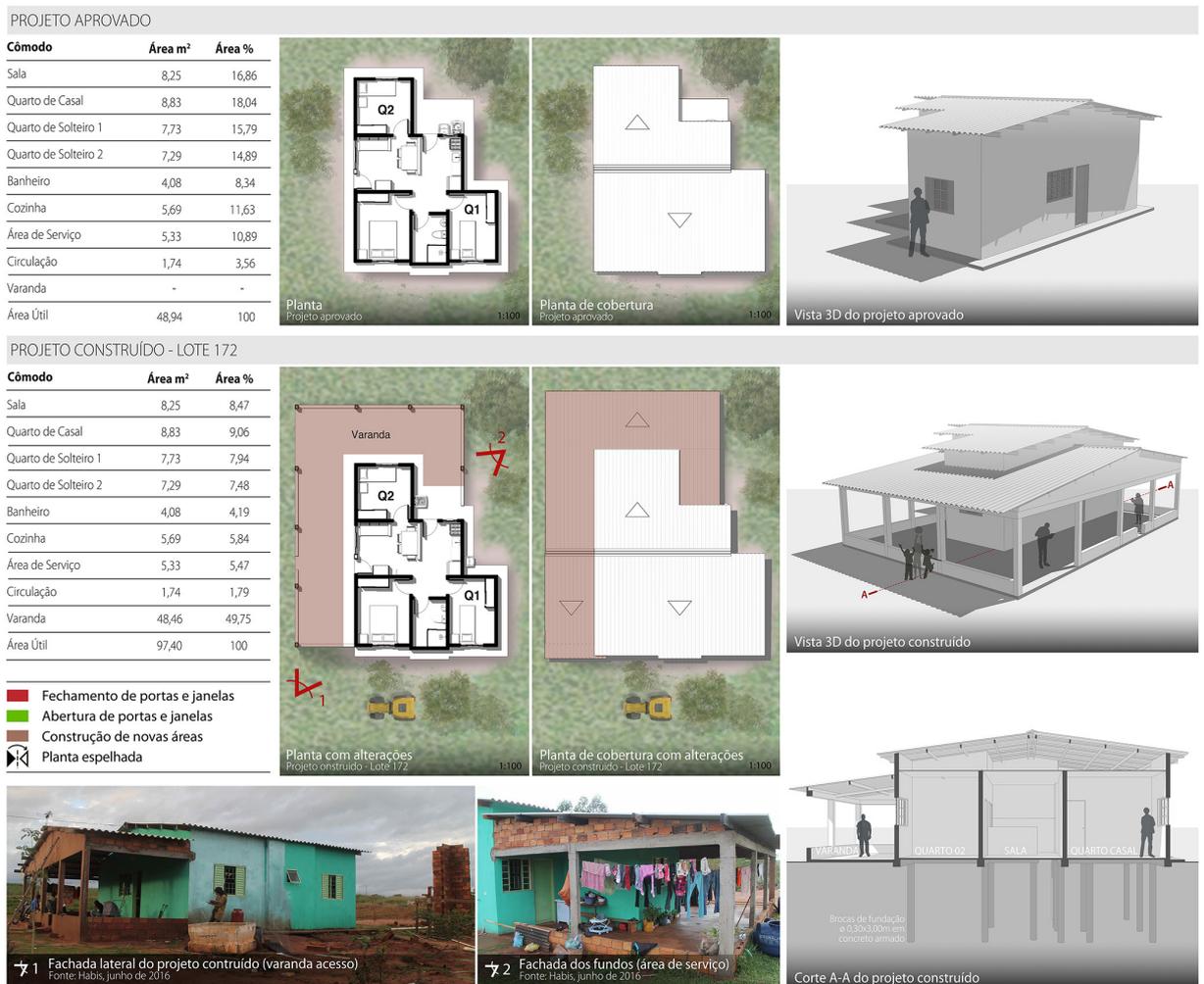


Figura 8: Exemplo de planta executada pelo programa e posterior reforma realizada pelas famílias. Fonte: Elaboração dos autores, 2018.

moradores e pelas empresas para contornar tais dificuldades, como a centralização da entrega de alguns materiais e sua posterior distribuição nos lotes, com a ajuda de tratores; ou o estabelecimento de acordos com as lojas de materiais, para que fossem entregues em cada lote. A situação menos problemática foi no assentamento Boa Esperança, mais compacto, onde verificamos inclusive a formação de pequenos núcleos de moradia, que no decorrer das obras possibilitou a consolidação de relações de vizinhança, de agrupamentos produtivos, bem como a dinamização do processo construtivo, o que também facilitou a disposição dos equipamentos alugados entre os canteiros bem como o fornecimento de água e energia.

Além da distância entre os canteiros de obras, também destacamos a distância entre os assentamentos e os centros urbanos mais próximos - onde estão localizadas as lojas de materiais de construção. Em nossos estudos de caso, esta distância chegava a alcançar até 40 quilômetros, refletindo significativamente no aumento do preço do frete. Devido às dificuldades de acesso e/ou de tráfego nas estradas internas dos assentamentos, algumas lojas se recusavam a realizar as entregas de materiais.

Outra característica importante relacionada ao projeto executado foi a *falta de infraestrutura nos canteiros de obra*. Ainda que as datas de implantação dos três assentamentos não fossem recentes (2007, 2012 e 2013) algumas infraestruturas básicas ainda não estavam consolidadas durante o processo construtivo (ou, estavam previstas após o término das obras, como era o caso da rede de energia). Por este motivo, em nenhum dos assentamentos havia energia elétrica durante os trabalhos nos canteiros de obras (ou na escala do assentamento, ou na escala do lote), obrigando as empresas a alugarem geradores para o funcionamento de betoneiras e etapas de serralheria. A ausência de energia elétrica também impossibilitava o bombeamento de água para os reservatórios coletivos, tornando o processo construtivo ainda mais precário e oneroso.

Por fim, a terceira perspectiva que nos pareceu relevante observar foi a *precariedade da mão de obra nos canteiros*. De forma geral, há que se destacar que a remuneração da mão de obra, no âmbito do PNHR, acompanhou a mesma lógica do programa; ou seja, foi também rebaixada e desvalorizada. As normativas do PNHR impediam que fosse destinado mais de 35% do valor total da obra à remuneração dos trabalhadores, o que resultava num valor. Essa disparidade foi relatada por um dos pedreiros entrevistados na pesquisa: “Aqui, o metro quadrado do piso sai por R\$ 7,00. Na cidade, o mesmo serviço sai por R\$ 27,00”. Como justificar que o mesmo trabalho vale na área rural $\frac{1}{4}$ do que vale na área urbana?

Junto ao trabalho desvalorizado e mal remunerado, outro aspecto que nos chamou a atenção foi a aplicação informal da própria mão de obra dos futuros moradores. Inserido no imaginário do incentivo ao trabalho coletivo, da construção de novas sociabilidades e da autogestão da obra e dos recursos, o regime construtivo contratado (a “autoconstrução assistida”) acabou por encobrir, nos casos analisados, uma precariedade ainda maior. Promovida pelas construtoras e até mesmo sugeridas pelos moradores, através de suas entidades organizadoras, essa “autoconstrução assistida” era, na verdade, a contratação de empresas que, por sua vez, subcontratavam mão-de-obra precarizada, abrindo brechas para diversas irregularidades de gestão dos recursos.

Considerações gerais

As reflexões elaboradas ao longo da pesquisa procuraram explorar os diferentes aspectos do *projeto de assentamento*, sobretudo quanto às condições que consegue mobilizar para consolidar e viabilizar a agricultura camponesa. É inquestionável que as condições de vida e produção, percebidas em campo, mantêm as famílias camponesas presas a uma situação de precariedade difícil de superar.

O uso das terras reflete um processo histórico do qual os camponeses permanecem reféns, o que demonstra que há uma disputa territorial entre a demanda por uma ampla reforma agrária e a ocupação de extensas áreas destinadas à produção de commodities em grande escala. Uma região historicamente marcada por inúmeros eventos de violência explícita (extensas áreas submetidas a processos de grilagem, expulsão de indígenas e camponeses, devastação ambiental - inclusive envolvendo o uso de poderosos desfolhantes - etc.), é hoje dominada pelo enfrentamento desproporcional entre as famílias camponesas e a agroindústria de produção de cana - muito mais poderosa, amparada pelo Estado, subsidiada pelos agentes econômicos,

²⁰MARX, K. O capital - crítica da economia política. Livro I, Seção IV. São Paulo: Boitempo, 2013, p.445.

sustentada por uma disponibilidade técnica a serviço da “produção de mais-valor” e não para “aliviar a faina diária de algum ser humano”²⁰, é altamente impactante, ambientalmente falanda, e produtora de ampla iniquidade territorial. Trata-se, portanto, de pura violência institucionalizada – o que nos sugere uma permanente reedição do que chamamos de faroeste paulista.

Caberia ainda ressaltar apenas mais um aspecto: a hegemonia do pensamento sobre a cidade, em detrimento de qualquer atenção às dinâmicas de vida nas não-cidades rurais, segue, grosso modo, os mesmos mecanismos de negação da vida camponesa, subsumida às avassaladoras lógicas ampliadas de reprodução do agronegócio. O discurso que subjaz a essa forma de cancelamento e invisibilidade insinua um determinismo imposto pelo “progresso” e pela mecanização intensificada – que liberaria o camponês e o trabalhador rural de ‘condições inóspitas’ de vida e reprodução de vida –, bem como o permanente reforço da acusação de anacronismo, conservadorismo e reação às virtudes da cidade – como *locus* da liberdade. É por esse caminho que também a cultura arquitetônica e urbanística ilustrada evita ou se esquiva desse campo de questões. Ou porque corrobora a ideia de que o campesinato tem que se transformar em massa de trabalhadores assalariados, inserida na lógica de reprodução imposta pelo urbano, ou porque considera as não-cidades (sobretudo as rurais) como um não-problema ou uma não-questão para o planejamento, a arquitetura e a construção.

Referências bibliográficas

- BOMBARDI, L. M. O papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. In: *GEOSP Espaço e Tempo* (online), v. 7, n. 2, p. 107-117, 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Programa Nacional de Habitação Rural* (PNHR). Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria de Habitação, 2013.
- FELICIANO, C. A. *Território em disputa: Terras (re)tomadas*. (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema). 2009. 575 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FERNANDES, B. M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST*. 1999. 318 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). In: *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 239-254, set./dez. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/3eM2egR>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- INO, A. *et al. Síntese das discussões e propostas do II Colóquio Habitat e Cidadania: habitação social no campo*. São Carlos, 2011. No prelo.
- _____. I Seminário Regional do Habitat Rural: moradia, produção e a questão agrária no oeste paulista. *Caderno de Resumos*. 2019. 38 p. São Carlos: IAU-USP, 28 e 29 mar. 2019. ISBN: 978-85-66624-30-4. Disponível em: <<https://bit.ly/3h9xHeq>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- IPEA. Relatório Brasileiro para a Habitat III / relator: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: ConCidades, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3abCTL1>>. Acesso: maio, 2020.

- LABCIDADE; ITDP BRASIL. *Ferramenta de Avaliação de Inserção Urbana para os empreendimentos de faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida* (2014). Disponível em: <<https://bit.ly/2K4e6Oi>>. Acesso: maio, 2020.
- LENZI, C. C. *A habitação camponesa no programa MCMV*. 2017. 142 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.
- LOPES, J. M. A. O dorso da Cidade: os Sem Terra e a concepção de uma outra Cidade. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Produzir para viver: os Caminhos da Produção não Capitalista*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002, v. único, p. 283-326.
- LOPES, J. M.; LENZI, C. C.; BORGES, A. H. O habitat da não-cidade como um problema para a arquitetura e urbanismo. In: *Revista Paranoá* (UnB) – Edição: Habitat no campo, nas águas e nas florestas, n. 17, 2017.
- MARX, K. K. *O capital* – crítica da economia política. Livro I, Seção IV. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. 3 ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. 1 ed. São Paulo: FFLCH, 2007. 184 p. Disponível em: <<https://bit.ly/30FB3PZ>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- _____. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: *Conflitos no Campo – Brasil 2015*. 240 p. Goiânia: CPT Nacional, abr. 2016. p. 28-42. Disponível em: <<https://bit.ly/30vtk6G>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- _____. *A Mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. 545 p. Disponível em: <<https://bit.ly/30ogFm4>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- RODRÍGUEZ, A. S. C. *Qualidade da habitação nos assentamentos rurais no PNHR/PMCMV do estado de São Paulo*. Casos: Florestan Fernandes, Dona Carmem e Boa Esperança. 2016. 189 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.
- _____. *Habitação Camponesa: entre o projeto e a produção no PNHR*. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020.
- SAFATLE, V. P. *IV Semana do Bacharelado em Políticas Públicas*. Mesa de Abertura: Política ou barbárie: transformações no sujeito em meio às mudanças contextuais. São Bernardo do Campo: UFABC, 2019. 1 vídeo (1:45:39). Disponível em: <<https://bit.ly/3fFclf0>>. Acesso em: 19 jul. 2020.
- SERTORI, R. J. V. *Terra, moradia e trabalho: articulações e disputas nos assentamentos rurais do oeste paulista*. 2019. 339 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019.
- SILVA, C. M. G. *Habitação Rural: uma luta por cidadania*. 2014. 152 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SOURISSEAU, J. M. et al. *Les modèles familiaux de production agricole en question*. Comprendre leur diversité et leur fonctionnement. *Autrepart*, n° 62, p.159-181, 2012.

Recebido [Nov. 25, 2022]

Aprovado [Mar. 27, 2023]

Entrevista com Sérgio Ferro*

entrevistadores:

João Marcos de Almeida Lopes
Cecília Corrêa Lenzi**

Apresentação

De imediato, esta entrevista pode suscitar algum estranhamento: por que promover um diálogo com Sérgio Ferro no contexto de uma publicação que se propõe discutir o habitat rural? Afinal, o principal campo de estudo do professor, arquiteto e pintor brasileiro radicado na França, já aposentado pela École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble, é, em larga medida, voltado para o universo das relações de trabalho e produção nos canteiros de obra, desde a perspectiva dos operários, dos materiais e da atividade laboral ali investida - ou seja, um assunto indubitavelmente urbano. Aliás, o próprio professor nos adverte, ao iniciar a entrevista, que ele faz parte do grupo de arquitetos que só pensa a cidade.

No entanto, como procuramos deixar claro já no Editorial desta edição temática da Revista RISCO, é-nos imperativo pensar a não-cidade se quisermos efetivamente compreender a própria cidade - isto é, o urbano em todas as suas dimensões dialéticas e problemáticas. Ao contemplarmos o campo ampliado da produção, numa escala que transcende o urbano, os denominadores em comum acabam se tornando aparentes, fazendo emergir assim uma trama de correlações e nexos que, sob lentes mais seletivas, poderia parecer bem menos evidente. Desse modo, alguns possíveis paralelos, passíveis de serem observados em tais processos parecem ser, a nosso ver, um ponto de partida bastante razoável.

A conversa que promovemos com Sérgio Ferro é, para todos os efeitos, uma especulação eminentemente teórica.

Há um limiar bastante eloquente delineado entre o que Marx questiona como “a assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 2013) e as formas contemporâneas de acumulação - o que David Harvey atualizou como “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2014). Dessa forma, quando cogitamos fazer essa conversa com Sérgio, o que nos animava era pensar o quanto a lógica de extração de valor no meio rural - com seus baixíssimos ganhos com a renda da terra (o que, em última instância, também significa trabalho mal remunerado, mesmo que por intermédio da venda de produtos sub-valorados) - funcionava em consonância com os padrões de exploração de trabalho nos canteiros de obras - outra vez, explorando trabalho mal pago. Nos termos do questionamento de uma “assim chamada acumulação primitiva”, parecia-nos pertinente pensar nessas lógicas como funcionalidades concorrentes, eternamente repostas e renovadas, para alegria e graça do capital: afinal, assim como ele precisa de “zonas atrasadas” e “desertas” para explorar, de mulheres para extrair trabalho sem que por ele se pague, de trabalhadores pendurados em andaimes improváveis nos canteiros de obras, também precisa do camponês deixado à sua própria sorte, precariamente instalado em assentamentos ou sítios sem nenhuma infraestrutura, refém dos poucos ganhos que obtém, vendendo os produtos que cultiva - essenciais para o giro do capital mundo afora.

* Entrevista realizada em 23 de outubro de 2021 pela plataforma online Zoom, transcrita e revisada pelos entrevistadores entre novembro de 2021 e julho de 2022, revisada pelo entrevistado em 08 de agosto de 2022, e finalizada em agosto de 2023.

** João Marcos de Almeida Lopes é Arquiteto e Urbanista, Professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-9999-2473>>. Cecília Corrêa Lenzi é Arquiteta e Urbanista, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID <<https://orcid.org/0000-0003-4023-7005>>.

E foi a partir dessa primeira consideração que seguimos na conversa: comentando sobre a necessidade de manutenção de setores preñes de muito trabalho vivo para assegurar ao capital a capacidade de driblar a “tendência da queda de lucro”; trocando ideias sobre a mecanização - no canteiro de obras e no campo - como estratégia de ganho de produtividade associada à precarização do trabalho manufaturado (ainda necessário); passando pelo questionamento sobre a pertinência de considerarmos que o momento das “relações não-capitalistas de produção” experimentadas pela agricultura camponesa poderia ser identificado também na auto-produção da casa popular; etc.

O intuito foi investigar essa espécie de trama sob a pele aparente, que liga termos antagônicos, porém interdependentes: por isso o diálogo com Sérgio. Por isso uma conversa sobre a cidade e seus canteiros de obras em uma publicação sobre o habitat da não-cidade.

João Marcos: Sérgio, esta edição temática da Revista Risco tem como origem uma pesquisa do grupo HABIS [Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade - Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo] na região do Pontal do Paranapanema. Essa pesquisa analisou o processo de produção de moradias para camponeses em alguns assentamentos rurais da região Oeste do estado de São Paulo, a partir da aplicação de recursos públicos, e conforme diversas escalas de abordagem (a região, o assentamento, o lote e a casa)¹.

Historicamente, o avanço da colonização para essa região deu origem a um verdadeiro faroeste: há relatos de uso de agente laranja para acabar com as florestas nativas, de expulsão dos povos originários, indígenas, quilombolas, enfim, a história de uma verdadeira devastação². É a partir desse avanço que o agronegócio entra, com uma força espetacular, particularmente com a cultura da cana - o que fez aquela região, em boa parte, virar uma grande monocultura. Junto com isso vieram as lutas dos sem-terra, em defesa de seus direitos - o que acabou gerando ali, particularmente no Pontal do Paranapanema, uma situação bastante tensa, envolvendo litígios de grande magnitude, atravessados obviamente por muita violência. Bom, por fim, o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra] conseguiu implantar vários assentamentos naquela região. Nosso grupo de pesquisa conseguiu um financiamento para pesquisar esses assentamentos e daí transcorreram mais de 3 anos de trabalho.

Você sabe que, desde sempre, os arquitetos, em geral, olham para a cidade e nunca olham para o campo. Parece uma questão que não existe. A gente, como grupo de pesquisa, vem desde o começo dos anos 2000 atuando, investigando e trabalhando, inclusive como assessoria técnica, em assentamentos rurais. Já nos envolvemos com a construção de casas em assentamentos rurais, discutimos com eles sistemas construtivos, alternativas de planejamento... enfim, uma série de situações nas quais a gente vem paulatinamente insistindo em discutir o campo como uma questão para arquitetura. Parece-me que, na França, isso é mais comum, encontrarmos os arquitetos olhando para essas questões³; aqui não, aqui impera um certo ‘urbanocentrismo’ que nos impede atentarmos para esses contextos.

Acontece que os problemas da cidade não podem ser dissociados da questão camponesa. Essas duas situações estão postas ali, em um puro regime de contradição - conforme o próprio Marx indica, no começo da Ideologia Alemã. Trata-se de uma

¹ Para maiores informações sobre a pesquisa citada, sugerimos o artigo “‘Faroeste Paulista’: a questão agrária e a produção do habitat rural no Oeste do estado de São Paulo”, publicado nesta edição.

² Conforme descrito no documentário “O Pontal do Paranapanema”, de Chico Guariba (Brasil, 2005, 52’). Disponível em <<https://ecofalante.org.br/filme/o-pontal-do-paranapanema>> (acessado em 21 de agosto de 2023).

³ Por exemplo, o Réseau Espace Rural & Projet Spatial - ERPS, agremiação de diversos pesquisadores e centros de pesquisa, particularmente vinculados às escolas de arquitetura francesas, voltado a pesquisas e discussões sobre a produção do espaço no contexto rural. Ver <<https://erps.archi.fr/>>.

contradição importante, construída ao longo do processo de separação entre cidade e campo: num primeiro momento, a cidade se diferencia do campo, estabelecendo-o como o seu outro; daí constrói a oposição, negando-o terminantemente, alegando sua autodeterminação; e, por fim, mergulha incomodamente na contradição - disfarçada, porém, numa espécie de caricatura de si mesma: sem que seja possível existir sem o campo, a cidade constrói para si uma imagem ideal de 'campo', dissociada e abstraída de realidade material que a ele subjaz. Seria essa imagem ideal, por exemplo, que sustenta a ideia de que o agronegócio é o futuro do mundo rural. Isso é uma noção fundamental que orienta todo nosso trabalho nessa área.

A conversa com você é uma especulação teórica. Com base em uma leitura muito instigante que fizemos do capítulo XXIV dO Capital⁴, e também do capítulo que trata da acumulação por espoliação, de [David] Harvey, as coisas meio que se juntaram. No texto "A acumulação por espoliação", Harvey se apropria e, de certa forma, pelas mãos de Rosa Luxemburgo, amplia e atualiza a ideia da "assim chamada acumulação primitiva" e a vincula aos processos de produção do espaço (que é o que nos interessa).

Então a gente chegou nesse roteiro como um esforço de construir um campo comum a partir de coisas que você mesmo já escreveu.

Sérgio Ferro: Há um problema, João. Os últimos capítulos da edição francesa de *O Capital* são diferentes dos capítulos da edição brasileira. Não conheço bem a história, mas pelo que me lembro, Marx dividiu um capítulo enorme em vários capítulos menores e modificou também algumas passagens do texto. Nem a paginação, nem mesmo algumas citações correspondem. Já tive alguns problemas deste tipo com a Silke [Kapp].

Eu nunca me ocupei deste tema, das relações entre cidade e campo. Faço parte dos arquitetos fechados na cidade. Se me permitirem gostaria de fazer algumas observações sobre o Harvey.

João Marcos: Sim, sem dúvida...

Sérgio Ferro: Ele é ótimo, não há dúvida. Mas ele tem um hábito que me causa problemas. Ele acumula muitas informações, às vezes, me parece, não alinhavadas – ou que não consigo concatenar. E como todo bom teórico, suas ideias mudam com o tempo. Por exemplo, sobre a questão da queda tendencial da taxa de lucros, uma questão, como você sabe, central em minha análise da construção. Não me recordo exatamente em quais de seus livros ele discorda desta lei tendencial ("tendencial" é importante) e se explica de modo bastante confuso (acho que é no *Limits of Capital*, mas não tenho certeza), mas em outro diz claramente que os setores mais "atrasados" da produção sustentam os mais "avançados" (com outras palavras, claro). Ora, é exatamente por isto (e por outras razões do mesmo gênero) que a lei é "tendencial" somente. Esta lei, mais a lei do valor, são as duas grandes descobertas reivindicadas orgulhosamente pelo próprio Marx.

Quando Harvey inventa o conceito de acumulação predatória, acho que se engana. O capital primitivo, prévio (ou original, como diz Marx em *O Capital*, ou "pretensa" acumulação original em *Salário, Preço e Mais Valor*, sempre com ironia) deu vez a um grande acúmulo documentário por Marx, revoltado com as descrições fantasistas

4 MARX, K. O capital. Livro III, cap. XXIV – A assim chamada acumulação primitiva. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

⁵ Ao contrário, Marx afirma claramente o contrário: “uma vez completada a separação do trabalhador e de seus instrumentos de trabalho, este estado de coisas vai manter-se e se reproduzir numa escala sempre crescente, até que uma nova revolução abale este modo de produção em seus fundamentos e restabeleça a união original sob uma nova forma histórica.” Karl Marx, *Salair, Prix et Plus-Value*, in *Oeuvres I, Economie I*, Gallimard (Pléiade), 1965, p. 510.

⁶ ver Friedrich Engels e Karl Marx, *Irlande, classes ouvrières et libération nationale*, Éditions Syllepse, Éditions Page 2, M Éditeur, 2021. Ver também, a propósito de outros povos e épocas, *Le dernier Marx*, org. Kolja Lindner, Éditions de l'Asymétrie, 2019. Karl Marx – Friedrich Engels, *Lutas de classes na Rússia*, org. Michael Löwy, Boitempo Editorial, 2013; Kevin B. Anderson, *Marx aux antipodes, Nations, ethnicité et sociétés non occidentales*, Éditions Syllepse, 2015.

e açucaradas dos economistas e mesmo de Adam Smith. Marx quis mostrar como escondiam a rapina, a violência da chamada acumulação primitiva. Mas em nenhum lugar Marx afirma que rapina e violência cessaram quando começa a era capitalista⁵. É, portanto, exagerado pressupor, como Harvey parece sugerir, que uma vez implantado o sistema do capital some a rapina e a violência e mesmo a “predação”. A única diferença é que, antes desta implantação, já havia ocorrido a separação do trabalhador e de seus meios de produção como sua pressuposição ou condição; depois, o próprio capital põe, cria ele mesmo o que era sua pressuposição em seu processo de reprodução. Não há, portanto, ruptura: o que precedeu, depois vira efeito de seu próprio funcionamento. Não há descontinuidade como Harvey parece crer. Marx e Engels, em seus vários textos sobre a Irlanda, mostram como a Inglaterra a massacra continuamente. Talvez Harvey não conheça todos, reunidos há pouco tempo em livro⁶. Quando Harvey fala de acumulação predatória, parece imaginar que, depois de sua implantação, o capital não mais seja “predatório” – ou não há razão para separar acumulações. Mas quando Marx menciona em *O capital* que, em Liverpool, a esperança de vida média de um inglês era de 38 anos, mas entre os trabalhadores industriais era de 17 anos e em Manchester de 15 anos na década de 1870, não cabe falar de predação?

Cecília: Segundo Harvey, Rosa Luxemburgo coloca a acumulação primitiva como essa necessidade permanente do outro para a manutenção do capital; essa necessidade de ter o diferente, aquele que vai ser expropriado. Você considera que esse mecanismo não acontece dessa maneira?

Sérgio Ferro: É evidente que o expropriador requer um expropriado. Mas esta relação abstrata pode ter várias particularizações diferentes. Se, como diz nossa teoria, a construção é estruturada como manufatura, então ela é um dos outros da indústria. A tendência da indústria é aumentar seu capital constante dada a necessidade de trocar o maquinário desgastado, substituí-lo por outro sempre mais aperfeiçoado e, portanto, em geral, mais caro e ocupando menos trabalhadores. Resultado, com a alteração resultante da composição orgânica do capital há diminuição de sua taxa setorial de lucro. A taxa de lucro na manufatura da construção é bem maior que a industrial. Com a perequação (média ponderada global) das taxas de lucro obtém-se a taxa média de lucros, a que utilizam na prática todos os setores da produção; há, portanto, expropriação automática de muito mais valor produzido pela manufatura da construção que vai levantar a taxa de lucro reduzida do setor industrial. Ela, a construção, enquanto permanecer manufatureira serve como freio da inevitável tendência à queda da taxa de lucro industrial.

Isto é o que o sistema do capital, no seu interior, faz com a construção. De certo modo, este mecanismo é equivalente ao que a Inglaterra fez com a Índia no século passado. O colonialismo tem praticamente o mesmo propósito: cuidar da saúde do capital com um empurrão contrário à sacrossanta lei do mercado. O capitalismo hoje afirma-se global. Mas continua precisando de zonas atrasadas, de zonas desertas para explorar, precisa do “outro”. Precisa, e muito ainda, das mulheres para pagar menos que aos homens, para que cuidem da casa, eduquem as crianças, os futuros trabalhadores que põem no mundo, sempre de graça, etc.

João Marcos: Acho importante avançarmos um pouco mais na compreensão sobre a “composição orgânica do capital”. Ao ler o capítulo seis d’*O Capital* - e auxiliado

⁷ PEREIRA, Luiz Bresser Pereira. Lucro, acumulação e crise. São Paulo: Brasiliense, 1986.

⁸ SHIMBO, Lúcia Zanin. Habitação social de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2012.

por alguns outros autores que tratam do assunto (o Bresser Pereira tem um texto bastante didático sobre a composição orgânica⁷), fica claro que Marx faz questão de distinguir a composição técnica do capital da sua composição orgânica⁸. Na hora que essa distinção aparece na relação entre capital constante e capital variável (cC/cV), a gente entende que, para que o capital possa continuar se alimentando, é necessária uma permanente reconstituição, uma permanente reconstrução da base de exploração. Então, é necessário responder isso também tecnicamente, em algum lugar. Uma compreensão nossa é de que no campo, na composição técnica, se o campo se mecanizar completamente, o agronegócio reduzir tudo a operações reguladas digitalmente, plantando, colhendo etc., isso destruirá, paradoxalmente, também no próprio campo, a base técnica da exploração. Isto é, como você mesmo afirma, referindo-se aos canteiros de obras, a gente precisa de setores onde o trabalho é hiper explorado, recolocando também massas de trabalhadores camponeses nessa condição de hiper explorados - e é esse o nosso palpite: que essa base técnica, rebaixada politicamente, porém economicamente relevante (70% do que comemos vem daí), é aquela estruturada no âmbito da agricultura familiar. É um pouco nesse sentido que a gente começa a entender que, também no campo, esse processo - que você transformou no seu "mantra", como você diz - se reedita, se repõe, se recoloca como a "assim chamada acumulação primitiva".

Sérgio Ferro: No tempo em que comecei a estudar Marx, quando entrei na faculdade, no fim dos anos 1950 (depois nunca mais parei), a agricultura era, ainda, junto com a construção, um dos grandes fornecedores de massas importantes de mais valor. Nem se falava ainda de mecanização e agronegócio. O plano de Juscelino para o segundo governo – que não houve – consistia em criar 500 aldeias agrícolas: no primeiro mandato houve a enorme fonte de mais valor da construção para financiar a industrialização no ABC de São Paulo. No segundo, para continuar a industrialização, contaria com as 500 aldeias agrícolas. Hoje, ao contrário, o agronegócio não está mais do lado dos fornecedores de mais valor para levantar a taxa média de lucro. Como suas gigantescas e nefastas plantações mecanizadas ocupam pouquíssimos trabalhadores. É um setor que suga mais valor, pelo menos na parte da produção "realizada" (vendida) no mercado nacional.

Com a mudança de lado da agricultura, a construção sofre uma pressão crescente. A mesma transformação ocorre na Europa. Há degradação relativamente forte dos salários na construção e a situação está tão ruim que o setor não consegue preencher sua demanda de trabalhadores. Nos setores agrícolas baseados ainda na produção familiar, raramente os produtores conseguem guardar o equivalente a um salário mínimo.

Cecília: Segue o mesmo mecanismo de exploração, né? Tem uma pesquisa da profa. Maria Moraes, da UFSCar, sobre essa dita "industrialização da agricultura", especificamente sobre o mundo do trabalho nos canaviais, no qual a figura do bóia-fria é muito marcante – aquele sujeito emigrado das áreas rurais, excedente de mão de obra muito explorado pelo capital. E é curioso porque a mecanização da produção da cana de açúcar, que tem ocorrido progressivamente desde 2010 no Brasil, não alterou estruturalmente esta condição do trabalhador da cana. Os postos de trabalho e as funções sofreram modificações, mas ela percebeu que a mecanização da produção da cana não eliminou a miserabilidade das condições de

⁹ Conforme descrito em O canteiro e o desenho, em "Arquitetura e trabalho livre", p. 113 (FERRO, 2006).

¹⁰ Conforme empregado no Livro I d'O Capital, da editora Boitempo, 2011, p.143, ou na Contribuição à Crítica da Economia Política, Expressão Popular, 2008, p. 121.

¹¹ Assessoria técnica Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado.

¹² MARX, K. A guerra civil na França. Boitempo: São Paulo, 2011. Texto originalmente escrito em 1871 como a 'Terceira Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)'

trabalho⁹ - pelo contrário, aprofundou ainda mais a exploração daqueles que foram empregados nas novas funções. E essas novas funções passaram a ter como objetivo preparar o terreno, o solo mesmo, para a grande e luxuosa máquina especializada passar: tem o sujeito que recolhe as pedras, para não danificar a lâmina da máquina; tem o que arranca o colmo [capim] com a enxada; tem o que aplica veneno com as bombas intercostais que pesam 20, 30 quilos. Depois que a máquina passa, vem o sujeito que recolhe os restos de cana que ficam; tem os que limpam as curvas de nível e os canais da vinhaça; tem os que vêm replantar a cana manualmente. E tudo isso contrasta muito com a figura da máquina, cujo valor é da ordem de milhões, tem cabine com ar-condicionado e é controlada via internet de um escritório na Faria Lima. Mais uma vez, a tecnologia, a modernização dos meios de trabalho, vem junto com o aprofundamento da exploração do trabalhador, com uma mão-de-obra ainda mais pauperizada, ainda mais alienada e vulnerável.

Sérgio Ferro: É o que o livro da [Lúcia] Shimbo mostra no caso do [programa] Minha Casa Minha Vida¹⁰. Por um lado, uma sofisticação administrativa incrível (eu me perco no labirinto de postos e funções, não entendo nada daquilo). E, ao mesmo tempo, o canteiro continua basicamente como era, fora a divisão absurda do trabalho em micro tarefas praticamente vazias. Parecido com o que você disse, não é? Sofisticação enorme da administração contra trabalho espicado, desesperante, desqualificado e precário. Imagino, por exemplo, um montador de portas em duas mil casinhas: torna-se especialista numa operação nanica. Um horror. Sem contar que num outro canteiro a porta talvez não seja a mesma, e a "especialização" não serve mais. Mas que sirva ou não, o horror dobrará.

João Marcos: Essa questão implica em outra - talvez nem seja uma conversa para o que a gente pretende aqui com você, mas me parece pertinente associá-la ao seu comentário: trata-se da noção de industrialização. Eu e Lúcia Shimbo vimos insistindo muito na necessidade de repensarmos essa ideia de industrialização da construção civil. A gente acha que, parafraseando o [Gabriel] Bolaffi, reclamar do 'atraso' na industrialização da construção civil no Brasil é uma 'falsa questão'. Isso, em parte, porque talvez acabemos vítimas de uma confusão entre indústria e fábrica. Henri Pirenne, em sua "História Social e Econômica da Idade Média"¹¹, por exemplo, fala em indústria a todo momento, obviamente mesmo sem ainda existirem fábricas, no sentido que lhes damos hoje. Parece prevalecer sempre essa noção de fábrica, na qual entra carne por um lado e sai salsicha por outro... então, no caso da noção vigente de industrialização da construção, parece que a ideia é chegar num jeito de introduzir tijolo, areia e cimento de um lado pra sair uma casa pronta do outro. Mas isso não existe, pelo menos no contexto de desenvolvimento tecnológico atual. No entanto, prevalece um certo fetiche, uma sedução por essa ideia de industrialização. Além disso, não parece correto - e isso é um palpite - considerarmos essa industrialização em absoluto, certo? Relendo o capítulo XII do Livro I d'O Capital para uma disciplina que ministro na pós-graduação, sempre me vem a ideia de que a dupla origem da manufatura¹² resulta em formas múltiplas e diversas de indústrias, numa grande quantidade de possibilidades de arranjos, mas o que é realmente fundamental, são as formas de divisão do trabalho. Mas agora a gente fala aqui da industrialização do campo - parece até uma ideia esquisita né?

Sérgio Ferro: Exatamente.

João Marcos: Na verdade, o que importa é a divisão do trabalho... pelo menos aparentemente, não é?

Sérgio Ferro: E é... Onde fica localizada a parte operacional do trabalho: na mão do operário ou na máquina? De um lado há o modelo manufatureiro, o da mão; no outro o modelo industrial, o da máquina operatriz, dois tipos ideais, diria Max Weber. Entre os dois, há uma série enorme de combinações entre os dois tipos ideais.

Kant criou o que chama de conceitos reguladores, conceitos muletas. Por exemplo - aliás o que o levou a criá-los: era difícil no seu tempo pensar o que determina a evolução de uma planta, a ciência da genética ainda não existia. Mas como e porque uma sementinha vira um abacaxi? Kant propôs que pensássemos “como se” a sementinha tivesse em si alguma coisa como uma finalidade. A finalidade entra aqui como um conceito regulador. Tais conceitos muletas nos ajudam bastante se não nos deixarmos engambelar por eles, o que é muito corrente. A meu ver têm parentesco com a abdução do Peirce ou com o entimema de Aristóteles.

João Marcos: Ficou um pouco mais claro. Lembrando dos dois exemplos de Marx para ilustrar as duas origens da manufatura - a fábrica de relógios e a fábrica de agulhas, conforme descrito no capítulo XII -, parece possível reconhecer ali o canteiro de obras, em suas duas formas ideais: o canteiro baseado no trabalho cumulativo, na manufatura serial, como você diz; e aquele baseado na montagem e na pré-fabricação, na manufatura heterogênea (para usar a denominação que você utiliza). Mesmo nas duas formas de organização do trabalho, a gente ainda tem inúmeras situações intermediárias, em que se combinam diversas estratégias produtivas. Principalmente quando entra em jogo a produção industrial do componente, isso acaba dando uma falsa impressão de industrialização, dá aquela falsa impressão de que a mecanização ou automatização total da produção do edifício é possível.

Sérgio Ferro: Exatamente. Podemos utilizar numa obra componentes ultra sofisticados e avançados tecnologicamente – mas continuamos construindo de forma manufatureira. O que a caracteriza é a manu – fatura, este fazer que requer a mão habilitada, a competência operacional do trabalhador. O trabalhador descrito por Cecília não é somente assistente da máquina: mesmo arrancar toco necessita habilidade.

João Marcos: No caso do que estamos investigando aqui, sobre essas relações de trabalho no campo e suas aproximações com as formas de trabalho no canteiro de obras, acho que podemos identificar essa peculiaridade: a mecanização não suprime a manufatura. No entanto, a gente tem uma dificuldade muito grande, Sérgio, aqui no Brasil, de aferir qual é o peso dessa agricultura camponesa (que o Estado chama de “agricultura familiar”), desse trabalho camponês. No Brasil tem uma coisa que se chama Censo Agropecuário. Com a desculpa de economizar dinheiro, esse censo não tem sido feito com frequência. E, particularmente, ele não tem aferido precisamente o peso da agricultura camponesa (ou “familiar”) na produção agrícola do país. É óbvio que ela precisa ser escondida, disfarçada, mal dimensionada... Mas é certo que esse trabalho cotidiano, miúdo e absolutamente necessário, pesa enormemente no resultado final da nossa produção agrícola.

Sérgio Ferro: Na construção também acontece isto: montanhas de pequenas unidades que somadas constituem uma massa enorme.

João Marcos: O Largo da Concórdia, pertinho do centro de São Paulo, até o começo dos anos 2000, era ocupado por uma infinidade - certamente mais de uma centena - de barraquinhas de lona, cobrindo praticamente todo o lugar. Todas dedicadas ao comércio popular. Depois tiraram todo mundo de lá - mas, até aquele período, esse verdadeiro "shopping center popular a céu aberto" (ou 'coberto' pelas lonas!) era muitíssimo vigoroso, de uma vitalidade incrível - e eu lembro que, num levantamento que tive acesso nesse período, ele equivalia, em termos estimativos de valor mobilizado, algo em torno do faturamento de uns 2 ou 3 shoppings juntos, em termos de movimentação de valor.

Sérgio Ferro: Sim, trocas miúdas, mas rápidas e extremamente numerosas.

Cecilia: Retomando a ideia da mecanização e suas consequências nas relações de trabalho, acontece algo parecido no campesinato. Quando uma família camponesa consegue comprar um trator para ajudar na lida diária, trata-se apenas de uma ferramenta - ainda que ela seja muito cara e importante para a dinâmica de trabalho. Ou seja, o trator não altera as relações de produção que estão estabelecidas ali; o trabalho segue sendo predominantemente familiar. Assim como no canteiro de obras, a tecnologia não vai mudar o fato de se tratar de um trabalho de natureza manufatureira, essencialmente.

No caso do campesinato, as relações de produção vão se modificar quando a família passar a participar de sistemas de integração, como são chamados, quando as famílias produzem para uma empresa específica, de acordo com as normas da empresa - aí sim, submetendo seu trabalho ao capital. Nesse caso, tudo precisa ser feito como a empresa determina. Mas a família camponesa que produz para a feira, por exemplo, já é uma família que produz para, livremente, comercializar com quem quer que seja. O produto do seu trabalho nasce como seu, produz livremente. Depois comercializa, tem as regras próprias da comercialização, e aí entra forte a sobredeterminação do capital - mas sobre a renda, e não sobre o trabalho.

Será que a gente poderia fazer esse paralelo entre o canteiro de obras e o campesinato, observando esses matizes, essas diferenças na submissão ao capital?

Sérgio Ferro: Acredito que sim. Assim que o movimento operário obteve a legalização de suas instituições, mais cedo na Inglaterra mas não sei exatamente quando, somente no fim do século XIX na França, os primeiros sindicatos foram organizados por *métier*: sindicato dos trabalhadores da pedra, alguns da madeira, etc. Somente num segundo tempo houve organização por gênero de estabelecimento: sindicato da fabricação disto ou daquilo. Marx achava esta evolução importante. A "grande" indústria o fascina literalmente até escrever *O Capital*. No fim da vida modula mais suas posições. Na "grande" indústria vê uma espécie de modelo reduzido da sociedade futura, com os trabalhadores libertos dos *métiers*, isto é, "desqualificados", com possibilidade de mudar de posto quando quiserem. Não gosto nada desta perspectiva, mas Marx acha que esta coletividade dos trabalhadores possibilita resistência maior. Esta possibilidade sumiu. Durante maio/junho de 1968, uma das maiores usinas da França, a Renault Billancourt da região parisiense, praticamente deu razão a Marx. O Partido Comunista [PC] francês e a Central Geral dos Trabalhadores [CGT], ambos de linha estreitamente soviética, isto é, "marxista"

¹³ O movimento dos *gillet jaunes*, ou coletes amarelos, reivindicavam, de forma autônoma, melhores condições de vida diante das medidas de austeridade do governo de Emmanuel Macron (2017-atual).

¹⁴ Alain Viguier, *Le PCF à Renault Billancourt, Force et crise d'un symbole ouvrier (1944-1992)*, Edition Arbre Bleu, 2020.

¹⁵ Como exemplo, Marx explica: "Um capital com a composição técnica de 5 máquinas/1 operário pode ter a mesma composição orgânica de outro capital com a composição técnica de 10 máquinas/1 operário, se o valor de cada uma das últimas dez máquinas for a metade do valor de cada uma das primeiras cinco máquinas, sendo os salários iguais nos dois casos. Na perspectiva histórica de longo prazo, no entanto, a composição orgânica do capital se eleva com o aumento da composição técnica, embora o faça em proporções menores" (GORENDER, 1996, p. 37).

¹⁶ SILVA, M. A. M. ; BUENO, J. D. ; MELO, B. M. . Quando a máquina "desfila", os corpos silenciam: tecnologia e degradação do trabalho nos canais paulistas. In: SILVA, M. A. M. ; VERÇOZA, L. V. (org). *Vidas talhadas no avesso da história: estudos sobre o trabalho nos canais*. São Paulo: Annablume Editora, 2018.

no mau sentido, transformaram a "gigantesca" indústria no quartel general a partir do qual pretendiam controlar e frear o movimento dos grevistas que desejavam uma verdadeira revolução. PC e CGT traíram o movimento e conseguiram o que queriam: não houve revolução¹³.

Entretanto, o governo e o patronato perceberam o perigo: nos anos seguintes, a maioria das "grandes" indústrias foi deslocalizada¹⁴ ou desmembrada. E o capital, que aprendeu a lição, não se concentra mais em "grandes" unidades de produção. Grandes agora somente setores da produção cuja mão de obra não é deslocalizável, ligados obrigatoriamente ao solo, como plantações, mineração, etc. E nós, os da manufatura da construção.

Volto à minha insatisfação com a perspectiva "marxista" a respeito do potencial revolucionário da indústria. Prefiro confiar na advertência de Maquiavel ao candidato a príncipe: "o príncipe deve tomar muito cuidado quando ocupa uma cidade que conheceu a liberdade: seus habitantes não esquecerão nunca o que já viveram". Por isto, apesar dos perigos corporativistas, prefiro a manufatura e seus vínculos com os *métiers*. Repito, sempre: a subordinação somente formal do trabalho na manufatura, quando a divisão do trabalho não chega aos extremos que comentamos há pouco, deixa inevitavelmente uma margem de autonomia produtiva em que restos ou antecipações de saber e saber fazer são convocados. E esta experiência, por menor que seja, conta muito na formação de uma atitude libertária. Há em O canteiro e o desenho uma passagem em que me meto durante dois dias na pele de um pedreiro (discutimos sobre ela numa reunião recente do TF/TK¹⁵). No primeiro dia está com relativo bom humor, no segundo acontece o inverso. Tento mostrar que tanto faz sentir-se bem ou mal, pois de qualquer maneira se torna quase obrigatoriamente mais rentável quando é atravessado por um calor afetivo, positivo ou negativo, decorrente da experiência concreta e momentaneamente livre de seu *métier*. A meu ver, é esta pequena amostra do que poderia ser um trabalho realmente livre que fundamenta a conhecida rebeldia dos trabalhadores da manufatura da construção.

João Marcos: Importante a ideia que a Cecília formulou anteriormente: a ideia da "produção para si" no contexto da agricultura camponesa. Ela parece reverberar a ideia de objetivação que Marx elabora nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*¹⁶. É realmente bonita a forma como a Cecília apresenta essa noção do "produto do trabalho que nasce como seu" - porque é um produto que é seu (pelo menos até vendê-lo na feira). Trata-se das interações com a natureza e da alienação, que são questões importantes que Marx trabalha, tanto nos *Manuscritos* como nos *Cadernos de Paris*, de 1844.

Sérgio Ferro: Quando eu ainda morava no Brasil, ouvia os operários dizerem "aquela obra é minha, trabalhei lá" mesmo sendo espoliado. Na manufatura, fora nosso colocador de portas, há sempre pelo menos um mínimo de projeção empática. Eu estava falando de movimento operário francês. Assim que a industrialização afirma sua hegemonia logo após a primeira Grande Guerra, o sindicato dominante se transforma. Até 1914, a CGT é conhecida como radicalmente revolucionária. Qualquer de suas atividades tinha por horizonte e alvo mais ou menos evidente a revolução, o fim do assalariamento e a autogestão. Em 1922, o primeiro congresso da CGT após a guerra,

mudou radicalmente seu programa sob orientação da URSS e do PCF. A revolução é adiada sine die porque para atender dignamente as justas reivindicações sociais é indispensável desenvolver antes a economia, dizem o patronato e a CGT (ou como se diz na URSS, as forças produtivas). Por enquanto as coisas têm que ficar como estão e todos devem engajar-se corajosamente para acelerar este desenvolvimento até... ninguém sabe dizer quando. Continuamos esperando.

João Marcos: É a partir dessas relações mais diretas, entre objeto e sujeito, que você consegue construir alguma possibilidade de pertencimento.

Sérgio Ferro: Nós somos bichos, não é? Gostamos de pegar, manipular, roçar, fazer...

João Marcos: É... Porém, nesse sentido, no seu texto “A casa popular” (que vocês rebatizaram como “A produção da casa no Brasil”), tem um trecho que você fala do sujeito que, no final de semana, construiu sua própria casa - isto é, “produziu para si”... e aí você comenta que nesse sentido ele também está produzindo “valor de uso social”. Como a gente pode pensar essa dupla condição? Da produção para si como produção de um “valor de uso social”? Como a gente pode entender o que é o valor de uso social?

Sérgio Ferro: Neste texto, eu queria indicar que quem faz sua casa na favela pensa, no início, sobretudo no que chamamos de valor de uso. Pensa em abrigar a família com os poucos meios que consegue reunir. Somente depois, diz o Carlos Lemos, quando já está com a casinha instalada pode pensar em extensões ou uma outra casinha que possa alugar ou vender. Neste momento, mesmo sua própria moradia começa a ser também pensada como valor de troca. No começo, a casinha é a mais elementar proteção contra chuva e muito vento ou coisa assim. Nenhum floreio fora às vezes, como vi, uns recortes de papel de seda enfeitando alguma prateleira. Porque atende ao mínimo indispensável a qualquer um, a casinha já possui desde o começo potencialmente e mesmo se quem constrói nem pense nisto, valor de uso social para os sem nada. Como vivemos numa sociedade plasmada completamente pelo capital, automaticamente passa também a ter valor de troca.

João Marcos: É nesse sentido que a gente começou também a pensar na produção da própria casa num assentamento e na agricultura para o autoconsumo. Plantar uma batata, plantar milho, criar galinhas, enfim, que nesse sentido ali também tem valor de uso que vai crescendo e se transformando de valor de uso social e aí, portanto, também adquirindo possibilidade daquele salto mortal¹⁷, como diz Marx, da transformação do produto em mercadoria.

Sérgio Ferro: David Harvey menciona uma associação de cooperativas – Mondragon – que sobrevive e prospera desde o tempo do Franco. E explica que a razão desta duração é devido à criação de uma rede de cooperativas que se complementam formando uma micro sociedade praticamente autônoma dentro da região basca e mesmo além dela. Trata-se no fundo de uma aldeia espalhada numa cidade maior tendo em seu seio todos os serviços indispensáveis, inclusive seu próprio banco. Falo disto porque não me conformo que a linda solidariedade e comunidade formada nos canteiros autogeridos, verdadeira efetivação do que pode vir a ser uma outra sociedade, como são os assentamentos do MST, esmoreça e, com o tempo, desapareça. A Comuna de

¹⁷ Em referência às manifestações populares ocorridas na França contra a implantação do Aeroporto Notre-Dame-des-Landes, iniciadas na década de 1960 e que se acirraram entre os anos de 2012 e 2018. O projeto foi abandonado pelo governo em 2018.

¹⁸ Emmanuel Macron foi reeleito presidente da França em abril de 2022.

Paris de 1871, apesar de ter durado somente 72 dias, é um outro exemplo. Ela não pretendia governar ou ser o centro da França como antes, mas propôs a formação de comunas autônomas por todo o território e, porque não, por toda parte. Paris mesma foi organizada por *arrondissements*, cada um formando uma comuna dentro da maior, Paris, a qual teria um conselho coordenador formado por representantes de cada um destes módulos. O Estado, tal como o conhecemos atualmente, desapareceria. Marx, membro da Associação Internacional dos Trabalhadores, tornou-se seu principal defensor. Todos deveriam ler *A guerra civil na França*¹⁸, onde, entusiasmado, diz que o povo de Paris partiu para o assalto do céu, apesar da revolução ter tomado um caminho totalmente diferente, e mesmo oposto ao previsto em *O Capital*. Deste momento em diante, defendeu este tipo de organização literalmente comunista e a formação de cooperativas autogeridas. Infelizmente o “marxismo” oficial cala sobre estas coisas. É urgente voltar a Marx no seu texto.

João Marcos: Uma outra questão, que também se refere às possibilidades de auto-organização, trata da persistência de relações não capitalistas de produção no campo. As relações de produção no campo não são, num primeiro momento, orientadas por uma determinação exterior, estabelecidas diretamente pelo próprio capital - já que, num primeiro momento, o que organiza a produção camponesa é o vento, a chuva, a fertilidade do solo etc. O Prof. Ariovaldo Umbelino, geógrafo brasileiro, vai além e explica que o capital é produzido através de relações não capitalistas de produção. Como você vê essa ideia de “relações não capitalistas” quando a gente pensa isso na cidade? É a mesma coisa quando falamos da autoprodução da casa?

¹⁹ Délocalisable, em francês, pode ter como sinônimo deslocalizável ou externalizável.

Sérgio Ferro: Acho que é mais provável resguardar experiências emancipatórias no campo que nas cidades. Fui visitar um empreendimento que teve assistência técnica da Usina¹⁹, está cercado pela cidade. Acho difícil manter nestas condições acesa e intacta a solidariedade e a gana de lutar, maravilhosas, que surgem no período do canteiro autogerido. No livro que já aponte sobre a Comuna, Marx conta que os *communards* não tinham nenhum programa pronto para ser aplicado sobre a realidade, mas que, ao contrário, foram as questões que já estavam amadurecendo nas margens da situação real e que sugeriam desenvolvimentos possíveis, os efetivos germes de suas primeiras iniciativas. Esses possíveis tanto podem ser novidades indispensáveis, como as creches, uma das invenções da Comuna, quanto uma entidade existente a ser negada, imediatamente destruída, como por exemplo a estrutura do Estado burguês ou o exército, o que também efetivaram durante os 72 dias de sua existência. Apoiar-se no que está despontando no campo da resistência e começar a solapar o que não se quer mais. Mas é preciso, quando possível, proteger a fragilidade daquilo que está ainda somente despontando. O que não implica em abandonar o resto. É difícil, mas já há movimento de resistência social sólidos no Brasil: o MST, o dos sem teto, as ocupações, as assessorias técnicas, etc., que já constituem um núcleo concreto importante e forte. A meu ver, somente assim, apoiados em iniciativas vindas das margens, avançaremos no nosso “assalto ao céu”.

Cecília: Nesse sentido, é um pouco por aí que procuramos interpretar a condição do campesinato hoje em dia. Entendemos que o campesinato não está se submetendo ao capitalismo plenamente, através de seu trabalho. Então, ele estaria em meio a essa contradição: ele guarda essa possibilidade, essa chave de transformação, essa chance de ter um pézinho para lá, mas ainda é útil para o capital, no sentido dessa

acumulação primitiva permanente. Eles têm um pé dentro e um pé fora, vamos dizer. E por isso entendemos que o campesinato poderia ser este “outro”, do qual fala a Rosa Luxemburgo, como já conversamos aqui.

Sérgio Ferro: Pelo que sei, você tem razão. Mas cuidado: há outros e outros, não é? Filipinos e paquistaneses são os outros de boa parte da Ásia menor. Na Arabia Saudita, nos Emirados Árabes, são tratados como nem os escravizados foram. Uma barbaridade. A maioria destes imigrantes trabalha em condições horrorosas na construção de edifícios luxuosíssimos e ultra cafajestes, puro cenário enganoso. Até pouco tempo, e ainda hoje em partes das cidades dessa região, não havia esgoto e os dejetos eram recolhidos em caminhões cisterna. Os acampamentos onde dormem os trabalhadores são verdadeiros cenários de filme de mortos vivos, sem médicos ou algum serviço de saúde ou de atendimento de reclamações, trabalhando o dia todo sob sol de 50°. O número de mortes é enorme. Dubai tem equipamento de luxo, serviços sofisticados, e divertimentos espetaculares: os setores que hoje têm altíssimas taxas de lucro, maiores que as do petróleo. Riqueza extravagante obtida com a absoluta miséria e desprezo. Este é um gênero de “outro”. Em contraposição há um outro “outro”, o “outro” ao qual você se refere, o “outro” que pelo menos pode resistir. A respeito deste “outro”, você tem razão. O “outro” de Dubai exige a intervenção internacional das instituições de direitos humanos, a expulsão da ONU e coisas do gênero.

Quero falar rapidamente do que parece não ter relação com esta questão, mas tem. Alguns economistas mostram que algumas crises podem decorrer de desencontros ou desequilíbrio entre produção e “realização” de mercadorias, isto é, a transformação do capital da forma mercadoria em forma monetária, dinheiro. E tendem a explicar este desencontro por causas conjunturais diversas que não tenho capacidade de reproduzir. Mas, ao mesmo tempo, dizem que atualmente a montanha desmesurada de capital acumulado pelos polos da riqueza não tem mais grandes oportunidades de aplicação rentável, o que quer dizer com boas taxas de lucro e “realização” mais ou menos assegurada. Isto é, consumo: as classes médias e os mais pobres já estão no limite de seu endividamento possível e as extravagâncias dos mais ricos e o luxo não dão conta de tudo que têm para jogar fora. A tal ponto que não restaria mais que a solução da guerra para destruir o potencial do inimigo e piratear seus mercados, mais um outro, como agora encarnado pela guerra entre os EUA e a Rússia em terreno ucraniano com a participação suicida da Europa. Mas poucos conseguem se libertar do universo dos jargões do economês e seus conceitos estratificados e denunciar o escândalo que está por trás disto tudo; a monstruosidade do capitalismo liberal e financeiro que concentra crescentemente toda a riqueza social num polo minúsculo e desprovê completamente o resto da humanidade. E, no polo da despudorada concentração de todos os poderes, inclusive os dos Estados, um dos homens mais ricos do mundo dá pulinhos na estratosfera preparando sua saída dela, antes da hecatombe final que ajuda a preparar. O que abarrotta um lado é o espólio total do outro. Podemos e devemos cuidar dos desastres ecológicos, mas talvez uma das espécies que estão mais ameaçadas de desaparecimento próximo somos nós. Desculpem o horizonte obscuro, mas acho que não exagero.

João Marcos: Acho que eu entendi... é que você trata aqui da carência como mecanismo regulatório, certo? Quer dizer, você tem excesso de um lado e do outro tem que ter carência, né?

Sérgio Ferro: Conversamos sobre isso outro dia. Nos Estados Unidos e na Europa as grandes metrópoles estão passando por uma transformação pesada. Elas não dispõem mais de um núcleo produtivo importante. Tenho a impressão que o que dissemos acima sobre o perigo para o capital de deixar multiplicar ou mesmo subsistir “grandes” indústrias em seu território tem relação com isto. As “grandes” indústrias como a da Renault que nos serviu de exemplo, foram desmanteladas e/ou exportadas, pelo menos suas partes menos aceitáveis para o decoro metropolitano. Mas a crise do Covid-19 e agora a de microcomponentes feitos na China, indispensáveis para muitos aparelhos eletrônicos produzidos hoje, mais o custo ecológico dos transportes, está aporrinhando os planejadores para achar o caminho da ‘des-exportação’.

João Marcos: Um aspecto interessante nessa conversa é a relação dos povos tradicionais, como quilombolas e faxinais, no Brasil, ou os ejidos, no México, com a terra e a propriedade. Eles têm uma disposição, vamos dizer assim, de controle, posse e uso da terra que é diferente.

Sérgio Ferro: Gosto muito dos últimos textos de Marx, particularmente dos esboços e a carta final enviada a Vera Zasulich, documentos a meu ver de grande importância para nós. Não somente pela posição que tomou finalmente, mas como consolo por podermos acompanhar suas hesitações e dúvidas, dividido entre a defesa de sua própria obra e os desafios de realidades que destoavam com elas: são encrucas que encontramos constantemente. Como sabem, Marx teve que concordar, apesar de um evidente mau humor, que seria absurdo que as comunidades rurais russas, onde havia tradicionalmente propriedade coletiva do solo e algumas práticas produtivas comunitárias, tivessem obrigatoriamente que passar pela revolução burguesa e que não tentassem passar diretamente para uma sociedade pelo menos socialista. Num trecho de um dos esboços ou da carta final, não me lembro mais, ele diz que é preciso não ter medo da palavra “arcaico” pois provavelmente a futura sociedade comunista seria uma espécie de retorno ao modelo de algumas sociedades arcaicas, com os aperfeiçoamentos que a evolução humana até então permitiria.

A propósito, me sinto mal quando leio os elogios exagerados de Marx a respeito da “revolução” burguesa e dos progressos técnicos que teria permitido, elogio repetido por Harvey. Primeiro porque, pelo menos na França, todas as revoluções “burguesas” foram roubadas do povo, o real protagonista delas: em 1789, 1830, 1848 e 1870. Segundo, porque o próprio Marx afirma em várias ocasiões o desastre que as máquinas representaram para os trabalhadores: aspiraram todos os saberes e habilidades operárias os quais, de trunfos na defesa contra o capital, foram deformados e se integraram aos outros instrumentos de subordinação que, de formais até então, passam a ser drasticamente reais. Mais ainda, diz claramente que cada máquina inventada respondia a um movimento de greve operária. Esta visão de primavera depois de um horrível inverno, segundo o mecanismo duvidoso de Hegel da negação da negação como positividade e que Marx adota por vezes. Ver, por exemplo, o final do Manifesto do Partido Comunista: “(...) os proletários se arriscam a perder [com a revolução] somente seus grilhões”. Se não têm mais nada a perder é porque são os trabalhadores totalmente esvaziados nos quais Marx vê o estopim da revolução. Já disse meu desacordo. Talvez no tempo de Marx a humanidade não estivesse ainda nesta situação nefasta em que a burguesia nos meteu, mas assim mesmo... Certo, houve progressos enormes na ciência, na medicina, na física, etc.

Mas não somente estas melhorias maravilhosas poderiam ter sido desenvolvidas numa outra organização social, mas, se fizermos as contas, é bem possível que o resultado fosse altamente negativo.

João Marcos: Acho que temos aqui uma limitação que é de origem: quando a gente fala de comunidades tradicionais, desses modos de organização social - ou mais precisamente, de relações arcaicas, tudo isso carrega também um certo conservadorismo. E a gente vê isso inclusive nos mutirões habitacionais que acompanhamos: quando falamos em autogestão, para a gente, autogestão é uma coisa e para eles é outra. Às vezes, até parece que estamos conseguindo sair dos trilhos, para conseguir realmente mudar as coisas; mas, dali um pouquinho, estamos de novo no mesmo trilho!

Sérgio Ferro: Lembro o que Lebrun diz em seu livro sobre Hegel: há que respeitar a “paciência do conceito”. É preciso ter muita paciência...

João Marcos: Para finalizar. Cidadezinhas pequenas - como Cosne-sur-Loire, na Borgonha - ainda mantêm lá sua pâtisserie, sua boulangerie etc. Mas, nas margens da cidade, levanta-se um supermercado de redes como o Carrefour... e o pessoal todo reclamando, uma reclamação generalizada, porque a padaria da cidade vai fechar e, mesmo assim, todo mundo acaba indo comprar pão nas lojas dessas grandes redes. Você tem visto, na França ou na Europa, ou em alguma dessas situações, alguma iniciativa em que você percebe movimentos de resistência na zona rural francesa?

Sérgio Ferro: O que você descreve é precisamente o que está acontecendo aqui em Grignan, onde moramos. Transformou-se em zona de turismo de massa, inabitável nas férias e feriados. Desapareceram todos os comércios de proximidade, correio, farmácia, quitandas, etc. Sobraram inúmeros bares, padeiros que vendem sanduíches, restaurantes, e boutiques de quinquilharias para turistas. Um desastre acho que irreversível. Nossa casa será, quando nós formos, ou um restaurante ou um Airbnb. As culturas que alimentam as pequenas cidades estão também desaparecendo.

Mas, ao mesmo tempo, a crise do Covid provocou um relativo retorno à terra, reapareceram algumas hortas coletivas como havia durante a guerra. Mas, há ainda movimentos mais politizados. Como o que surgiu contra a ampliação de um aeroporto numa zona em que a população é majoritariamente contra, houve ocupação do terreno em questão, expulsão, reocupação com instalações de casas, plantações; e este vai e vem continua, se não me engano²⁰. E, não esquecer o movimento dos *gilets jaunes*²¹ que foi, e talvez volte a ser, um movimento de fundo, de revolta ampla contra a evolução desastrosa do neoliberalismo encarnado por Macron. Movimento violentamente reprimido por ordem deste ordinário, com inúmeras perdas de olhos e várias mãos decepadas, sem contar com mortes por atropelamentos jamais penalizadas e mesmo investigadas. Antes das cenas de quebra-quebra provocadas no início por policiais disfarçados (mas filmados por manifestantes) e depois continuados por jovens das banlieux [periferias] justamente revoltados com a ausência total de perspectiva de vida fora do tráfico de drogas, quase 80% da população era favorável ao movimento. A calma aparente recobre um mal-estar denso e complexo. As diversas forças políticas tradicionais faliram, inclusive as de esquerda, que praticamente desistiram do mundo do trabalho, hoje

²⁰ O TF/TK é a ‘marca’ do projeto *Translating Ferro, Transforming Knowledges of Architecture, Design and Labour for the New Field of Production Studies*. Através de uma parceria entre o IAUUSP e a School of Architecture, Planning & Landscape da Universidade de Newcastle, com o apoio do Arts & Humanities Research Council britânico e a FAPESP, o TF/TK deu início aos trabalhos em julho de 2020, os quais se encerram em agosto de 2024. Tem como objetivos traduzir e difundir a obra teórica de Sérgio Ferro em língua inglesa (estão sendo encaminhadas três publicações, para 2024 e 2025), bem como disseminar suas ideias e proposições teóricas através do que vem sendo denominado *Estudos de Produção* - em contraposição aos estudos dos objetos arquitetônicos acabados, sobre seus autores ou sobre suas correlações puramente factuais ou formais. A proposta é o desenvolvimento de aproximadamente 35 estudos que penetram no âmago dos processos de produção - do objeto arquitetônico, da cidade, do território.

²¹ PIRENNE, Henri. História econômica e social da Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ocupado pelo partido majoritário de Marine Le Pen. Quase toda a Europa está guinando à direita, alimentada por uma esquerda amorfa. Uma direita com cara da direita paulista.

João Marcos: (risos) Uma direita aparentemente “ilustrada”.

Sérgio Ferro: É... Como se chama o governador de São Paulo?

João Marcos: Dória.

Sérgio Ferro: Uma direita de um Dória qualquer. A França agora está parcialmente paralisada com a perda do Macron da maioria absoluta. Marine Le Pen parece uma caricatura de lady, negociando e votando com o governo quando consegue o que quer; a direita clássica, também e o quase ressuscitado Melanchon não está conseguindo segurar os frangalhos da esquerda também tradicional. Se as coisas continuarem assim, e não houver dissolução da Câmara, outros movimentos sérios de saco cheio da população, e se a guerra dos Estados Unidos contra a Rússia não transbordar muito as fronteiras da Ucrânia, Marine poderá tornar-se a primeira presidenta da França. Como vêm, os “se” são numerosos e eu, em geral, erro minhas previsões sobre a política atual²².

Celícia: A conversa era sobre o trabalho emancipado e acabamos nos distanciando um pouco, fomos em direção ao seu oposto (risos). No meio dessa grande tensão social a gente também tem a criação de grandes resistências, como as citadas pelo Sérgio - o aeroporto [Notre-Dame-des-Landes] e dos *gillet jaunes*. É uma oscilação, na qual a contradição vai se acirrando. De que maneira a gente consegue ver esse horizonte de transformação a partir de um trabalho ainda muito submetido ao capital? Me refiro ao comentário que você fez a respeito do operário que olha o prédio e fala “aquela é minha obra”. Mesmo dentro dessa submissão e dessa expropriação tão grande, a gente poderia dizer que, dentro do trabalho submetido, sempre resta algum grau de trabalho emancipado?

Sérgio Ferro: Eu sempre repito que eu creio que a subordinação “somente” formal foi, mais ou menos do século XII ao fim do século XIX, o pesadelo do capital. O “somente” é meu, não do Marx e quer assinalar sua contradição interna: o trabalhador nesta forma de subordinação deve simultaneamente submeter-se às ordens do patrão sobre o que fazer, mas autodeterminar-se sobre o como fazer, pois, todo saber e saber-fazer constituem seu monopólio. Também repito que a destruição deste monopólio começada no correr do século XIX e concluída com a utilização, na construção, do ferro e de concreto, criou um tipo anfíbio de subordinação entre formal e real responsável por um outro tipo de trabalhador manufatureiro sem saber detectável e um efêmero saber fazer. Mas, mesmo assim, sobra uma margem de autodeterminação que na manufatura não poderá nunca ser totalmente eliminada. Não podemos esquecer que toda parte operacional da construção continua nas mãos dos trabalhadores e continuará a estar enquanto for necessário para a saúde da taxa de lucro do capital a não industrialização da manufatura. É óbvio que esta sobra está em estado comatoso e não acordará senão em canteiros que aspiram a emancipação, como os da Usina, por exemplo.

²² MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Kevin B. *Marx aux antipodes: Nations, ethnicité et sociétés non occidentales*. Paris: Éditions Syllepse, 2015.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Irlande, classes ouvrières et libération nationale*. Paris: Éditions Syllepse, Éditions Page 2, M Éditeur, 2021.
- GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- LINDNER, Kolja (dir.). *Le dernier Marx*. Toulouse: L'Asymétrie, 2019.
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *O Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Salaire, Prix et Plus-Value, in Oeuvres I, Economie I*. Paris: Gallimard (Pléiade), 1965.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013
- PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2012.
- VIGUIER, Alain. *Le PCF à Renault Billancourt, Force et crise d'un symbole ouvrier (1944-1992)*. Nancy: Edition Arbre Bleu, 2020.

Recebido [Set. 08, 2023]

Aprovado [Out. 27, 2023]